



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 18/2021

PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2021

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores decreta, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º e do n.º 1 do artigo 232.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do artigo 34.º e do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte:

Artigo 1.º

É aprovado o Plano Regional Anual para 2021.

Artigo 2.º

É publicado em anexo ao presente diploma, dele fazendo parte integrante, o documento contendo o Plano Regional Anual para 2021.

Aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 22 de abril de 2021.

O Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores

Luís Carlos Correia Garcia

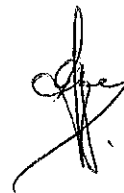


PLANO REGIONAL ANUAL 2021

Aprovado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 22 de abril de 2021

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

PLANO REGIONAL ANUAL 2021



XIII GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

**ÍNDICE**

PROÉMIO	4
I CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO	5
ECONOMIA MUNDIAL.....	5
ECONOMIA PORTUGUESA.....	9
II ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO	14
ASPETOS DEMOGRÁFICOS.....	14
ASPETOS DA ECONOMIA REGIONAL.....	15
III POLÍTICAS SETORIAIS	31
<i>Políticas para a coesão social e para a igualdade de oportunidades</i>	31
<i>Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento</i>	50
<i>Uma governação ao serviço das pessoas, próxima e transparente</i>	69
<i>Afirmar os Açores no mundo</i>	78
IV INVESTIMENTO PÚBLICO	85
DOTAÇÃO DO PLANO.....	85
QUADRO GLOBAL DE FINANCIAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL.....	89
V DESENVOLVIMENTO DA PROGRAMAÇÃO	91
VI OS PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS DISPONÍVEIS PARA A REGIÃO	192
PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020.....	192
PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA 2021-2026.....	213
PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2021-2027.....	215
ANEXOS	219
Desagregação por Objetivo	
Desagregação por Entidade Executora	
Desagregação por Ilha	



PROÉMIO

O Plano Regional para 2021 inicia a etapa do período de programação do investimento público nos Açores, enquadrado pelas Orientações de Médio Prazo 2021-2024.

Este quadriénio, que corresponde à ação do XIII Governo Regional dos Açores, decorre num ambiente económico e financeiro mais desfavorável do que o do quadriénio precedente, derivado da pandemia COVID-19, que causou uma crise de saúde, económica e social sem precedentes.

A pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, responsável pela doença COVID-19, teve consequências sanitárias, económicas e sociais em toda a sociedade, mas não impactou todos os cidadãos de igual forma. As suas consequências criaram novas desigualdades e agravaram as já existentes. Neste documento, dá-se resposta a um cenário complexo e exigente, introduzindo-se novos mecanismos e reforçando alguns dos já implementados.

A programação anual contida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo, e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o corrente ano de 2021.

Este plano anual estrutura-se da seguinte forma: os primeiros dois capítulos deste documento introduzem os traços principais da evolução mais recente e prospetiva das realidades e situações socioeconómicas internacional, do país e também a regional; um terceiro capítulo com as prioridades de intervenção neste período anual, quer em termos gerais, quer as relativas às políticas setoriais; um quarto com a apresentação dos montantes de investimento por programa, organizado por grande objetivo e por departamento governamental executor; um capítulo seguinte onde é apresentado o detalhe da programação a nível de ação e, finalmente, um último com o ponto de situação sobre os programas com participação comunitária, encerrando-se o documento com listagens em anexo.



I CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO

ECONOMIA MUNDIAL

Antes dos efeitos provocados pela atual crise pandémica nos primeiros meses de 2020, os principais indicadores sobre a economia mundial vinham registando variações dentro de um padrão relativamente estável, que, sem deixar de levantar questões de incerteza, permitiam encontrar elementos indiciadores de condições de crescimento.

Durante o ano de 2019, incertezas em políticas comerciais, desequilíbrios acentuados no âmbito de economias nacionais e, mesmo, certos acidentes de natureza meteorológica, repercutiram-se de forma redutora na intensidade do crescimento médio que era expectável. Todavia, o aproximar do fim do ano evidenciou um certo desanuviamento de tensões políticas e sociais, permitindo um sentimento económico mais positivo e favorável a expectativas de crescimento.

Ainda durante o ano de 2019, começaram a surgir algumas notícias favoráveis e expectativas com mercados de produção industrial e de comércio internacional a revelarem indícios de retoma num quadro de reorientação geral de políticas monetárias acomodatórias, de negociações comerciais mais positivas entre os EUA e a China e de menos receios com um Brexit sem acordo.

Com estes primeiros sinais de estabilização poderia prosseguir e reforçar-se o vínculo entre despesas em consumo, que permaneciam resilientes, e investimento empresarial. No âmbito deste ambiente de expectativas económicas, com políticas monetárias acomodatórias e fiscais mais incentivadoras em países diferentes, como a China, Coreia e Estados Unidos, verificaram-se desempenhos económicos a ritmos considerados lentos, mas com estabilidade indutora de certo crescimento potencial.

É neste contexto que se inseriam os dados sobre novos pedidos de compras em setores industriais, que também apontavam para alguma retoma global, antes de se ter verificado a interrupção de fluxos de passageiros despoletada pela necessidade de conter a expansão da pandemia COVID-19 através daqueles mesmos fluxos e de circuitos económicos conexos. A pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, responsável pela doença COVID-19, veio alterar de forma radical o cenário económico mundial que se vinha registando nos últimos anos.

Os choques do lado da procura e do lado da oferta estão a ter um impacto assinalável sobre os fluxos de comércio internacional. Tal como aconteceu na crise económica e financeira internacional de 2008, observa-se um colapso das trocas de bens e serviços. A redução dos fluxos de comércio é amplificada pelo facto de algumas das economias mais afetadas pela propagação do coronavírus terem um papel central em termos das cadeias de valor

internacionais. Estas cadeias densificaram-se ao longo das últimas duas décadas em torno da China, Alemanha e EUA, tornando-as vulneráveis a choques que afetem particularmente estas economias.

O facto dos efeitos da pandemia não serem simétricos a todas as partes do mundo, implica ainda que a disrupção da atividade a nível global seja prolongada. Adicionalmente, poderão existir efeitos negativos de longo prazo da pandemia sobre o comércio, associados, por exemplo, à intensificação de pressões protecionistas que se sobreponham à expectável reconfiguração das cadeias de valor globais, decorrente da decisão das empresas em diversificar fontes de abastecimento e manter maiores stocks de produtos intermédios.

A natureza do choque provocado pela pandemia exigiu uma resposta de política orçamental diferente. O efeito dos estabilizadores automáticos, decorrente de um aumento das transferências com subsídios de desemprego e de doença ou de uma diminuição automática da receita fiscal, foi importante, mas limitado, face à magnitude dos efeitos diretos da pandemia e das necessárias medidas de contenção sanitária entretanto adotadas.

A generalidade dos governos das economias avançadas adotou um conjunto de medidas discricionárias com um impacto orçamental significativo, que podem dividir-se genericamente em três grupos, consoante a sua incidência: medidas de sustentação dos sistemas de saúde, medidas de proteção social das famílias e medidas de apoio às empresas e ao setor produtivo.

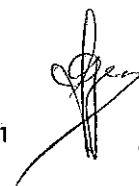
Face a este cenário de pandemia, o Fundo Monetário Internacional, em documento datado de outubro de 2020, previu, para esse ano, que o comércio de bens e de serviços mundial registasse um decréscimo à taxa de -10,4%, representando uma variação de -11,4 pp em relação ao ano anterior, enquanto que para a produção estimou-se um decréscimo do PIB à taxa de -4,4%, correspondendo a uma variação de -7,2 pp no mesmo período.

Nas economias avançadas, estimou-se para 2020 uma desaceleração da produção em -5,8%, sobretudo devido ao decréscimo no Reino Unido (-9,8%), na Área do euro (-8,3%), no Japão (-5,3%) e nos Estados Unidos da América (-4,3%).

Também se estimou em 2020, para as economias emergentes e em desenvolvimento, uma redução na produção de -3,3%, contribuindo de forma significativa para essa desaceleração as reduções na produção previstas para a Índia (-10,3%) e Brasil (-5,8%).

Realça-se, para 2020, que das economias avançadas e emergentes, apenas a China apresenta uma estimativa positiva da taxa de crescimento do PIB, de cerca de 1,9%.

A inflação subjacente, prevista para 2020, medida pelos preços no consumidor, evidencia uma maior moderação nas economias avançadas do que nos mercados emergentes, na sequência de níveis de atividade económica mais contidos. A desaceleração da procura global favoreceu



a redução de preços em matérias-primas e, de forma mais significativa, nos preços do petróleo (-32,1%), que, por sua vez, também retroagiram sobre o nível geral de inflação.

Segundo as projeções do Fundo Monetário Internacional, este cenário será invertido em 2021, face à existência de várias vacinas seguras e eficazes para combater o coronavírus SARS-CoV-2, responsável pela doença COVID-19.

Em termos de evolução média anual, estima-se, em 2021, para o comércio de bens e de serviços mundial, um crescimento à taxa de 8.3%, representando uma variação de +18,7 pp em relação ao ano anterior, enquanto que para a produção mundial estima-se um crescimento do PIB à taxa de 5,2%, correspondendo a uma variação de +9,6 pp no mesmo período.

Nas economias avançadas estima-se, para 2021, uma aceleração da produção em 3,9%, sobretudo devido ao crescimento no Reino Unido (5,9%), na Área do euro (5,2%) e nos Estados Unidos (3,2%).

Também se estima, em 2021, para as economias emergentes e em desenvolvimento, um crescimento na produção de 6%, contribuindo de forma significativa para essa aceleração os aumentos de produção previstos para a Índia (8,8%) e para a China (8,2%).

A inflação prevista para 2021, medida pelos preços no consumidor, evidencia uma maior moderação nas economias avançadas (1,6%) do que nos mercados emergentes (4,7%).

Relativamente aos preços das matérias primas, verifica-se uma estimativa mais favorável para os preços do petróleo do que no ano anterior, derivada do início esperado da recuperação económica mundial. Relativamente às restantes matérias-primas, a estimativa para 2021 mantém um valor semelhante ao previsto para 2020.

Estas projeções, de outubro de 2020, ainda não refletem o agravamento da crise pandémica que se verifica atualmente e o atraso registado nas entregas de vacinas pelas farmacêuticas, tendo esta situação, como consequência, o agravamento dos indicadores económicos.

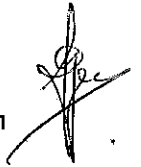
Indicadores para a Economia Mundial

Taxa de variação anual em percentagem (salvo indicação em contrário)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (e)	2021 (e)
PIB								
Economia mundial	3,4	3,1	3,2	3,8	3,5	2,8	-4,4	5,2
Economias avançadas	1,8	1,7	1,7	2,4	2,2	1,7	-5,8	3,9
EUA	2,4	1,6	1,5	2,2	3	2,2	-4,3	3,2
Japão	-0,1	1	0,9	1,9	0,3	0,7	-5,3	2,3
Área do euro	0,8	1,7	1,8	2,4	1,8	1,3	-8,3	5,2
Reino Unido	2,6	1,8	1,9	1,8	1,3	1,5	-9,8	5,9
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,6	4,1	4,4	4,8	4,5	3,7	-3,3	6
Rússia	0,6	-0,2	-0,2	1,6	2,5	1,3	-4,1	2,8
China	7,4	6,7	6,7	6,8	6,7	6,1	1,9	8,2
Índia	7,2	6,8	7,1	7,2	6,1	4,2	-10,3	8,8
Brasil	0,1	-3,6	-3,5	1,1	1,3	1,1	-5,8	2,8
Comércio mundial de bens e serviços	3,2	2,2	2,3	5,5	3,9	1	-10,4	8,3
Preços no consumidor								
Economias avançadas	1,4	0,8	0,8	1,7	2	1,4	0,8	1,6
Economias emergentes e em desenvolvimento	5,1	4,4	4,3	4,3	4,9	5,1	5	4,7
Preços de matérias-primas								
Petróleo (brent) em USD	-7,5	-15,7	-15,7	33,3	29,4	-10,2	-32,1	12
Matérias-primas não energéticas em USD	-4	-1,9	-1,5	6,8	1,3	0,8	5,6	5,1
Mercado interbancário de Londres (% taxas oferecidas)								
Depósitos em dólares USD	0,3	1,1	1,1	1,5	2,5	2,3	0,7	0,4
Depósitos em euros	0,2	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,4	-0,4	-0,5
Depósitos em ienes japoneses	0,2	0	0	0	0	0	0	0

Nota: (e) = estimativa

Fonte: IMF *World Economic Outlook*, outubro 2020



ECONOMIA PORTUGUESA

Durante todo o ano de 2019, as atividades produtivas prosseguiram uma trajetória dentro de valores expeáveis e com fatores condicionantes conhecidos. De facto, a procura agregada interna confirmou a moderação de crescimento, enquanto a procura externa líquida (exportações menos importações de bens e de serviços) voltou a registar um contributo negativo para variação do PIB.

O crescimento das trocas de bens e serviços com o exterior apresentou uma desaceleração, em particular as exportações, num contexto de menor crescimento do comércio mundial na sua globalidade e de redução da procura externa dirigida aos exportadores portugueses. A desaceleração das importações foi menos acentuada que a das exportações, prosseguindo na sua linha de evolução em termos do histórico da elasticidade face à procura ponderada por conteúdos importados.

O abrandamento do consumo privado decorreu num contexto de diminuição da confiança dos consumidores, permanecendo, todavia, acima da sua média histórica.

O crescimento do investimento reflete o comportamento da FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo, sendo a única componente da despesa que mais cresceu e registou uma aceleração. Esta aceleração foi sustentada pelo comportamento da FBCF em construção, refletindo o investimento público e algumas grandes obras em curso que beneficiaram de cofinanciamento comunitário.

Os principais indicadores do mercado de trabalho também revelaram desaceleração, mas mantiveram uma evolução positiva, com criação líquida no volume de emprego e redução da taxa de desemprego.

A inflação reduziu-se em 2019, situando-se a um nível particularmente baixo. Nos últimos anos, as baixas taxas de inflação têm estado relacionadas com a situação verificada nos países da Área do euro, onde a inflação, nomeadamente a inflação subjacente, tem-se mantido a um nível inferior ao objetivo de estabilidade dos preços.

O saldo orçamental de 0,2% do PIB, em 2019, corresponde ao primeiro excedente das últimas décadas. Este resultado foi determinado pela diminuição significativa dos encargos da dívida e pelo contributo positivo da atividade económica, que gerou receitas acima do valor potencial esperado.

A dívida pública, em percentagem do PIB, voltou a diminuir em resultado do elevado excedente primário e do crescimento nominal da atividade económica acima da taxa de juro implícita da dívida.

Em síntese, a economia portuguesa apresentou um desempenho relativamente positivo em 2019, que se vinha delineando num contexto de maturação de ciclo económico.

As medidas anunciadas, em março de 2020, para conter a difusão da pandemia COVID-19 repercutiram efeitos nas atividades económicas, cujas restrições de mobilidade atingiram mais intensamente os serviços locais e com acesso público, como o setor do turismo e da restauração, enquanto atividades como as da construção foram menos afetadas.

A pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, responsável pela doença COVID-19, e as medidas de contenção representam choques sem precedentes, quer do lado da oferta quer do lado da procura, amplificados pelo efeito de reduções dos níveis de confiança.

Do lado da oferta, as perturbações devem-se principalmente às medidas de confinamento, que reduzem a mobilidade dos agentes e levam ao encerramento ou redução da atividade de uma parte significativa de empresas. Embora o teletrabalho seja uma possibilidade em algumas atividades, a produtividade poderá ser condicionada no contexto de distanciamento social, e em muitos setores a única solução é o encerramento de empresas.

A pandemia também constitui um acentuado choque do lado da procura. Um número significativo de trabalhadores desempregados ou em *lay-off* leva a uma redução do rendimento disponível.

Simultaneamente, um aumento acentuado da incerteza quanto à situação financeira futura das famílias induz à poupança por motivo de precaução. Este efeito é amplificado pelo facto das medidas de confinamento reduzirem as oportunidades de consumo. Do lado das empresas, o aumento da incerteza leva a uma menor propensão para investir, o que também deprime a procura.

Com efeito, as estimativas da Comissão Europeia (CE), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Ministério das Finanças (MF) e Conselho das Finanças Públicas (CFP) refletem um agravamento de quase todos os parâmetros da economia portuguesa, para 2020.

Comparando as estimativas mais recentes da CE (novembro de 2020) com as da OCDE (dezembro de 2020), para o ano de 2020, verifica-se que estas são praticamente coincidentes. No entanto, as estimativas dessas mesmas entidades, para o ano de 2021, já não são coincidentes, prevendo a OCDE uma recuperação mais lenta da economia portuguesa do que a CE.

De acordo com as estimativas mais recentes, de dezembro de 2020, apresentadas pela OCDE, a procura interna estimada, para 2020, apresenta um decréscimo à taxa de -5,9%, representando uma variação de -8,7 pp em relação ao ano anterior, enquanto que a produção estimada



representa um decréscimo do PIB à taxa de -8,4%, correspondendo a uma variação de -10,6 pp relativamente a 2019.

As estimativas para as exportações e importações, para 2020, apresentam decréscimos acentuados de -21,3% e -16,1%, respetivamente.

Ao nível da taxa de desemprego, a previsão é de que esta se situe nos 7,3%, em 2020, mais 0,8 pp do que em 2019.

A inflação subjacente estimada para 2020, medida pelos preços no consumidor, é de -0,2%, representando menos 0,5 pp do que em 2019.

A dívida pública consolidada em percentagem do PIB, estimada para 2020, é de 136,1%, mais 18,4 pp do que em 2019.

As mesmas entidades estimam uma inversão, em sentido positivo, da economia portuguesa em 2021 face à existência de várias vacinas seguras e eficazes para combater o coronavírus SARS-CoV-2, responsável pela doença COVID-19.

A Agência Europeia do Medicamento (EMA), à data de elaboração deste documento, havia já autorizado a utilização das vacinas das farmacêuticas Pfizer/BioNTech, Moderna e AstraZeneca, desenvolvidas em conjunto com a Universidade de Oxford.

Foram consideradas as projeções da OCDE, mais prudentes do que as restantes entidades, tendo em conta que a distribuição das vacinas já aprovadas para combater o coronavírus SARS-CoV-2 estão a ser entregues a um ritmo mais lento do que o previsto, o que induz que a retoma económica será realizada a um ritmo mais lento do que o esperado.

As estimativas da OCDE, para 2021, refletem uma melhoria em quase todos os parâmetros. No entanto, são bastante conservadoras relativamente às estimativas da Comissão Europeia, Ministério das Finanças e CFP.

A procura interna estimada apresenta um crescimento à taxa de 1,4%, representando uma variação de +7,3 pp em relação ao ano anterior, enquanto que a produção estimada apresenta um crescimento do PIB à taxa de 1,7%, correspondendo a uma variação de 10,1 pp relativamente a 2020.

As estimativas para as exportações e importações, para 2021, apresentam crescimentos moderados de 3,6% e 2,5%, respetivamente.

Ao nível da taxa de desemprego, a previsão é de que esta se situe nos 9,5%, em 2021, mais 2,2 pp do que em 2020.

A inflação subjacente estimada para 2021, medida pelos preços no consumidor, é de -0,2%, mantendo, assim, o mesmo valor em 2020.



A dívida pública consolidada em percentagem do PIB, estimada para 2021, é de 139,7%, mais 3,6 pp do que em 2020 e mais 22 pp do que em 2019.

Estas projeções, de dezembro de 2020, ainda não refletem o agravamento da crise pandémica que se verifica atualmente e o atraso registado nas entregas de vacinas pelas farmacêuticas, tendo esta situação, como consequência, o agravamento dos indicadores económicos.

Indicadores para a Economia Portuguesa

Taxa de variação anual em percentagem (salvo indicação em contrário)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (e)				2021 (e)			
						CFP set20	MF out20	CE nov20	OCDE dez20	CFP set20	MF out20	CE nov20	OCDE dez20
PIB	1,8	2	3,5	2,8	2,2	-9,3	-8,5	-9,3	-8,4	4,8	5,4	5,4	1,7
Procura interna total	2,4	2,2	3,3	3,1	2,8	-7,1	-5,9	-6,7	-5,9	5,7	3,9	4,6	1,4
Consumo privado	2	2,6	2,1	2,9	2,3	-8,9	-7,1	-7,9	-7,3	6,9	3,9	4,9	1,1
Consumo público	0,8	0,8	0,2	0,9	0,8	3	-0,3	1	-0,3	-0,3	2,4	1,6	3,5
Formação Bruta de Capital Fixo	5,9	2,5	11,9	6,2	6,5	-6,8	-7,4	-10,2	-4,2	5,9	5,3	6,3	0,1
Importações	8	5	8,1	5,7	5,2	-17,5	-17,9	-15,6	-16,1	9,3	7,2	7,5	2,5
Exportações	6,3	4,4	8,4	4,5	3,7	-22,5	-22	-21	-21,3	7,5	10,9	9,7	3,6
Emprego e desemprego (Inquérito ao Emprego)													
Emprego, ótica Contas Nacionais	1,4	1,6	3,3	2,3	1	-4	-3,8	-3,8	-	1,3	1	2,1	-
Taxa de desemprego, Inquérito ao Emprego [% da pop. ativa]	13,2	11,1	8,9	7	6,5	10	8,7	8	7,3	8,8	8,2	7,7	9,5
IHPC	0,5	0,6	1,6	1,2	0,3	0,1	-0,1	-0,1	-0,2	0,7	0,7	0,9	-0,2
Finanças públicas (% do PIB)													
Saldo global das administrações	-4,4	-1,9	-3	-0,4	0,2	-7,2	-7,3	-7,3	-7,3	-3,2	-4,3	-4,5	-6,3
Dívida pública consolidada (ótica Maastricht)	131,2	131,5	126,1	122	117,7	137,6	134,8	135,1	136,1	134,5	130,9	130,3	139,7

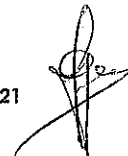
Nota: (e) = estimativa

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares, 2019, 28 de fevereiro, 2020

INE, Estatísticas do Emprego, 2019, 5 de fevereiro, 2020

INE, Índice de Preços no Consumidor, 2019, 13 de janeiro, 2020

INE, Procedimento dos Défices Excessivos, 1.ª Notificação, 25 de março, 2020



Banco de Portugal (BdP), *Boletim Económico*, maio de 2020

OCDE – *Economic Outlook* n.º 108, dezembro 2020

Comissão Europeia (CE), *Autumn 2020 European Economic Forecast*, novembro 2020

Ministério das Finanças (MF), *Elementos informativos e complementares do Orçamento de Estado para 2021*, outubro 2020

Conselho das Finanças Públicas (CFP), *Previsões Macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento do Estado para 2021*, outubro de 2020

Conselho das Finanças Públicas (CFP), *Análise à Proposta de Orçamento de Estado para 2021*, outubro de 2020



II ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO

ASPETOS DEMOGRÁFICOS

No ano de 2020, a população residente na Região Autónoma dos Açores, estimada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), traduziu-se num total de 242 479 pessoas, representando um decréscimo de cerca de 0,13% em relação ao ano anterior, decorrendo de variações ocorridas em ambos os saldos demográficos, o fisiológico e o migratório.

Estes números integram-se na trajetória demográfica nacional e, mais recentemente, na trajetória demográfica da Região dos últimos anos, com movimentos migratórios a assumirem maior dimensão e impacto no volume global de residentes, ao passo que os saldos fisiológicos vão registando um valor menos representativo, mesmo residual, pela redução dos níveis de natalidade (n.º de nados vivos) face aos de mortalidade (n.º de óbitos).

No âmbito da estrutura etária da população, prosseguiu a redução da representatividade da população jovem com menos de 15 anos.

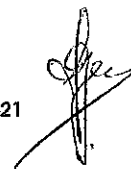
O grupo etário da população entre os 15 e os 64 anos, *grasso modo*, o de pessoas em idade ativa, continua a manter um nível de representatividade próximo do verificado nos últimos anos, com um peso relativo à volta dos 70% do efetivo populacional.

Estrutura Etária da População

Unidade: %

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
População com menos de 15 anos	17,5	17,2	16,8	16,4	16,2	16,0	15,6	15,4	15,1
População dos 15-64 anos	69,5	69,8	69,9	70,0	70,0	70,0	69,8	69,7	69,8
População com mais de 64 anos	13,0	13,0	13,2	13,5	13,8	14,0	14,6	14,9	15,1

Fonte: INE



ASPETOS DA ECONOMIA REGIONAL

Produção

O INE previu para 2019 um PIB de 4 469 milhões de euros.

O aumento de produção interna beneficiou não só de acréscimos de produtividade, mas também do nível de emprego da população em idade ativa, sendo esta evolução compatível com a recuperação de ciclo económico num contexto de recursos e capacidade económica ainda disponíveis.

Produto Interno Bruto a Preços de Mercado

(Base 2016)

Unidade: Milhões de Euros

Anos	Açores	PIB <i>per capita</i> (mil euros)	PIB <i>per capita</i> (País=100)	PIB <i>per capita</i> PPC (UE28=100)
2012	3 569	14,4	90,2	67,6
2013	3 653	14,8	90,5	69,3
2014	3 686	14,9	89,7	68,7
2015	3 824	15,5	89,6	68,7
2016	3 973	16,2	89,6	69,0
2017	4 111	16,8	88,3	67,8
2018	4 285	17,6	88,2	68,6
2019 Po	4 469	18,4	88,8	69,9

Po = Dados provisórios

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2016)

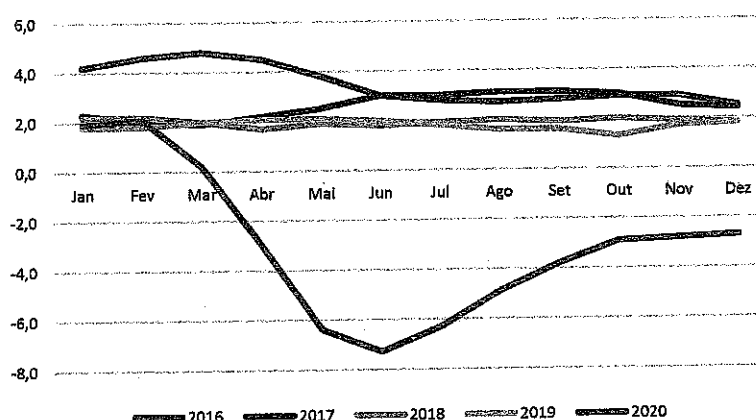
Os dados mais recentes, de 2020, que já refletem a crise sanitária e económica provocada pela pandemia COVID-19, apontam no sentido de um decréscimo da produção interna.

Para períodos mais recentes, utilizando o IAE – Indicador de Atividade Económica, que mede a evolução da atividade económica em períodos intra-anuais, observa-se um decréscimo até ao segundo trimestre de 2020, resultante da situação de pandemia COVID-19 e de confinamento



que se viveu a partir de março de 2020. Esta situação inverteu-se a partir do terceiro trimestre de 2020, após o fim do confinamento, embora este indicador continue a registar valores negativos.

Indicador de Atividade Económica (IAE)



Fonte: SREA

O Valor Acrescentado Bruto (VAB), em 2018, dado mais recente conhecido, era de 3 684,6 milhões de euros.

Para este valor destaca-se o contributo do ramo do Comércio, Transportes, Alojamento e Restauração, pela intensidade registada e por efeitos decorrentes do seu peso entre as diversas atividades económicas.

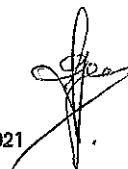
Assinale-se o crescimento positivo nos setores primário e secundário, particularmente o crescimento superior à média que se registou no ramo de Agricultura e Pesca.

O ramo do Imobiliário também prosseguiu o seu crescimento na linha de regularidade que já vinha revelando, sendo acompanhado pelo ramo da Construção.

VAB por Ramos de Atividades Económicas

Preços Correntes Unidade: 10⁶ euros

	Total	Agricultura e Pesca	Indústrias Água Saneamento	Construção	Comércio Transportes Alojamento Restauração	Informação Comunicação	Finanças Seguros	Imobiliário	Técnico Científico Apoio Adm.	Administração Serviços Púb	Outros Serviços
2013	3 209,0	273,8	280,5	130,1	801,0	55,6	73,5	423,7	113,0	952,5	105,3
2014	3 218,4	295,0	267,0	121,6	770,0	57,5	81,1	433,7	115,9	967,2	109,3



2015	3 330,1	298,6	276,8	123,3	801,3	55,3	86,7	441,3	120,7	1 008,6	117,4
2016	3 450,5	292,5	271,9	127,6	867,9	57,1	82,0	459,5	133,8	1 039,2	119,0
2017	3 557,9	308,3	264,3	137,3	907,8	57,4	87,0	472,5	145,8	1 056,9	120,7
2018Po	3 684,6	331,1	265,1	149,8	946,0	58,9	87,3	487,5	154,4	1 080,4	124,0

Po: Dados Provisórios

Fonte: INE. Contas Regional (base 2016)

Mercado de trabalho

A população empregada correspondeu a 113 779 indivíduos, em 2020, o que representa um crescimento, à taxa média de 0,1%, em relação ao ano anterior.

A população ativa registou um decréscimo de 2 236 indivíduos, representando, em termos relativos, uma variação negativa de 1,8%, em relação ao ano anterior.

A taxa global de atividade, em 2020, cifrou-se nos 50%, menos -1 % do que em 2019, e a taxa de atividade feminina, de 44,7%, representa um decréscimo de 0,2%, relativamente ao ano anterior.

O desemprego, por sua vez, atingiu, em 2020, uma taxa média de 6,1%.

Observa-se que o aumento do volume da população empregada é acompanhado por uma diminuição do número de desempregados, traduzindo essencialmente que o crescimento do emprego não só proporciona diminuição do desemprego existente, como envolve a criação de postos de trabalho no âmbito dos inativos que ingressem pela primeira vez no mercado de trabalho. É de esperar que esta tendência se inverta no atual contexto socioeconómico, decorrente da pandemia COVID-19.

Condição da População Perante o Trabalho

Unidade: N.º Indivíduos

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
População total	247 535	247 358	244 785	244 638	242 599	242 175	242 479
População ativa	121 583	122 315	120 797	122 210	122 313	123 400	121 164
Empregada	101 768	106 715	107 345	111 246	111 799	113 665	113 779
Desempregada	19 815	15 600	13 452	10 964	10 514	9 734	7 384
Tx. de Atividade (%)	49,1	49,4	49,3	50,0	50,4	51,0	50,0
Tx. de Atividade Feminina (%)	43,1	43,4	44,2	44,9	44,6	44,9	44,7

Tx. de Desemprego (%)	16,3	12,8	11,1	9,0	8,6	7,9	6,1
-----------------------	------	------	------	-----	-----	-----	-----

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego

O acréscimo de emprego ocorreu sobretudo no setor terciário, tendo os setores secundário e primário registado decréscimos relativamente ao ano anterior, traduzindo-se numa redução do seu peso em termos proporcionais.

A evolução no setor secundário tem vindo a revelar, nos últimos anos, alguma recuperação, sobretudo no ramo da Construção Civil, depois da forte crise de investimento ocorrida em 2008, e acentuada em 2011, mas sem atingir o ritmo das indústrias, em termos de intensidade e regularidade.

No setor terciário, destaca-se a sua moderação de crescimento, que voltou a ser mais evidente pela contenção em atividades com características de serviços públicos, tais como Administração, Ensino, Saúde e Ação Social, comparativamente a serviços mais associados a atividades mercantis, tais como Comércio e Transportes.

População Ativa Empregada por Setores de Atividade

	Indivíduos, n.º			%		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Setor Primário	11 979	11 265	10 230	10,7	9,9	9,0
Setor Secundário	17 525	19 331	19 209	15,7	17,0	16,9
Setor Terciário	82 296	83 082	84 340	73,6	73,1	74,1
Total	111 800	113 677	113 779	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego

Observando a evolução do emprego, segundo a respetiva distribuição por profissões, evidenciase o crescimento de Pessoal de Serviços e Vendas, no âmbito do setor terciário, pelo volume e regularidade verificados nos últimos anos.

A profissão Administrativos também revelou um acréscimo expressivo, enquanto as outras categorias profissionais, associadas ao setor terciário, mostram um volume de ativos mais estáveis.

Já outras categorias revelaram maior estabilidade ou decréscimo menos acentuado de volume de emprego, como o caso dos Trabalhadores Não Qualificados ou dos Agricultores e Pescadores, correspondendo estes últimos, grosso modo, à evolução do próprio setor primário, que vem mantendo a sua representatividade no contexto do volume global de emprego.

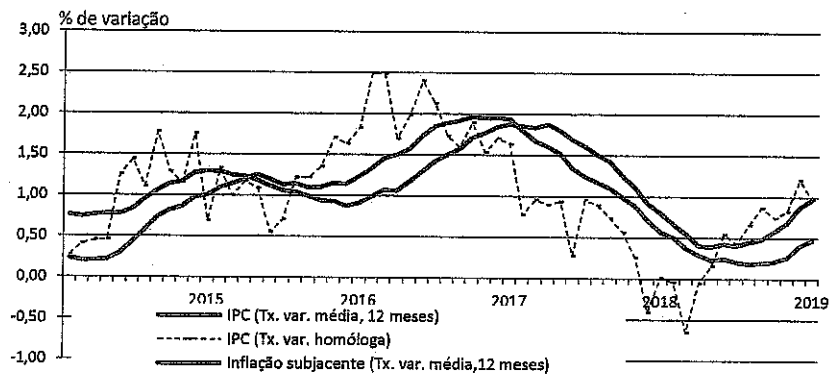
Preços no consumidor

O Índice de Preços no Consumidor, no ano de 2019, registou uma variação à taxa média de 0,47%, interrompendo a trajetória que vinha delineando nos dois anos anteriores.

Este valor corresponde a uma fase de inflexão, conforme se pode observar no gráfico abaixo, através da linha da taxa de variação média, ao mesmo tempo que as variações homólogas o confirmam com valores crescentes e proporcionalmente superiores.

No mesmo sentido apontam os dados da inflação subjacente que, apesar dos produtos energéticos e alimentares não transformados virem a representar um peso tendencialmente decrescente, também contribuíram para a evolução do nível geral de preços no consumidor, em 2019.

Evolução intra-anual do IPC, base 2012
(taxas de variação homólogas)



Fonte: SREA

Para a inflexão de preços registada contribuíram as classes 2. Bebidas, 7. Transportes e 11. Hotelaria e Restauração, registando os acréscimos de preços mais intensos, seja através de mecanismos económicos internos de crescimento, seja por resposta a mercados com procura externa em expansão.

Como fator de moderação de preços contribuíram as classes 2. Bens Alimentares, 3. Vestuário e Calçado e 8. Comunicações, que registaram decréscimos, mesmo em termos nominais, encontrando-se associadas a bens de consumo interno e em segmentos de mercado com oferta superior à procura.



Variação e Contribuição por Classes de Despesa

Unidade: %

Classes	Variação de preços		Ponderadores (peso)	Contribuição	
	2018	2019		2018	2019
1. Alimentares e Bebidas não Alcoólicas	-1,1	-1,0	27,6	-0,3	-0,3
2. Bebidas Alcoólicas e Tabaco	3,4	4,0	5,2	0,2	0,2
3. Vestuário e Calçado	-2,1	-6,3	6,1	-0,1	0,4
4. Habitação, Água, Eletricidade, Gás e Outros combustíveis	1,0	0,2	8,4	0,1	0,0
5. Acessórios, Equip. Domést. e Manut. Corrente da Habitação	1,4	1,8	5,9	0,1	0,1
6. Saúde	0,6	0,8	8,6	0,0	0,1
7. Transportes	2,4	2,8	13,7	0,3	0,4
8. Comunicações	0,1	-2,7	4,7	0,0	-0,1
9. Lazer, Recreação e Cultura	-0,2	-0,6	4,5	0,0	0,0
10. Educação	1,9	-1,2	0,9	0,0	0,0
11. Hotéis, Cafés e Restaurantes	2,4	2,8	6,3	0,2	0,2
12. Bens e Serviços Diversos	0,9	1,6	8,1	0,1	0,1
Total	0,6	0,5	27,6	0,5	0,3

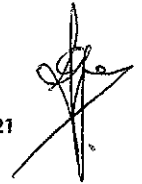
Fonte: SREA

Moeda e Crédito

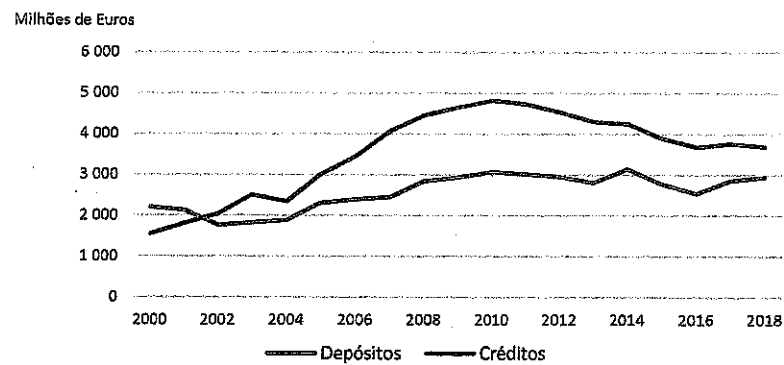
O volume de poupança captada através das redes de bancos comerciais com balcões na Região Autónoma dos Açores tem vindo a situar-se num patamar próximo de 3 000 milhões de euros de depósitos.

Já quanto ao volume de crédito concedido, depois de uma fase em que se atingiu o máximo muito próximo de 5 000 milhões de euros no ano de 2010, tem vindo a registar uma trajetória de redução significativa.

Este tipo de tendência insere-se na sequência de políticas com vista a reequilibrar os balanços financeiros e de aproximar as capacidades de financiamento interno às necessidades de investimento sustentável da economia.



Evolução de Depósitos e Créditos Bancários



Fonte: Banco de Portugal (Últimos dados disponíveis no Banco de Portugal - 2018)

Nota: Esta série foi descontinuada a partir de 2018, não havendo dados a partir dessa data.

Efetivamente, em 2018, a concessão de créditos de 3 679 milhões de euros assentou numa base de poupança de 2 940 milhões de euros, representando um grau de cobertura de 79,9%, enquanto em 2010 os respetivos valores representavam apenas 63,6%.

No período em análise verificou-se um aumento de garantia de cobertura financeira, que poderá ser traduzível numa melhoria daquele rácio em cerca de 16 pontos.

Estes dados decorrem da política de desalavancagem financeira de economia no período pós- crise de 2011 e inserem-se nos processos de consolidação e reestruturação do setor bancário.

Depósitos e Créditos Bancários

Unidade: 10⁶ Euros

Anos	Depósitos	Créditos 1)	Créditos/Depósitos (%)
2010	3 065	4 816	63,6
2011	3 015	4 728	63,8
2012	2 945	4 527	65,1
2013	2 799	4 291	65,2
2014	3 133	4 245	73,8
2015	2 771	3 889	71,3
2016	2 538	3 675	69,1
2017	2 850	3 766	75,7
2018	2 940	3 679	79,9

1) Não inclui crédito titulado

2) Esta série foi descontinuada a partir de 2018, não havendo dados a partir dessa data.

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico, www.bportugal.pt

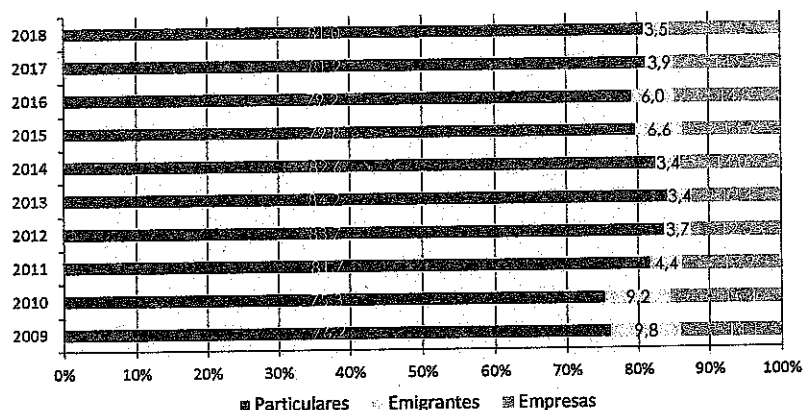
O volume de depósitos captados em 2018 registou um crescimento à taxa média anual de 3,2%, que traduz um ritmo de crescimento comparável ao registado no conjunto da economia do país, mantendo assim a quota que registara no ano anterior, de 1,4%.

Os depósitos de particulares residentes no país continuam a representar a principal fonte de poupanças captadas pelos bancos, representando cerca de 80% do total e, logicamente, condicionando de forma mais evidente a evolução geral.

Os depósitos de empresas (sociedades não financeiras) têm registado uma representatividade de cerca de 15%, nos últimos três anos.

Os depósitos de emigrantes ocupam uma posição complementar e a sua trajetória aponta no sentido de uma mudança de padrão a partir de 2011.

Estrutura dos Depósitos



Fonte: Banco de Portugal (Últimos dados disponíveis no Banco de Portugal - 2018)

O volume de créditos concedidos registou um decréscimo à taxa média anual de 2,3% durante o ano de 2018, comparável ao observado no conjunto do país, mantendo assim a quota idêntica à do ano anterior, de 2,0%.

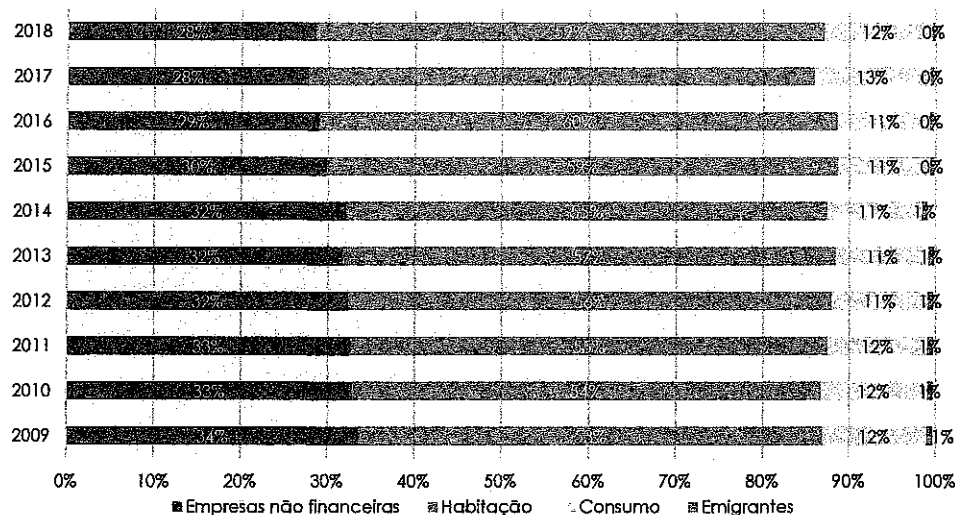
Os empréstimos para habitação representam a componente mais significativa e, depois de crescimentos mais intensos durante a fase de alavancagem, vêm registando uma evolução mais próxima da evolução geral, praticamente paralela.

Os créditos para financiamento empresarial vêm representando uma posição de cerca de um terço do total.

Os empréstimos ao consumo representam, de 2009 a 2018, cerca de 11% a 12% do total dos créditos concedidos, evidenciando maior variabilidade, seja por maior sensibilidade a fatores de conjuntura, seja pela própria dimensão mais reduzida que ocupam.



Estrutura dos Créditos



Fonte: Banco de Portugal (Últimos dados disponíveis no Banco de Portugal - 2018)

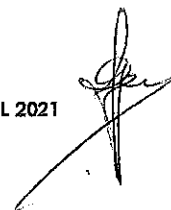
Finanças Públicas

O montante de 1 299,9 milhões de euros das despesas da conta da Região Autónoma dos Açores, durante o ano de 2019, incorpora um acréscimo nominal à taxa média de 8,9%.

Nesta evolução das despesas assinala-se o aumento das Despesas Correntes e de Capital. Em contrapartida, as despesas do Plano registaram um decréscimo face a 2018.

O acréscimo das Despesas Correntes, verificado no último ano, abrangeu diversas rubricas. Se algumas podem ser condicionadas significativamente por fatores de ordem externa, como é o caso de Encargos Correntes da Dívida e respetivos juros, outras dependem mais de opções de políticas e gestão internas, como as Transferências e as Despesas com Pessoal.

Se ao conjunto das Despesas Correntes, de Capital e do Plano se adicionar o montante de Operações Extraorçamentais de 176,7 milhões de euros, contabiliza-se um total de despesa de 1 476,5 milhões de euros, representando mais 1% relativamente ao ano anterior.



Despesas – Conta da RAA

Unidade: Milhares de Euros

Despesas	2016	2017	2018	2019
Despesas Correntes	672 836	690 625	687 412	715 484
Despesas com Pessoal	311 786	318 425	317 132	117 115
Aquisição de bens e Serviços correntes	13 197	13 227	12 529	8 530
Encargos correntes da dívida (juros e outros)	14 670	15 637	15 391	21 112
Transferências correntes	321 735	331 018	329 398	555 608
Subsídios	0	0	0	0
Outras despesas correntes	11 448	12 318	12 962	13 119
Despesas de Capital	139 616	72 877	81 698	164 043
Aquisição de bens de capital	295	306	336	305
Ativos financeiros	0	0	0	0
Passivos financeiros (amortizações)	138 943	72 393	81 258	163 634
Transferências de capital	0	0	0	0
Outras despesas de capital	378	178	104	104
Despesas do Plano	368 177	373 825	425 101	420 338
Sub-total	1 180 629	1 137 326	194 211	1 299 864
Contas de Ordem / Operações extraorçamentais	206 182	229 017	268 282	176 668
Total	1 386 811	1 366 343	1 462 493	1 476 532

Fonte: Conta da RAA, DROT

A receita total da conta da Região Autónoma dos Açores, em 2019, totalizou 1 331,3 milhões de euros, mais 11,5% do que em 2018.

O crescimento verificado nas Receitas Correntes resulta, sobretudo, do aumento registado nos Impostos Diretos, Indiretos e das Transferências.

No âmbito das receitas fiscais, a arrecadação de Impostos Indiretos no montante de 484 milhões de euros representa um acréscimo de 2,9%, relativamente a 2018. Nos Impostos Diretos, também se registou uma variação positiva de 2,8%, em período homólogo.

Os empréstimos pedidos no montante de 223,5 milhões de euros, contabilizados na rubrica Passivos Financeiros, representam um acréscimo à taxa média anual de 58,5%, relativamente ao ano de 2018.

Adicionando os movimentos de contas com operações extraorçamentais obtém-se um total de receita de 1 507,6 milhões de euros.

Receitas – Conta da RAA

Unidade: 1000 euros

Receitas	2016	2017	2018	2019
Receitas Correntes	818 481	848 154	904 288	929 421
Impostos diretos	191 425	206 957	204 366	210 053
Impostos indiretos	420 764	432 450	471 007	484 487
Contribuições Segurança Social	11 215	10 019	357	0
Taxas, multas, outras penalidades	8 078	7 797	9 458	10 180
Rendimentos de propriedade	4 347	9 192	9 140	8 544
Transferências	179 915	179 393	207 650	212 791
Outras receitas	2 737	2 346	2 310	3 368
Receitas de Capital	360 956	287 085	287 120	399 556
Venda de bens de investimento	1 096	1 584	1 537	1 372
Transferência	171 043	152 543	143 038	173 165
Ativos financeiros	127	852	1 536	1 516
Passivos financeiros (empréstimos pedidos)	188 500	132 000	141 000	223 500
Outras receitas de capital	190	107	9	3
Outras receitas/ Reposições não abatidas nos pagamentos	1 152	2 324	2 603	2 121
Saldo da gerência anterior	164	122	360	160
Sub-total	1 180 753	1 137 686	1 194 371	1 331 259
Contas de Ordem/ Operações extraorçamentais	206 083	229 037	268 648	176 375
Total da Receita	1 386 836	1 366 723	1 463 019	1 507 634

Fonte: Conta da R. A. A., DROT

Em 2019, o saldo corrente de 213,9 milhões de euros decorre da diferença entre as Receitas Correntes de 929,4 milhões de euros e as Despesas Correntes de 715,5 milhões de euros.

O saldo de operações de capital de -182,5 milhões de euros, também inclui as operações classificadas como investimentos de plano.

Desta forma, deduz-se um Saldo Global de 31,4 milhões de euros, ao qual, agregando os juros e encargos do serviço da dívida de 21,1 milhões de euros, obtém-se um Saldo Primário de 52,5 milhões de euros.

Saldos – Conta da RAA

Unidade: Milhões de Euros

	2016	2017	2018	2019
Saldo Corrente	145,6	157,5	216,9	213,9
Saldo de Capital	-145,5	-157,2	-216,7	-182,5
Saldo Global	0,1	0,3	0,2	31,4
Saldo Primário	14,8	15,9	15,6	52,5

Fonte: Direção Regional do Orçamento e Tesouro, Conta da R.A.A.

Dívida Pública Direta

Durante o ano de 2019, registaram-se operações de natureza meramente contabilística, na ordem dos 811,7 milhões de euros, que aumentaram o montante de dívida direta da Região, por contrapartida de anulação da dívida da responsabilidade da empresa pública SAUDAÇOR - Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S. A., que foi extinta.

Com esta reestruturação, o montante de dívida direta da Região ultrapassa ligeiramente os 1,7 mil milhões de euros, representando os juros e outros encargos cerca de 1,2% do stock de dívida.

Dívida Pública Regional

Unidade: Milhares de Euros

	2016	2017	2018	2019
Dívida Pública Direta	573 001	632 608	867 270	1 738 848
Serviço da Dívida	153 613	88 030	96 649	184 746
Juros e outros encargos	14 670	15 637	15 391	21 112
Amortizações	138 943	72 393	81 258	163 634

Fonte: Direção Regional do Orçamento e Tesouro, Conta da R.A.A.



Indicadores de atividade económica

Considerando a evolução económica mais recente, em contexto de pandemia COVID-19, tomando alguns indicadores simples, verifica-se que alguns indicadores da atividade económica foram profundamente afetados, travando de forma brusca o contexto geral de estabilidade e de crescimento moderado que se vinha registando até ao final de 2019.

No caso do setor dos serviços, onde o turismo se vinha destacando por ganhos progressivos de peso relativo na formação do produto interno e na oferta de postos de trabalho, observa-se uma acentuada redução do número de dormidas e também no movimento de passageiros nos aeroportos da Região, onde se registou um decréscimo de cerca de 1 065 000 passageiros desembarcados no final de 2020, representando um decréscimo de 62,5%, em comparação com o ano de 2019.

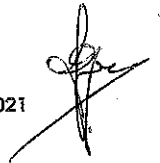
Após um pico do número de licenças de habitação concedidas e das vendas de cimento no 2.º trimestre de 2018, verifica-se uma retoma de tendências, de forma mais clara no setor da habitação, onde a reabilitação urbana tem tido algum significado.

Um dos indicadores mais representativos do consumo duradouro, a venda de veículos automóveis, com uma evolução algo variável nos períodos intra-anuais, será revelador da confiança das famílias na situação económica em geral, que permite avançar com este tipo de aquisição de bens, havendo, no entanto, neste indicador, que ter em consideração alguma alavancagem das vendas de veículos, por via da reposição e aumento do parque de viaturas para a atividade do *rent-a-car*. Comparando 2020 com 2019, verifica-se que foram vendidas menos 272 viaturas em igual período, sendo esta uma consequência do atual contexto de pandemia em que nos encontramos.

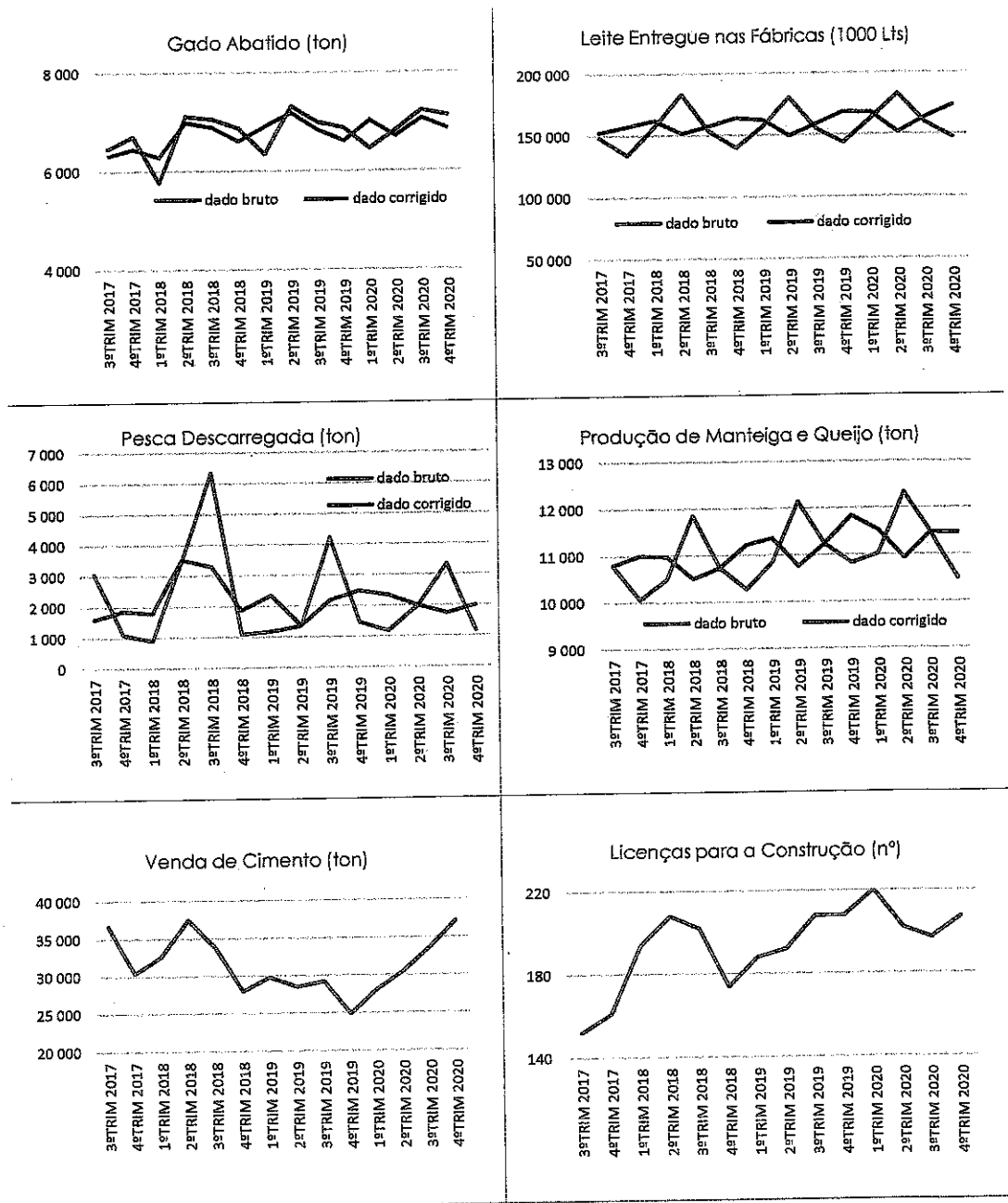
Muito dependente de elementos naturais, é difícil captar uma tendência na evolução do pescado descarregado nos portos de pesca da Região, ressaltando a menor produção recorrente no primeiro trimestre de 2020, a que estarão associadas condições climáticas mais desfavoráveis para a atividade da pesca. O pescado descarregado em 2020 foi de aproximadamente 7 600 toneladas, o que traduz um decréscimo do pescado descarregado, relativamente ao ano anterior, de aproximadamente 600 toneladas.

No domínio da fileira do leite, mantém-se um volume de mais de 600 milhões de litros entregues nas fábricas por ano, com alguma oscilação intra-anual na produção de laticínios, mas com tendência de crescimento sustentado a prazo mais dilatado. Regista-se, no final de 2020, a entrega de cerca de 650 milhões de litros de leite nas fábricas da Região. No mesmo período, a produção de manteiga e queijo ascendeu a 45 000 toneladas.

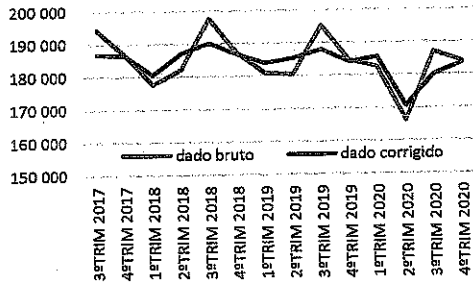
O contexto atual da pandemia está a afetar negativamente a atividade económica e por consequência também terá um impacto negativo ao nível do emprego.



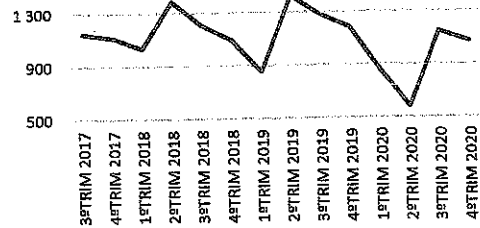
As políticas públicas de manutenção do emprego, implementadas no atual contexto de pandemia COVID-19, já refletidas nos dados mais recentes disponibilizados pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), relativos a 2020, permitiram atenuar os efeitos negativos esperados ao nível do emprego e do desemprego.



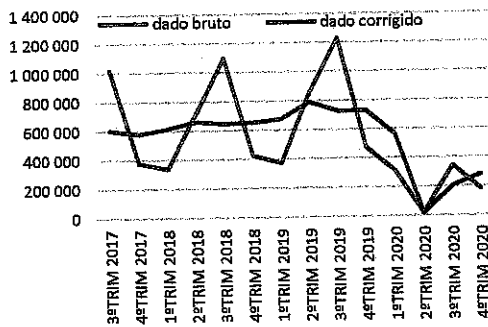
Consumo de Eletricidade (Mwh)



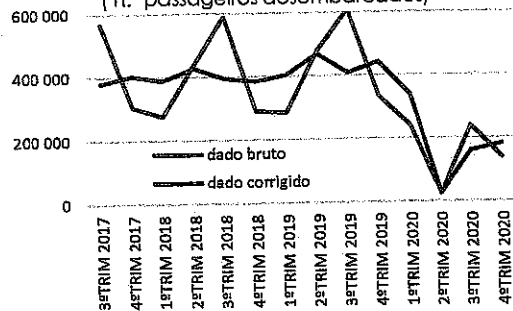
Vendas de Automóveis novos (n.º)



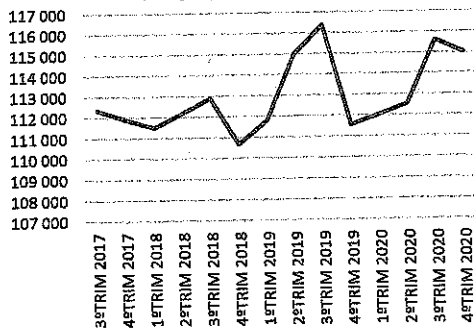
Dormidas na Hotelaria (n.º)



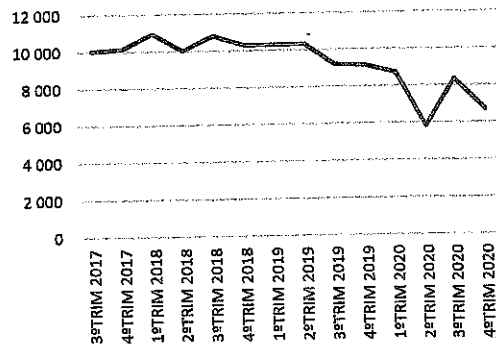
Movimentos nos Aeroportos (n.º passageiros desembarcados)

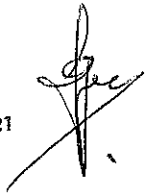


Emprego (N.º de indivíduos)



Desemprego (N.º de indivíduos)





III POLÍTICAS SETORIAIS

Políticas para a coesão social e para a igualdade de oportunidades

◆ *Solidariedade Social*

O Plano Regional Anual para 2021 prevê assegurar o desenvolvimento de políticas transversais e de estratégia de atuação multidisciplinar que permita que todo o cidadão possa desfrutar de uma vida ativa e saudável. Assim sendo, foram delineadas estratégias e ações com o objetivo de reforçar a capacidade da comunidade em apoiar e integrar os grupos, indivíduos e famílias que enfrentam maiores dificuldades.

Em consequência, este plano visa assegurar a implementação de mecanismos de proteção social nas diversas áreas.

Infância e Juventude

A resposta do Governo Regional vai no sentido de se apoiar a criação de uma rede de respostas personalizadas de apoio à infância em termos de mini creches e amas. Esta medida só será possível através do aumento da rede de respostas ao nível dos equipamentos sociais nestas áreas. Este reforço estrutural será adequado com as recomendações das taxas de cobertura da Região, por ilha e por concelho, ajustando, assim, às reais necessidades da população.

Por outro lado, este reforço irá potenciar a conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional, não só pelo aumento das vagas participadas, mas também pela redução das mensalidades e adequabilidade dos horários de funcionamento às dinâmicas das famílias.

No que se refere à juventude, será fundamental o reforço da capacidade de respostas dos Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil, como via facilitadora do reingresso das crianças e jovens na escola e fortalecimento das suas competências.

Família, Comunidade e Serviços

Neste domínio, propõem-se assegurar medidas no sentido de apoiar as famílias, que, derivado da pandemia COVID-19, podem registar uma perda de rendimentos, causada pelo desemprego e/ou lay-off. Atendendo à situação que se vive mundialmente e pelas suas implicações socioeconómicas, considera-se necessário a criação e adequação de políticas de apoio que



fomentem o aumento do rendimento disponível das famílias mais carenciadas. Propõe-se ainda o apoio às famílias através das refeições escolares no período de férias escolares, sendo estes valores ajustados às previsões.

Por outro lado, no que se refere ao desenvolvimento e coesão social, propõem-se apoios a investimentos em estruturas que permitam respostas transversais à comunidade, de promoção intergeracional e inclusivas, que visam reforçar a ação nos vários níveis de intervenção, destacando-se a necessidade de adequar apoios que permitam reforçar as respostas de acolhimento temporário e/ou permanente e ainda respostas que promovam o apoio domiciliário.

No apoio domiciliário, existe a necessidade de apostar no reforço e renovação do parque automóvel. As instituições de cariz social apresentam algumas limitações no acesso às populações, desde o apoio no transporte para os mais jovens, bem como na rede domiciliária dos mais idosos, pelo que a promoção de aquisição de viaturas é, sem dúvida, uma forma de mitigar as distâncias entre as respostas sociais e a população, promovendo o acesso a serviços e respostas. Assim, a aquisição de novas viaturas também surge como necessidade de renovar as frotas automóveis, respeitando, por exemplo, os valores recomendáveis de emissões de gases CO2 considerados poluentes. Numa ótica mais expectante, e com vista à promoção de energias limpas, pretende-se proceder à substituição das viaturas existentes por viaturas híbridas ou totalmente elétricas, indo ao encontro das máximas da União Europeia em matéria ambiental.

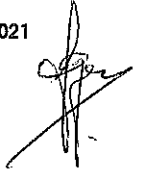
Públicos com necessidades especiais

Para 2021 prevê-se a aposta na melhoria da rede de infraestruturas destinada a este público-alvo, através da criação, ampliação e remodelação destes espaços. Assim, será possível aumentar a capacidade de resposta, o que se reflete no aumento do número de vagas ao nível de centros de atendimento, acompanhamento e reabilitação social, centros de atividades ocupacionais e lares residenciais, proporcionando o acompanhamento destes cidadãos, bem como a promoção das suas competências e reforço da sua autonomia.

Idosos

Derivado do contexto atual que vivemos, decorrente da pandemia COVID-19, existe a necessidade de repensar as políticas e medidas destinadas a estes cidadãos. Assim, no Plano Regional Anual para 2021, as políticas destinadas aos mais idosos passam pela adequabilidade das respostas sociais disponíveis, mas também pela criação de novas políticas e medidas para este público-alvo.

A COVID-19 revelou que se mantém a necessidade da criação, ampliação e melhoria da rede de infraestruturas para idosos, incluindo centros de dia, centros de noite, cuidados continuados integrados e estruturas residenciais para idosos, porque nem todos têm condições de frequência



e/ou permanência nas suas residências sem o auxílio de terceiros para cuidados básicos e de saúde, e ainda para o desenvolvimento das atividades de vida diária.

Por outro lado, é imprescindível a criação de uma nova resposta que complemente o serviço de apoio ao domicílio e apoio ao projeto dos cuidadores informais, permitindo aos mais idosos envelhecer na sua moradia. Esta resposta de apoio ao *aging in place* deve ser suportada por uma rede de recursos humanos e tecnológicos, reforçada pelo serviço de teleassistência que apoie o cidadão e a família na prestação de cuidados pelo grau de autonomia.

Ainda no âmbito da promoção de respostas no domicílio para esta população, este plano prevê a criação de medidas de proximidade e inserção dos idosos nas suas famílias e comunidades de origem, mantendo os vínculos familiares e culturais, com apoios como o aumento da majoração regional das famílias de acolhimento de pessoas idosas.

Natalidade

O Governo Regional adotará medidas de estímulo à natalidade, de combate ao despovoamento populacional, bem como medidas de promoção da conciliação entre a vida profissional e familiar, de modo a compatibilizar o apoio na educação dos filhos e a criar condições de permanência dos mais idosos em ambiente familiar.

◆ *Igualdade, Inclusão Social e Combate à Pobreza*

Os Açores estão confrontados com a necessidade de responder eficazmente à pobreza e à exclusão social, não se podendo descurar que a Região é marcada por desigualdades na distribuição de recursos e oportunidades, que conduzem a um maior risco de pobreza.

No Plano Regional Anual para 2021 propõe-se assegurar medidas no sentido de apoiar as crianças e jovens, famílias e comunidade, pessoas com necessidades especiais e idosos. As consequências socioeconómicas da situação que se vive mundialmente implicam a criação e adequação de políticas de apoio que fomentem o aumento do rendimento disponível das famílias mais carenciadas, através de medidas de apoio como a atualização anual do abono de família, o complemento regional de pensão para idosos, o complemento para a aquisição de medicamentos pelos idosos. Propõe-se ainda o apoio às famílias através do apoio financeiro para a comparticipação das propinas e do complemento ao doente oncológico, sendo estes valores ajustados às previsões.

Para 2021, preveem-se projetos de intervenção social vocacionados para a promoção nas áreas da infância e juventude, idosos, pessoas com deficiência e incapacidade e públicos em situação de grave exclusão. Prevê-se um investimento em campanhas de sensibilização, criação de estruturas multidisciplinares com intervenção técnica especializada, apoio técnico e



capacitação das Instituições Particulares de Solidariedade Social. E, também, reforçar as políticas de prevenção e combate à violência doméstica e de género, focadas na formação de profissionais de diferentes áreas, social, educação e saúde, com o objetivo da melhoria das respostas de apoio à vítima.

O Governo Regional vai avaliar, rever e ajustar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, que tem por objetivo central a redução dos níveis de pobreza na Região Autónoma dos Açores, retomando a convergência para a média nacional e assegurando simultaneamente a coesão entre os diferentes territórios dos Açores.

◆ **Habitação**

As principais orientações estratégicas de política setorial da área da Habitação a prosseguir no ano de 2021 são:

Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional

- Promoção e Apoio à Habitação Própria e a Custos Controlados

Subsídios não reembolsáveis a atribuir às famílias para participação na aquisição, construção, ampliação e alteração de habitação própria, ao abrigo do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 59/2006/A, de 29 de dezembro.

- Operações Urbanísticas e Reabilitação de Infraestruturas Habitacionais

Obras de urbanização e de reabilitação para disponibilização de fogos a pessoas singulares e de lotes a pessoas singulares e coletivas destinados à promoção de habitação própria permanente e à habitação de custos controlados, respetivamente, ao abrigo do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2005/A, de 3 de agosto.

- Reabilitação do Parque Habitacional da Região

Obras de recuperação e reabilitação de habitações atribuídas a famílias em regime de arrendamento apoiado (Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro), ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009/A, de 16 de dezembro.

- Programa “Casa Renovada, Casa Habitada” e Combate à Infestação por Têrmitas

Apoios financeiros a atribuir às famílias ao abrigo do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2019/A, de 24 de maio, para obras de reabilitação, reparação e beneficiação de fogos destinados a habitação permanente ou para arrendamento, bem como no combate à infestação por têrmitas, cujo regime foi instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/, de 30 de junho.

- **Salvaguarda Habitacional em Zonas de Risco**
Operações de realojamento de famílias a residir em zonas de risco, nomeadamente falésias, orla costeira e leitos de ribeiras, quer diretamente, quer através de contratos ARAAL a celebrar com os respetivos municípios.
- **Operações de Inserção e Reintegração Social**
Estudo, avaliação e apoio ao desenvolvimento de políticas e medidas de inserção social de famílias; investimentos no âmbito da estrutura técnica de cooperação e de planeamento interdepartamental e interdisciplinar; Arrendamento Acessível e Cooperação.
- **Incentivo e Apoio ao Arrendamento**
Subsídios ao arrendamento de prédios ou de frações autónomas de prédios urbanos, destinados à habitação, a atribuir a famílias, ao abrigo do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009/A, de 16 de dezembro, denominado por Famílias com Futuro.
- **Construção/Arrendamento de Fogos para Arrendamento/Subarrendamento Apoiado**
Operações a levar a efeito com vista a aumentar o ritmo de oferta pública de habitação, quer pela via de novas construções, quer pela via da aquisição e/ou arrendamento do stock existente, para atribuição a famílias mais vulneráveis em regime de arrendamento/subarrendamento apoiado, no âmbito do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009/A, de 16 de dezembro.
- **Cooperação com Autarquias – Acordos de Colaboração IHRU/RAA/Municípios**
Encargos com empréstimos contraídos para construção/aquisição de habitação destinada a realojamento de famílias residentes em barracas ou situações abarracadas, no âmbito dos contratos ARAAL celebrados com os municípios de Ponta Delgada, Lagoa, Ribeira Grande, Vila Fraca do Campo, Povoação, Nordeste, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.
- **Condomínios e Seguros**
Encargos com quotas de condomínio e seguro nos prédios em regime de propriedade horizontal em que a Região é detentora de frações habitacionais atribuídas em regime de arrendamento apoiado, instituído pela Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro.
- **Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica**
- **Reabilitação, Conservação e Manutenção de Instalações**
Reabilitação, conservação e manutenção de edifícios, designadamente o edifício sede da Direção Regional da Habitação, que se encontra infestado por térmitas.
- **Adequação e Adaptação Tecnológica dos Serviços**



- Atualização do equipamento informático e respetivo *software*.
- Recuperação dos Efeitos da Intempérie *Lorenzo*
- Apoio à Reabilitação em Habitações Danificadas pela Intempérie

Apoios a famílias para reparação de danos em habitações provocados pelo furacão *Lorenzo*.

◆ *Educação*

Na continuidade da remodelação do parque escolar da Região está previsto o investimento na construção da última fase da EBI de Rabo de Peixe, na remodelação das instalações da EBI de Capelas e no início da construção das novas instalações da EBI de Arrifes.

Tendo em conta que se encontram em fase de conclusão as intervenções em novas construções com o apoio de fundos comunitários, há necessidade de se efetuar um forte investimento na melhoria das instalações das restantes escolas.

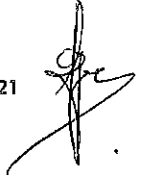
Será dada continuidade à colaboração com as autarquias na reformulação das infraestruturas do primeiro ciclo e da educação pré-escolar da sua responsabilidade, através da celebração de contratos ARAAL.

A nível pedagógico, assegurar-se-á a continuidade das políticas educativas estabelecidas para o ano letivo 2020/2021. Nomeadamente, destacam-se entre as ações mais prementes, em consonância com o definido no Programa do XIII Governo Regional dos Açores para 2021-2024, a implementação de mecanismos que garantam melhorias significativas na universalidade e na equidade de acesso a respostas educativas no ensino à distância, assim como a prossecução dos projetos pedagógicos, procedendo-se à sua reapreciação.

Neste sentido, é de salientar, no âmbito da promoção do sucesso escolar, a necessidade de dotar as escolas, professores e os alunos de equipamento informático que permita o recurso ao ensino à distância.

No que concerne à valorização dos profissionais da educação, será dada relevância à formação no domínio das novas tecnologias do pessoal docente e não docente.

No que respeita ao desenvolvimento da autonomia das escolas, a aposta centra-se em desenvolver mecanismos de gestão e de comunicação inteligente e desburocratizada.



◆ Saúde

A política de saúde é uma prioridade permanente, para além da pressão e exigência adicional que a gestão da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 impõe sobre o setor. A capacitação do Serviço Regional de Saúde (SRS) com os meios humanos e materiais necessários para combater a pandemia, e os seus efeitos, bem como garantir a prestação de cuidados de saúde aos açorianos, é a prioridade no curto e médio/longo prazo.

Em 2021, este setor será reforçado financeiramente atendendo aos efeitos nefastos da resposta à pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2.

A política de Saúde da Região privilegiará a promoção da saúde e a prevenção da doença, definindo-se, como prioridade, os cuidados primários de saúde, e, neste sentido, foram criadas as seguintes ações do Plano 2021: Política de promoção da saúde e prevenção da doença - Plano Nutrição das Escolas # Alimentação Saudável; Programa de Literacia em Saúde; Estratégia e Plano para Implementar o Enfermeiro de Família na RAA.

Relativamente aos cuidados hospitalares, em 2021, as orientações incluem: a retoma e recuperação da atividade; a fixação de profissionais de saúde; garantir a interoperabilidade de sistemas de informação de modo a disponibilizar a informação clínica aos profissionais de saúde e ao utente; suprimir o subfinanciamento crónico, dotando as unidades hospitalares e as unidades de saúde de ilha dos meios financeiros que correspondam ao custo real da sua produção, assegurando a qualidade da sua prestação e o pagamento atempado aos seus fornecedores.

Pretende-se considerar e manter a rede de infraestruturas e equipamentos, dotando as unidades de saúde e os profissionais de melhores meios e recursos técnicos. Assim, para 2021 destaca-se:

- Empreitada da Construção do Novo Corpo C do Hospital da Horta – 2.ª Fase - Centro de Saúde;
- Empreitada de Modernização e Remodelação do Hospital de Ponta Delgada;
- Construção do Laboratório SEEMBO;
- Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores;
- Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde de Velas;
- Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Lajes do Pico;
- Elaboração de planos de manutenção das USI.

No âmbito da acessibilidade e proximidade, serão garantidas todas as medidas que conduzam a uma atempada prestação de cuidados de saúde a todos os açorianos, criando melhores condições de acessibilidade aos utentes do SRS que tenham de efetuar deslocações para fora da sua ilha de residência.



No âmbito da organização do SRS, os objetivos para 2021 incluem:

- Estabelecer um Plano Regional de Saúde com programas que tenham em conta a prevalência das principais patologias na Região, com indicadores de saúde mensuráveis, permitindo o acompanhamento da evolução do seu cumprimento;
- Elaborar estratégia para a Rede de Cuidados Paliativos;
- Promover a prevenção primária e o diagnóstico precoce de doenças oncológicas, nomeadamente através do apoio aos programas organizados de rastreio, de base populacional;
- Capacitar o SRS de equipamentos para uma resposta eficaz;
- Desenvolver uma estratégia de promoção de saúde mental e prevenção de doenças psiquiátricas;
- Retomar o processo de Radioterapia da Ilha Terceira.

As características demográficas dos Açores, com uma população envelhecida, sobretudo em algumas ilhas, obrigam a assumir medidas intersetoriais que abrangem a nossa população geriátrica, pelo que para 2021 será implementado o Plano de Desenvolvimento de Unidades de Geriatria.

Na área da prevenção dos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD), a identificação dos fatores de risco e de proteção nos grupos-alvo de intervenção (individual, família, escola e comunidade) permite identificar, de igual modo, as vulnerabilidades e as potencialidades existentes, com vista ao planeamento ajustado das ações/estratégias de intervenção. Assim, um dos principais objetivos na área da prevenção é a alteração do equilíbrio entre fatores de risco e os de proteção, superação destes relativamente aos primeiros, havendo, ainda, a considerar os seguintes objetivos relativamente à prevenção:

- Aumentar a abrangência, a acessibilidade, a eficácia e a eficiência dos programas de intervenção;
- Aumentar o conhecimento sobre o fenómeno dos consumos de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, de forma a adequar as intervenções.

Os níveis operacionais de intervenção são os seguintes:

- a) Prevenção Universal - Os Programas de Prevenção Universal dirigem-se a grandes grupos da população em geral, sem que se tenha apurado a existência de risco de uso/abuso de substâncias psicoativas – serão realizadas campanhas de informação/sensibilização.
- b) Prevenção Seletiva - A Prevenção Seletiva tem como população-alvo grupos vulneráveis que se encontram em maior risco de desenvolverem problemas relacionados com o consumo de



substâncias psicoativas, visando prevenir comportamentos mais problemáticos de consumo dessas substâncias e a exclusão social antes que surja a necessidade de tratamento – serão desenvolvidos projetos específicos com recurso a parceiros e profissionais do SRS.

- c) Prevenção Indicada - A Prevenção Indicada tem por objetivo identificar e intervir junto de indivíduos que possam aparentar sinais de abuso precoce de substâncias psicoativas e outros problemas comportamentais e abrangê-los com intervenções específicas, com vista a intervir no abuso de substâncias psicoativas como um comportamento, mas a um nível anterior à necessidade de tratamento – realização de encaminhamentos para as equipas de CAD ou outras equipas/respostas especializadas.

Nesta área, os contextos de intervenção são: Meio Comunitário, Familiar, Escolar, Recreativo, Universitário, Laboral, Prisional e Desportivo.

Relativamente à Promoção da Saúde em contexto escolar, os programas de prevenção serão desenvolvidos de forma a intervir precocemente, logo ao nível do pré-escolar, dirigindo-se a fatores de risco de abuso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, tais como comportamentos agressivos, competências sociais pouco adaptadas e dificuldades académicas.

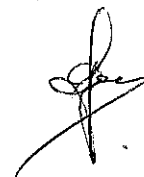
A planificação do tratamento deve ter em conta e ajustar-se às necessidades globais do utente, determinadas não só pelo grau de gravidade da perturbação, mas também pelas comorbilidades físicas e psíquicas que eventualmente possa apresentar. Assim, o tratamento de uma pessoa com comportamentos aditivos ou dependência pode requerer a combinação de diferentes intervenções terapêuticas: psicofarmacológicas, psicológicas/psicoterapêuticas, médicas, intervenções sistémicas e reabilitação social.

O Modelo de Tratamento desenvolvido em Portugal é um modelo integrado, assente numa abordagem biopsicossocial que constitui o principal eixo da abordagem multidisciplinar dos comportamentos aditivos e dependências, em que os diferentes recursos terapêuticos se integram e articulam em momentos simultâneos ou sucessivos, de acordo com o diagnóstico, as necessidades e capacidades do utente e da família.

A definição da rede de respostas aos comportamentos aditivos e dependências preconiza a prestação de cuidados em ambulatório, tendo como base a relação estabelecida entre o utente e um técnico de saúde. Assim, o início do tratamento em ambulatório pode ocorrer:

- Através dos Cuidados de Saúde Primários;
- Através das Instituições com Intervenção na área dos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

Já o tratamento em internamento acontece quando a abordagem integrada do utente com comportamentos aditivos e dependência evidencia um conjunto de características e de problemas associados (tipo e gravidade) que necessitam de uma intervenção mais específica e



especializada. Serão mobilizadas para o processo de tratamento outro tipo de estruturas mais diferenciadas, as quais poderão determinar períodos de internamento (Unidades de Desabilitação e Comunidades Terapêuticas).

A apreciação do ato ilícito é retirada da instância judicial e é submetida à avaliação das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT), criadas para o efeito. A sua ação, despoletada pelo sistema judicial com a intervenção das forças de segurança e tribunais, perante a aquisição, posse e/ou consumo de substâncias psicoativas ilícitas, tem como objetivo último a dissuasão dos consumos e a promoção de uma melhor qualidade de vida.

Privilegia-se o conhecimento aprofundado da situação dos indiciados, sustentado em critérios de avaliação e diagnósticos eficazes, permitindo adequar a intervenção às necessidades e características dos indivíduos.

A abordagem nesta temática tem consistido em promover a mudança do comportamento dos consumidores de substâncias psicoativas, a fim de diminuir os riscos nos casos em que não é possível impedir o consumo ou conseguir a abstinência. Implica frequentemente trabalhar com pessoas com comportamentos aditivos e dependências com muitos problemas psicossociais e enfrentar contextos problemáticos e situações imprevisíveis.

As intervenções promotoras da reinserção têm como suporte o Modelo de Intervenção em Reinserção (MIR) e têm como objetivo primordial melhorar e qualificar o serviço que é prestado aos cidadãos, procurando sempre a eficácia e eficiência da intervenção. As estratégias sistemáticas de acompanhamento e de mediação social, transversais aos processos de reabilitação, são consideradas como fundamentais para o processo de reabilitação das pessoas com comportamentos aditivos e dependências, consubstanciando-se na definição, avaliação e *follow-up* de planos individuais de inserção e, no que respeita à mediação social, no desenvolvimento de estratégias integradas de atuação em cada uma das dimensões, indivíduo, família e sistemas sociais, e na relação entre elas.

◆ **Desporto**

No âmbito do desporto, as principais linhas de política setorial a prosseguir em 2021 são:

Desenvolver investimentos na área da promoção da estimulação motora precoce, como forma de ultrapassar as sequelas que poderão advir, por via dos sucessivos meses de confinamento e quase total imobilidade físico/motora, e que – a confirmarem-se – terão implicações no normal desenvolvimento das crianças e jovens da Região, quer no plano motor, quer no plano cognitivo e de desenvolvimento pessoal.



Promover, em ambiente pedagogicamente favorável, atividades que incentivem o conhecimento e identificação do corpo, bem como deste mesmo corpo em interação com os outros e com o meio ambiente.

Propagar investimento na área da promoção da atividade física desportiva, com particular ênfase nas atividades destinadas às crianças e jovens da Região, através do apoio e incentivo às atividades regulares do movimento associativo desportivo.

Assumir especial investimento na promoção do desporto para os cidadãos portadores de deficiência, que, através da sua prática regular, para além dos próprios benefícios físicos e psicológicos individuais, constitui uma oportunidade e simultaneamente uma expressão de integração e reconhecimento social, sem, no entanto, esquecer, conforme indica a Carta Europeia do Desporto (1992), que "o Desporto deve ser definido como uma participação organizada que tem por objetivo a manifestação ou melhoramento das condições físicas e psíquicas de um indivíduo ou grupo de indivíduos, o desenvolvimento das relações pessoais e a obtenção de resultados em competições de todos os níveis".

Promover oportunidades para que os cidadãos portadores de deficiência que não demonstrem apetência para a prática desportiva e, no entanto, tenham vontade de promover uma prática física regular consigam espaço e oportunidade para a fazer.

Investir, ainda, na generalização das oportunidades de prática para os cidadãos em geral, quer seja através da melhor adequação das instalações desportivas oficiais existentes, incluindo a modernização do parque desportivo regional, quer seja na criação de oportunidades de prática, promotoras da criação do hábito de estilos de vida ativos e ainda através da vigilância sobre a qualidade da oferta pelos diferentes prestadores de serviços desportivos.

No contexto de toda a atividade físico/desportiva promover, com carácter de urgência, e em parceria com todos os agentes desportivos da Região, uma profunda alteração do regime jurídico em vigor, que - pelo seu tempo de vigência - vem revelando muitas desadequações com o atual modelo organizativo do movimento associativo desportivo da Região. Com isso pretende-se criar um enquadramento formal do desporto, investindo na criação de condições, não só do acesso à atividade local de treino e competição dos escalões de formação, mas da melhoria qualitativa da prática desenvolvida, através da disponibilização de vários mecanismos de reforço da formação especializada dos nossos jovens.

Promover o reforço no trabalho junto dos nossos jovens Praticantes Desportivos de Alto Rendimento e Jovens Talentos Regionais, no sentido de adequar as suas condições, de preparação e de competição, aproximando-as dos patamares nacionais e internacionais preferencialmente, sempre que o estímulo de treino seja considerado bom, integrando-os em centros de treino e trabalhos de seleção e assegurando condições para a preparação e participação nos "Jogos das Ilhas 2021".



Assumir, definitivamente, o "Alto Rendimento" como a expressão maior da qualidade competitiva internacional traduzida no rendimento desportivo dos atletas açorianos e os "Jovens Talentos Regionais" "medida" em contextos competitivos de elevado nível e com o máximo rigor, no sentido de apurar o conjunto de praticantes desportivos de elevado nível que passarão a beneficiar de um conjunto relevante de apoios que, a serem concretizados, levarão, conseqüentemente, a uma melhoria dos resultados desportivos alcançados por praticantes desportivos açorianos.

Garantir o acesso às instalações desportivas propriedade da Região, mantendo elevados padrões de qualidade no seu funcionamento através de mecanismos de gestão e monitorização permanente, que asseguram cada vez mais a sua rentabilização e eficiência, mas sem descurar as preocupações com as questões ecológicas das mesmas.

◆ *Proteção Civil*

Em 2021, o Governo Regional dos Açores propõe-se a desenvolver a sua política de investimentos de forma criteriosa e rigorosa, no âmbito da Proteção Civil.

A definição estratégica de toda a política de investimento tem como ponto fulcral a prevenção e a pronta prestação de cuidados à população, numa ótica de complementaridade, conforme seguidamente se descreve.

Adquirir novos equipamentos perante a necessidade de adquirir capacidade material, formativa e humana, de forma a dar resposta aos novos desafios da área da proteção civil, e tendo como objetivo máximo a resposta eficaz e pronta, nunca perdendo de vista as reais necessidades da Região Autónoma dos Açores.

Garantir o apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários para garantirem o transporte terrestre de doentes e elevar a sua capacidade no socorro às populações, bem como a sua sustentabilidade perante a crise económica que atravessamos.

Assegurar a aquisição de novos equipamentos que permitam modernizar, adequar e reforçar os meios e equipamentos técnicos e de proteção individual dos bombeiros, assim como formar e treinar as melhores técnicas de padrão nacional, de acordo com as exigências efetivas que as missões atuais apresentam.

Reforçar o investimento nas reparações e manutenção de veículos e equipamentos para garantir a operacionalidade de todos os meios distribuídos pela Região.

Efetuar investimento na aquisição de novas viaturas por forma a substituir as que se encontram tecnicamente ultrapassadas por via do parco investimento efetuado nos últimos anos ou que já não reúnam as condições ideais para o socorro às populações.



Reforçar o investimento no parque informático e *software*, e respetivos contratos de manutenção, permitindo a consolidação dos dados e a obtenção de informação cada vez mais fíável que permita monitorizar os resultados operacionais e implementar as conseqüentes melhorias.

Dinamizar e alargar o âmbito de atuação da Linha de Saúde Açores como forma de permitir uma melhor racionalização dos recursos disponíveis.

A formação e qualificação continuarão a ser uma aposta, tanto nas recertificações como na realização das diversas ações de formação, fundamentais à eficácia dos serviços que os bombeiros prestam às nossas populações, no âmbito das missões que lhes estão atribuídas.

Propõe-se aperfeiçoar as técnicas de combate aos fogos, busca e resgate em estruturas colapsadas, utilizando o Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Promover a realização de exercícios com a inclusão de todos os agentes de proteção civil e demais entidades com responsabilidade nesta área.

Promover a preparação e formação de equipas especializadas em busca e resgate em estruturas colapsadas e em fogos florestais, prontas para atuarem na Região ou para serem projetadas para auxílio no continente ou noutra regiões insulares.

Aprofundar as ações de sensibilização junto da população açoriana em geral e nos clubes de proteção civil a funcionar nas escolas da Região.

Aumentar o número de exercícios e de ações de formação junto dos órgãos de poder local.

Em relação à construção e remodelação dos quartéis de bombeiros da Região Autónoma dos Açores, prevê-se a conclusão do projeto de ampliação do quartel das Lajes do Pico, da Povoação, na ilha de S. Miguel, e do quartel da Horta, na ilha do Faial.

◆ *Cultura*

A complexidade da realidade pandémica que vivemos veio alterar global e transversalmente todas as dimensões da vida humana, afetando sobremaneira o setor cultural.

Não obstante, foi ao setor cultural que todos recorreram quando confinados, do local ao global, também ela, a Cultura esteve na "linha da frente" no combate à solidão e ao isolamento, onde foi alento e divertimento.

A democratização e descentralização da Cultura, estabelece a missão regional de levar a Cultura de e a todas as ilhas, rentabilizando recursos, agentes e criadores culturais.

Assim, em 2021, e no âmbito da política setorial, será dado ênfase a quatro eixos prioritários:



- 1 - No campo de ação da Educação para a Cultura, procurar-se-á envolver as escolas no âmbito das artes, para a literacia e fomentando o intercâmbio escolar através de clubes escolares culturais ou de teatro.

Proporcionar ao público escolar experiências culturais de forma continuada, numa ligação estratégica com o Plano Regional de Leitura, promovendo o gosto pela leitura através de um programa de ação que envolva as bibliotecas escolares e os serviços educativos das bibliotecas públicas da Região.

Investir em projetos sustentáveis, em atividades e serviços educativos inovadores, promovendo a divulgação informal de conhecimentos em contexto escolar, como, por exemplo, através de grupos folclóricos, etnográficos, contadores de histórias, tirando partido da riqueza dos saberes deste tipo de manifestação cultural.

Incrementar a cooperação com a televisão e a rádio públicas, no sentido de enquadrar e apoiar elementos e projetos de promoção cultural nas respetivas programações regulares.

Apoiar o Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas dos Açores - "SOREFIL".

- 2 - No campo da democratização da Cultura, procurar-se-á garantir a existência de oferta cultural em todas as ilhas, aproveitando as deslocações dos artistas regionais, nacionais e internacionais, para que possam circular entre ilhas, bem como a realização de parcerias ou de outros mecanismos de cooperação com as autarquias, estruturas artísticas e comunidade educativa, garantindo a cobertura das comunidades mais vulneráveis, remotas e rurais, como uma medida de proximidade.

- 3 - No âmbito do fomento e apoio à Criatividade, procurar-se-á apoiar as entidades culturais em espetáculos, obras ou produções artísticas que promovam a divulgação da nossa história, costumes ou artes e em paralelo, estimular o investimento de empresas e de cidadãos individuais em projetos criativos.

Apoiar projetos que permitam que os Açores estejam presentes nos mercados nacionais e internacionais, possibilitando o intercâmbio e a circulação de autores e artistas açorianos, dando a conhecer as suas obras.

Promover os procedimentos para a revisão do Regime Jurídico de Apoio às Atividades Culturais, bem como o seu reforço, por forma a estimular a produção cultural na Região.

Desenvolvimento da estratégia do audiovisual e multimédia, nas áreas de formação, divulgação e promoção.



4 - No âmbito da proteção e projeção do Património, procurar-se-á promover uma estreita cooperação entre turismo, ambiente e cultura, na preservação, valorização e conhecimento do território e do património cultural móvel e imóvel.

Aprofundar as dinâmicas da Rede Regional de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores, renovando-os e adaptando-os, bem como apoiar os museus municipais, locais e parques arqueológicos subaquáticos.

Apoiar a intervenção, conservação e restauro de bens móveis e imóveis, bem como ações para a proteção, conservação de bens arquivísticos públicos e inventariação, tratamento e estudo do património arquitetónico e artístico da Região.

Apoiar a criação e difusão de intervenções ao nível da Arte Contemporânea.

Pretende-se, na sequência da transformação digital, implementar medidas de modernização administrativa, na gestão de museus e bibliotecas, bem como desenvolver a presença de conteúdos culturais em meio digital, nomeadamente visitas virtuais, modelação em 3D de elementos de património cultural móvel e imóvel, criando programas informáticos de conteúdo pedagógico, cultural e turístico.

Criar condições para a candidatura da viola da terra a "Património Material da Humanidade", considerando as características únicas, a tradição e a história contidas nas suas variações de sonoridades, a originalidade de se tratar de um instrumento artesanal único no património musical mundial, assim como elaborar os procedimentos necessários à candidatura dos Açores a membro associado da UNESCO.

◆ *Juventude*

A juventude açoriana encontra, no dobrar da segunda década do século XXI, novos desafios decorrentes da aceleração da alteração das características da nossa sociedade, mas também resultantes de um contexto de crise sanitária devido à pandemia por COVID-19 que assola o mundo na sua globalidade.

Em traços gerais, a política de juventude para o ano de 2021 terá como base fundamental a capacitação dos jovens em competências de educação não formal, que propiciem, de uma forma integrada, a realização pessoal e a preparação para a integração na vida ativa.

Neste sentido, no âmbito da Cidadania e Formação dos Jovens, serão implementados projetos em diferentes áreas: no debate político juvenil, na educação para o empreendedorismo; na inclusão social e erradicação da violência e discriminação; na criação do Certificado de Competências de Educação Não Formal; na formação em diversas áreas do saber e

conhecimento e na promoção da formação em competências empreendedoras no ensino básico e secundário/profissional.

Na área da mobilidade e fixação dos jovens, será dinamizada a experiência do contacto com outras localidades através do projeto Bento de Góis e a criação de um projeto de mobilidade, dentro da Região, que possibilite a ocupação de tempos livres noutra ilha dos Açores e ainda a manutenção do Cartão Interjovem, que será alvo de uma reformulação de gestão e operacionalização, que será efetivada na campanha em 2022.

No Associativismo e Voluntariado, será reforçado o apoio às associações juvenis através do Sistema de Incentivo ao Associativismo Juvenil, o qual será alvo de análise e proposta de reformulação para atender às reais e atuais necessidades das associações juvenis. Será ainda incrementado o espírito de voluntariado através de um projeto em parceria com a Região Autónoma da Madeira e da dinamização de uma Bolsa de Voluntários Regionais. Está previsto ainda o apoio à melhoria de infraestruturas e equipamentos das associações de jovens.

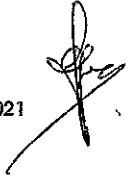
De forma a potenciar o empreendedorismo e autoemprego, está prevista a preparação de um concurso e mostra de empreendedorismo do ensino secundário/profissional; a preparação de um Encontro Regional de Jovens Empreendedores (*Azores Summit*); a implementação do projeto Jovens + - Empreendedorismo Social, o qual será revisto para alargar o âmbito da sua ação; será desenhada e debatida a criação do Gabinete do Jovem Empreendedor; a execução do programa OTL – Ocupação de Tempos Livres, reformulando a sua regulamentação para responsabilizar as entidades recetoras por uma mentoria adequada e, por fim, a execução do "Entra em Campo".

Numa época global e globalizante, a estratégia para a juventude deste Governo Regional também terá como desígnio a capacitação dos jovens em competências digitais, através do apoio a projetos de criação de espaços formativos e de apoio nas áreas da tecnologia de comunicação e informação. Será preparado um projeto de sensibilização e intervenção ambiental, indo ao encontro do preconizado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No que concerne à promoção da criatividade e inovação, serão apoiados projetos de desenvolvimento de competências criativas e lançado o projeto "CriAcores", que tem como objetivo a divulgação e criação artísticas e culturais.

Serão ainda desenhadas conferências e fóruns de e para jovens, haverá um reforço na estratégia de comunicação e informação, delineando um plano de *marketing* digital e dar-se-ão por concluídas as obras de requalificação do Serviço de Atendimento ao Jovem e Serviços da Direção Regional da Juventude.

As políticas de juventude contarão com um aporte reflexivo sobre as dinâmicas dos jovens, com base em estudos e respetivo tratamento estatístico, através do Observatório da Juventude dos



Açores, operacionalizado por um contrato programa com a Universidade dos Açores e a Fundação Gaspar Frutuoso.

◆ *Qualificação Profissional e Emprego*

O XIII Governo Regional dos Açores utilizará todos os instrumentos de política económica e social de que dispõe para ajudar a proteger os trabalhadores, diminuir o desemprego e atenuar as consequências socioeconómicas negativas da pandemia COVID-19 na Região Autónoma dos Açores.

Numa primeira fase, a Região irá atuar através das suas políticas públicas no sentido de prosseguir com a estratégia que permita, por um lado, minimizar dificuldades e, por outro, colmatar necessidades de forma a ultrapassar os desafios que o contexto económico e social, em transformação constante, impõe.

Contudo, é necessário, o quanto antes, centrar esforços no lançamento e concretização das bases de um novo paradigma de desenvolvimento baseado na tecnologia, no conhecimento, na transição digital, na economia verde e azul, na formação, mas, acima de tudo, na qualificação dos açorianos, e que se materialize em grandes linhas de orientação com enfoque no combate à precariedade, na promoção da empregabilidade jovem, na redução do desemprego de longa duração e no investimento na qualificação e formação dos açorianos.

Nesse sentido, torna-se imprescindível investir na formação profissional em áreas que obedeçam a uma estratégia regional de ajustamento entre as necessidades atuais e futuras do mercado de trabalho com os interesses e vocações dos jovens, sendo por isso fundamental fomentar uma auscultação dos parceiros sociais, escolas profissionais e entidades formadoras, sem esquecer que será necessário dotar a formação profissional na Região de elevada competência técnica, recorrendo, para isso, a formadores especializados e infraestruturas adequadas e devidamente equipadas.

Perspetivando-se um horizonte temporal de 10 anos, promover-se-á, no âmbito da Formação Profissional na Região, o Fórum Regional da Qualificação Profissional, que juntará as escolas profissionais, responsáveis pela educação, representantes da sociedade civil, desde logo, o Conselho Económico e Social dos Açores, as autarquias locais e outros agentes do ecossistema da educação, formação, emprego e economia, para projetar a nossa ambição para o futuro neste domínio e, de um modo mais geral, para o futuro da qualificação dos açorianos.

Por outro lado, é também importante adotar incentivos e apoios aos jovens das vias profissionalizantes e aos adultos para a prossecução de estudos, através de uma articulação robusta com o ensino superior politécnico e universitário, a par dos incentivos à cooperação das instituições de ensino superior com a Administração Pública Regional e as empresas.



No sentido de acompanhar esta nova dinâmica de mudança, promover-se-á uma abordagem pioneira respeitante à formação profissional, com o objetivo de tomar o percurso formativo mais atrativo e adaptado à era da modernização digital, assim como se abordarão novos métodos que sejam mais vantajosos também para as nossas empresas, contribuindo para que estas disponham de mão de obra qualificada de que necessitam para enfrentar os desafios futuros.

Neste domínio, a estratégia definida prevê a criação de um Centro de Educação e Formação de Adultos, impulsionador do ensino DUAL na Região, refundando e revitalizando a Escola Profissional das Capelas, com o objetivo de desenvolver as políticas de formação de ativos da Região. A introdução do ensino DUAL permitirá que a formação profissional seja realizada em contexto de trabalho mais intensivo, possibilitando que, após a conclusão da formação, o formando seja capaz de assumir uma atividade profissional qualificada.

A qualificação e a formação dos açorianos são tidas como vetores essenciais na capacitação enquanto forma de potenciar a empregabilidade, validando, igualmente, soluções eficientes e eficazes, perspetivando, sempre, o aumento das habilitações dos açorianos, concretamente, por via do enfoque na certificação de formadores, numa bolsa regional de formadores, na certificação de entidades formadoras e, ainda, na certificação profissional.

O emprego que todos desejam é fator que consolida a família e estrutura a sociedade, assumindo, atualmente, maior relevância, atendendo ao contexto pandémico que se vive nos Açores e no mundo.

Ultrapassar a situação atual implica e implicará, a médio prazo, uma robusta recuperação económica e social, visando, numa primeira fase, a manutenção do emprego e, posteriormente, a criação líquida de postos de trabalho.

A economia privada tem de produzir mais emprego. É necessário unir os esforços, do Governo Regional, das autarquias, das empresas, das escolas profissionais, para se vencerem os desafios da formação e da empregabilidade, através por exemplo da cooperação técnico-financeira.

As orientações estratégicas passam, também, pela promoção do emprego, destinado a incluir pessoas em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho, visando responder a problemas específicos de emprego, como são o conjunto de medidas integrantes do Mercado Social de Emprego e de outros programas em execução.

A integração dos jovens no contexto laboral é crucial, e, nesse sentido, continuar-se-á a aprofundar os programas de incentivo à sua empregabilidade. Neste particular, é igualmente importante promover a inclusão dos que não estudam, não trabalham e não frequentam formação pela melhoria da pertinência do ensino e da formação orientados para o mercado de trabalho.



Na promoção de políticas ativas de emprego, será introduzida uma diferenciação positiva na promoção do emprego dos jovens e desempregados de longa duração, contemplando novos e diferenciados incentivos.

O Plano Regional de Emprego, que se irá reformar, assume particular importância enquanto meio que visa reforçar as estratégias para a empregabilidade, sendo, pois, um instrumento que será atualizado e ajustado às novas condições do mercado.



Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento

◆ *Competitividade Empresarial e Empreendedorismo*

O desenvolvimento económico dos Açores, a criação de emprego e a fixação das populações passam necessariamente pelo investimento privado. Neste âmbito, os sistemas de incentivos ao investimento privado constituem um instrumento fundamental de política económica, facilitando a adequação do tecido produtivo a uma maior concorrência interna e externa, através da obtenção de ganhos de produtividade e de competitividade, acelerando o processo de ajustamento da economia regional em direção a novos perfis de especialização.

O desenvolvimento das áreas de especialização inteligente baseadas no potencial regional fortalece o desempenho da inovação e fomenta a produtividade. Neste sentido, a prioridade do investimento deve visar a melhoria das aptidões de investigação e inovação e a absorção de tecnologias avançadas, fomentando a complementaridade e compatibilidade com outros instrumentos, como o Programa Horizonte Europa, como ferramenta para aumentar a cadeia de valor acrescentado, melhorar os índices de inovação nas empresas e desenvolver tecnologias de transição para uma economia neutra em carbono. Estes investimentos devem ser acompanhados do reforço da cooperação entre investigação pública e privada, com uma ativa transferência de conhecimento e tecnologia, a par da mobilidade de recursos humanos qualificados entre universidades, instituições de investigação e desenvolvimento, centros tecnológicos e empresas.

As competências digitais e a utilização de tecnologias digitais por parte das empresas regionais permanecem baixas. Há que promover a inclusão digital e, em particular, a aquisição e o desenvolvimento de competências digitais e tecnológicas em informação e comunicação orientadas para o mercado, através do apoio à integração de tecnologias digitais em negócios e processos produtivos de micro, pequenas e médias empresas (PME), a par da promoção do aumento da gama de serviços digitais prestados (*e-government, e-procurement, e-inclusion, e-health, e-learning, e-skilling, e-commerce*).

A predominância no tecido económico regional de micro e pequenas empresas afeta a capacidade de inovação e a produtividade. Os níveis de internacionalização das empresas portuguesas e açorianas são relativamente fracos. Existem necessidades de investimento para melhorar o crescimento e a competitividade das micros, pequenas e médias empresas (PME) para permitir que estas cresçam, criem empregos, se internacionalizem e promovam uma transformação industrial neutra em termos climáticos. Há que incentivar o ecossistema



empreendedor, o *networking*, as novas ferramentas de *marketing*, o fortalecimento de competências nas áreas de gestão e financeira, a partilha de conhecimento entre setores e fronteiras nacionais, facilitar o acesso ao crédito e ao capital próprio e melhorar a consciencialização sobre as oportunidades de financiamento disponíveis e serviços avançados de negócios para as PME.

Por outro lado, é necessário um esforço para se atingirem as metas estabelecidas de descarbonização a longo prazo, para 2030 e 2050. As necessidades prioritárias de investimento passam por promover medidas de eficiência energética e energia renovável e, em particular, melhorar a eficiência energética nas PME, apoiando a transição para a utilização de energias renováveis, de sistemas de energia inteligentes e soluções de armazenamento.

É imperativo promover a transição para a economia circular, favorecendo práticas, ações e comportamentos sustentáveis para aumentar a eficiência dos recursos das micros, pequenas e médias empresas.

No âmbito da política de incentivos, o período em causa coincide com o arranque do novo quadro 2021-2027, que, por via da situação de emergência vivida nos últimos meses devido ao surto pandémico COVID-19, encontra-se ainda em negociação, estimando-se que no início do segundo trimestre de 2021 seja dado seguimento à negociação do Acordo de Parceria entre a UE e Portugal, para que sejam admitidas candidaturas ainda no decorrer deste ano.

Após a entrada em vigor do Programa Operacional dos Açores para o novo período de programação, proceder-se-á à revisão do Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial, *Competir+*, adequando-o às prioridades que vierem a ser estabelecidas na sequência do Acordo de Parceria e Programa Operacional Regional, promovendo-se assim de forma rápida a transição entre períodos.

Na sequência da reformulação e atualização da legislação comunitária enquadradora dos Auxílios de Estado, promover-se-á, de forma atempada e ponderada, a revisão da política de incentivos ao investimento privado na Região. Dar-se-á continuidade a diversas iniciativas conducentes à redução dos custos de contexto, designadamente ao nível da simplificação dos procedimentos inerentes aos sistemas de incentivos. Serão igualmente desenvolvidas e apoiadas iniciativas que promovam a inovação, a qualidade e a competitividade, em parceria com as associações empresariais e outras entidades de investigação e desenvolvimento tecnológico da Região.

Atendendo que para o desenvolvimento económico de uma região é essencial a existência de uma sociedade dinâmica e empreendedora, serão dinamizadas diversas iniciativas com o objetivo de desenvolver o espírito empreendedor junto dos jovens, as quais pretendem incrementar uma cultura empresarial, baseada no conhecimento e na inovação.

Dar-se-á continuidade à concessão de apoios no âmbito do microcrédito, promovendo a integração no sistema económico de pessoas em situações de desfavorecimento social, contribuindo deste modo para uma maior coesão económica e social. O microcrédito define-se como um financiamento, de baixo montante, dirigido a pessoas que não encontram resposta no mercado de trabalho e que querem criar o seu próprio emprego ou pequeno negócio. Constitui um instrumento cada vez mais utilizado no combate à pobreza. O microfinanciamento já provou a sua importância em muitos países, como forma de combater a pobreza e a exclusão social.

Estas políticas integram-se numa gestão eficiente e eficaz de fundos europeus, em estreita articulação com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, com a Comissão Europeia e com os organismos de auditoria e fiscalização nacionais e europeus. Neste período transitório, essa gestão inclui a preparação do período de programação 2021-2027, do REACT-EU e do Plano de Recuperação e Resiliência, essenciais ao desenvolvimento económico e social da Região no seio da Europa.

◆ *Agricultura e Desenvolvimento Rural*

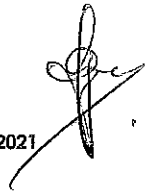
O Plano Regional Anual para 2021 configura uma real perspectiva de recuperação da economia açoriana, também pela via do investimento na agroprodução de alimentos seguros, sustentáveis, nutritivos e diversificados, reconhecendo, nesta pandemia, a resiliência dos agricultores e das fileiras da agrotransformação, principalmente, no que diz respeito à perda de rendimentos dos agricultores.

É uma evidência a quebra no preço do leite pago ao produtor e a diminuição abrupta na procura de produtos tradicionalmente comercializados para restaurantes, cafés, hotéis e destinados à venda a turistas (vinho, hortícolas, flores, frutos subtropicais, como o ananás e o chá).

O planeamento documental para 2021 atribui à transferência de conhecimento, a novos métodos agroprodutivos e aos mercados, uma visão de compromisso entre todos.

O Plano Regional Anual para 2021 assegura vários desafios, mas simultaneamente garante várias oportunidades. Neste sentido, a política para o agrorural açoriano nos próximos anos assenta numa visão de futuro, orientada para uma estratégia produtiva, onde se pretende ter uma agricultura saudável, sustentável, de preços justos e inclusiva.

O setor primário nos Açores assume uma expressão económica, social e territorial de grande relevância para a coesão regional, que marca a identidade de cada uma das nossas ilhas e o mérito das suas gentes.



Objetivamente, torna-se necessário diminuir a dependência alimentar exterior, melhorar a qualidade dos alimentos pela vertente nutritiva, procurar novos mercados e publicitar a sustentabilidade agroalimentar e o bem-estar animal na pecuária.

Em paralelo, serão avançadas medidas para fixar a população na agricultura e promover a agricultura familiar, valorizar a pequena e média escala da economia agrícola, melhorar o consumo local dos produtos locais, pugnar pela transparência das relações comerciais entre produção, transformação e distribuição, articular a investigação científica, a experimentação, a formação e a informação com a agricultura e desenvolver a agroindústria.

O investimento no "Relançamento Económico da Agricultura Açoriana" será executado no período 2021-2026, tendo por base planos de ação específicos para a inovação, vertidos em Planos Estratégicos Setoriais para as fileiras do leite e da carne e as fileiras das produções diversificadas.

Convém aqui constatar que a produção de leite nos Açores representa o nosso "Bilhete de Identidade", pelo que tem de receber uma atenção concreta.

Os fundos comunitários, neste período de transição, devem continuar a apoiar o investimento nas explorações agropecuárias, na sua modernização e reestruturação, e garantir o apoio direto aos agricultores. De todas as políticas de apoio europeu, importa referenciar o POSEI, que, na sua génese de princípios e valores, é muito mais do que um programa de apoio à agricultura açoriana; é, acima de tudo, um meio de reconhecimento da equidade e da solidariedade da União Europeia para com as RUP. O POSEI assegura a "dimensão ultraperiférica" e, como tal, consagra esta dimensão geográfica.

O POSEI é, sobretudo, a realização política, institucional e jurídica do Estatuto de Região Ultraperiférica, vertida no artigo 349.º do Tratado da União Europeia.

Neste âmbito, este documento previsional incorpora o POSEI num verdadeiro Estatuto de Região Ultraperiférica, ligando-o ao despovoamento e ao envelhecimento das populações, à imprescindibilidade de se fixar jovens e à urgente criação de emprego privado.

Estas preocupações obrigam a uma abordagem de iniciativas inteligentes, internas e de criatividade externas, num contexto de sustentabilidade do território, com responsabilidade para todos nós.

O investimento público está presente no plano, nas infraestruturas rurais (caminhos, água e luz) e de agrotransformação.

Toma especial ênfase no Plano Regional Anual para 2021, uma atitude de compreensão da agricultura em cada ilha, na ótica da especificidade e da complementaridade regional agroprodutiva.



◆ *Assuntos do Mar*

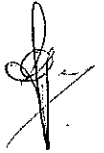
As políticas adotadas para o Mar dos Açores no Plano Regional Anual para 2021 centram-se numa visão estratégica de promoção de um oceano saudável, no combate às alterações climáticas e no restauro de ecossistemas, bem como no fomento ao emprego e a uma economia azul circular e sustentável. Estas políticas vão ao encontro da Estratégia Nacional para o Mar, bem como da concretização das diretrizes europeias que resultam da Política Marítima Integrada da União Europeia e na consolidação formal de uma estratégia regional para o Mar dos Açores.

O Governo Regional dos Açores dará seguimento às políticas de conservação da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos, nos termos do regime jurídico que lhes são aplicáveis a nível regional, da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (DQEM), das Diretivas Aves e Habitats da Rede Natura 2000 (RN2000) e da Diretiva Quadro da Água (DQA), bem como ao desenvolvimento de políticas setoriais de âmbito regional, como o Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional – Açores, Plano Regional para as Alterações Climáticas e o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, entre outros compromissos assumidos pela Região Autónoma dos Açores, a diversos níveis (regional, nacional e europeu).

Neste âmbito, destaca-se o projeto *LIFE IP AZORES NATURA*, que terá execução este ano, criado com o objetivo de obter um contributo significativo para a conservação de espécies e habitats, protegidos pelas Diretivas *Habitats* e *Aves*, classificados pela Rede Natura 2000, no território marítimo da Região. Tendo em conta a dimensão e complexidade deste projeto, revela-se necessário assegurar a contratação de serviços especializados e de consultoria para o cumprimento de tarefas específicas a desenvolver para o cumprimento do referido projeto.

O ano de 2021 será determinante para a preparação das intervenções no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027, não só nas áreas da proteção, resiliência e valorização da orla costeira regional, da proteção da biodiversidade marinha, do ordenamento do espaço marítimo e da economia azul sustentável, como também no que respeita à criação de instrumentos fundamentais para a execução de apoio ao setor do mar, nomeadamente no âmbito da pesca e da aquicultura, concretizáveis no próximo quadro comunitário de apoio, no âmbito dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, cuja negociação e respetiva implementação serão acompanhadas pelo atual Governo Regional, no superior interesse da Região.

Com a aprovação do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional – Açores (PSOEMA) e o recente reforço das competências da Região Autónoma dos Açores em matéria de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional, torna-se prioritário, enquanto elemento estruturante para desenvolver e potenciar, de forma sustentável, a economia do mar, através do desenvolvimento de procedimentos eficientes de licenciamento de usos privativos do espaço marítimo.



Este plano deverá contar com o apoio de projetos internacionais, já aprovados no âmbito de instrumentos financeiros comunitários, nos quais a Região, através da Direção Regional dos Assunto do Mar, é parceira (PLASMAR +, MARCET II, INTERTAGUA, OCEANLIT, MISTC Seas III, SMART BLUE F, LIFE-IP Azores Natura, LIFE-IP CLIMAZ e RAGES). Dá-se, assim, continuidade aos trabalhos de conservação da biodiversidade, gestão ambiental marinha, ordenamento do espaço marítimo e costeiro e promoção da economia do mar.

Serão, igualmente, criados mecanismos eficazes de ordenamento do espaço marítimo, que permitam a tramitação administrativa de processos de licenciamento de uma forma eficiente e desburocratizada, esperando que essa simplificação venha a facilitar a submissão de novas candidaturas para a utilização privativa do espaço marítimo da RAA. Neste sentido, será de grande importância continuar com o desenvolvimento e atualização do geoportal SIGMAR Açores, com o intuito de disponibilizar cada vez mais informação relevante e garantir a criação de mecanismos eficazes de ordenamento do espaço marítimo.

Com grande expressividade no total do investimento imputado a 2021, está a gestão e requalificação da orla costeira, onde foi identificado um número significativo de zonas costeiras consideradas de risco que serão intervencionadas, de acordo com o plano de gestão, requalificação, estabilização e de proteção costeira. Foram, igualmente, consideradas verbas com o intuito de responder a estragos imprevisíveis resultantes de intempéries e outras situações extraordinárias.

Quanto à proteção, conservação e reabilitação das zonas balneares costeiras, privilegiar-se-á a cooperação com as entidades gestoras de zonas balneares em todas as ilhas, apoiando técnica e financeiramente as ações que visem melhorar o usufruto, em segurança, da prática balnear, através da valorização e requalificação das infraestruturas associadas aos espaços, bem como o desenvolvimento de projetos europeus em curso, tais como o projeto ABACO, assente na melhoria da qualidade das areias e águas balneares. A monitorização da qualidade das águas balneares será mais abrangente, incluindo-se novos locais de amostragem. Estimular-se-á a formação de nadadores-salvadores, participando-se financeiramente os custos de formação. Com esta medida pretende-se o incremento de zonas balneares vigiadas e, conseqüentemente, mais seguras para os utentes.

Um dos pontos fulcrais do estímulo de crescimento da economia azul e da promoção de emprego qualificado e certificado na Região assenta na concretização dos eixos de ação estratégica de gestão da Escola do Mar dos Açores (EMA), a saber:

- Concretizar a criação formal do Estabelecimento de Ensino Profissional "Escola do Mar dos Açores" (EMA);
- Garantir a execução dos devidos processos de certificação da EMA (junto da DGRM e do ISN), com vista ao estabelecimento de condições do seu pleno funcionamento;



- Iniciar a atividade formativa (Formação Contínua de Ativos e Formação Profissional de Dupla Certificação).

Desta forma, será garantida a disponibilização de oferta formativa direcionada para as necessidades do mercado de trabalho, na promoção de emprego qualificado e de captação de jovens para as profissões em setores tradicionais e emergentes da economia do mar.

Como ação prioritária em 2021, será promovida a cooperação dos serviços responsáveis pelos assuntos do mar com os Parques Naturais de Ilha (PNI), apostando-se na formação com o objetivo de qualificar os recursos humanos dos PNI das áreas marinhas protegidas que compõem esses parques e no desenvolvimento de ações de valorização e gestão dos PNI, através do fomento e promoção de atividades marítimo-turísticas não extrativas e de investigação. Para além desta cooperação com os PNI, os assuntos do mar serão dotados com meios próprios para efetivar de forma mais completa e eficaz as boas práticas da Administração Pública Regional.

◆ *Pescas e Mar*

O Plano Regional Anual para 2021 prevê para o setor das Pescas e Aquicultura a introdução de padrões de governação baseados no conhecimento, na inovação e na qualificação, usando-os como motores de desenvolvimento, sustentabilidade e valorização dos recursos halieúticos e das zonas costeiras. Neste sentido, a política regional terá como metas, para além do reforço do crescimento de uma economia azul, a manutenção e criação de emprego, através da capacitação dos ativos da pesca e do aumento do rendimento do setor, a valorização dos produtos da pesca e a melhoria das condições de trabalho dos pescadores, nomeadamente, através do investimento em infraestruturas e equipamentos de apoio à pesca, tendo sempre por base a adaptação do esforço de pesca aos recursos existentes, a segurança dos ativos da pesca e a proteção dos ecossistemas marinhos.

Neste contexto, serão desenvolvidas diversas iniciativas, no que respeita à promoção de uma pesca e uma aquicultura ambientalmente sustentáveis e eficientes, em termos sociais e económicos. Conscientes que a viabilidade económica e a competitividade do setor das pescas pressupõem a definição de estratégias que tomem em consideração o estado dos recursos, única via para garantir a exploração sustentável, a Região dá prioridade à avaliação científica dos recursos alvo das diferentes pescarias, com eventual adaptação da frota e das artes utilizadas aos recursos existentes, salvaguardando sempre as componentes social e económica do setor. No que à aquicultura diz respeito, pretende-se apoiar a criação de instalações adequadas à exploração de culturas aquícolas, abrindo portas aos investidores e identificando áreas com potencial para o exercício da atividade.



Uma das áreas de intervenção previstas no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para o setor é a do desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores". Da avaliação feita a nível regional, relativa à capacidade instalada em matéria de investigação e inovação nas áreas das ciências do mar, foi possível identificar necessidades urgentes de investimento a dois níveis:

- Infraestruturas científicas e tecnológicas;
- Número e qualificação dos recursos humanos dedicados à investigação na área das ciências do mar a trabalhar com e nas instituições e empresas regionais.

Neste seguimento, no âmbito do PRR para o desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores", estabelecem-se os seguintes objetivos específicos:

- Assegurar a substituição do navio de investigação "Arquipélago" por uma plataforma moderna com altos padrões tecnológicos em termos de capacidades e de equipamentos e com elevado desempenho energético;
- Assegurar a criação de um centro experimental de investigação e desenvolvimento ligado ao Mar (Tecnopolo MARTEC), partilhável com as instituições do SCTA e as empresas, indutor de I&D em áreas tradicionais e emergentes, como as áreas das pescas e produtos derivados, da aquicultura, da biotecnologia marinha, dos biomateriais e recursos minerais ou das tecnologias e engenharias marinhas;
- Assegurar a criação de instalações adequadas à exploração de culturas aquícolas;
- Dotar as autoridades regionais com competências no meio marinho, para que estas possam exercer de forma efetiva a sua função de autoridade ambiental Direção Regional dos Assuntos do Mar - DRAM ou o estabelecimento e execução de políticas de pescas Direção Regional das Pescas - DRP, através da criação de meios técnicos e infraestruturas que permitam a execução destas tarefas.

Importa referir que está previsto, para 2021, o lançamento dos procedimentos de contratação pública exigidos, com a finalidade de dar início à construção do novo navio de investigação, bem como a construção do Tecnopolo MARTEC.

Serão, igualmente, desenvolvidos diversos projetos aprovados no âmbito do Programa de Cooperação INTERREG, nomeadamente a execução do projeto PLASMAR+, que visa contribuir para o avanço do processo de Ordenamento do Espaço Marítimo nos arquipélagos da Macaronésia e para apoiar o desenvolvimento sustentável do crescimento azul, bem como a execução do projeto OCEANLIT, que visa reduzir os resíduos marinhos, ajudando, desta forma, à conservação e recuperação dos espaços naturais protegidos costeiros e oceânicos em arquipélagos insulares.



Paralelamente, será dada continuidade aos programas de monitorização das diferentes pescarias praticadas na Região, protocolados com o Instituto do Mar - IMAR (Açores), nomeadamente o Programa de Observação das Pescas dos Açores (POPA), o Cruzeiro Anual de Monitorização das Espécies Demersais (ARQDAÇO), o Programa de Monitorização do Banco CONDOR e o Programa de Monitorização e Gestão dos Recursos Costeiros (MoniCo). Serão também promovidos estudos de diagnóstico socioeconómico e demográfico dos ativos da fileira da pesca, respondendo, deste modo, aos objetivos de sustentabilidade ambiental, económica e social, prosseguidos pela Região. Pretende-se ainda apoiar a monitorização da qualidade organoléptica e níveis de contaminação dos produtos da pesca.

Quanto à execução na Região do Programa Nacional de Recolha de Dados (PNRD), está em curso o Programa Plurianual para o biénio 2020-2021, que inclui, à semelhança dos programas anteriores, a recolha de dados morfométricos e biológicos das principais espécies que ocorrem na Região, bem como a monitorização da pesca (comercial e lúdica), em terra e no mar.

Destaca-se que toda a informação recolhida no âmbito destes programas garantirá a produção do conhecimento necessário para apoio à decisão e aos compromissos e metas europeias estabelecidas no âmbito da conservação do bom estado ambiental, bem como a elaboração dos planos de gestão para as espécies de maior interesse comercial ou unidades populacionais em risco.

Continuar-se-á a valorizar o nosso pescado através da sua diferenciação, que reside não só na forma artesanal como é capturado, mas também na sua qualidade alimentar. A dignificação da atividade e a valorização do capital humano de suporte à pesca, através da sua formação e qualificação, serão também uma prioridade.

Por forma a garantir a melhoria contínua do desempenho organizacional e o acesso generalizado à informação, será disponibilizada, numa plataforma *online* georreferenciada, toda a informação oficial da pesca, bem como o acesso *online* a todos os formulários em uso.

Estas políticas de governação do oceano assentarão num trabalho de cogestão, articulando os interesses das diversas instituições e setores, e de responsabilização de todos os atores da fileira da pesca.

Destaca-se ainda que para a concretização de políticas de gestão sustentável dos recursos da pesca é necessário reforçar a fiscalização e controlo das medidas existentes, pelo que se deverá apostar no aumento de meios materiais, tecnológicos e humanos, que permitam que este controlo seja eficaz.



◆ ***Ciência, Tecnologia, Inovação e Transição Digital***

O conhecimento, a qualificação e a inovação são fatores fundamentais do desenvolvimento das sociedades modernas, do crescimento económico sustentado, do bem-estar social, da riqueza e do progresso das regiões.

O impacto que a investigação, a transferência de conhecimento, a tecnologia e a inovação exercem nas empresas e noutras instituições de diversa natureza e, conseqüentemente, nas economias dos países e nas suas várias regiões é, hoje em dia, incontestável e incontornável.

O desempenho em inovação, resultante de atividades de transferência de tecnologia e da aplicação dos resultados da investigação fundamental e aplicada no tecido empresarial é, assim, um fator decisivo na competitividade de empresas e na criação de modelos de desenvolvimento sustentável, assentes na produção e apropriação do conhecimento por todos os setores da sociedade.

O grande desafio é, pois, reforçar a capacidade de as entidades regionais materializarem a investigação em efetiva inovação, sendo a produção de conhecimento científico e tecnológico, bem como o incremento da intensidade das atividades de transferência e cocriação desse conhecimento, aspetos fundamentais a ter em conta nas dinâmicas de desenvolvimento e progresso.

Nesse sentido, torna-se essencial definir e implementar uma estratégia concertada e integrada, em termos de políticas públicas e fontes de financiamento "multifundo", que seja capaz de promover uma efetiva interligação e convergência entre a ciência, a tecnologia, a inovação e o empreendedorismo, sinergicamente agregando, otimizando e sistematizando ações, iniciativas e medidas que potenciem a envolvimento dos vários atores do sistema de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (ID&I).

Neste contexto, releva igualmente o papel das infraestruturas de ciência e tecnologia, designadamente dos Parques de Ciência e Tecnologia (PC&T) e a sua ação no estabelecimento de redes, de relações colaborativas e de processos de eficiência coletiva, com o intuito de criar as condições para a promoção de uma cultura de inovação, empreendedorismo e de competitividade.

Os PC&T são ambientes propícios ao ecossistema de inovação, à criação de sinergias e aproximação dos centros de conhecimento do setor produtivo, ao desenvolvimento da capacidade de investigação aplicada, ao incremento de atividades de transferência de conhecimento, ao desenvolvimento de inovações técnicas, de novos processos ou ideias, e ainda de empresas de base tecnológica, permitindo, através da proximidade e uso intensivo de tecnologias, otimizar o estreitamento de relações colaborativas entre os diversos atores.



O dinamismo já verificado no âmbito das atividades dos PC&T, por um lado, e a apresentação, por parte das empresas, de cerca de duas dezenas de projetos de ID&I em contexto empresarial, no eixo 1 do atual programa operacional, incluindo interações e parcerias com institutos, cooperativas e laboratórios regionais e Universidade, por outro, revelam já uma dinâmica interessante e prometedora no incremento do ecossistema de investigação e inovação regionais.

Em relação à aposta no setor aeroespacial, importa referir que o XIII Governo Regional dos Açores pretende tornar a Região numa referência relativamente a uma área a que todos reconhecem com potencial interesse. O XIII Governo Regional dos Açores dará, por um lado, continuidade a todos os projetos que sejam considerados potenciais criadores de riqueza e, por outro, alavancará outros que permitirão suportar novos pilares de desenvolvimento sustentável. O Espaço deverá ser muito mais do que o mero reconhecimento de potencial geográfico e, por isso, será criada uma estrutura permanente que deverá responder à necessidade de gestão das atividades espaciais na Região.

Reconhecendo ainda a abrangência associada às atividades espaciais, é de primordial importância garantir que as parcerias e projetos em curso na área do Espaço servem de incremento e força motriz ao desenvolvimento regional, assente na capacitação do capital humano e no desenvolvimento do potencial das infraestruturas tecnológicas espaciais já existentes na Região, e, por isso, justifica-se a definição de uma estratégia pública regional que deverá ser não só orientadora e referência para um melhor aproveitamento dos recursos, mas também para a criação de uma lógica de apoio e promoção ao ecossistema científico, empresarial e tecnológico, que se tem vindo a desenvolver em torno deste setor.

Há, portanto, não só uma aposta clara neste setor, mas também uma estreita colaboração com as autoridades locais, de forma a garantir a melhor harmonização possível destes projetos com o interesse local. O Espaço e as atividades espaciais serão para a Região um desígnio que deverá estar ao serviço dos cidadãos enquanto instrumento de desenvolvimento social e económico, sendo que a aposta na edificação de novas capacidades que visem a inovação disruptiva representará uma oportunidade através das políticas a implementar por este Governo Regional.

A transição e transformação digital têm um papel crucial e transversal nas atuais sociedades. No âmbito de um processo de modernização administrativa, por exemplo, este processo decorre por via da reorganização das suas estruturas, para otimizar os recursos, ou por via da definição de ferramentas de gestão estratégicas, fundamentais para operar uma visão transversal e vertical dos objetivos estratégicos e específicos.

Os trabalhadores da Administração Pública Regional que operam e promovem os serviços que prestam, bem como os cidadãos e empresários que recorrem a esses mesmos serviços, desempenham ambos um papel motriz no processo de evolução da sociedade.



A qualificação destes utilizadores é um dos mais importantes desafios sociais que urge resolver. A capacidade de compreender e saber utilizar as tecnologias digitais é, hoje em dia, *conditio sine qua non* para que qualquer processo de otimização, melhoria, recuperação e reforço da resiliência seja bem sucedido.

Entende-se que a transição e transformação digital são um dos pilares neste processo de evolução. Por outro lado, a capacidade interna para identificar e caracterizar as deficiências é um dos primeiros passos que dará à Administração Pública Regional a capacidade para desenhar as suas soluções, na medida das reais necessidades dos seus utilizadores. No limite, esta falta de capacidade criará, naturalmente, uma dependência de terceiros no que toca ao planeamento, desenho, desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação que suportam as atividades das entidades da Administração Pública Regional, descurando o real foco: as necessidades dos cidadãos e empresários.

Mas a transição e transformação digital não se manifestam apenas na capacitação das pessoas e das empresas, ou na otimização dos processos e na desmaterialização dos serviços. Esta é, fundamentalmente, uma mentalidade, uma forma de estar no dia a dia. A transparência, apoiada numa cultura de partilha e de melhoria constante, são fatores cruciais para a geração de valor na sociedade. Os dados que são produzidos diariamente, quando devidamente analisados e desprovidos de um sentido de posse, são peça chave para a adoção de uma postura mais aberta, receptiva à experimentação, à partilha e à tomada de decisão fundamentada, respondendo às reais necessidades da sociedade.

Por fim, a dispersão de sistemas de informação que suportam os serviços prestados pelas entidades da Administração Pública Regional impede o desenvolvimento de uma filosofia baseada na interoperabilidade, modularidade e abstração, que são sinónimo de uma eficaz e eficiente otimização dos recursos disponíveis. No limite, esta dispersão impede a mudança de paradigma de uma Administração Pública Regional reativa para uma que seja proativa e, mais tarde, para a implementação de uma Administração Pública Regional *Seamless*, em que a sua presença não é notada, no entanto, estando lá, resolvendo e dando resposta às necessidades de todos e de cada um de nós.

◆ *Ambiente e Alterações Climáticas*

Perante o cenário de emergência climática que o planeta atravessa, assume particular importância a concretização das medidas de adaptação e mitigação estabelecidas no Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), num processo contínuo de acompanhamento, que implicará a clarificação dessas medidas, bem como a criação de métricas para a avaliação do sucesso da sua implementação.



Perspetivando o compromisso de alcançar a neutralidade carbónica em 2050, impõem-se políticas e medidas nos vários setores com vista à redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), conducentes a uma economia competitiva e de baixo carbono, em conformidade com o previsto no Acordo de Paris e no Pacto Ecológico Europeu. Neste âmbito, perspetiva-se a implementação de projetos e estratégias de sequestro de carbono da atmosfera, como sejam a criação e implementação de novos planos e projetos de florestação na Região ou a recuperação das zonas de turfeira.

Ainda em termos de ação no âmbito do combate às alterações climáticas, encontram-se as medidas de transição energética, que passam pelo reforço da aposta na produção de energias renováveis, que, para além de incluir investimentos em projetos públicos, contempla, ainda, o incentivo à microprodução para famílias e empresas, a promoção da mobilidade elétrica, a atribuição de benefícios fiscais para aquisição de veículos elétricos e a expansão e densificação da rede pública de pontos de acesso para carregamento.

No que concerne à informação e ao conhecimento público referente aos fenómenos associados às alterações climáticas, promover-se-á a implementação do Plano de Comunicação e Capacitação para as Alterações Climáticas – 2021/2023, criando condições para o aumento da resiliência por via da sensibilização para a importância da adoção de comportamentos adequados.

Neste âmbito, procurando medidas eficazes que promovam a resiliência perante o fenómeno das alterações climáticas, promover-se-á, ainda, o desenvolvimento de estudos de previsão e avaliação dos impactos da subida do nível médio da água do mar nas zonas do arquipélago mais vulneráveis, atendendo especialmente ao aumento da frequência de fenómenos climatéricos extremos, de modo a permitir implementar sistemas de alerta numa lógica de proteção civil e de salvaguarda das populações.

Outro dos eixos ambientais em que a Região tem de progredir, e que constitui um desafio complexo, é a gestão dos resíduos. Neste particular, proceder-se-á à revisão do Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA), prosseguindo a implementação de uma estratégia que, orientada para o respeito pelo princípio da hierarquia da gestão de resíduos, defina soluções sustentáveis e eficientes que permitam alcançar as metas e compromissos assumidos.

Nesta matéria, continuar-se-á a desenvolver campanhas de informação e sensibilização para a redução, reutilização e separação de resíduos, promover-se-á a melhoria dos sistemas de recolha porta a porta, da rede de ecopontos, ecocentros e recolha seletiva, estendendo-a a outros fluxos de resíduos, implementar-se-ão instrumentos com base na aplicação de sistemas PAYT (*pay as you throw*), permitindo a redução de custos com a gestão de resíduos aos cidadãos cumpridores e mais responsáveis do ponto de vista ambiental.



Dando resposta aos novos desafios europeus em termos da implementação de uma economia verde e circular, será realizada, também, uma forte aposta na promoção da recolha seletiva de bioresíduos e no combate à utilização dos produtos de uso único.

Em termos de Qualidade Ambiental, será promovida a revisão do Regime Jurídico da Avaliação do Impacte e do Licenciamento Ambiental, adaptando-se procedimentos que considerem as especificidades da Região e conformando-o com o direito europeu. Simultaneamente, proceder-se-á ao aumento da cobertura da rede de estações de monitorização da qualidade do ar existentes na Região em plataformas *online* e a disponibilização de informação pertinente ao público sobre impactos de determinados poluentes.

Ao nível da conservação da natureza e proteção da biodiversidade, continuar-se-á a implementação de programas e mecanismos de proteção da flora e da fauna autóctone e endémica dos Açores. Para além disso, será feito um reforço da estratégia de combate à progressão e de erradicação de espécies exóticas e invasoras. Promover-se-á, também, a realização de estudos de avaliação da capacidade de carga das áreas protegidas da Região e implementar-se-ão as cartas de desporto na natureza, como instrumentos privilegiados para a prossecução da sustentabilidade dos ecossistemas e da proteção dos recursos e valores naturais em presença, num contexto de crescente pressão turística.

◆ *Ordenamento do Território e Recursos Hídricos*

Em relação ao Ordenamento do Território, serão desenvolvidos trabalhos ao nível da implementação do Sistema de Gestão Territorial, nomeadamente na Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores, adaptação do Regime Jurídico da Reserva Ecológica à Região Autónoma dos Açores e acompanhamento dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores.

No quadro da avaliação de Instrumentos de Gestão Territorial, para o ano de 2021, iniciar-se-á o processo de avaliação do Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores. No campo da revisão e alteração de Instrumentos de Gestão Territorial, serão concluídos os trabalhos de alteração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge (POOC São Jorge), da Alteração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha da Terceira (POOC Terceira) e dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Miguel (POOC São Miguel).

No que diz respeito à implementação de Instrumentos de Gestão Territorial, proceder-se-á à implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, à implementação dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas e de outros Instrumentos de Gestão Territorial.

No âmbito da Prevenção de Riscos Naturais, prevê-se, para o corrente ano, a elaboração de Cartografia de Pormenor para Riscos de Galgamentos e Inundações Costeiras [Sedes de



Concelho - escala 1:2000], a implementação do Projeto AZMONIRISK - Monitorização das Zonas de Risco dos Açores, e ainda a implementação de Sistemas de Monitorização das Instabilidades Geomorfológicas Identificadas na Ilha de Santa Maria.

Relativamente à Cartografia, Cadastro e Informação Geográfica, prevê-se a realização de voos aerofotogramétricos em toda a Região Autónoma dos Açores, com vista à atualização da informação cartográfica de base, a aquisição de equipamento não tripulado para recolha de imagens aéreas, a renovação do equipamento de topografia e a aquisição de estações totais e GPS geodésicos.

No que diz respeito ao Cadastro Predial, prevê-se, para 2021, a aquisição e manutenção de equipamento de apoio a trabalho de campo, nomeadamente GPS de dupla frequência RTK e GPS Geodésicos, a realizar no âmbito da implementação do Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral (SIRGIC).

Nos recursos hídricos, destaca-se a Alteração do Programa Regional da Água, enquanto documento estratégico, fundamental na definição das políticas públicas e privadas na gestão dos recursos hídricos, que será operacionalizada no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores (3.º Ciclo) e no Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores (2.º Ciclo).

É também objetivo do XIII Governo Regional dos Açores proceder eficazmente à monitorização e manutenção da rede hidrográfica, nomeadamente na execução de trabalhos de limpeza e desobstrução, reparação e melhoramento desta, em ações a realizar em todas as ilhas do arquipélago da RAA. No âmbito da rede de monitorização do ciclo hidrológico, pretende-se proceder ao reforço dos equipamentos de monitorização do ciclo hidrológico e limnigráfico das águas superficiais e à instalação e manutenção da rede quantitativa das águas subterrâneas.

Na requalificação da rede hidrográfica, serão realizadas intervenções regulares programadas em função do processo de avaliação do estado da rede hidrográfica - Relatório do Estado das Ribeiras dos Açores. No grupo central, pretende-se desenvolver ações de intervenção e planificação dos caudais das ribeiras na ilha Terceira.

◆ **Energia**

No que diz respeito à eficiência energética, o Governo Regional dos Açores irá promovê-la na sociedade em geral e nos vários setores de atividade, com o objetivo de alcançar a racionalização do consumo de energia e a redução de custos. Esta é uma abordagem que também será feita por via de programas educativos, apostando nas gerações mais jovens, enquanto agentes de mudança, para que assumam o desígnio da liderança no processo de transição energética, com efeito multiplicador em toda a sociedade. Será dado especial



destaque ao combate à pobreza energética, em cooperação com outros departamentos governamentais, uma vez que se pretende que os mais carenciados encontrem na energia uma forma de reduzir os seus encargos, dada a forte aposta na sensibilização e educação direcionada que será proporcionada neste âmbito.

Ainda, a produção e armazenamento de energia a partir de fontes renováveis para autoconsumo por parte das famílias, das empresas, das cooperativas, das associações sem fins lucrativos e das Instituições Particulares de Solidariedade Social será impulsionada através da atualização e melhoria dos incentivos financeiros à aquisição e instalação de equipamentos e sistemas de produção de eletricidade, calor e águas quentes.

De referir que, a par do consumo da energia, o Governo Regional dos Açores irá também atuar na área dos combustíveis, eletricidade e ascensores, apostando na segurança e na qualidade do abastecimento de energia, bem como na inovação dos serviços energéticos prestados aos cidadãos.

No que à mobilidade elétrica diz respeito, pretende-se provê-la através da atribuição e concessão de incentivos financeiros sob a forma de subsídio não reembolsável, perante a aquisição de veículos elétricos, bem como de incentivos não financeiros, através de uma discriminação positiva dos seus utilizadores. Serão envolvidas entidades públicas e privadas na implementação de medidas e ações que estimulem a aquisição destes veículos, nomeadamente, no estabelecimento de zonas de estacionamento reservados, estacionamento gratuito, entre outras facilidades e acessibilidades.

A mobilidade elétrica será, também, promovida por via de uma aposta na formação e educação públicas, sensibilizando a comunidade para as vantagens ambientais e económicas do uso dos veículos elétricos e capacitando os recursos humanos (mecânicos e bombeiros) para atuarem nesta área.

Ainda neste âmbito, tem-se como objetivo prosseguir com a instituição de uma ilha modelo em soluções inovadoras no âmbito da mobilidade elétrica, bem como de uma cidade modelo com o propósito de servir de exemplo tanto a nível nacional, como a nível europeu.

Assim, o Governo Regional dos Açores vai participar ativamente nos projetos e consórcios europeus que integra, adquirindo conhecimento e investimento externo em diversas áreas em matéria de energia, nomeadamente eficiência energética, mobilidade elétrica e renováveis.

Em suma, e em matéria de energia, prosseguir-se-á, no Plano Regional Anual para 2021, uma política energética consciente, transformativa e inovadora, orientada para os resultados sociais, ambientais e económicos.



◆ **Comércio e Indústria**

Durante o ano de 2021, será dado especial ênfase aos grandes desígnios previstos no Programa do XIII Governo Regional dos Açores, nomeadamente no que se refere à desmaterialização dos processos e à simplificação de procedimentos.

Neste sentido, será apresentada uma proposta de revisão do regime de licenciamento dos estabelecimentos industriais na Região Autónoma dos Açores. Pretende-se, assim, alargar a abrangência da tipologia de estabelecimentos que fiquem enquadrados no procedimento mais simplificado. Será previsto um regime especial de localização para as pequenas unidades de produção local, dentro de determinados limites de produção. Pretende-se, do mesmo modo, a eliminação das taxas referentes à instalação de novos estabelecimentos, bem como à modificação e ampliação das indústrias existentes.

No âmbito das medidas destinadas a combater os impactos negativos resultantes da COVID-19, deverão ser promovidas alterações a programas de Apoio à Restauração e Hotelaria para a Aquisição de Produtos Açorianos. Serão reforçadas as taxas de comparticipação previstas neste programa de apoio, passando para 25% na aquisição de produtos com o selo "Marca Açores" por parte dos restaurantes. Já nos produtos abrangidos por denominações de reconhecimento comunitário, bem como no artesanato certificado dos Açores, a taxa de comparticipação passará para 35%. Será também alargado o montante máximo anual do apoio financeiro por estabelecimento, que era fixado em 5 000 euros. O valor máximo anual do apoio financeiro por estabelecimento será fixado em 7 500 euros, traduzindo num reforço de 50% relativamente ao montante anteriormente estabelecido. Com esta ajuda adicional procura-se apoiar o setor da restauração e o setor produtivo e, paralelamente, pretende-se estimular a utilização e incorporação de produtos açorianos, em especial os que detêm o selo "Marca Açores" na gastronomia açoriana, contribuindo para uma mais fácil recuperação desta atividade.

A "Marca Açores" tem assumido um papel importante na promoção e valorização dos produtos açorianos nos mercados interno e externo. Pretende-se incrementar e valorizar a "Marca Açores", de forma a que todos os produtos e serviços tragam um valor acrescentado, reforçando o seu posicionamento no mercado, alavancado numa estratégia de marca e em plataformas logísticas e digitais apropriadas, com mais-valias mais significativas para as empresas.

Dar-se-á início a um processo de análise estratégica da "Marca Açores", identificando os fatores diferenciadores e que possam maximizar a sua notoriedade, mas também as mais-valias associadas e os benefícios para as empresas que ostentam o selo desta marca de referência nos seus produtos e serviços.

Assumem especial importância os projetos dirigidos à produção de bens transacionáveis, inseridos em cadeias de valor associadas a recursos endógenos. Neste particular, será dada especial atenção ao Subsistema de Incentivos para a Internacionalização, particularmente à medida



Acesso aos Mercados, que contempla apoios financeiros visando facilitar o encaminhamento dos produtos regionais para fora da Região e ao nível do comércio intrarregional. Esta medida permitirá melhores condições de penetração e posicionamento das empresas açorianas no mercado global, numa lógica de transversalidade a todos os setores de atividade e de compensação dos custos adicionais decorrentes da condição ultraperiférica dos Açores.

De forma complementar a estas medidas de apoio ao funcionamento das empresas, aprofundar-se-á a cooperação com o tecido empresarial e com as associações empresariais. Neste sentido, serão concertadas medidas de reforço da visibilidade da Região nos mercados externos, através da promoção dos seus setores económicos, com ênfase nos produtos e serviços açorianos. Nesta perspetiva, serão também celebrados protocolos de cooperação entre o Governo Regional dos Açores e as câmaras do comércio e indústria para a dinamização de campanhas do comércio tradicional, uma vez que as associações empresariais apresentam condições privilegiadas de proximidade e de conhecimento da realidade local.

Através do programa comunitário POSEI, na vertente do Regime Específico de Abastecimento, serão apoiadas cerca de 30 empresas açorianas do setor comercial e da indústria transformadora. O apoio comunitário incide sobre o abastecimento de matérias-primas, em especial os cereais para as indústrias de moagem e de fabricação de alimentos compostos para animais.

As políticas regionais visando a Qualidade e a Inovação Tecnológica dos Açores, direcionadas para todas as PME dos Açores, têm disponibilizado um conjunto de importantes instrumentos, não só ao nível material e financeiro, mas também no que respeita ao acompanhamento técnico. Será promovido o recurso a instrumentos de digitalização de processos e de comunicação.

Merecerão o devido apoio e acompanhamento os projetos de caráter mais específico, nomeadamente, no que respeita ao aproveitamento do recurso geotérmico, a exploração de massas minerais não metálicas e de águas de nascente e minerais naturais.

O papel do Governo Regional na área da defesa do consumidor é o de promover e apoiar ações de educação, formação, informação e esclarecimento do consumidor de um modo geral. Pretende-se apoiar as associações de defesa dos consumidores e colaborar na instalação e funcionamento do Centro de Informação, Mediação e Arbitragem da Região dos Açores (CIMARA), por forma a agilizar a resolução de conflito de consumo.



◆ *Artesanato*

O Governo Regional quer afirmar a produção artesanal como um setor dinâmico, inovador e sustentável, que contribui ativamente para a riqueza e para a diversidade do património cultural e para o desenvolvimento económico da Região.

Tendo como objetivo a melhoria da competitividade das empresas artesanais regionais, pretende-se apostar na dinamização de atividades alicerçadas na valorização económica de produtos endógenos e inovadores, visando potenciar a melhoria das condições em matéria de internacionalização, como o acesso a novos mercados e a promoção do reconhecimento internacional do valor dos produtos artesanais regionais e da sua relevância cultural.

Deste modo, será reforçada a capacidade empresarial para a criação de novos produtos, associando a inovação e a tradição, de forma a valorizar o artesanato como uma característica não só económica, mas cultural da Região, sobretudo através de projetos como as Residências Criativas e a *Azores CraftLab* – Incubadora de Artesanato dos Açores, alargando a abrangência a todas as ilhas.

Será feita uma aposta em novos canais de distribuição e de comercialização, nomeadamente em plataformas globais de *e-commerce*, com vista à aproximação dos produtos artesanais açorianos de novos segmentos de mercado, bem como criadas novas leituras do território regional em torno do turismo artesanal, promovendo a produção artesanal como atividade contemporânea, atualizada e em constante transformação.

Pretende-se estimular o resgate das artes e ofícios, levando à preservação das culturas locais e à formação de uma mentalidade empreendedora, por um lado, através da capacitação dos artesãos para a sociedade de mercado e, por outro, através da educação, criar novos públicos e sensibilizar jovens para a importância das artes e ofícios.

Em 2021, o Governo Regional irá propor uma nova legislação, com o intuito de facilitar a distinção e a validação dos processos de indicação geográfica de origem e os produtos com o selo da marca coletiva Artesanato dos Açores, bem como implementar as alterações propostas ao Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato (SIDART), que permite apoiar a atividade profissional dos artesãos e o desenvolvimento económico das suas empresas.



*Uma governação ao serviço das pessoas,
próxima e transparente*

◆ ***Informação e Comunicação Social***

No reconhecimento da necessidade e do direito de todas as ilhas acederem e atraírem novas oportunidades, a Autonomia de Responsabilização pretendida desenvolver nesta XIII legislatura, para afirmar a identidade açoriana, os valores democráticos, a participação política da Região no plano nacional, europeu e mundial, tem de socorrer-se do rigor e da fluidez da informação e da comunicação institucional, tendo em conta que contribuem sobremaneira para efetivar a liberdade das pessoas, a participação da sociedade, a iniciativa dos agentes sociais e económicos, o bom funcionamento da Administração Pública Regional e das autarquias locais e para respeitar diferenças e criar sinergias entre as diferentes ilhas.

Em 2021, porque a comunicação social privada exerce uma verdadeira missão de interesse público e há que contribuir para o seu fortalecimento, através de um novo enquadramento legislativo de apoio financeiro, com objetividade, independência, estabilidade e regularidade nas áreas do desenvolvimento digital, da difusão informativa inter-ilhas e para fora da Região, da acessibilidade à informação, valorização dos profissionais da comunicação social e apoio especial ao funcionamento e produção, incentivando o estabelecimento de parcerias com entidades externas à Região, bem como iniciativas na área da comunicação social que contribuam para a formação dos agentes do setor e para a promoção externa da Região.

O serviço público de rádio e televisão nos Açores e, bem assim, a cobertura informativa a cargo da agência de notícias pública, porque indispensáveis numa região de características arquipelágicas como a nossa, justificam o financiamento de ações formativas e outros eventos que promovam a atualização de competências profissionais dos colaboradores das Rádio e Televisão de Portugal e da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, em exercício de atividade nos Açores, assim como as obrigações complementares específicas do serviço público, mediante acordo específico para o efeito, a fim de promover a cultura dos Açores e divulgar informação sobre a vida social, política, económica e desportiva, de todas as ilhas e por todas as ilhas, contribuindo para a construção da Região como entidade política e para a consolidação da unidade dos Açores.

Providenciar-se-á a melhoria da prestação de serviços digitais no relacionamento do Governo Regional com os cidadãos, incrementando a presença *online* e a sua capacidade de interação.



Será desenvolvida a imagem do Governo Regional dos Açores, designadamente, através do Portal do Governo Regional dos Açores – Plataforma E-Citizen, compatibilizando-a com as boas práticas de gestão da informação e de relacionamento digital.

Em 2021, proceder-se-á, também, à atualização da plataforma de edição do *Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores* e à disponibilização à Administração Pública Regional de acessos a bases de dados jurídicas, como forma de melhorar as suas valências e disponibilizar serviços consentâneos com as necessidades de produção regulamentar e de iniciativa legislativa do Governo Regional.

Será dada primazia a medidas de desenvolvimento do território regional de carácter interdepartamental, em resultado da articulação da ação de várias entidades, valorizando as lideranças locais e a capacitação institucional, difundindo plataformas de diálogo e de cocriação, de experimentação e implementação de políticas, em prol de processos inovadores de governança.

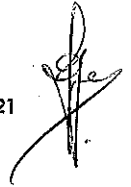
No âmbito da coordenação da atividade governativa da Presidência do Governo Regional, serão dinamizados processos de construção coletiva das questões mais relevantes para o presente e para o futuro do desenvolvimento regional, iniciando-se, em 2021, a realização de um ciclo de anos temáticos especificamente direcionado para os desafios com interesse estruturante e comum ao nível da saúde, da educação, da agricultura e desenvolvimento rural, da cultura, ciência e transição digital, do ambiente, dos transportes, turismo e energia, da juventude, qualificação profissional e emprego, das obras públicas e comunicações, assim como no âmbito dos planos de reativação e retoma económica a serem implementados com recurso aos meios financeiros colocados à disposição da Região, pelo Estado ou pela União Europeia.

Neste enquadramento, serão, ainda, concedidos subsídios e outras formas de apoio a entidades públicas e privadas para o desenvolvimento de ações e projetos que visem a melhoria da qualidade de vida dos açorianos, a salvaguarda das tradições, usos e costumes ou a promoção da Região.

◆ **Poder Local**

O poder regional e o poder local são parceiros de um desenvolvimento comum. Assim, para o Plano Anual Regional para 2021 está prevista a realização das seguintes medidas:

- Estabelecer uma plataforma de apoio técnico às freguesias que lhes dê resposta adequada em tempo útil;
- Programar e iniciar a execução de um conjunto de ações de informação e formação para autarcas;

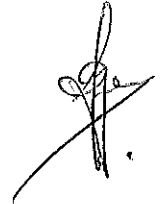


- Assegurar mecanismos de coordenação da cooperação financeira que garantam o cumprimento, em 2021, e no quadro legislativo vigente os requisitos de transparência, objetividade e equidade;
- Conceber um novo quadro regulamentar estável de enquadramento da cooperação com as freguesias, que cumpra integralmente os requisitos determinados no Programa do XIII Governo Regional: "Partilha baseada em critérios objetivos e equitativos, transparentes e escrutináveis, com previsibilidade e estabilidade no relacionamento do Governo Regional para com as câmaras e as juntas de freguesia";
- Avaliar os mecanismos de cooperação com os municípios com o intuito de estabelecer um quadro instrumental adequado ao tempo presente e aos desafios que temos à nossa frente.

◆ *Modernização, Eficiência e Transparência da Administração Pública*

A crise pandémica COVID-19 veio reforçar a necessária implementação de um novo paradigma para a Administração Pública Regional, que abarca o aumento da eficiência e eficácia da gestão do bem público, a adoção de uma postura orientada para a transparência, para a partilha de dados e informação pública, o incremento da participação cívica, a sua transformação através da inovação, da transição digital e da simplificação de processos, de forma a alavancar a criação de valor e de conhecimento na Região, e a gestão desse conhecimento e das pessoas que o geram. Desta forma, destaca-se o reforço do investimento no processo de modernização e reforma assente, designadamente, num plano de modernização, rejuvenescimento e formação, para uma maior simplificação e desburocratização na Administração Pública Regional e na sua relação com os cidadãos e com as empresas açorianas.

A natureza insular e arquipelágica dos Açores requer também formas únicas de administração, impondo-se a adoção de centrais de serviços partilhados nas ilhas de menor dimensão de forma a reduzir a atual dispersão de serviços que acarreta encargos económicos suplementares sem benefícios para o cidadão. Desta forma, este Plano aloca já investimentos às Centrais de Serviços Partilhados, permitindo a gestão centralizada e integrada de recursos humanos e equipamentos, uniformizando procedimentos de aquisição e manutenção de bens e serviços, contribuindo assim para uma maior eficácia e eficiência da Administração Pública Regional e apetrechando esses serviços das necessárias competências para a sua eficaz operacionalização. Esta reconfiguração, pela escala que se obtém, permitirá, já em 2021, centralizar os serviços de manutenção da frota automóvel e parque de máquinas, implementando um sistema de gestão de frotas, e reforçar competências específicas ao nível de recursos humanos, até hoje deficitárias.



Esta lógica descentralizada de serviços tem já hoje um elemento de sucesso na Rede Integrada de Apoio ao Cidadão – RIAC, que reúne diversos serviços da Administração Pública Regional ao cidadão num único local. Essa política terá continuidade, adaptando a infraestrutura tecnológica da RIAC às novas realidades, através do investimento na renovação dos equipamentos biométricos associados à emissão do Cartão de Cidadão e do Passaporte Eletrónico, assim como no reforço dos serviços prestados, com a qualidade já reconhecida por todos os cidadãos.

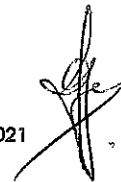
A garantia da qualidade será reforçada pela crescente adoção de processos de certificação pelos organismos da Administração Pública Regional, assim como o acompanhamento rigoroso das normas e regulamentos em vigor, promovendo a transferência de informação e adoção de melhores práticas entre serviços e com outras regiões. Neste sentido, importa reforçar as competências dos funcionários públicos, reforçando os cursos e ações de formação nas áreas das Tecnologias da Informação e Comunicação e do Digital e promovendo, também, a participação em seminários e outras ações essenciais como a Gestão pela Qualidade Total e *New Governance* dos Serviços Públicos.

A modernização da Administração Pública Regional passa também pelos equipamentos e infraestruturas disponíveis, sendo essencial um reforço dos meios informáticos e digitais, assim como de ferramentas centrais, como é o caso do Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Pública Regional dos Açores cujas funcionalidades serão melhoradas de forma a permitir uma melhor interoperabilidade com outras bases de dados como a BEPA e a RIAC, a par da identificação das áreas funcionais e académicas, a inserção de conteúdos formativos e dos currículos dos trabalhadores da Administração Pública Regional.

Será dada continuidade à política de Orçamento Participativo, acolhendo projetos inovadores da sociedade civil, pugnando pela conclusão dos projetos resultantes das propostas vencedoras das edições 2018 e 2019, em estreita colaboração com as entidades responsáveis pela sua execução, materializando o envolvimento ativo e a participação dos cidadãos açorianos no processo de decisão de políticas públicas, promovidas pelo Governo Regional dos Açores.

Será criado o Gabinete da Prevenção da Corrupção e da Transparência, unidade a integrar na reforçada Inspeção Regional Administrativa e da Transparência (IRAT), com vista à promoção de uma cultura de integridade na esfera pública, a coordenação dos instrumentos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas e o desenvolvimento de estratégias adequadas para prevenção da corrupção na Região. Numa primeira fase, decorrerá a capacitação deste serviço, que atuará essencialmente por duas vias: a do controlo e coordenação dos instrumentos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas e a da educação e sensibilização para a problemática.

É fundamental impulsionar uma maior acessibilidade, inclusão e abertura da Administração Pública Regional na sua interação com os cidadãos e empresários, dando continuidade à simplificação do quadro legislativo, e pela criação de instrumentos e ferramentas de apoio a uma



maior transparência e facilidade de acesso à informação pública disponibilizada, sempre que possível, em formato de cocriação e/ou experimentação.

A informação fiável e credível é não só um pilar da transparência, como também é crucial para a tomada de decisões atempadas e fundamentadas, tanto pelo setor público como pelas atividades sociais e económicas do setor privado. Neste sentido, será gradualmente reforçada a independência técnica do SREA, definindo livremente os métodos, as normas e procedimentos estatísticos, bem como o conteúdo, a forma e momento da divulgação da informação, em ligação com o restante Sistema Estatístico Nacional ou o Sistema Estatístico Europeu.

No ano de 2021, o SREA pretende continuar a desenvolver a sua atividade enquanto autoridade estatística regional. Estão previstas várias operações estatísticas de iniciativa e interesse exclusivo regional e de âmbito nacional, operações a executar pelos cerca de 50 colaboradores, distribuídos pela Sede (Angra do Heroísmo), Núcleo de São Miguel (Ponta Delgada) e Núcleo do Faial (Horta). Pretende-se continuar a promover ações de literacia estatística, com vista a desenvolver uma cidadania mais consciente e uma melhor capacidade de leitura e interpretação da informação publicada, por parte de todos os agentes da sociedade açoriana. Promover-se-á a ligação a instituições de ensino superior e investigação científica, nomeadamente a Universidade dos Açores, gerando sinergias ao nível da disponibilização de informação estatística oficial a essas instituições, enquanto se impulsiona a aquisição de conhecimentos e competências técnicas por parte do SREA.

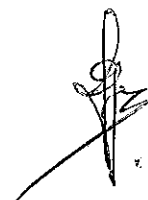
◆ *Obras Públicas e Transportes Terrestres*

Tendo em vista a criação de sinergias que promovam uma mais eficaz e profícua gestão do investimento público em matéria de obras públicas, uniformizando os procedimentos e adotando medidas de rentabilização de recursos humanos e financeiros adequados, é opção do Governo Regional dos Açores proceder à concentração e centralização das grandes obras públicas num único departamento governamental, a Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações, (doravante, SROPC).

Para o efeito, a SROPC, enquanto departamento do Governo Regional com competência em matéria de obras públicas, sucede nas atribuições e competências dos demais departamentos do Governo Regional dos Açores, relativas às empreitadas de obras públicas e às aquisições de bens e serviços com elas relacionadas, assumindo a posição jurídica nos respetivos contratos já celebrados e nos procedimentos em curso, independentemente de quaisquer formalidades.

Neste contexto, no ano de 2021, o Governo Regional dos Açores propõe-se a, além do mais:

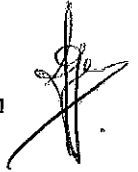
- Uniformizar procedimentos de contratação pública, quer de empreitadas de obras públicas, quer de aquisições de bens e serviços com elas relacionadas;



- Executar obras públicas de construção, reparação, renovação e reabilitação das redes viárias regional e florestal, de infraestruturas hidráulicas e marítimas da administração regional direta, e de edifícios e equipamentos públicos de carácter escolar, científico, cultural, social, desportivo e de saúde, do património da Região;
- Operacionalizar os planos de monitorização de infraestruturas hidráulicas e marítimas da administração regional direta, os planos de manutenção de edifícios e de equipamentos públicos do património da Região e os planos de gestão das obras de arte da rede viária regional;
- Desenvolver uma Plataforma para a Construção, que concentre a informação respeitante ao setor da construção, seus agentes económicos, sejam eles empresas ou projetistas, materiais de construção, publicitação de empreitadas em curso, legislação, entre outros.

Com referência aos transportes terrestres, a Direção Regional das Obras Públicas e dos Transportes Terrestres (DROPTT), serviço executivo da SROPC, com competências em matéria de regulamentação, fiscalização e exercício das funções de coordenação e planeamento do setor dos transportes terrestres, supervisão e regulamentação das atividades desenvolvidas neste setor, de modo a satisfazer as necessidades de mobilidade de pessoas e bens, visando ainda a promoção da segurança rodoviária, da qualidade e dos direitos dos utilizadores dos referidos transportes e a aplicação do direito contraordenacional rodoviário, propõe-se desenvolver, no ano de 2021, através do Serviço Coordenador dos Transportes Terrestres, designadamente o seguinte:

- Consolidar o transporte público coletivo de passageiros como serviço acessível a todos os cidadãos, através das seguintes ações:
 - Prestação de serviços em período de fim de semana nas diferentes ilhas da Região, em complemento do serviço em dias úteis, e serviço noturno na ilha de S. Miguel;
 - Consolidação do serviço resultante dos novos contratos de serviço público referentes às ilhas de Santa Maria e Flores, com implementação de novos horários, carreiras e itinerários, e informação ao público;
 - Manutenção da política de passes sociais (Passe 30 Dias, Passe 3.ª Idade Pensionista e Reformado e o Passe Desempregado);
 - Apoio à consolidação económico-financeira das empresas concessionárias e prestadoras de serviços face ao elevado decréscimo da procura e ao incremento de custos resultantes das restrições e medidas de prevenção COVID-19 impostas ao setor;
 - Implementação de um sistema integrado de gestão de informação e bilhética.
- Contribuir para a retoma económico-financeira do setor dos táxis, adotando, para o efeito, as seguintes medidas:



- Apoio ao funcionamento da central de radiotáxis 24 horas por dia na ilha de S. Miguel, face às dificuldades que a associação atravessa devido à drástica diminuição da procura pelo serviço de táxi, que se repercute na diminuição dos serviços prestados e consequente na diminuição das contribuições dos profissionais do setor na cobrança da designada "taxa de chamada à central";
 - Apoio aos profissionais do setor para fazer face à significativa perda de rendimentos resultantes da pandemia COVID-19, com a diminuição da procura em importantes atividades económicas, tais como os serviços de aeroporto, de turismo, transporte para unidades de saúde, entre outros;
 - Apoio à implementação de novas tecnologias no setor de táxi, de modo a contribuir para o incremento da modernidade e competitividade do setor, nomeadamente em termos tecnológicos.
- Promover campanhas de segurança rodoviária visando combater as causas da sinistralidade rodoviária, mantendo os Açores como um destino seguro também a este nível.

◆ *Laboratório Regional de Engenharia Civil*

O Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC) pretende, com o Plano Regional Anual para 2021, contribuir para reforçar a sustentabilidade do setor da construção civil nos Açores, tendo sempre presente a contínua adaptação dos serviços, ensaios e calibrações disponibilizados às necessidades das entidades públicas e privadas ligadas à construção civil e obras públicas na Região.

Para que seja possível concretizar estes objetivos é fundamental que os padrões de qualidade e eficiência do LREC sejam elevados, que a atividade laboratorial relevante seja acreditada e que o seu sistema de gestão de qualidade seja certificado.

A Investigação, Desenvolvimento e Inovação permitirá contribuir de forma decisiva para o cumprimento dos objetivos propostos num setor em constante evolução e adaptação. Esta é uma aposta que está bem refletida no Plano e Orçamento para 2021, onde mais de 75% do orçamento do Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC) está alocado precisamente à Investigação, Desenvolvimento e Inovação.

O Governo Regional, através do LREC, criará uma valência de Obras Hidráulicas e Marítimas, que permita diagnosticar e preparar decisões atempadas à manutenção das infraestruturas, assegurando a sua operacionalidade e bom funcionamento.



Outra área com significado para o LREC, neste ano de 2021 e seguintes, é a promoção da sustentabilidade e circularidade na sua área de atividade. Pretende-se assim continuar a adequação deste setor à aposta estratégica de fomento da utilização de materiais endógenos regionais, de redução da produção de resíduos, de construção e demolição e sua reutilização e incorporação em novos produtos e novas utilizações.

A divulgação do conhecimento científico e tecnológico continuará a ser uma das grandes prioridades da atividade do LREC, através da publicação científica, da promoção de cursos de formação e sensibilização, materializada no Plano de Divulgação do Conhecimento Científico e Tecnológico (PDCCT) e pela organização e participação em eventos científicos nacionais e internacionais.

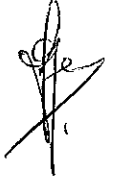
◆ *Comunicações*

As ações a executar no Plano Regional Anual para 2021, desenvolvem-se em três grandes projetos, que refletem o conjunto das áreas de atividade e competências respetivas. No âmbito do projeto de Sistemas de Informação e Infraestruturas de Suporte estão previstas quatro ações:

- O Desenvolvimento dos Sistemas de Informação: Ações focadas na integração, eficiência e desempenho dos sistemas de informação em exploração, na gestão do licenciamento de *software* e na sua eficiência, na implementação de políticas de gestão e do desenvolvimento de *software* e na gestão e exploração das infraestruturas de computação e de armazenamento de dados;
- A melhoria dos Sistemas Informáticos: Ações de melhoria da infraestrutura de suporte da rede informática do Governo Regional e dos equipamentos terminais que a constituem;
- A Azores Cloud: Ação de modernização e centralização dos sistemas de computação e de armazenamento de dados do GRA, com incremento de segurança, de redundância e da sua resiliência, através da implementação de uma infraestrutura tecnológica de dois *Datacenters* em geografias distintas da Região Autónoma dos Açores;
- As redes de Dados e de Comunicações: Ação de otimização e exploração da rede de comunicações de voz, dados e *Internet*, a melhoria das condições de cobertura do acesso sem fios à rede e a gestão das comunicações móveis do Governo Regional.

No projeto Cibersegurança e Segurança da Informação prevêem-se duas ações:

- A Infraestrutura de Segurança Informática e da Informação: Com a aquisição e implementação de soluções e de infraestruturas de segurança, a implementação de políticas de segurança no âmbito do perímetro da rede e da informação do Governo Regional;



- A Cibersegurança: Ação de desenvolvimento de ações de sensibilização, divulgação e formação no âmbito da cibersegurança, no contexto da Administração Pública Regional, setor empresarial da Região Autónoma dos Açores, e restante população em geral.

No projeto Redes Públicas e Tecnologias de Comunicação, são consideradas três ações:

- As Infraestruturas de acesso à *Internet*: Ação que visa o incremento da cobertura das redes públicas de acesso à *Internet* gratuito na Região Autónoma dos Açores;
- O *Alert4you*: Ação de melhoria e desenvolvimento do sistema de alertas e avisos à população;
- A Monitorização do setor das telecomunicações e dos serviços postais: Esta ação visa o acompanhamento da atividade dos operadores económicos do setor das comunicações, da sua oferta tecnológica e comercial nos Açores. O acompanhamento da atividade e iniciativas do Regulador e Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM) e o acompanhamento do processo de substituição da rede Contínente-Açores-Madeira (CAM), de cabos submarinos de fibra ótica que asseguram, de forma redundante, a comunicação dos Açores com o resto do mundo.



Afirmar os Açores no mundo

◆ *Comunidades, Emigração e Imigração*

Durante o ano de 2021, o Governo Regional dos Açores irá intensificar o apoio às comunidades açorianas espalhados pelo mundo, promovendo, ainda, um diálogo privilegiado com as respetivas organizações e desenvolvendo relações económicas, sociais, culturais e académicas com as inúmeras instituições da nossa Diáspora que partilham com os Açores objetivos comuns.

A implementação de mecanismos de difusão de informação que permita a plena integração dos açorianos e seus descendentes nas sociedades de acolhimento, através da sua participação social e do pleno conhecimento dos seus direitos e deveres cívicos, constitui um importante objetivo da ação do Governo Regional que será devidamente prosseguido.

Serão desenvolvidas iniciativas promocionais dos Açores contemporâneos como Região atrativa nos domínios económico, turístico e cultural, paralelamente às ações nas áreas da cultura e da preservação da identidade açoriana na Diáspora, potenciando assim a dimensão intergeracional das comunidades açorianas espalhadas pelo mundo.

A comunicação social e as novas plataformas de informação serão meios privilegiados de proximidade permanente entre a Região e a Diáspora, especialmente na conjuntura atual de condicionalismos sanitários.

O Governo Regional desenvolverá novas ações com as Casas dos Açores, enquanto instituições fundamentais na preservação e dinamização da identidade cultural e da difusão da açorianidade, reforçando o seu importante papel através do desenvolvimento de projetos comuns.

Paralelamente, serão reforçados os laços com instituições da Diáspora que permitam agilizar o regresso de emigrados, bem como desenvolvidas ações que visem informar e apoiar a sua reintegração na sociedade açoriana.

◆ *Transportes Aéreos e Marítimos*

A questão da acessibilidade afeta, de forma crítica, a competitividade e o desenvolvimento socioeconómico dos territórios insulares e ultraperiféricos, pois é a capacidade da mobilidade de pessoas e bens que potencia a dinamização das transações económicas, o que se traduz no incremento da competitividade das empresas e na melhoria das condições de vida das pessoas.



É facto assumido que, nos Açores, os transportes têm um impacto transversal em toda a economia regional, sendo fundamentais para o vigor económico e comercial da Região e assumem uma importância fulcral na sua coesão territorial e social.

Atendendo a que é difícil conceber um crescimento económico forte, criador de empregos e de riqueza, sem um sistema de transportes eficaz, que permita tirar pleno proveito do mercado interno e do efeito da globalização do comércio, pretende-se implementar uma política robusta de investimentos na área dos transportes.

Nesse âmbito, e no que diz respeito ao transporte aéreo, o Governo Regional assume como totalmente prioritário "salvar a SATA". Neste sentido, e indo ao encontro do Plano de Reestruturação apresentado pela SATA junto da Comissão Europeia, proceder-se-á a um aumento de capital já no corrente ano.

Pretende-se ainda fixar novas obrigações de serviço público, com a implementação da Tarifa Açores para residentes, que permitam alavancar a mobilidade dos açorianos, a frequência, a previsibilidade e a estabilidade no transporte, tanto de pessoas como de mercadorias.

Em relação às infraestruturas aeroportuárias, serão estabelecidos mecanismos de apoio à recuperação das empresas instaladas na Aerogare Civil das LAJES (ACL), assim como às operadoras aéreas em resposta à pandemia COVID-19, contribuindo para a retoma e eficiência do transporte aéreo, um dos principais motores de desenvolvimento económico. Serão criados instrumentos para promover e facilitar os investimentos das empresas que prestam serviços de assistência em escala no aeroporto, quer em instalações, quer em equipamentos, permitindo que estas possam aumentar a sua capacidade de resposta aos operadores, em condições de segurança. Pretende-se rever o sistema de taxas aeroportuárias da ACL, diretamente ligadas ao utilizador final, estabelecendo equidade entre empresas e passageiros de e para a todas as ilhas da Região e otimizar a utilização do novo terminal de carga operacionalizando o seu funcionamento com as empresas e entidades. Para o aumento da resistência e correção do pavimento na placa de estacionamento "Charlie" e melhoramento das infraestruturas adjacentes, em 2021, deverão ser adquiridos os terrenos sob gestão da ACL, à República, permitindo à Região fazer os investimentos necessários.

O Governo Regional irá prosseguir com outras intervenções necessárias para permitir o melhoramento da operacionalidade e segurança dos aeródromos regionais.

Já no domínio dos transportes marítimos pretende-se dar continuidade ao serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas, através de obrigações de serviço público, bem como melhorar as acessibilidades e frequências às ilhas de menor dimensão, com vista a um eficaz movimento de carga.

Ao nível das infraestruturas portuárias, tendo em vista aumentar os seus índices de produtividade e de segurança, prosseguir-se-á com obras de reperfilamento do cais -10 (ZH) e repavimentação



do terraplano do porto de Ponta Delgada, de construção da rampa ro-ro e ferry e obras complementares de abrigo do porto de Pipas, de requalificação do porto das Poças, de construção do terminal marítimo de passageiros do porto de S. Roque e de requalificação das oficinas do armazém e do edifício das operações portuárias do porto da Praia da Vitória, bem como a aquisição de um rebocador para o Porto de Ponta Delgada.

No âmbito dos investimentos decorrentes dos prejuízos causados pelo furacão *Lorenzo*, pretende-se dar continuidade à proteção de emergência ao terraplano portuário e cais a -5 (ZH) do porto das Lajes das Flores, à construção de ponte-cais no porto das Lajes das Flores, à reparação do molhe do porto das Lajes do Pico, à reparação de danos no porto da Madalena, à reparação do manto de proteção e do edifício polivalente do porto das Pipas em Angra do Heroísmo e à reparação dos molhes dos portos comercial e de recreio de Vila do Porto, bem como lançar novos procedimentos para projetos em fase de desenvolvimento, como a reconstrução e requalificação do porto das Lajes das Flores, a reparação dos danos no porto das Pipas e Marina de Angra do Heroísmo, a reparação do cais comercial, redes técnicas do porto de Ponta Delgada e marina e a reparação dos danos na marina, cais comercial e edifícios do porto da Horta.

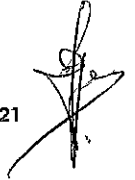
Em 2021, é também intenção deste Governo Regional, proceder à elaboração dum estudo relativo ao ordenamento e proteção da orla marítima do cais do Pico, bem como dum estudo relativo à necessidade de construção de um novo porto de mercadorias de Ponta Delgada.

O Governo Regional pretende, em 2021, iniciar o projeto relativo à construção de um museu da aviação açoriana e atlântica.

Noutra vertente, relacionada com a pandemia COVID-19, pretende-se atribuir um apoio à empresa Portos dos Açores, S.A., destinado a compensar a perda de receitas decorrentes das medidas extraordinárias tomadas, designadamente a isenção do pagamento de taxas nos portos, com vista a combater os efeitos desfavoráveis causados na atividade económica e na vida das empresas.

◆ **Turismo**

A situação pandémica veio suspender um percurso de crescimento sem precedentes no turismo da Região Autónoma dos Açores, resultante de uma dinâmica extraordinária da iniciativa pública e privada. Tanto a oferta, no que diz respeito ao número de unidades de alojamento turístico nas diferentes tipologias e o número de novas empresas e de novas atividades de animação turística, como a procura de visitantes vinham a crescer a um ritmo acelerado e com tendência para assim continuar.



As circunstâncias excecionais que vivemos levaram a que, depois de se alcançarem números de crescimento nunca atingidos, o turismo açoriano, à semelhança do que acontece em Portugal continental e no Mundo, viva atualmente momentos muito difíceis.

Ultrapassada esta situação excecional, os Açores, fortalecidos pela notoriedade conquistada enquanto destino de Turismo de Natureza e certificado como o primeiro arquipélago sustentável do Mundo, pela *EarthCheck*, segundo os critérios do Conselho Global do Turismo Sustentável (GSTC), estará preparado para enfrentar com otimismo a retoma da sua atividade económica.

A retoma do setor do turismo nos Açores alavancará outras atividades a este inerentes, direta ou indiretamente, devido à sua transversalidade económica, funcionando como motor para a recuperação económica da nossa Região. O desafio para a revitalização do setor do turismo é, também por isso, enorme e assume importância prioritária para este Governo Regional.

O enfoque nos projetos e políticas que elevem os níveis de sustentabilidade atuais será o nosso grande desafio da próxima década. Este é um esforço que conta com o envolvimento de todos e que é para todos. É nesse sentido que a sustentabilidade ambiental, económica, social, cultural e turística será prioridade inerente ao desenvolvimento turístico, que tende a focar-se na nossa economia verde e na nossa economia azul.

O Governo Regional irá reforçar a aposta em modelos positivos de desenvolvimento centrados na valorização do território e dos residentes, fortalecendo os ativos mais valiosos e diferenciados que temos, como o nosso património identitário natural e edificado e a nossa cultura e história, preservando-os e potenciando-os de uma forma responsável e sustentável, não pondo em causa a imagem de excelência que nos é reconhecida e que nos tem fortalecido como destino turístico de natureza e experiencial.

É pela via do posicionamento nos mercados emissores prioritários como destino turístico diferenciador, exclusivo, de natureza e sustentável que garantimos que o turismo nos Açores se poderá afirmar cada vez mais como uma atividade valorizadora dos nossos recursos naturais que consiga distribuir os fluxos de visitantes ao longo do ano e em todo o arquipélago, fazendo face à, ainda, marcada sazonalidade e que contribua efetivamente para a criação de riqueza e emprego.

Para a concretização destes objetivos será fundamental a melhoria das acessibilidades internas e externas, que devem, também, garantir uma oferta de ligações capazes de gerar fluxos turísticos, bem como a ênfase da comunicação dirigida aos segmentos alvo através de ações de promoção turística, nomeadamente, através do enfoque no *marketing* digital.

O aumento da notoriedade do destino no exterior junto dos segmentos de mercado definidos, em especial os direcionados ao Turismo de Natureza e Sustentável, será uma prioridade ao nível da promoção, pois impulsionará fluxos turísticos de valor acrescentado para a Região.



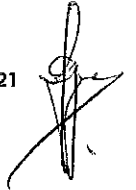
Serão fundamentais a implementação de um novo Plano Estratégico e de *Marketing* do Turismo dos Açores - PEMTA, enquanto ferramenta orientadora das estratégias de promoção externa do destino e organização do produto e o POTRAA – Programa de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, enquanto instrumento de gestão territorial para o turismo. Serão estes os grandes mapas orientadores das políticas de turismo a seguir nos próximos anos e que refletirão o futuro do turismo como atividade económica, mas, também, sustentável, geradora de valor e emprego. O processo de Certificação dos Açores como Destino Sustentável, pelos critérios da GSTC, continuará a ser a ferramenta orientadora no que diz respeito ao desenvolvimento dos Açores como Destino Turístico Sustentável, e, por isso, uma prioridade na sua implementação transversal aos setores público e privado. O Plano + Sustentável 20-23 e a Estratégia Turismo 27, definidos como referenciais estratégicos pelo Turismo de Portugal, são também planos de referência que serão implementados nas nossas práticas.

A qualificação e valorização do destino, tanto ao nível dos serviços como dos produtos, serão fundamentais para nos posicionar como um destino de oferta diferenciadora, fortalecendo-nos competitivamente perante mercados concorrentes.

Ao nível dos serviços, a qualificação passará pela formação de profissionais do setor, pela melhoria da imagem da rede integrada dos postos de informação turística e pela aposta em novas tecnologias, de forma a elevar a qualidade dos serviços prestados do "receber bem" e do "saber receber" e da valorização dos nossos conteúdos de informação turística, que se adaptarão às novas tendências e digitalização, com vista a promover um destino turístico diferenciado e ricamente diversificado.

Ao nível dos produtos, investir-se-á na inovação, organização, manutenção e reestruturação dos produtos atuais, tal como o pedestrianismo, o BTT, o *canyoning*, entre vários outros, adaptando-os aos novos perfis e tendências de consumo que se ajustam à Região. A implementação de infraestruturas, como as de apoio às empresas de animação turística e as que contribuam para a diversificação de uma oferta cada vez mais diferenciadora e com maior poder competitivo, em relação à concorrência, são também uma prioridade, com especial enfoque na rede de percursos pedestres, que conta já com 750km, a rede de acesso à atividade de *canyoning*, a rede de percursos cicláveis e centros de BTT, e a valorização e implementação das rotas culturais, permitirão descentralizar o turismo pelas nove ilhas, de forma coesa.

A dinamização do turismo interno, através da programação de ações estratégicas que estimulem a deslocação e visita dos residentes e outras ilhas, é uma opção eficaz para gerar fluxos durante todo o ano, e que reduz os efeitos negativos da pandemia e da sazonalidade.



◆ *Assuntos Europeus e Cooperação Externa*

Os Açores são considerados parte integrante da projeção europeia além-fronteiras e um ponto geoestratégico determinante para dotar a Região e o país de um poder funcional decisivo no xadrez geopolítico mundial. Se, por um lado, os Açores são a fronteira mais ocidental da Europa, por outro lado, são as portas de entrada para um relacionamento transatlântico privilegiado com a comunidade internacional.

A Região atua direta e indiretamente no sistema internacional, no plano interno, em diálogo próximo com os órgãos de soberania com competência em matéria de política externa, ou agindo diretamente num exercício objetivo de paradiplomacia, como acontece com a cooperação com regiões de outros Estados, com vista ao desenvolvimento de programas de interesse comum e ao desenvolvimento de relações com entidades de países com afinidades culturais e económicas com os Açores.

Desde 1986, ano da adesão à União Europeia e com essa pertença comunitária, Portugal, em geral, e a Região, em particular, beneficiam de apoios que têm contribuído para o desenvolvimento económico, social e cultural a par de outras regiões europeias.

Deste modo, torna-se preponderante relançar toda a plenitude interpretativa da ultraperiferia, tal como vem definida no TFUE, com vista à construção de uma Europa justa, solidária e resiliente.

Um projeto supranacional, com alicerces a nível local, onde os Açores farão parte de uma voz comunitária, localmente.

Junto do Parlamento Europeu, do Conselho ou da Comissão Europeia, o Governo Regional pugnará pela defesa dos interesses dos Açores, invocando direitos e assumindo deveres, e estará especialmente atento à aplicação do princípio da subsidiariedade, valor essencial da construção europeia num período de redefinição estratégica, como o evidencia a recente iniciativa de uma Conferência sobre o Futuro da Europa que será igualmente impulsada com a visão das nossas ilhas.

Impulsionar-se-á a ação da Região no Comité das Regiões, que ganha cada vez mais espaço no processo de decisão da União, em virtude da crescente adesão do "método comunitário" à aplicação do princípio da subsidiariedade e ao próprio desenvolvimento da organização política dos Estados-Membros.

A Região será, igualmente, parceiro ativo na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, que decorre neste primeiro semestre de 2021. O trio de Presidências, instituído pelo Tratado de Lisboa, é atualmente constituído pela Alemanha (que decorreu no segundo semestre de 2020), Portugal (primeiro semestre de 2021) e Eslovénia (segundo semestre de 2021). Estão previstas realizar-se atividades em áreas determinantes para o arquipélago, seja ao nível dos oceanos, do espaço, assim como ao nível da defesa.



É neste presente ano que os Açores assumem a Presidência da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, considerada a principal estrutura de cooperação entre os presidentes dos órgãos executivos das regiões (Portugal, Espanha e França). Serão desenvolvidas ações em diversas ilhas ao nível de organização de eventos e de debates.

É também intenção do Governo Regional regressar com empenho aos trabalhos do Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, assim como à Conferência dos Governos da Macaronésia.

Pretende-se, ainda, valorizar a cidadania europeia, promovendo iniciativas que permitam junto das gerações mais novas fomentar o espírito da solidariedade, da igualdade e da cooperação, divulgando-se os direitos, mas também os deveres inerentes a uma cidadania ativa que alavanque os propósitos dos Açores na defesa de uma Europa unida em prol das suas regiões.

Invocando Nemésio, para os açorianos, a geografia é tão importante quanto a história, a nossa posição geoestratégica impõe este feliz paradoxo entre a ultraperiferia e a centralidade atlântica.



IV INVESTIMENTO PÚBLICO

DOTAÇÃO DO PLANO

O Plano Regional Anual para 2021 contempla as ações promovidas diretamente pelos departamentos da Administração Pública Regional, mas também as que são executadas por entidades públicas que, em articulação com as respetivas tutelas governamentais, promovem projetos de investimento estratégicos, no quadro da política de desenvolvimento apresentada nas Orientações de Médio Prazo.

Os valores de despesa de investimento público previsto para 2021 ascendem a 953,8 milhões de euros, dos quais 732,4 milhões são da responsabilidade direta do Governo Regional.

A dotação financeira afeta ao objetivo "Políticas para a Coesão Social e para a Igualdade de Oportunidades", ascende a cerca de 276,3 milhões de euros, absorvendo 28,7% do valor global do Investimento Público.

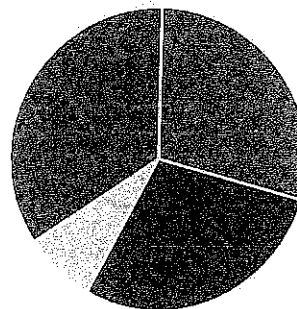
As áreas de intervenção que integram o objetivo "Um Futuro Mais Digital e Ecológico no Seio da Sociedade do Conhecimento" representam 28,7%, a que corresponde uma despesa prevista de 274 milhões de euros.

O objetivo "Uma Governação ao Serviço das Pessoas, Próxima e Transparente", dotado com 74,1 milhões de euros, representa 7,8% do valor global do Investimento Público.

Para "Afirmar os Açores no Mundo", está consagrada uma dotação de 329,3 milhões de euros, representando 34,5% do valor global.

Repartição do Investimento Público por Objetivos de Desenvolvimento

- ▣ Políticas para a coesão social e para a igualdade de oportunidades
- ▣ Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento
- ▣ Uma governação ao serviço das pessoas, próxima e transparente
- ▣ Afirmar os Açores no mundo

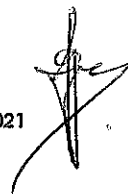




Investimento Público 2021 - Desagregação por Objetivo

Euro

Objetivo/Programas	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
TOTAL	953.785.041	732.375.489	221.409.552
Políticas para a Coesão Social e para a Igualdade de Oportunidades	276.264.675	213.465.606	62.799.069
2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	54.676.667	54.676.667	
4. Educação	21.690.515	21.265.515	425.000
5. Saúde, Desporto e Proteção Civil	61.475.686	61.475.686	
8. Cultura, Ciência e Transição Digital	7.044.879	7.044.879	
11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	107.874.847	45.500.778	62.374.069
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	23.502.081	23.502.081	
Um Futuro Mais Digital e Ecológico no Seio da Sociedade do Conhecimento	274.038.186	181.133.874	92.904.312
3. Competitividade Empresarial e Administração Pública	65.175.000	50.175.000	15.000.000
6. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	121.140.973	60.222.782	60.918.191
7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	40.442.918	25.442.918	15.000.000
8. Cultura, Ciência e Transição Digital	11.646.316	9.760.195	1.886.121
9. Ambiente, Alterações Climáticas e Território	15.737.342	15.637.342	100.000
10. Transportes, Turismo e Energia	6.000.001	6.000.001	
11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	6.599.800	6.599.800	
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	7.295.836	7.295.836	
Uma Governação ao Serviço das Pessoas, Próxima e Transparente	74.146.857	72.036.757	2.110.100
1. Informação, Comunicação e Cooperação Externa	1.200.000	1.200.000	
2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	4.025.000	4.025.000	
3. Competitividade Empresarial e Administração Pública	9.618.190	8.197.290	1.420.900
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	59.303.667	58.614.467	689.200
Afirmar os Açores no Mundo	329.335.323	265.739.252	63.596.071
1. Informação, Comunicação e Cooperação Externa	350.000	350.000	
2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	4.055.406	4.055.406	
7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	1.806.748	1.806.748	



10. Transportes, Turismo e Energia	318.434.123	254.838.052	63.596.071
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	4.689.046	4.689.046	

Investimento Público 2021 - Desagregação por Entidade Executora

Euro

Programa	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
TOTAL	953.785.041	732.375.489	221.409.552
Presidência do Governo Regional			
1. Informação, Comunicação e Cooperação Externa	1.550.000	1.550.000	0
Vice-Presidência do Governo Regional			
2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	62.757.073	62.757.073	0
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública			
3. Competitividade Empresarial e Administração Pública	74.793.190	58.372.290	16420900
Secretaria Regional da Educação			
4. Educação	21.690.515	21.265.515	425.000
Secretaria Regional da Saúde e Desporto			
5. Saúde, Desporto e Proteção Civil	61.475.686	61.475.686	0
Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural			
6. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	121.140.973	60.222.782	60918191
Secretaria Regional do Mar e das Pescas			
7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	42.249.666	27.249.666	15000000
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital			
8. Cultura, Ciência e Transição Digital	18.691.195	16.805.074	1.886.121
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas			
9. Ambiente, Alterações Climáticas e Território	15.737.342	15.637.342	100.000
Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia			
10. Transportes, Turismo e Energia	324.434.124	260.838.053	63.596.071
Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego			
11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	114.474.647	52.100.578	62.374.069

Secretaria Regional da das Obras Públicas e Comunicações			
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	94.790.630	94.101.430	689.200

Investimento Público 2021 - Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade / Programa	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
TOTAL	953.785.041	732.375.489	221.409.552
Presidência do Governo Regional	1.550.000	1.550.000	
1. Informação, Comunicação e Cooperação Externa	1.550.000	1.550.000	
Vice-Presidência do Governo Regional	62.757.073	62.757.073	
2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	62.757.073	62.757.073	
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública	74.793.190	58.372.290	16.420.900
3. Competitividade Empresarial e Administração Pública	74.793.190	58.372.290	16.420.900
Secretaria Regional da Educação	38.277.086	37.852.086	425.000
4. Educação	21.690.515	21.265.515	425.000
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	16.586.571	16.586.571	
Secretaria Regional da Saúde e Desporto	65.436.890	65.436.890	0
5. Saúde, Desporto e Proteção Civil	61.475.686	61.475.686	
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	3.961.204	3.961.204	
Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural	122.110.973	61.192.782	60.918.191
6. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	121.140.973	60.222.782	60.918.191
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	970.000	970.000	
Secretaria Regional do Mar e das Pescas	48.251.958	33.251.958	15.000.000
7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	42.249.666	27.249.666	15.000.000
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	6.002.292	6.002.292	
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital	22.695.501	20.809.380	1.886.121
8. Cultura, Ciência e Transição Digital	18.691.195	16.805.074	1.886.121
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	4.004.306	4.004.306	
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas	19.699.932	19.599.932	100.000

9. Ambiente, Alterações Climáticas e Território	15.737.342	15.637.342	100.000
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	3.962.590	3.962.590	
Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia	324.434.124	260.838.053	63.596.071
10. Transportes, Turismo e Energia	324.434.124	260.838.053	63.596.071
Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego	114.474.647	52.100.578	62.374.069
11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	114.474.647	52.100.578	62.374.069
Secretaria Regional da das Obras Públicas e Comunicações	59.303.667	58.614.467	689.200
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	59.303.667	58.614.467	689.200

QUADRO GLOBAL DE FINANCIAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL

Em termos previsionais, para o ano de 2021, a despesa pública regional está estimada em 1 848,3 milhões de euros, dos quais 894,5 milhões de euros, de despesas de funcionamento e 953,8 milhões de euros de investimento público.

As receitas próprias constituem a principal fonte de financiamento do orçamento da Região, estimando-se que atinjam os 866,5 milhões de euros, o que corresponde a 46,9% da totalidade da receita.

As transferências do Orçamento de Estado, da União Europeia e de outros fundos, asseguram a cobertura financeira de 77,2 % da despesa global de investimento público.

O Plano Regional para 2021 prevê uma dotação de 732,4 milhões de euros, de investimento direto do Governo Regional, num contexto de investimento público previsional de 953,8 milhões de euros.

	2021	
	Valor	%
Saldo inicial		
ORIGEM DE FUNDOS	1.848,3	100,0%
(1) Receitas Próprias	866,5	46,9%
(2) Transferências do OE	349,9	18,9%
(3) Fundos Comunitários	165,5	9,0%
(4) Outros Fundos	221,4	12,0%
Sub-total	1.603,3	86,7%
(5) Nec. de Financiamento	245,0	13,3%
APLICAÇÃO DE FUNDOS	1.848,3	100,0%
(6) Despesas de Funcionamento	894,5	48,4%
Juros da dívida	38,5	2,1%
(7) Investimento Público na RAA	953,8	51,6%
Piano	732,4	39,6%
Rácio (1)/(6)		96,9

Nota: Exclui operações de refinanciamento.



V DESENVOLVIMENTO DA PROGRAMAÇÃO

O Plano Regional Anual para 2021 estrutura-se em 12 programas que por sua vez integram 125 projetos e 668 ações.

Neste capítulo será apresentada a descrição de cada uma das ações previstas, o respetivo enquadramento em programa e projeto e as respetivas dotações financeiras.

Programa 1 – Informação, Comunicação e Cooperação Externa

Programação financeira

Euro

Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
1 Informação, Comunicação e Cooperação Externa	1.550.000	1.550.000	
1.1 Apoio aos Média	1.077.500	1.077.500	
1.2 <i>Jornal Oficial</i>	50.000	50.000	
1.3 Coordenação da Atividade Governativa	72.500	72.500	
1.4 Relações com o Atlântico e Territórios de Interesse Estratégico para os Açores	136.650	136.650	
1.5 Os Açores no Espaço Europeu	213.350	213.350	

Programação material

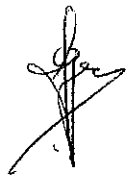
1.1 Apoio aos Média

1.1.1 Programa de Apoio à Comunicação Social

Apoios a conceder aos órgãos de comunicação social, nos domínios do desenvolvimento digital, da difusão informativa inter-ilhas e para fora da Região, da acessibilidade à informação, valorização dos profissionais da comunicação social e apoio especial à produção, incentivando o estabelecimento de parcerias com entidades externas à Região; Iniciativas na área da comunicação social que contribuam para a formação dos agentes do setor e para a promoção externa da Região pelos diversos órgãos de comunicação social.

1.1.2 Plataforma Eletrónica de Comunicação com o Cidadão

Reformulação do Portal do Governo Regional dos Açores - Plataforma E-Citizen. Desenvolvimento da prestação de serviços digitais no relacionamento dos cidadãos com o Governo Regional.



Iniciativas de facilitação da comunicação do cidadão com a Administração Pública Regional. Aumento da presença web dos departamentos do Governo Regional dos Açores e ações de melhoria da sua comunicação institucional.

1.1.3 Financiamento de obrigações específicas do serviço público de notícias e de televisão

Financiamento de obrigações complementares específicas do serviço público de televisão, como forma de assegurar a existência de um serviço que promova a cultura dos Açores e divulgue informação sobre a vida social, política, económica e desportiva de todas as ilhas e por todas as ilhas, contribuindo para a construção da Região como entidade política e para a consolidação da unidade dos Açores; divulgação de informações de interesse geral, nomeadamente em matéria de saúde e segurança pública; comparticipação de ações formativas e outros eventos que promovam a atualização e o desenvolvimento das competências profissionais dos colaboradores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. e da LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A. em exercício de atividade nos Açores.

1.2 **Jornal Oficial**

1.2.1 Acesso a bases de dados jurídicos

Disponibilização de acesso a bases de dados jurídicos pelos serviços da Administração Regional; estudos e pareceres jurídicos relacionados com a produção regulamentar e iniciativa legislativa do Governo Regional; atualização da plataforma de edição do *Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores*.

1.3 **Coordenação da Atividade Governativa**

1.3.1 Relações com entidades governamentais externas e com outras entidades

Coordenação da atividade governativa regional com órgãos de soberania, com entidades governamentais externas e com outras entidades; dinamização de processos de construção coletiva das questões mais relevantes para o presente e futuro do desenvolvimento regional, nomeadamente através da realização de um ciclo de anos temáticos. Apoio a entidades públicas e privadas no âmbito de ações e projetos de desenvolvimento que visem a melhoria da qualidade de vida dos açorianos, a salvaguarda das tradições, usos e costumes ou a promoção da Região Autónoma dos Açores.

1.4 **Relações com o Atlântico e Territórios de Interesse Estratégico para os Açores**

1.4.1 Centralidade Atlântica

Dinamização e valorização da dimensão atlântica da Região nas relações com os Estados, entidades territoriais, instituições, organismos externos, com interesse económico, político e estratégico; aprofundamento do conhecimento e das potencialidades do espaço Atlântico,



enquanto motor e vetor de áreas políticas essenciais como o ambiente, os transportes, o conhecimento científico, recursos naturais, entre outros; valorização da dimensão geoestratégica da RAA, com uma visão prospetiva e de fortalecimento dos laços históricos e diplomáticos, através da promoção externa da Região e de atividades, protocolos, atribuição de apoios e/ou parcerias relevantes para aquele fim. Implementação de projetos comuns com a Macaronésia e aprofundamento de relações bilaterais com estes e outros territórios estratégicos. Reforçar a aproximação às representações diplomáticas e organizações internacionais para a promoção da Região.

1.4.2 Formação e mobilidade regional e internacional

Promover a mobilidade interna e externa de jovens açorianos através do apoio a estágios regionais e internacionais, nomeadamente com a Bolsa Medeiros Ferreira, enquanto incentivo à candidatura junto do Colégio da Europa e do Programa Estagiar Europa, com a realização de estágios no Gabinete da RAA, em Bruxelas.

1.4.3 HEXAGONE

Projeto estratégico de cooperação aprovado no âmbito do Programa de Cooperação Territorial MAC 2014-2020 com uma duração inicial de quatro anos (2016-2019) e prorrogado até 31 de dezembro de 2022. Integra seis parceiros, três deles europeus (Açores, Madeira e Canárias) e três não europeus (Cabo Verde, Senegal e Mauritânia) e tem por objetivos, por um lado, o aumento da cooperação entre os espaços europeu e não europeu do projeto e, por outro, o desenvolvimento de competências que possibilitem a concertação entre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e outros fundos europeus, potenciando o surgimento de novos projetos.

1.4.4 Ilhas de Inovação

Projeto de cooperação aprovado no âmbito do Programa de Cooperação Territorial INTERREG Europa com a duração de cinco anos (2017 – 2021). Integrando sete parceiros insulares dos Países Baixos, Dinamarca, Portugal, França, Grécia e Estónia, este projeto tem por objetivo a identificação e criação de oportunidades de diversificação das economias das regiões parceiras do projeto através da melhoria das suas políticas de inovação; nomeadamente no contexto dos setores da Estratégia de Especialização Inteligente.

1.4.5 INTEGRA

O Programa de Integração de Mercados e Desenvolvimento Económico e Social Regional da Macaronésia, aprovado no âmbito do Programa de Cooperação Territorial Interreg Mac 2014-2020, pretende fortalecer a cooperação institucional entre as regiões da Macaronésia, através do desenvolvimento de uma estratégia conjunta em áreas de desenvolvimento económico, social e cultural, pretendendo fortalecer os setores estratégicos de alto valor agregado, como: economia azul, turismo sustentável, I&D, energia, entre outros, identificando os setores com



maior potencial, capazes de gerar emprego e riqueza em cada uma das regiões, assim como em todo o espaço da Macaronésia.

1.5 Os Açores no Espaço Europeu

1.5.1 Relações transnacionais, inter-regionais e com as Instituições Europeias

Aprofundar a participação da RAA em palcos e espaços de cariz internacional, nacional e inter-regional. Relançar o conceito de ultraperiferia, com uma nova abordagem da aplicação do artigo 349.º do TFUE; dinamizar a relação da Região nos organismos de cooperação inter-regional que faz parte e junto das instituições nacionais e europeias, através de uma ação interventiva, participativa e defensora dos interesses da RAA. Estabelecer e aprofundar relações, atividades, protocolos; atribuir apoios e promover parcerias com entidades territoriais congéneres e outras instituições e/ou entidades, nacionais ou estrangeiras, relevantes para o interesse da Região.

1.5.2 Açores na Europa

Consolidar a ação e função do Gabinete de Representação da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas, enquanto defensor e promotor dos interesses da Região junto das instituições e órgãos da União Europeia. Promover o aprofundamento do conceito de ultraperiferia e das políticas subjacentes, como ponto de viragem para uma abordagem mais integradora da RAA e RUP na UE. Apoiar a preparação de quadros da Administração Pública Regional para o acompanhamento, conhecimento e especialização em áreas e políticas da UE com interesse para o desenvolvimento da RAA. Apoiar as instituições, organismos públicos e privados, associações, entre outros, da RAA, que assim solicitem, ações junto da UE. Celebrar protocolos, estabelecer parcerias e atribuir apoios destinados à aproximação dos Açores e a UE neste âmbito.

1.5.3 Promoção dos valores e cidadania europeia

Promover e dinamizar a divulgação da UE e dos seus valores junto das escolas da RAA e da sociedade civil em geral. Promover a celebração de efemérides Europeias, como o Dia da Europa, através de iniciativas que impulsionem o conhecimento da UE. Aprofundar a relação com os Clubes Europeus e incentivar a sua ação pedagógica e difusora das temáticas europeias junto das comunidades escolares da RAA. Criar programas e atividades que apelem aos valores de cidadania e de democracia junto do ensino básico e divulgá-los junto dos órgãos da União Europeia e demais entidades. Dinamizar espaços para a informação e documentação europeia. Apoiar atividades/projetos, celebrar protocolos, parcerias com entidades promotoras das temáticas europeias.



Programa 2 – Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades

Programação financeira

Euro

Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
2 Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	62.757.073	62.757.073	
2.1 Apoio à Infância e Juventude	3.325.296	3.325.296	
2.2 Apoio à Família, Comunidade e Serviços	7.584.477	7.584.477	
2.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	6.356.737	6.356.737	
2.4 Apoio a Idosos	4.161.635	4.161.635	
2.5 Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e combate à Pobreza	12.533.719	12.533.719	
2.6 Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional	9.871.986	9.871.986	
2.7 Arrendamento Acessível e Cooperação	10.395.930	10.395.930	
2.8 Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica	381.328	381.328	
2.9 Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo	2.233.000	2.233.000	
2.10 Cooperação com os Municípios	1.177.459	1.177.459	
2.11 Cooperação com as Freguesias	680.100	680.100	
2.12 Emigrado e Regressado	63.020	63.020	
2.13 Identidade Cultural e Açorianidade	171.550	171.550	
2.14 Imigrado e Interculturalidade	120.430	120.430	
2.15 Aerogare Civil das Lajes	3.700.406	3.700.406	

Programação material

2.1 Apoio à Infância e Juventude

2.1.1 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude



- Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude.
- 2.1.2 Defesa e Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens
Defesa e Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens através da ação do Comissariado dos Açores para a Infância.
- 2.1.3 Reabilitação e requalificação de Creches e Centros de Atividades de Tempos Livres
Reabilitação do Centro de Atividades de Tempos Livres da Lomba do Alcaide e Obras de adaptação do edifício sede do Centro Comunitário da Terra-Chã.
- 2.1.4 Rede de Amas
Esta medida pretende a criação de vagas através do alargamento da rede de amas existentes na RAA, permitindo assim a mais famílias a conciliação da vida profissional com a familiar.
- 2.1.5 Construção de Creche em Santo António - Associação para o Desenvolvimento, em Ponta Delgada (São Miguel)
O equipamento pretendido irá dar a resposta necessária não apenas à freguesia, mas ao conjunto delimitado entre Fenais da Luz – a nascente – e os Mosteiros – a poente – tornando-se assim um equipamento com impacto em toda a costa norte de Ponta Delgada.
- 2.1.6 Obras de beneficiação do infantário "O Carrocel"- Associação dos Funcionários da Administração Regional da Ilha Terceira, em Angra do Heroísmo
Obras em curso de beneficiação do infantário "O Carrocel" em Angra do Heroísmo, da AFARIT.
- 2.1.7 Ampliação da Creche da Maia - Casa do Povo da Maia, na Ribeira Grande (São Miguel)
Ampliação da Creche da Maia, cujo dono de obra é a Casa do Povo da Maia.
- 2.1.8 Adaptação de edifício e aquisição de terreno para apoio à Creche Coriscolândia - Kairós em Ponta Delgada (São Miguel)
Aquisição de terreno e obras de beneficiação do Centro de Férias.
- 2.1.9 Construção de Centro de Atividades de Tempos Livres na Candelária - Associação de Juventude da Candelária em Ponta Delgada (São Miguel)
Este investimento vai permitir que as valências possam ter infraestruturas dignas, com os parâmetros de acordo com a legislação vigente. As atuais infraestruturas das respostas sociais, nomeadamente CATL e Centro de Convívio para Idosos, não obedecem aos parâmetros mínimos.
- 2.1.10 Substituição da cobertura do edifício e pintura interior da Creche "A Pequeneda" - Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (São Miguel)



Obras em curso de substituição da cobertura do edifício e pintura interior da Creche "A Pequenada", cujo dono de obra é a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.

- 2.1.11 Adaptação de edifício para Centro de Atividades de Tempos Livres de Santa Maria - Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto (Santa Maria)

Obra em curso de adaptação de edifício para o Centro de Atividades de Tempos Livres de Santa Maria, cujo dono de obra é a Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto.

- 2.1.12 Requalificação da Creche o Girassol - Centro de Bem Estar Social da Paróquia de Santa Cruz das Flores (Flores)

Requalificação da Creche o Girassol.

- 2.1.13 Reforço das respostas da rede de Creches e CATL entre as freguesias de São Bartolomeu e Altares

Reforço das respostas da rede de Creches e CATL entre as freguesias de São Bartolomeu e Altares.

2.2 Apoio à Família, Comunidade e Serviços

- 2.2.1 Apoio especializado ao desenvolvimento e requalificação da rede de equipamentos sociais e programas sociais dos Açores

Apoio especializado ao desenvolvimento e requalificação da rede de equipamentos sociais e programas sociais dos Açores.

- 2.2.2 CEDO - Complemento Especial para o Doente Oncológico

CEDO - Complemento Especial para o Doente Oncológico.

- 2.2.3 Apoios para combate à pandemia COVID-19

Apoios para combate à pandemia COVID-19, através das IPSS e ISSA.

- 2.2.4 Requalificação da casa dos doentes deslocados nos Açores

Requalificação da casa dos doentes deslocados na ilha do Faial.

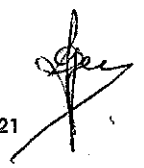
- 2.2.5 Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios e equipamentos de apoio à Comunidade e dos Serviços da Segurança Social

Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios e equipamentos de apoio à Comunidade e dos Serviços da Segurança Social.

- 2.2.6 Criação do Centro de Acolhimento da Horta - Santa Casa da Misericórdia da Horta (Faial)

Criação do Centro de Acolhimento da Horta, pela Santa Casa da Misericórdia da Horta.

- 2.2.7 Modernização do parque de viaturas das IPSS e Misericórdias



As instituições de cariz social apresentam algumas limitações no acesso às populações, desde o apoio no transporte para os mais jovens, bem como na rede domiciliária dos mais idosos, pelo que a promoção de aquisição de viaturas é sem dúvida uma forma de mitigar as distâncias entre as respostas sociais e a população, promovendo o acesso a serviços e respostas. Por outro lado, a aquisição de novas viaturas também surge como necessidade de renovar as frotas automóveis, respeitando, por exemplo, os valores recomendáveis de emissões de gases CO2 considerados poluentes. Numa ótica mais expectante, a substituição por viaturas híbridas ou totalmente elétricas, indo ao encontro da máxima da União Europeia, a promoção de energias limpas.

2.2.8 Construção do Centro Intergeracional de Santo Antão - Centro Paroquial e Social de Santo Antão na Calheta (São Jorge)

Este investimento permitirá melhorar os serviços prestados pelo Centro Paroquial e Social de Santo Antão, uma vez que se trata da única instituição nesta zona geográfica a prestar este apoio à comunidade.

2.2.9 Construção do Edifício Intergeracional da Feteira da Horta – 2.ª Fase - Casa do Povo da Feteira na Horta (Faial)

Este investimento permitirá construir um ATL e Centro de Dia.

2.2.10 Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo – 2.ª Fase - Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo (São Miguel)

Esta fase inclui o edifício do Centro de Dia e Centro de Noite.

2.2.11 Criação do Centro de Acolhimento Temporário na Urzelina - Instituto de Santa Catarina (São Jorge)

Criação do Centro de Acolhimento Temporário na Urzelina.

2.2.12 Reabilitação do Infantário "Arco-Íris" da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico

Reabilitação do edifício do infantário.

2.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais

2.3.1 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência

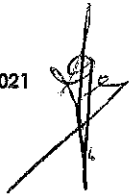
Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência.

2.3.2 Construção de Centro de Atividades de Tempos Livres Inclusivo e de Centro de Dia Especializado – Lajes das Flores

Esta construção visa colmatar a lacuna existente na ilha das Flores, no apoio a pessoas com deficiência e que necessitam de cuidados para realizar atividades básicas diárias, importando referir o elevado número de Doentes de Machado Joseph existentes naquela ilha.



- 2.3.3 Adaptação de Edifício a Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial - Santa Casa da Misericórdia da Horta (Faial)
- Este investimento visa colmatar uma das necessidades de reinstalação das valências de CATL Inclusive, CAO e Lar Residencial que se encontram em instalações pouco condignas, especialmente o CAO e Lar Residencial que se encontram em edifício pré-fabricado.
- 2.3.4 Criação do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade - Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (Terceira)
- Obra que se destina a pessoas com demências, da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.
- 2.3.5 Reabilitação de edifício para Centro de Apoio à Deficiência - Aurora Social em Ponta Delgada (São Miguel)
- Obra em curso de reabilitação de edifício para Centro de Apoio à Deficiência, da Associação Aurora Social e APPDA, no concelho de Ponta Delgada.
- 2.3.6 Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel
- Obra em curso de construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel, da Associação de Paralisia Cerebral de São Miguel.
- 2.3.7 Construção do Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais na Lagoa - 1.ª Fase - Santa Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa (São Miguel)
- Construção do Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais na Lagoa, pela Santa Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa.
- 2.3.8 Construção do Centro de Atividades Ocupacionais da Zona Norte de Ponta Delgada - Associação de Desenvolvimento e Promoção de Santa Bárbara em Ponta Delgada (São Miguel)
- Construção de um CAO e Lar Residencial através da Associação de Desenvolvimento e Promoção de Santa Bárbara.
- 2.3.9 Construção do Centro de Atividades Ocupacionais no Pico - Santa Casa da Misericórdia da Madalena (Pico)
- Este investimento visa colmatar uma das necessidades de reinstalação da valência de CAO uma vez que se encontram em edifício pré-fabricado.
- 2.3.10 Adaptação de imóvel a Lar Residencial em Santa Maria - Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto
- Aquisição de imóvel e obra, visto que não existe esta valência em Santa Maria.

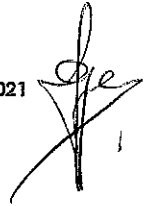


- 2.4 Apoio a Idosos**
- 2.4.1 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos
Criação, melhoramento e apetrechamento de centros de dia, centros de noite, serviços de apoio ao domicílio, por forma a assegurar mais e melhores respostas de proximidade aos idosos.
- 2.4.2 Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa
Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa.
- 2.4.3 Rede de Cuidados Continuados dos Açores
Apoio à implementação da Rede de Cuidados Continuados Integrados (RCCI) dos Açores.
- 2.4.4 Idosos em casa "Novos Idosos"
Aging in place significa a capacidade dos idosos continuarem a viver em casa e na comunidade ao longo do tempo, com segurança e de forma independente. Esta medida consiste na criação de um projeto piloto de proximidade, através da constituição de um grupo de trabalho multidisciplinar de acompanhamento do plano de cuidados do idoso, bem como através do apoio financeiro ao seu cuidador informal.
- 2.4.5 Criação da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (São Miguel)
Criação da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, obra a iniciar em 2021, com o fim previsto para 2023.
- 2.4.6 Remodelação e ampliação do Lar de Idosos da Praia da Graciosa - Santa Casa da Misericórdia da Praia da Graciosa (Graciosa)
Este investimento capacita a IPSS de aumento de capacidade necessário/possível, tendo por base a lista de espera, bem como a regularização de questões estruturais existentes no edifício.
- 2.4.7 Ampliação e requalificação da Casa de Repouso João Inácio de Sousa, nas Velas (São Jorge)
Este investimento capacita a IPSS de aumento de capacidade necessário/possível, tendo por base a lista de espera, bem como a regularização de questões estruturais existentes no edifício.
- 2.4.8 Construção do Centro de Convívio de Castelo Branco - Casa do Povo de Castelo Branco (Faial)
A valência é existente e funciona em infraestrutura pertença da Diocese, sendo que o espaço é utilizado em simultâneo por diversas atividades, obrigando a IPSS muitas vezes a cancelar a atividade. Pretende-se com este novo investimento dotar a IPSS de um edifício próprio condigno para a atividade exercida.
- 2.4.9 Ampliação do Centro de Dia da Conceição - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial



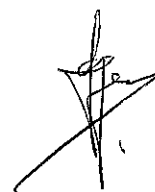
Este investimento capacita a IPSS de aumento de capacidade necessário/possível, tendo por base a lista de espera, bem como regularização questões estruturais existentes no edifício.

- 2.4.10 Reabilitação da Estrutura Residencial para Idosos - Santa Casa da Misericórdia do Nordeste (São Miguel)
- Reabilitação da Estrutura Residencial para Idosos pela Santa Casa da Misericórdia do Nordeste.
- 2.4.11 Ampliação do Centro de Alojamento temporário da Madalena - Santa Casa da Misericórdia da Madalena (Pico)
- Ampliação do Centro de Alojamento Temporário da Madalena.
- 2.4.12 Reconstrução e Ampliação de ERPI para criação de valência de Centro de Alojamento Temporário em São Roque do Pico - Santa Casa da Misericórdia de São Roque do Pico
- Reconstrução e Ampliação de ERPI para criação de valência de Centro de Acolhimento Temporário em São Roque do Pico.
- 2.4.13 Reabilitação e adaptação à função do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz - Graciosa
- Reabilitação e adaptação à função do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz, na Graciosa.
- 2.4.14 Construção da Estrutura Residencial para Idosos na Freguesia de Furnas
- Projeto de Construção da Estrutura Residencial para Idosos na Freguesia de Furnas.
- 2.4.15 Projeto para instalação de valência de cuidados continuados no Lar D. Pedro V, na Praia da Vitória
- Instalação de valência de cuidados continuados no Lar D. Pedro V, na Praia da Vitória.
- 2.5 Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza**
- 2.5.1 Projetos de intervenção social de carácter inovador e experimental
- Projetos ligados à violência doméstica e ao movimento da Vida Independente na Região
- 2.5.2 Campanhas de sensibilização para a promoção da inclusão de minorias sujeitas a discriminações múltiplas
- Campanhas que sensibilizem a comunidade para a problemática, designadamente encontro regional de Polos Locais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (PLPCVDG) e Redes e diversas campanhas de informação, sensibilização e publicitárias.
- 2.5.3 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de crianças e jovens



Em particular os projetos oriundos de contextos familiares desestruturados, através do desenvolvimento de estratégias facilitadoras e de promoção de estilos de vida saudáveis, de ocupação orientada dos tempos livres, da prevenção de comportamentos de risco e da promoção de parentalidade positiva.

- 2.5.4 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de idosos
- Implementação de estratégias de apoio integrado e de cuidado, tendo como objetivo reduzir riscos de pobreza e de exclusão, bem como prevenir riscos de violência sobre este grupo. Nesta ação estão previstas ações que promovam o descanso do cuidador e a sua formação.
- 2.5.5 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade
- Implementação de estratégias integradas e de cuidado, bem como ações que promovam o desenvolvimento de competências pessoais, profissionais e sociais da pessoa com deficiência e a ocupação de tempos livres.
- 2.5.6 Projetos de intervenção social vocacionados para a reabilitação e promoção da inclusão de públicos em situação de grave exclusão social
- Projetos de nível da reinserção sociofamiliar ou profissional ou da integração em programas/formação, com vista à promoção da Igualdade de Oportunidades, bem como projetos de desenvolvimento local.
- 2.5.7 Criação de estruturas multidisciplinares com intervenção técnica especializada
- Criação de equipas com atuação local ao nível da prevenção, combate e atuação em situações de violência doméstica, bem como equipas que trabalhem a promoção da Igualdade de Oportunidades.
- 2.5.8 Apoio técnico e capacitação das IPSS
- Formação e capacitação das IPSS; auditoria e consultoria às IPSS no âmbito da qualidade dos serviços e Estudos.
- 2.5.9 Fundo Regional de Ação Social
- Mecanismo de apoio às famílias e de colaboração com IPSS, com vista a amenizar as desigualdades socioeconómicas, promotor da solidariedade e da coesão social.
- 2.5.10 Medidas de combate à pobreza
- Criação de novas medidas de apoio às famílias, com reforço de competências pessoais para autonomia e inserção.
- 2.5.11 Garantir a igualdade de oportunidades a jovens de famílias carenciadas, na permanência no ensino superior - Propinas



Apoiar o pagamento de despesas aos estudantes universitários residentes nos Açores, cujos agregados se encontram em situação de grave carência económica.

2.5.12 COMPAMID

Complemento para aquisição de medicamentos para idosos, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2008/A, de 26 de fevereiro, com reforço do apoio financeiro.

2.5.13 Sénior Ativo

Promoção da mobilidade inter-ilhas das pessoas idosas e/ou com necessidades especiais como medida potenciadora de um envelhecimento ativo.

2.6 Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional

2.6.1 Promoção e apoio à habitação própria e a custos controlados

Subsídios não reembolsáveis a atribuir às famílias para participação na aquisição, construção, ampliação e alteração de habitação própria, ao abrigo do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 59/2006/A, de 29 de dezembro.

2.6.2 Operações urbanísticas e reabilitação de infraestruturas habitacionais

Obras de urbanização e de reabilitação para disponibilização de fogos a pessoas singulares e de lotes a pessoas singulares e coletivas destinados à promoção de habitação própria permanente e à habitação de custos controlados, respetivamente, ao abrigo do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2005/A, de 3 de agosto.

2.6.3 Reabilitação do parque habitacional da Região

Obras de recuperação e reabilitação de habitações atribuídas a famílias em regime de arrendamento apoiado, ao abrigo da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, e do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009/A, de 16 de dezembro.

2.6.4 Programa "Casa Renovada, Casa Habitada" e combate à infestação por térmitas

Apoios financeiros a atribuir às famílias ao abrigo do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2019/A, de 24 de maio, para obras de reabilitação, reparação e beneficiação de fogos destinados a habitação permanente ou para arrendamento, bem como no combate à infestação por térmitas, cujo regime foi instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/, de 30 de junho.

2.6.5 Salvaguarda habitacional em zonas de risco

Operações de realojamento de famílias a residir em zonas de risco, nomeadamente falésias, orla costeira e leitos de ribeiras, quer diretamente, quer através de contratos ARAAL a celebrar com os respetivos municípios.



- 2.6.6 Operações de inserção e reintegração social
Estudo, avaliação e apoio ao desenvolvimento de políticas e medidas de inserção social de famílias. Investimentos no âmbito da estrutura técnica de cooperação e de planeamento interdepartamental e interdisciplinar.
- 2.6.7 Conclusão das infraestruturas de Trás-os-Mosteiros, na Ribeira Grande
Empreitada de conclusão das infraestruturas de Trás-os-Mosteiros, na Ribeira Grande.
- 2.6.8 Recuperação de Habitações nos Bairros do Aeroporto - Ilha de Santa Maria
Recuperação de Habitações nos Bairros do Aeroporto - Ilha de Santa Maria.
- 2.7 Arrendamento Acessível e Cooperação**
- 2.7.1 Incentivo e apoio ao arrendamento
Subsídios ao arrendamento de prédios ou de frações autónomas de prédios urbanos, destinados à habitação, a atribuir a famílias, ao abrigo do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009/A, de 16 de dezembro, denominado por Famílias com Futuro.
- 2.7.2 Construção/arrendamento de fogos para arrendamento/subarrendamento apoiado
Operações a levar a efeito com vista aumentar a oferta pública de habitação, quer pela via de novas construções, quer pela via da aquisição e/ou arrendamento do stock existente, para atribuição a famílias mais vulneráveis em regime de arrendamento/subarrendamento apoiado, no âmbito do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009/A, de 16 de dezembro.
- 2.7.3 Cooperação com autarquias - acordos de colaboração IHRU/RAA/municípios
Encargos com empréstimos contraídos para construção/aquisição de habitação destinada a realojamento de famílias residentes em barracas ou situações abarracadas, no âmbito dos contratos ARAAL celebrados com os municípios de Ponta Delgada, Lagoa, Ribeira Grande, Vila Fraca do Campo, Povoação, Nordeste, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.
- 2.7.4 Condomínios e seguros
Encargos com quotas de condomínio e seguro nos prédios em regime de propriedade horizontal em que a Região é detentora de frações habitacionais atribuídas em regime de arrendamento apoiado, instituído pela Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro.
- 2.8 Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica**
- 2.8.1 Reabilitação, conservação e manutenção de instalações



- Reabilitação, conservação e manutenção dos Serviços da DRH dispersos nas várias ilhas da RAA de modo a assegurar melhor qualidade no atendimento às pessoas.
- 2.8.2 Adequação e Adaptação Tecnológica dos Serviços
- Atualização do equipamento informático e respetivo *software*.
- 2.9 Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo**
- 2.9.1 Apoio à reabilitação em habitações danificadas pela intempérie
- Apoios atribuídos a famílias cujas habitações ficaram danificadas na sequência da passagem do furacão *Lorenzo*.
- 2.9.2 Intempérie Lorenzo - Apoio à recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais
- Cumprimento dos contratos ARAAL assinados com os municípios afetados pela intempérie *Lorenzo*.
- 2.10 Cooperação com os Municípios**
- 2.10.1 Cooperação Técnica com os Municípios
- Apoio técnico aos eleitos locais e trabalhadores dos municípios, associações de municípios e serviços municipalizados. Participação dos técnicos superiores em reuniões de âmbito nacional (SATAPOCAL e de coordenação jurídica) e de âmbito regional (acompanhamento da elaboração e aplicação dos instrumentos de ordenamento do território e reuniões de aperfeiçoamento jurídico). Formação dos técnicos e dirigentes sobre matérias das autarquias locais. Aquisição e manutenção de equipamento informático e administrativo.
- 2.10.2 Cooperação Financeira com os Municípios
- Encargos de funcionamento das reuniões dos Conselhos de Ilha (Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A, de 10 de julho, na sua redação atual). Cooperação financeira a projetos de investimento municipal que visam a reparação dos estragos causados pela ocorrência de intempéries, situações imprevisíveis e excecionais (Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, na sua redação atual). Regularizar a comparticipação de montantes ainda não recebidos pelos municípios da Região no âmbito do IRS variável.
- 2.10.3 Eleições
- Organização e acompanhamento dos processos relativos aos atos eleitorais.
- 2.11 Cooperação com as Freguesias**
- 2.11.1 Cooperação Técnica com as Freguesias



Apoio técnico aos eleitos locais e trabalhadores das freguesias. Organização de Seminários/workshops.

2.11.2 Cooperação Financeira com as Freguesias

Atribuição de apoios financeiros às freguesias açorianas. Comparticipação de projetos municipais de aquisição/construção/grande reparação de edifícios sede de juntas de freguesia. Apoio a pedidos da ANAFRE para despesas correntes (Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto).

2.11.3 Colaboração técnica e financeira com a Associação de Freguesias dos Açores (ANAFRE Açores)

Colaboração técnica e financeira com a ANAFRE para efeitos da prossecução dos desígnios daquela associação no acompanhamento às freguesias dos Açores.

2.12 Emigrado e Regressado

2.12.1 Inclusão e Intervenção Social

Apoio aos emigrados e regressados, em diversas áreas, e realização de iniciativas que visem a plena integração nas sociedades de acolhimento.

2.12.2 Cooperação

Cooperação com entidades, instituições e organizações, sem fins lucrativos, com o objetivo da integração dos emigrantes e regressados açorianos nas sociedades de acolhimento; dinamização de iniciativas socioculturais.

2.12.3 Participação Ativa na Diáspora

Realização e/ou apoio a iniciativas que promovam o debate e reflexão sobre as comunidades emigradas e regressadas, com vista à apresentação de linhas orientadoras de políticas e ação para a sua plena integração e participação ativa nas sociedades de acolhimento.

2.12.4 Iniciativas de Promoção da Integração

Apoio a projetos e realização de iniciativas que visem estudos sobre os movimentos emigratórios açorianos e/ou integração dos emigrantes e regressados açorianos nas diversas sociedades de acolhimento.

2.13 Identidade Cultural e Açorianidade

2.13.1 Juventude e Açorianidade



Realização e/ou apoio a intercâmbios entre agentes dos Açores e das comunidades emigradas; juventude; iniciativas que promovam o debate e reflexão sobre a Açorianidade no mundo e sua promoção; resgate do legado cultural.

2.13.2 Resgate, Preservação e Divulgação da Identidade Cultural e Açoriana

Realização e/ou apoio a iniciativas que promovam o resgate e a preservação da identidade cultural açoriana no mundo, em especial onde existiram/existam comunidades açorianas; dinamização do movimento associativo comunitário da Diáspora Açoriana; divulgação e afirmação da Açorianidade nas sociedades de acolhimento.

2.13.3 Cooperação

Cooperação com Casas dos Açores; instituições sem fins lucrativos e/ou associações várias no âmbito da preservação e divulgação da identidade cultural açoriana; dinamização de iniciativas que visem a promoção dos Açores e a afirmação da Açorianidade no mundo.

2.13.4 Relacionamento Açores/ Comunidades/ Açores e Afirmação da Açorianidade

Apoio a projetos que visem a preservação e divulgação da cultura açoriana; projetos informativos sobre a RAA e sobre as suas comunidades emigradas; intercâmbios entre agentes dos Açores e das comunidades; iniciativas que contribuam para o reforço da presença dos Açores no mundo.

2.14 Imigrado e Interculturalidade

2.14.1 Integração e Educação Intercultural

Apoio aos imigrantes na RAA, em diversas áreas e realização de iniciativas que visem a plena integração na sociedade açoriana; a promoção da interculturalidade; a divulgação da diversidade cultural.

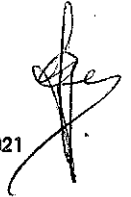
2.14.2 Cooperação

Cooperação com entidades, instituições e associações, sem fins lucrativos, com o objetivo da integração dos imigrantes na RAA e preservação da identidade cultural dos mesmos; dinamização de iniciativas que visem a promoção da interculturalidade; o aprofundamento do relacionamento com os países de origem dos imigrantes residentes nos Açores.

2.14.3 Iniciativas de Promoção da Integração, Diversidade e Interculturalidade

Apoio a projetos candidatos e realização de iniciativas que visem estudos sobre movimentos migratórios na RAA e/ou integração dos imigrantes e promoção da interculturalidade nos Açores.

2.14.4 *Regions for Migrants and Refugees Integration*



Projeto aprovado 863635 RGIN - Candidatura realizada pela CRPM e aprovada no âmbito do FAMI - Fundo Asilo, Migração e Integração sendo a Direção Regional das Comunidades (DRCOM) entidade parceira. Visa melhorar as competências das instituições na integração dos migrantes, fornecendo um conjunto de ferramentas para auxiliar neste propósito; definir indicadores de integração a nível regional e desenvolver simultaneamente ferramentas para harmonizar objetivos, instrumentos de medição e informação entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil para aplicação de medidas de integração.

2.15 Aerogare Civil das Lajes

2.15.1 Conservação, manutenção e apetrechamento

Desenvolvimento da estratégia para a sustentabilidade do destino turístico Açores.
Desenvolvimento de programas com vista à dinamização das empresas do setor do Turismo.
Continuação de uma política de prevenção contra a disseminação do Vírus SARS- CoV-2.

2.15.2 Construção do Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes

Construção de um Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes.

Programa 3 – Competitividade Empresarial e Administração Pública

Programação financeira

Euro

Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
3 Competitividade Empresarial e Administração Pública	74.793.190	58.372.290	16.420.900
3.1 Competitividade Empresarial	65.175.000	50.175.000	15.000.000
3.2 Emprego e Qualificação Profissional	50.000	50.000	
3.3 Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional	608.451	608.451	
3.4 Eficiência no Serviço Público ao Cidadão	2.520.900	1.100.000	1.420.900
3.5 Serviços Sociais	173.400	173.400	
3.6 Estatística	115.439	115.439	
3.7 Planeamento e Finanças	6.150.000	6.150.000	

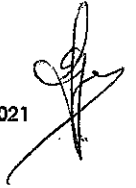
Programação material

3.1 Competitividade Empresarial

3.1.1 Sistemas de incentivos à competitividade empresarial

Nesta ação incluem-se os apoios atribuídos às empresas no âmbito dos diversos sistemas de incentivos ao investimento privado geridos pela Direção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade, nomeadamente, Competir+ e Vales. Relativamente às medidas criadas em resposta ao surto da COVID-19, inserem-se nesta ação os apoios a conceder no âmbito do Programa de Manutenção do Emprego, Apoio aos Custos Operacionais das Empresas do Setor do Turismo, Adaptar e APOIAR.PT Açores. Engloba também os encargos com o acompanhamento dos programas.

3.1.2 Fomento do empreendedorismo



Fomento do espírito empreendedor junto dos jovens, mediante a realização de ações diversas, designadamente através do Concurso Regional de Empreendedorismo.

3.1.3 Instrumentos Financeiros

Atribuição de apoios sobre a forma de instrumentos financeiros, criados em articulação com o Banco de Fomento.

3.1.4 Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário

Pagamento dos encargos resultantes da execução do Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário, abrangendo o pagamento de juros e garantias.

3.1.5 Recapitalização das empresas

Investimento RE-PP-C5-i5 - RAA - Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores.

3.1.6 Linha COVID-19 - Fundo Contragarantia

Apoiar as empresas na sequência da pandemia da COVID-19.

3.2 Emprego e Qualificação Profissional

3.2.1 Formação Profissional (CEFAPA)

Disponibilizar a todos os serviços das Administrações Públicas Regional e Local uma oferta formativa direcionada, eficaz e eficiente por forma a responder às necessidades dos trabalhadores, prevendo na sua oferta formativas ações proativas, alinhadas com as políticas estratégicas de desenvolvimento dos seus recursos humanos.

3.3 Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional

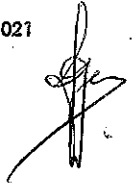
3.3.1 Modernização e Reforma da Administração Pública Regional

Aquisição de trabalhos especializados, serviços e *software* informático no âmbito da execução de projetos na área da inovação, modernização e simplificação administrativa, a executar pela EMRAP (Estrutura de Missão de Modernização e Reforma da Administração Pública dos Açores), bem como relativos ao desenvolvimento do sítio de *Internet* e plataforma tecnológica de gestão e do *ebook* do PEMRAP (Plano estratégico de modernização e reforma da Administração Pública Regional). Aquisição de outros trabalhos especializados tendo em vista a capacitação de equipa(s) técnica(s) no âmbito da gestão de projetos e desenho de serviços públicos, e.g., e do desenvolvimento do sistema de gestão da informação do Governo Regional. Aquisição de outros trabalhos especializados, serviços e *software* informático para operacionalização de futuras edições do OP Açores. Promoção de reuniões de trabalho no âmbito das atribuições e competências da EMRAP. Aquisição de equipamento administrativo



e de informática, e ferramentas e utensílios, para dotação dos novos postos de trabalho da estrutura de missão.

- 3.3.2 Sistema Integrado de Gestão da Administração Regional dos Açores (SIGRHARA)
- Implementação de novos módulos no SIGRHARA visando a disponibilização de ferramentas de gestão de pessoal junto dos organismos, nomeadamente a nível de gestão de avaliação de desempenho, definição de matrizes de competências, planeamento de atividades, disponibilidade em plataformas móveis. Continuidade do contrato de manutenção do SIGRHARA. Deslocações para formação SIGRHARA junto dos serviços em todas as ilhas. Aquisição de computador para atualização de recursos tecnológicos e auscultadores telefónicos.
- 3.3.3 Promoção da Qualidade nos Serviços da Administração Pública Regional
- Realização e participação em eventos, reuniões de trabalho e ações de formação, no âmbito dos projetos de implementação de sistemas de gestão pela qualidade na administração e de reorganização/reestruturação de serviços.
- Encargos no âmbito do Serviço Comum de Segurança e Saúde no Trabalho. Aquisição de equipamento administrativo e informático. Licenciamento GERFIP e representação institucional. Auditorias externas de acompanhamento e de renovação da certificação segundo a NP EN ISO 9001:2015 (2018 a 2020) do Sistema de Gestão da Qualidade DROAP.
- 3.3.4 Desmaterialização de processos
- Promover a transformação digital nos serviços da SRFAP em áreas como as Tecnologias de Informação e Comunicação e dos Sistemas de Informação. Garantir soluções tecnológicas que permitam promover a difusão de informação, a desmaterialização ou prestação digital de serviços, o alargamento dos canais de prestação de serviço público digital,
- 3.3.5 Rede Integrada de Gestão de Processos na Administração Pública - Açores/Cabo Verde 2020 (RIGPAP-ACV) - Projeto MAC2-5.11A-357
- Desenvolvimento de um projeto de modernização e simplificação administrativa, com enfoque na intervenção nos "processos de negócio" da Administração Pública Regional dos Açores e Cabo Verde, potenciando a criação de uma plataforma de utilização partilhada, com o objetivo de promover a otimização de processos e melhorar a eficiência e eficácia da resposta ao cidadão.
- 3.3.6 Central de Serviços Partilhados da Ilha de Santa Maria
- Operacionalização da Central de Serviços Partilhados da Ilha de Santa Maria, em conformidade com o Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2017/A, de 1 de junho, designadamente o previsto no artigo 7.º alíneas k) e l).
- 3.3.7 Gabinete da Prevenção da Corrupção e da Transparência



Instalação inicial do Gabinete da Prevenção da Corrupção e da Transparência.

3.4 Eficiência no Serviço Público ao Cidadão

3.4.1 Rede Integrada de Apoio ao Cidadão

No plano de investimento para 2021 destaca-se o investimento necessário à contínua evolução da infraestrutura tecnológica da RIAC. Prevê-se a conclusão de instalação do novo *Datacenter* na RIAC e a conclusão da renovação dos equipamentos biométricos associados à emissão do Cartão de Cidadão e do Passaporte Eletrónico.

Por outro lado, incluem-se ainda os custos operacionais inerentes ao projeto RIAC (55 Lojas de Atendimento, Sede, Centro de Contactos e Página de *Internet*), nomeadamente: assessoria de comunicações, material de escritório, aluguer de circuitos de voz e dados, comunicações, deslocações e estadas, assistência técnica e outras prestações de serviços.

3.5 Serviços Sociais

3.5.1 Serviços de apoio aos funcionários públicos

Concessão de apoios financeiros às duas associações de funcionários públicos da Região, AFARIT - Associação dos Funcionários da Administração Regional da Ilha Terceira e COOPDELGA – Cooperativa de Solidariedade Social de Ponta Delgada, CRL, nos termos do Decreto Regulamentar Regional n.º 7/84/A, de 2 de fevereiro. Apoio socioeconómico aos funcionários públicos em situação socialmente gravosa e urgente nos termos dispostos no Decreto Legislativo Regional n.º 33/2011/A, de 5 de dezembro.

3.6 Estatística

3.6.1 Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística Oficial

Desenvolvimento de projetos estatísticos. Aquisição de equipamento tecnológico (servidores, equipamentos individuais, *software*, outros equipamentos diversos). Aquisição de material administrativo e de escritório. Deslocações externas ao serviço, com vista ao desenvolvimento e implementação de novos projetos estatísticos, incluindo contacto com outras instituições, testes de metodologias e aplicação das mesmas. Divulgação e difusão de informação estatística oficial, incluindo atividades promotoras de uma cidadania ativa e consciente, através da realização de ações com vista à promoção da literacia estatística.

3.6.2 ECOMAC MAC/5.1a/004

Projeto *INTERREG ECOMAC MAC/5.1a/004* - Métodos econométricos aplicados a séries de conjuntura económica. Implementação e execução do projeto.



3.6.3 **MEDECOAZUL MAC2/5.11a/232**

Projeto *INTERREG MEDECOAZUL MAC2/5.11a/232* - Desenvolvimento de indicadores, baseados em estatísticas oficiais, para avaliação e medição da Economia Azul. Implementação e execução do projeto.

3.6.4 **Estatísticas Oficiais para uma Cidadania Inclusiva**

Implementação de uma nova estrutura de gestão da informação, incluindo servidores, *DataWarehouse* e outras infraestruturas teológicas, apropriadas e adequadas que permitam gerir de forma mais eficiente e eficaz a informação recolhida e produzida pelo SREA, para mais fácil disponibilização da informação a todos os utilizadores, respeitando todos os preceitos relativos à acessibilidade da informação, nomeadamente através da implementação da norma WCAG 2.1 - *Web Content Accessibility Guidelines*.

3.7 Planeamento e Finanças

3.7.1 **Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais**

Exercício de funções de Autoridade de Gestão e do processo de gestão, acompanhamento e monitorização do PO Açores 2020. Monitorização e acompanhamento do programa de cooperação territorial Madeira, Açores e Canárias 2014-2020 - *INTERREG VA* e trabalhos de preparação do *REACT-EU* e do PRR. Trabalhos de preparação do próximo período de programação 2021-2027. Exercício das funções delegadas enquanto organismo intermédio do COMPETE 2020. Adequação tecnológica dos serviços para a concretização dos fluxos de informação e dados entre a gestão do programa e as autoridades nacionais e comunitárias, organismos intermédios e beneficiários.

3.7.2 **Património Regional**

Manutenção e beneficiação do Património Regional e contrato de *Leasing* Financeiro Imobiliário.

3.7.3 **Reestruturação do Setor Público Regional**

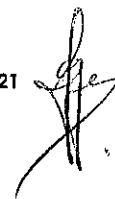
Reestruturação do setor público regional.

3.7.4 **Coesão Regional**

Apoio aos projetos de investimento nas ilhas de coesão e contrato-programa entre a RAA e Ilhas de Valor, SA.

3.7.5 **Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores**

Execução dos projetos vencedores, resultantes das antepropostas apresentadas pelos cidadãos, nas áreas de intervenção definidas pelo Governo Regional dos Açores e objeto de aprovação pelos serviços da Administração Pública Regional dos Açores, aquando da fase



de análise técnica das antepropostas, com a respetiva conversão em propostas a submeter à votação.

- 3.7.6 Novo Regime de Administração Financeira
Manutenção do Contrato GERFIP com a RAA.



Programa 4 – Educação

Programação financeira

Euro

Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
4 Educação	21.690.515	21.265.515	425.000
4.1 Construções Escolares	745.000	320.000	425.000
4.2 Equipamentos Escolares	988.040	988.040	
4.3 Apoio Social	9.320.000	9.320.000	
4.4 Apoio às Instituições de Ensino Privado e Formação	3.750.000	3.750.000	
4.5 Escolas Digitais	2.742.253	2.742.253	
4.6 Projetos Pedagógicos	3.876.622	3.876.622	
4.7 Atividade Física Desportiva	268.600	268.600	

Programação material

4.1 Construções escolares

4.1.1 Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da R.A.A.

Execução de obras de manutenção no parque escolar da Região.

4.1.2 Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1.º ciclo

Cooperação financeira entre a Administração Regional e a Administração Local nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto.

4.1.3 Assistência técnica e fecho financeiro

Assistência técnica dentro dos prazos de garantia das obras concluídas e a concluir; revisão de preços e demais encargos de encerramento de empreitadas.



4.2 Equipamentos Escolares

- 4.2.1 Aquisição de equipamentos para a Educação Pré-Escolar e o EB e Secundário
 Aquisição de diverso equipamento por parte das escolas, transferindo para os Fundos Escolares a aquisição centralizada de equipamento para diversas escolas.
- 4.2.2 Quiosques eletrónicos escolares
 Implementação do sistema de controlo de acessos em escolas da Região.

4.3 Apoio Social

- 4.3.1 Apoio Social
 Verba a transferir para os Fundos Escolares para garantir os normativos da ação social escolar em vigor.
- 4.3.2 Atribuição de produtos de apoio para alunos portadores de deficiência
 Aquisição de produtos de apoio considerados indispensáveis para garantir a resposta educativa adequada aos alunos com deficiência ou incapacidade temporária.

4.4 Apoio às instituições de Ensino Privado e Formação

- 4.4.1 Apoiar as instituições de ensino privado
 Apoio às instituições de ensino privado nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2005/A, de 4 de novembro, na sua redação atual.
- 4.4.2 Formação do Pessoal Docente e Não Docente
 Formação do pessoal em serviço nas escolas, nomeadamente monitoria, deslocação de formadores e transferências para os fundos escolares para pagamento de deslocações dos formandos. Esta formação visa a melhoria da qualidade de ensino e a prevenção do abandono escolar.

4.5 Escolas Digitais

- 4.5.1 Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação
 Continuar a desenvolver os projetos inerentes à implementação das TIC no âmbito do setor da educação, assegurando o licenciamento das aplicações informáticas nas escolas, através do acordo *Microsoft Scholl Agreement*, Plataforma *AZURE (Cloud Educação)* e manutenção do *software* de gestão de concursos de pessoal docente.
- 4.5.2 Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias
 Implementação da matrícula eletrónica.



4.5.3 Escolas digitais

Plano de recuperação e resiliência 2021/2026 - Açores (Aquisição de equipamentos, recursos educativos e competências digitais).

4.6 Projetos pedagógicos

4.6.1 ProSucesso - Avaliação externa

Implementação do sistema de avaliação externa do ProSucesso.

4.6.2 Projetos Educativos

Implementação de diversos projetos educativos, nomeadamente Parlamento dos Jovens, Plano Regional de Leitura, Rede Regional de Bibliotecas Escolares, Programa de Acompanhamento Pedagógico de Português, Matemática e Inglês, etc.

4.6.3 Prémio de Mérito de Ingresso no Ensino Superior

Apoio ao ingresso no ensino superior por jovens estudantes da RAA, no âmbito da Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 191/2020, de 15 de julho.

4.6.4 Programas ocupacionais

Programas ocupacionais e de apoio ao emprego (CTI Estagiar, PROSA e RECUPERAR).

4.6.5 Promoção do sucesso educativo e combate ao abandono escolar precoce

Promoção do sucesso educativo e combate ao abandono escolar precoce.

4.7 Atividade Física Desportiva

4.7.1 Desporto Escolar Açores

Realização dos Jogos Desportivos Escolares, MegaSprinter/MegaSalto e Corta-Mato Escolar.



Programa 5 – Saúde, Desporto e Proteção Civil

Programação financeira

Euro

Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
5 Saúde, Desporto e Proteção Civil	61.475.686	61.475.686	
5.1 Parcerias Público-Privadas	12.634.975	12.634.975	
5.2 Apetrechamento e Modernização	1.828.405	1.828.405	
5.3 Apoios e Acordos	994.350	994.350	
5.4 Projetos na Saúde	463.000	463.000	
5.5 Recursos Humanos - Investimento e Planeamento	275.000	275.000	
5.6 Tecnologias na Saúde	3.100.000	3.100.000	
5.7 Capacitação do Sistema de Saúde	18.500.000	18.500.000	
5.8 Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/ Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências	1.240.438	1.240.438	
5.9 Desporto Crianças e Jovens	2.079.945	2.079.945	
5.10 Atividade Desportiva	5.148.000	5.148.000	
5.11 Atividade Física	126.109	126.109	
5.12 Instalações Desportivas	1.475.000	1.475.000	
5.13 Iniciativas Transversais às Diferentes Áreas do Desporto	82.000	82.000	
5.14 Equipamentos e Comunicações	1.599.402	1.599.402	
5.15 Infraestruturas do SRPCBA	5.128.269	5.128.269	
5.16 Protocolos e Apoios	6.640.793	6.640.793	
5.17 Formação	160.000	160.000	

Programação material



5.1 Parcerias Público-Privadas

5.1.1 Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E. P.E.R

No âmbito da Parceria Público-Privada do Hospital da Ilha Terceira, a ação serve de suporte financeiro à mesma.

5.2 Apetrechamento e Modernização

5.2.1 Equipamentos para Unidades de Saúde de Ilha, Centro de Oncologia dos Açores e Hospitais

Aquisições de diversos equipamentos para as unidades de saúde do SRS. O parque de equipamentos clínicos distribuídos pelos hospitais e unidades de saúde de ilha está, na generalidade, obsoleto.

5.3 Apoios e Acordos

5.3.1 Apoios e Acordos com Instituições

Esta ação tem como objetivo melhorar as condições de acessibilidade dos utentes através de Protocolos

5.3.2 Concessão e Gestão do Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores

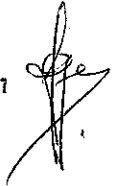
Operacionalização e monitorização do funcionamento do Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores. A promoção da acessibilidade ao tratamento para pessoas com comportamentos aditivos e dependências é uma prioridade do Governo Regional. Assim e de modo a tratar jovens dos 14 aos 24 anos, sem necessidade de os desenraizar, foi criado o Centro de Tratamento e Reabilitação Juvenil dos Açores, que contempla uma Unidade de Desabilitação e uma Comunidade Terapêutica com 20 camas. Esta ação prevê o financiamento do tratamento numa resposta mais adequada aos problemas característicos dos utentes mais vulneráveis.

5.3.3 Criação do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade

Apoiar o desenvolvimento da prestação de cuidados de saúde - Unidade de Cuidados Continuados/Pessoas com Demência - Resolução do Conselho de Governo Regional n.º 270/2020, de 16 de outubro.

5.4 Projetos na Saúde

5.4.1 Plano Regional da Saúde



Quadro estratégico para a saúde - Preparação do Plano Regional de Saúde 2021-2030 através da realização de estudos prévios à sua elaboração com vista a melhor conhecer as necessidades em saúde da população açoriana.

5.4.2 Sistema de Qualidade na Saúde

Execução de atividades e programas de promoção da saúde e de melhoria da prestação de cuidados em áreas relevantes da saúde, nomeadamente nos cuidados de saúde primários, hospitalares, continuados e de saúde mental, bem como acompanhar os processos de acreditação/ certificação da qualidade das unidades de saúde da RAA.

5.4.3 Política de promoção da saúde e prevenção da doença - Plano Nutrição das Escolas - Alimentação Saudável

Desenvolvimento de um Plano de Nutrição das Escolas, com o objetivo de garantir e melhorar os estilos de vida nos mais novos.

5.4.4 Saúde Mental - Estratégia e implementação

Desenvolvimento de uma estratégia regional que permita criar um sistema e promover as melhores condições aos doentes, com o objetivo de combater o estigma da saúde mental.

5.4.5 Estratégia Regional para a prevenção e Controlo do Cancro

O SRS irá apostar nos programas de rastreio para deteção e diagnóstico precoces do cancro, redução do tempo de diagnóstico e de tratamento, manutenção de registos e processos de referência mais simplificados; eficácia no encaminhamento e acompanhamento dos pacientes; Expansão e fortalecimento de serviços de patologia e laboratoriais; Desenvolvimento de algoritmos de tratamento regional para os cancros mais comuns para assegurar uma distribuição equitativa dos serviços e abordagens padronizadas de tratamento; Desenvolvimento da radioterapia na Terceira; Prestação de cuidados paliativos e serviços de apoio às famílias, incluindo fornecimento adequado de medicamentos para o controlo da dor.

5.4.6 Programa de Literacia em Saúde

Dotar os açorianos com as competências das pessoas em literacia em saúde, que incluem: competências básicas em saúde que facilitam a adoção de comportamentos protetores da saúde e de prevenção da doença, bem como o autocuidado; competências do doente, para se orientar no sistema de saúde e agir como um parceiro ativo dos profissionais; competências como consumidor, para tomar decisões de saúde na seleção de bens e serviços e agir de acordo com os direitos dos consumidores, caso necessário; competências como cidadão, através de comportamentos informados como o conhecimento dos seus



direitos em saúde, participação no debate de assuntos de saúde e pertença a organizações de saúde e de doentes.

5.4.7 Acessibilidades - Deslocação de Doentes

Criar melhores condições de acessibilidade aos utentes do SRS que tenham de efetuar deslocações para fora da sua ilha de residência.

5.4.8 Rede de Cuidados Paliativos

Plano para criação de Rede Regional/Local de Cuidados Paliativos.

5.4.9 Plano de Desenvolvimento de Unidades de Geriatria

Plano para o desenvolvimento das Unidades de Geriatria Multidisciplinar do SRS e criação de modelo da Avaliação Geriátrica Global.

5.5 Recursos Humanos - Investimento e Planeamento

5.5.1 Capacitar o SRS de Recursos Humanos - Fixação de profissionais de Saúde

Implementar um planeamento estratégico para reter e distribuir os profissionais de saúde na RAA. Desenvolver um modelo de contratação e gestão de desempenho promovendo o mérito.

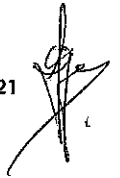
5.5.2 Estratégia e Plano para Implementar o Enfermeiro de Família na RAA

O Programa do XIII Governo Regional dos Açores estabelece como prioridades melhorar a capacidade de resposta da rede de cuidados de saúde primários e aperfeiçoar a gestão dos recursos humanos, apostando em novos modelos de cooperação entre profissões de saúde, no que respeita à repartição de competências e responsabilidades. Robustecer as bases da metodologia de trabalho do enfermeiro de família, ao mesmo tempo que se coloca o foco na implementação da especialidade em Enfermagem de Saúde Familiar e no reforço dos modelos colaborativos de cuidados que sustentam as equipas de saúde familiar.

5.6 Tecnologias na Saúde

5.6.1 Tecnologias na Saúde

A digitalização do sistema de saúde de modo a disponibilizar um registo eletrónico de saúde de cada cidadão, permitindo a partilha da informação clínica entre todos os níveis de cuidados aos profissionais de saúde, com o objetivo de criar condições iguais de acessibilidade aos cuidados de saúde nas ilhas mais isoladas e sem hospital, e potenciando informação não só para a cura como para a prevenção. Melhoria da performance digital do



SRS através da inovação, substituição e intercomunicação e da interoperabilidade dos dados dos sistemas do SRS e SNS, e dentro das US do SRS, e contratos com unidades privadas que prestem serviços de modo a disponibilizar informação fiável, pública e transparente, sobre as transações ocorridas no SRS, compreendendo os indicadores de produção, financeiros, qualidade e satisfação.

5.6.2 Telesaúde (Teleconsulta e telemonitorização)

Tendo em conta a realidade arquipelágica da RAA, e a deslocação de doentes entre instituições do SRS, para efeitos de diagnóstico, torna-se cada vez mais premente a acessibilidade dos profissionais de saúde e dos próprios utentes a toda a informação clínica, de uma forma segura e rápida, permitindo assim uma melhor tomada de decisão clínica. Pretende-se assim a implementação da telesaúde, no acesso aos cuidados primários de saúde e no recurso a especialidades médicas.

5.7 Capacitação do sistema de Saúde

5.7.1 Retoma e recuperação da atividade

Retoma da atividade assistencial dos hospitais da RAA; Intervenção nas consequências sociais – Recuperação assistencial para doentes não COVID-19. A recuperação assistencial para os doentes não COVID-19 será prioritária em 2021. É importante que a política de saúde promova uma cadeia de valor para o reforço e melhoria contínua da resposta assistencial, centrada no doente, com resultados clínicos efetivos.

5.7.2 Reforço da capacidade instalada

Reforço da capacidade instalada devido à COVID-19. Tendo em conta o impacto da pandemia COVID-19, a atividade assistencial dos hospitais sofreu diversos constrangimentos decorrentes das limitações impostas pelas medidas de contingência e de segurança e do controlo de infeção em vigor. Uma das áreas com maior impacto pende-se com a realização de MCDT invasivos, pelas implicações relacionadas com a exigência de maior necessidade de desinfeção de salas e equipamentos entre exames, maior espaçamento das áreas de recobro (nos casos em que existe anestesia ou sedação), rastreios COVID-19 prévios, entre outros. Estas aquisições permitirão um aumento imediato da capacidade de exames por parte do SRS.

5.7.3 Medidas de Combate à COVID-19

Encargos do SRS no combate à COVID-19.

5.7.4 Vale Saúde

Atividades de recuperação de listas de espera cirúrgicas com o projeto Vale Saúde.



5.7.5 - CIRURGE

Atividades de recuperação de listas de espera cirúrgicas com o projeto *CIRURGE*.

5.8 Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências

5.8.1 Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências

Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências, nomeadamente na Prevenção, Tratamento, Dissuasão, Redução de Riscos e Minimização de Danos e Reinserção.

5.8.2 Requalificação do edifício para a Comunidade Terapêutica da Vila de Rabo de Peixe

Requalificação do edifício para a Comunidade Terapêutica da Vila de Rabo de Peixe.

5.9 Desporto Crianças e Jovens

5.9.1 Promoção da literacia motora

Apoio, promoção e desenvolvimento de iniciativas no âmbito da Literacia Motora das crianças, nomeadamente o projeto "Escolinhas do Desporto".

5.9.2 Atividade física para jovens

Apoio à atividade física organizada e devidamente enquadrada de jovens.

5.9.3 Escalões de formação

Apoio à atividade regular dos clubes desportivos que desenvolvem atividades de treino e competição dos escalões de formação, incluindo o apoio aos coordenadores da formação.

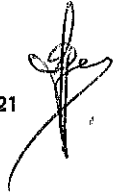
5.9.4 Processos especiais de formação dos jovens praticantes

Apoio à atividade regular dos clubes que desenvolvem atividades de treino e competição dos escalões de formação, incluindo o apoio aos coordenadores de formação.

5.10 Atividade Desportiva

5.10.1 Atividade associativa

Apoio às atividades associativas de âmbito local, regional e nacional, arbitragem e outras do programa anual das associações desportivas ou clubes que desempenhem essas funções. Inclui também o apoio para a estrutura técnica associativa, a formação formal de agentes desportivos não praticantes, bem como a atribuição de prémios de classificação inerentes às



participações nas respetivas provas nacionais. Contempla também o desporto para pessoas portadoras de deficiência quando integradas nas estruturas associativas.

5.10.2 Participação competitiva de clubes

Apoio à participação de clubes em quadros competitivos de regularidade anual, regionais, nacionais, internacionais e séries Açores, bem como o apoio pela utilização de atletas formados nos Açores, contratação de treinadores qualificados e atribuição de prémios de classificação.

5.10.3 Alto rendimento

Apoio no âmbito do Alto Rendimento, Jovens Talentos Regionais e projetos de preparação especiais, visando representações Olímpicas ou Paralímpicas numa perspetiva de promoção da excelência desportiva. Inclui o funcionamento do Conselho Açoriano para o Desporto de Alto Rendimento e outras formas de apoio.

5.10.4 Programa de Apoio Extraordinário aos Clubes Desportivos

Apoio Extraordinário aos clubes desportivos dos Açores, cuja atividade regular foi condicionada pelas restrições impostas na sequência da pandemia da COVID-19.

5.11 Atividade Física

5.11.1 Retoma da atividade física para adultos e cidadãos portadores de deficiência

Promoção, organização e apoio ao desenvolvimento da atividade física para adultos na área do desporto para pessoas portadoras de deficiência.

5.12 Instalações Desportivas

5.12.1 Gestão e funcionamento do parque desportivo regional

Gestão e funcionamento de todas as instalações desportivas da responsabilidade direta dos Serviços de Desporto de ilha.

5.12.2 Acesso generalizado às instalações desportivas escolares e outras integradas por protocolos no parque desportivo regional

Garantir a disponibilização das instalações desportivas escolares e outras protocoladas para desenvolvimento das atividades desportivas associativas e outras no âmbito da atividade física.

5.12.3 Reabilitação do Parque Desportivo Regional

Modernização, reabilitação e rentabilização das instalações desportivas oficiais integradas no Parque Desportivo Regional.

5.12.4 Reabilitação do Estádio de São Miguel



Início das obras de melhoramento no relvado e instalações do Estádio de São Miguel.

- 5.12.5 Construção de um Campo de Padel na Horta, ilha do Faial
Construção de um campo de padel na Horta, ilha do Faial.

5.13 Iniciativas Transversais às Diferentes Áreas do Desporto

- 5.13.1 Promoção do desporto e da atividade física

Organização de iniciativas de promoção do desporto e da atividade física, bem como a realização de estudos e investigação.

- 5.13.2 Formação técnica

Organização de ações de formação de carácter técnico, quer no âmbito do associativismo ou do exercício físico, quer dos quadros da Direção Regional do Desporto - DRD.

- 5.13.3 Modernização

Apoio a entidades do associativismo desportivo para a sua modernização e apetrechamento, designadamente para iniciativas destinadas prioritariamente à aquisição de equipamentos diretamente ligados à prática desportiva, à aquisição de embarcações e à aquisição de viaturas adequadas ao transporte de atletas. Modernização dos serviços da DRD.

5.14 Equipamentos e Comunicações

- 5.14.1 Viaturas de Emergência

Aquisição de três ambulâncias de socorro para as ilhas de S. Miguel, Santa Maria, Terceira.

- 5.14.2 Viaturas dos Corpos de Bombeiros

Apoio às AHBV da RAA para garantir a operacionalidade tais como grandes reparações das viaturas operacionais.

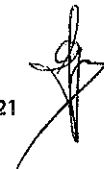
- 5.14.3 Equipamentos para o Serviço Regional de Proteção Civil

Aquisição de meios e recursos de apoio às atividades de proteção civil.

- 5.14.4 Equipamentos para as AHBV

Aquisição de equipamentos e fardamento para bombeiros dado o desgaste que o mesmo é sujeito durante as ocorrências.

- 5.14.5 Radiocomunicações do SRPCBA



Cumprimento dos contratos de manutenção da RITERRA. Aquisição de equipamento, licenças de frequências, encargos com a manutenção e conservação dos Sites, assistência técnica da manutenção do *software*.

5.14.6 Veículos Tanques de Intervenção Tática

Veículos que permitam a intervenção e o comando tático em operações complexas, resultantes de acidentes graves ou catástrofe, estando dotados com equipamentos de rádio, navegação e ferramentas de apoio à decisão.

5.15 Infraestruturas do SRPCBA

5.15.1 Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV

Apoio na beneficiação dos quartéis da RAA.

5.15.2 Centro de Formação de Proteção Civil

Manutenção das estruturas existentes para a formação dos bombeiros.

5.15.3 Construção do Quartel da AHBV da Povoação

Construção do Quartel da AHBV da Povoação.

5.15.4 Construção do Quartel da AHBV do Faial

Construção do Quartel da AHBV do Faial.

5.15.5 Ampliação do Quartel da AHBV das Lajes do Pico

Fecho financeiro da obra.

5.15.6 Ampliação da Secção Destacada dos Altares

Fecho financeiro da obra.

5.15.7 Novo Quartel da AHBV do Nordeste

Projeto para a construção de um novo Quartel da AHBV do Nordeste.

5.16 Protocolos e Apoios

5.16.1 CIVISA

Execução do protocolo com o CIVISA.

5.16.2 Apoios Transportes Terrestres de Emergência

Apoios referentes aos transportes terrestres de emergência, com um aumento de 2,8%, conforme n.º 1 do artigo 8.º da Portaria n.º 88/2019, de 24 de dezembro.



5.16.3 Linha Saúde Açores

Manutenção e expansão da linha telefónica de triagem e aconselhamento para a população, levando em linha de conta a orientação da comunidade europeia da criação da E-Saúde. Pagamento de prestação de serviços aos enfermeiros afetos à Linha Saúde com acréscimo de quatro enfermeiros.

5.16.4 Apoios

Execução do protocolo celebrado com a Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa em Angra do Heroísmo, apoio ao desporto automóvel e outros apoios pontuais.

5.16.5 Suporte Imediato Vida

Operacionalização da rede de suporte imediato de vida da RAA.

5.16.6 Pandemia COVID-19

Apoio às AHBV com as equipas de socorro, investimentos e operacionalização de medidas relacionadas com a COVID-19, aquisição de equipamentos de proteção individual para bombeiros, centros de saúde e hospitais da RAA.

5.17 Formação

5.17.1 Formação dos Profissionais do SRPCBA

Formação e recertificação de pessoal do SRPCBA em áreas específicas.

5.17.2 Formação dos Profissionais dos Corpos de Bombeiros

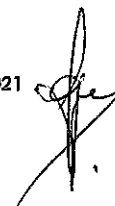
Formação e recertificação dos bombeiros em áreas específicas da Proteção Civil (emergência médica, salvamento e desencarceramento, combate a incêndios, matérias perigosas, regime disciplinar dos corpos de bombeiros, liderança e motivação humana, e gestão de operações, etc.) e implementação do ensino à distância (*e-learning*).

5.17.3 Formação à População

Informação e formação à população sobre riscos e medidas de autoproteção.

5.17.4 Sensibilização

Informação e formação à população sobre riscos, medidas de autoproteção, mitigação de danos assim como em matéria de proteção civil, primeiros socorros e suporte básico de vida. Formação a outras entidades e *Mass Training*.



Programa 6 – Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Programação financeira

Euro

Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
6 Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	121.140.973	60.222.782	60.918.191
6.1 Investigação, Inovação, Capacitação e Competitividade	63.624.230	38.761.167	24.863.063
6.2 Desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alterações climáticas	39.654.029	10.994.884	28.659.145
6.3 Infraestruturas públicas de apoio ao setor produtivo	17.862.714	10.466.731	7.395.983

Programação material

6.1 Investigação, Inovação, Capacitação e Competitividade

6.1.1 Inovação e Qualificação das Explorações Agrícolas

Apoio ao investimento das explorações agrícolas com vista à inovação, segurança alimentar, higiene e segurança no trabalho, bem-estar animal, qualidade e cumprimento de normas ambientais.

6.1.2 Medidas de apoio às produções locais

Apoio complementar regional a programas comunitários de apoio à agricultura, com particular relevo para o Subprograma POSEI.

6.1.3 Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas e Reposição do seu Potencial Produtivo

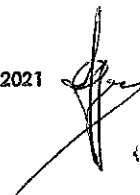
Apoio à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas, à reposição do aparelho e do potencial produtivo agrário danificado ou prejudicado por condições climatéricas adversas, calamidades e intempéries, aos produtos de categoria fibrosa e à gestão ambiental das explorações agrícolas, nomeadamente com a recolha, transporte e valorização energética.

6.1.4 Reforma Antecipada



Promoção de ações com vista à renovação e reestruturação das empresas agrícolas por via da medida Reforma Antecipada (pagamento aos agricultores que cessam a sua atividade agrícola) do PRORURAL e ao abrigo do Decreto Legislativo Regional" n.º 14/2020/A, de 25 de junho.

- 6.1.5 Incentivo ao Associativismo
- Apoio a ações desenvolvidas por Organizações de Produtores e Associações ligadas ao setor agrícola. Apoio à perda de rendimento na atividade vinícola, decorrente da pandemia COVID-19.
- 6.1.6 Capacitação dos Agricultores e Promoção da Literacia em Produção e Consumo Sustentáveis
- Elaboração e execução de um Programa de Capacitação dos Agricultores e de Promoção da Literacia da população em Produção e Consumo Sustentáveis, no âmbito da transição verde, da transição digital e do bem-estar animal, incluindo certificações.
- 6.1.7 Formação Profissional, Demonstração, Aconselhamento e Divulgação Agrária
- Formação profissional e qualificação para agricultores e técnicos. Experimentação nas áreas da fruticultura e horticultura. Experimentação agrícola e pecuária. Difusão da informação agrária. Programas de apoio às organizações de produtores.
- 6.1.8 Inovação e Digitalização da Agricultura dos Açores
- Elaboração e execução de um Programa de Inovação e Digitalização da Agricultura dos Açores que incluirá um plano de desenvolvimento de uma rede de monitorização e avisos agrícolas ao nível de ilha, bem como um plano de transição para a realidade digital e agricultura de precisão.
- 6.1.9 Infraestruturas de apoio para a Transição Digital
- Infraestrutura de informação e de comunicações de apoio ao desenvolvimento agrícola, rural e florestal.
- 6.1.10 Fileira do Leite, formação dos preços e modelos de produção
- Desenvolvimento de estudo sobre a fileira do leite. Estudos sobre a formação dos preços dos produtos agrícolas.
- 6.1.11 Dinamização dos Mercados
- Infraestrutura de apoio à dinamização dos mercados agrícolas.
- 6.1.12 Inovação e Qualificação da Indústria Agroalimentar
- Apoio a investimentos da indústria agroalimentar.
- 6.1.13 Infraestrutura de apoio à segurança alimentar e saúde animal



Implementação de novas valências no Laboratório Regional de Veterinária através da aquisição de equipamentos.

6.1.14 Acreditação, Certificação e Gestão dos Produtos de Qualidade dos Açores

Acompanhamento dos processos de certificação e controlo de produtos integrados em regimes de qualidade da União Europeia - DOP, IGP e ETG, existentes e em aprovação (manteiga DOP e alho DOP), bem como de novos produtos a certificar nomeadamente a banana, pimenta da terra, anona de pinha larga, entre outros.

6.1.15 Operacionalização de políticas de desenvolvimento agrícola e rural

Operacionalização, ao nível de ilha, das políticas no âmbito da sanidade animal e vegetal, segurança alimentar, bem-estar animal, proteção das culturas, experimentação agrícola, formação profissional, aconselhamento e divulgação agrária, acompanhamento técnico aos beneficiários e acompanhamento e controlo da instrução e execução dos pedidos de apoio.

6.1.16 Potenciar o Setor Vitivinícola

Acompanhamento e controlo dos projetos aprovados ao abrigo do programa *Vitis* e apoio técnico aos produtores.

Apoios à vinha e ao vinho entre os quais o de Envelhecimento de Vinhos Licorosos dos Açores.

6.1.17 Medidas de apoio ao Programa do Jovem Agricultor

Medidas implementadas no âmbito do Programa Jovem Agricultor, aprovado pela Resolução do Conselho de Governo Regional n.º 95/2020, de 7 de abril.

6.1.18 Ação de *marketing* direcionado - Queijo de São Jorge

Promoção do Queijo de São Jorge de forma diferenciada.

6.1.19 Estudo de mercado para a Diversificação da Produção Agrícola

Investigação na área dos mercados externos, para a valorização das produções internas já existentes e de novas produções capazes de serem produzidas e comercializadas com grande valor acrescentado, promovendo assim a diversificação agrícola.

6.1.20 Investigação para a Valorização dos Produtos Agroindustriais

Investigação de novos produtos transformados, com procura em novos mercados e onde possam ser comercializados com maior valor acrescentado, com consequente aumento de rendimento dos agricultores e industriais regionais.

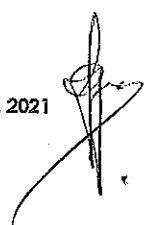
6.2 Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade e Alterações Climáticas

6.2.1 Agroruralidade por Ilha



Desenvolvimento de estudos de diagnóstico para apoio à decisão e definição de Planos de Desenvolvimento Agro Rural específicos para cada uma das ilhas.

- 6.2.2 Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica
- Comparticipação no âmbito das medidas Agroambiente e Clima e Agricultura Biológica do PRORURAL+.
- 6.2.3 Segurança Alimentar e Sanidade Animal
- Planos de controlo no âmbito da sanidade animal, bem-estar animal e saúde pública. Apoio às associações de agricultores no âmbito da colheita de amostras (BVD e Brucelose). Intradermotuberculização e vacinação.
- 6.2.4 Melhoramento Genético e Bem-Estar Animal
- Contraste Leiteiro. Programas de melhoramento genético. Ações no âmbito do bem-estar animal.
- 6.2.5 Bem-estar de animais de companhia e errantes
- Apoio a ações para o bem-estar de animais de companhia e de animais errantes no âmbito de protocolos com associações de proteção animal que exerçam atividade na Região. Realização da I Feira: "Açores sem animais abandonados".
- 6.2.6 Sanidade Vegetal e Proteção de Culturas
- Planos de controlo no âmbito da sanidade vegetal e proteção das culturas. Inspeção fitossanitária. Controlo de roedores. Seleção genética das castas tradicionais da vinha dos Açores.
- 6.2.7 SustentAgro - Transição Ecológica da Agricultura
- Apoios a ações e projetos de desenvolvimento que prossigam objetivos de sustentabilidade, com vista a uma progressiva aproximação dos objetivos europeus decorrentes do Pacto Ecológico Europeu, estratégia "do prado ao prato" e promoção da biodiversidade.
- 6.2.8 GeoBio Ocidental
- Desenvolvimento de ações e projetos de apoio à agricultura biológica nas ilhas das Flores e Corvo.
- 6.2.9 Economia Circular na Agricultura
- Desenvolvimento de ações e projetos no âmbito da economia circular, promovendo estratégias para a redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia na atividade agrícola da RAA, valorizando os recursos endógenos das explorações.
- 6.2.10 Agricultura familiar dos Açores



Desenvolvimento de ações e projetos de apoio à agricultura familiar com vista a reforçar a cadeia de valor das pequenas explorações e assim garantir a sua subsistência enquanto pilar da agricultura, da economia e da paisagem da RAA.

- 6.2.11 Apoio ao rendimento e resiliência da atividade agrícola

Comparticipação no âmbito da medida Pagamentos Relativos a Zonas Sujetas a Condicionantes Naturais e Outras Condicionantes Específicas (PRORURAL+).
- 6.2.12 Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária

Pagamentos no âmbito da medida Apoio ao Desenvolvimento Local de base Comunitária (LEADER), (PRORURAL+).
- 6.2.13 Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural

Pagamento de compromissos já assumidos com projetos de arborização que transitam do Regulamento (CEE) n.º 2080/92 do Conselho, de 30 de junho de 1992, PDRu-Açores e PRORURAL e assunção de novos compromissos com projetos no âmbito do PRORURAL+.
- 6.2.14 Fomento Florestal

Produção de plantas com vista ao fomento da superfície ocupada por espécies florestais. Sistema de Gestão com vista à manutenção da certificação do perímetro florestal e Matas Regionais em S. Miguel. Programa de Melhoramento Florestal da Região.
- 6.2.15 Promoção do Uso Múltiplo da Floresta

Gestão das pastagens baldias, das reservas florestais de recreio e dos recursos piscícola e cinegéticos. Programa de investigação de espécies cinegéticas nos Açores. Projeto ValconMAC - Valorização dos Recursos Florestais da Macaronésia.
- 6.2.16 *Life IP Climaz*

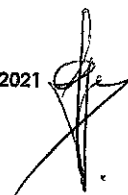
Projeto LIFE IP CLIMAZ - Florestas. Implementação do Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), encarando os desafios da mitigação e da adaptação às alterações climáticas como uma oportunidade para os Açores.
- 6.2.17 Divulgação, promoção e apoio à decisão

Ações de promoção e divulgação. Realização de fóruns e elaboração de estudos de enquadramento e apoio à decisão.
- 6.2.18 Apoio à Recuperação de Colheitas Agrícolas e Produção Pecuária- furacão Lorenzo

Apoio à recuperação de colheitas e compensação aos produtores agrícolas decorrentes dos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo. Apoio extraordinário aos produtores agropecuários das ilhas das Flores e do Corvo para compensar as dificuldades de escoamento de animais vivos.



- 6.2.19 Acompanhamento das Intervenções Comunitárias
Assistência técnica aos programas comunitários no âmbito do FEADER.
- 6.2.20 Apoio à construção de um centro de treino animal para a AFAMA - Associação Faialense dos Amigos dos Animais
Apoio à construção de um centro de treino animal para a AFAMA - Associação Faialense dos Amigos dos Animais.
- 6.3 Infraestruturas Públicas de Apoio ao Setor Produtivo**
- 6.3.1 Abastecimento de água, caminhos e eletrificação agrícola
Projetos, construção e requalificação de sistemas de abastecimento de água, caminhos agrícolas e sistemas elétricos de apoio à atividade agrícola.
- 6.3.2 Reestruturação Fundiária
Renovação e reestruturação das empresas agrícolas, designadamente através de estímulos ao redimensionamento e emparcelamento das explorações ao abrigo do SICATE - Sistema de Incentivo à Compra de Terras, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/99/A, de 31 de julho, e do RICTA - Regime de Incentivos à Compra de Terras Agrícolas (Decreto Legislativo Regional n.º 23/2008/A, de 24 de julho).
- 6.3.3 Investimento na Fieira da Carne Açores
Obras de beneficiação dos matadouros, incluindo aquisição de equipamentos e viaturas.
- 6.3.4 Construção do novo Matadouro de São Jorge
Empreitada de construção do novo matadouro de São Jorge.
- 6.3.5 Caminhos e infraestruturas de base para apoio ao setor florestal e rural
Construção e beneficiação de rede viária constituída por caminhos florestais e Rurais. Beneficiação das diversas infraestruturas afetas aos Serviços Operativos da Direção Regional dos Recursos Florestais.
- 6.3.6 Infraestruturas coletivas de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural
Construção e melhoramento de parques de exposições, de rastreio à sanidade animal e outras infraestruturas de apoio à agricultura, pecuária e desenvolvimento rural. Deslocalização do parque de pesagem e de embarque que serve o Porto da Praia - Graciosa.
- 6.3.7 Valorização de infraestruturas de Interesse patrimonial e cultural
Valorização da Quinta de São Lourenço do Faial. Reabilitação do Solar, Ermida, Pavilhão de Exposições e Espaços verdes. Beneficiação do Edifício do relógio da Colónia Alemã.
- 6.3.8 Captação e armazenamento de água na Serra das Velhas



Projeto de captação e armazenamento de água na Serra das Velhas, concelho da Madalena, ilha do Pico, para abastecimento ao setor agropecuário.

6.3.9 Parques de retém nas freguesias de Norte Grande, Norte Pequeno e Santo Antão

Início da construção de parques de retém no Norte Grande, Norte Pequeno e Santo Antão, na ilha de São Jorge.

Programa 7 – Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar

Programação financeira

Euro

Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
7 Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	42.249.666	27.249.666	15.000.000
7.1 Controlo, Inspeção e Gestão	3.712.412	3.712.412	
7.2 Infraestruturas de Apoio às Pescas	9.960.464	9.960.464	
7.3 Frota e Recursos Humanos	4.082.195	4.082.195	
7.4 Produtos da Pesca e da Aquicultura	2.904.325	2.904.325	
7.5 Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020	16.210.000	1.210.000	15.000.000
7.6 Gestão e Requalificação da Orla Costeira	1.806.748	1.806.748	
7.7 Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha	2.366.062	2.366.062	
7.8 Escola do Mar	1.207.460	1.207.460	

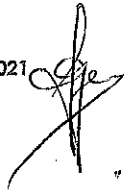
Programação material

7.1 Controlo, Inspeção e Gestão

7.1.1 Controlo e Inspeção

Execução de missões periódicas de inspeção em todas as ilhas da RAA. Reforço do papel da Inspeção Regional das Pescas (IRP) e da coordenação regional com a Marinha, GNR e Polícia Marítima e continuação da promoção da vigilância marítima da pesca; Melhoria do equipamento e material inspetivos e das condições operacionais das atividades de controlo e inspeção.

7.1.2 Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: capacidade inspetiva, formação e sensibilização



Implementação de um plano de formação do corpo inspetivo e do pessoal de apoio aos processos de contraordenação em matéria de pesca marítima, aquisição de material inspetivo e de formação.

7.1.3 Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: Acompanhamento, Vigilância e Gestão Eletrónica

Videovigilância das áreas costeiras. Aquisição de dois sistemas radares. Execução de um projeto-piloto para o desenvolvimento de tecnologias ligadas à operação de Aeronave Remotamente Pilotada (ARP), vulgo Drone.

7.1.4 Gestão Sustentável das Pescas e da Aquicultura

Protocolo com o IMAR para a gestão e exploração do N/I "Arquipélago" e da L/I "Águas-Vivas". Execução dos projetos: Programa de Observação para as Pescas dos Açores (POPA), Demersais, CONDOR, COSTA e Monitorização dos Recursos Pesqueiros; Elaboração do Atlas de reprodução para avaliação de stocks de espécies comerciais; Avaliação financeira da pequena pesca costeira; Celebração de protocolos com diversas entidades para a realização de estudos/projetos no âmbito das pescas. Manutenção do N/I "ARQUIPÉLAGO"; Participação da Região na reunião anual da ICCAT.

7.1.5 Comunicação e Ações Coletivas

Realização da EXPOMAR, do Conselho Regional das Pescas e de diversos encontros científicos e de profissionais para análise e debate de assuntos relacionados com o setor das pescas. Implementação do GEOPORTAL das Pescas; Criação de um grupo de trabalho para a definição do modelo de realização da Semana das Pescas.

7.1.6 Projetos PLASMAR e OCEANLIT

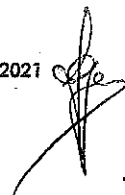
Projetos aprovados no âmbito do INTERREG MAC 2014-2020. A execução do projeto PLASMAR visa contribuir para o avanço do processo de Ordenamento do Espaço Marítimo nos arquipélagos da Macaronésia e para apoiar o desenvolvimento sustentável do crescimento azul, enquanto a execução do projeto OCEANLIT visa reduzir os resíduos marinhos ajudando, desta forma, à conservação e recuperação dos espaços naturais protegidos costeiros e oceânicos em arquipélagos oceânicos.

7.1.7 Programa Nacional de Recolha de Dados (PNRD)

Execução, na Região, do Programa Nacional de Recolha de Dados (PNRD), incluindo: programa de monitorização *Screening survey*; contratação de observadores científicos para embarque em diversas embarcações de pesca regionais e para portos; aquisição de equipamentos e outras afetas ao PNRD; protocolo com a LOTAÇOR, para a aquisição de exemplares para recolha de dados biológicos (*commercial sample*) e outras obrigações decorrentes da execução do PNRD.



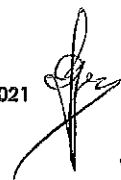
- 7.1.8 Desenvolvimento do *Cluster* do Mar
- Execução dos projetos "Construção e equipamento do novo navio de investigação" e "Construção do centro experimental de investigação e desenvolvimento ligado ao mar (TECNOPOLO_MARTEC), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência dos Açores, Componente 5 - Investimento e Inovação.
- 7.2 Infraestruturas de Apoio às Pescas**
- 7.2.1 Portos da Região
- Intervenções em infraestruturas e equipamentos portuários
- 7.2.2 Fecho da empreitada do porto de pesca do Topo
- Empreitada de construção civil e prestação de serviços de planeamento, coordenação e fiscalização. Prestação de serviços de assistência técnica à execução da empreitada.
- 7.2.3 Melhoria das condições operacionais e de segurança do núcleo de pesca do porto da Madalena
- Empreitada de construção civil e prestação de serviços de planeamento, coordenação e fiscalização; Prestação de serviços de assistência técnica à execução da empreitada.
- 7.2.4 Construção do Entreposto Frigorífico de Ponta Delgada
- Intervenção na cisterna localizada na área do Entreposto Frigorífico de Ponta Delgada e outras atividades relacionadas com a empreitada de "Construção do Entreposto Frigorífico de Ponta Delgada".
- 7.2.5 Aquisição de grua para o Porto das Poças
- Aquisição de uma nova grua para o Porto das Poças, em Santa Cruz das Flores.
- 7.2.6 Aquisição de grua para o porto de pesca do Calhau, Piedade
- Aquisição de uma grua para o porto de pesca do Calhau, freguesia da Piedade, concelho das Lajes do Pico.
- 7.2.7 Reabilitação de equipamentos do Porto de Pescas de Vila Franca do Campo
- Reabilitação dos equipamentos do Porto de Pescas de Vila Franca do Campo.
- 7.2.8 Construção do novo entreposto frigorífico no Porto de São Mateus da Calheta
- Início da execução do projeto de construção do entreposto frigorífico no Porto de São Mateus da Calheta na ilha Terceira.
- 7.3 FROTA e Recursos Humanos**



- 7.3.1 **Regime de Apoio à Frota de Pesca Local e Costeira**
 Apoios financeiros para modernização, aquisição de equipamentos, bem como de apoios de compensação de juros relativos a empréstimos bancários contraídos pelos armadores para modernização de embarcações. Execução do Plano de Reestruturação da Frota de Pesca, através da concessão de apoios a abates de artes e de embarcações.
- 7.3.2 **Regime de Apoio à Motorização de Embarcações de Pesca Local**
 Atribuição de uma compensação financeira aos armadores das embarcações regionais de pesca local, cuja propulsão seja efetuada exclusivamente por motor fora de borda, a gasolina.
- 7.3.3 **Regime de Apoio à Redução dos Custos da Atividade da Pesca**
 Pagamento do diferencial entre o preço de venda do gasóleo e o preço do gasóleo pesca.
- 7.3.4 **Regime de Apoio à Segurança no Trabalho a Bordo das Embarcações da Pesca Local e Costeira**
 Atribuição de um apoio financeiro aos armadores destinado a apoiar os encargos com os seguros das suas tripulações.
- 7.3.5 **FUNDOPESCA e Regime Excecional COVID-19**
 Atribuição de apoios aos pescadores quando as condições climáticas ou de mercado impeçam o normal exercício da atividade; atribuição de um apoio excecional ao rendimento dos profissionais da pesca na sequência da situação pandémica COVID-19.
- 7.3.6 **Formação e promoção do capital humano**
 Pagamento de prémios de seguros e despesas de operação da embarcação FORMAR. Contrato Programa com a LOTAÇOR para a gestão da tripulação do FORMAR; realização de cursos de formação profissional para pescadores na Escola do Mar dos Açores; criação de um centro de aprendizagem para jovens pescadores. Apoio escolar às crianças das comunidades piscatórias.
- 7.3.7 **Estruturas e Equipamentos**
 Atualização tecnológica dos serviços da Direção Regional das Pescas. Realização de empreitadas para beneficiação/melhoria das instalações afetas à Secretaria Regional do Mar e das Pescas (SRMP).
- 7.4 **Produtos da Pesca e da Aquicultura**
- 7.4.1 **Apoio a profissionais da pesca e organizações setoriais**
 Concessão de apoios às Associações de Armadores ou de Pescadores pelos serviços que prestam na gestão e no desenvolvimento do setor das pescas.



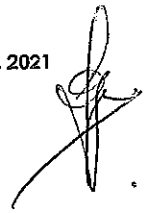
- 7.4.2 Produção, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura
Atribuição de um apoio suplementar para a execução do Plano de Compensação dos custos suplementares para os produtos da RAA. Acordo de reestruturação financeira da LOTAÇOR.
- 7.4.3 Inovação na Aquicultura
Protocolo com o IMAR para a execução do projeto AQUALAB.
- 7.4.4 Valorização dos subprodutos da pesca
Valorização de pescado demersal, favorecendo a sua qualidade em detrimento da quantidade capturada e contribuindo assim para a sustentabilidade do setor. O projeto poderá dar também contributos relevantes do ponto de vista socioeconómico, tais como: assegurar que os consumidores estão despertos para a elevada qualidade do pescado da RAA e garantir-lhes total transparência em relação aos benefícios associados ao seu consumo; assegurar a aplicação da melhor técnica de eutanásia e melhor processo de conservação refrigerado em gelo (a bordo dos navios pesqueiros) de modo a manter a qualidade do pescado durante mais tempo e garantir um valor acrescentado para os pescadores e armadores da Região, fomentando a valorização dos produtos da pesca; permitir a aquisição de conhecimento científico-experimental que possibilite implementar na RAA novas técnicas de valorização do pescado e avaliação devida da sua qualidade.
- 7.5 Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020**
- 7.5.1 Apoio ao investimento no âmbito dos projetos MAR 2020
Transferência para o IFAP da participação regional nos projetos de investimento executados por entidades empresariais privadas e públicas no âmbito do Programa Operacional MAR 2020; no caso de projetos promovidos por entidades empresariais públicas, destacam-se os seguintes novos investimentos: "Requalificação do entreposto frigorífico da Horta" e "Melhoria das Condições de Operação do Entreposto Frigorífico das Lajes das Flores". Encargos com o funcionamento da Estrutura de Apoio Técnico.
- 7.6 Gestão e Requalificação da Orla Costeira**
- 7.6.1 Gestão e requalificação das zonas costeiras
Acompanhamento dos processos e intervenções de gestão e requalificação das zonas costeiras.
- 7.6.2 Gestão de zonas balneares
Gestão de zonas balneares da RAA.
- 7.6.3 Projeto ABACO
Gestão de Zonas Balneares - Projeto INTERREG MAC.



- 7.6.4 Intervenções de Estabilização e Requalificação da orla costeira
Intervenções relacionadas com o reforço de investimento público no apoio à transição climática, no âmbito do Programa REACT-EU.
- 7.6.5 Proteção e estabilização da zona costeira da Barra, Santa Cruz da Graciosa
Conclusão financeira da empreitada.
- 7.6.6 Requalificação costeira da Fajã S. João, S. Jorge
Conclusão financeira da empreitada de reforço da proteção costeira do portinho da Fajã de São João.
- 7.6.7 Reforço e reabilitação costeira da zona do porto S. Vicente Ferreira, S. Miguel
Conclusão financeira da empreitada de reforço e reabilitação costeira da zona do porto de S. Vicente Ferreira.
- 7.6.8 Proteção e estabilização costeira da falésia dos Fenais e Ventosa, Graciosa
Execução da proteção costeira da falésia dos Fenais e Ventosa, Graciosa.
- 7.6.9 Estabilização de taludes no Porto de Vila Nova, Terceira
Execução das intervenções para estabilização de taludes no Porto de Vila Nova, Terceira.
- 7.6.10 Estabilização costeira adjacente ao museu da indústria baleeira de S. Roque do Pico
Execução das intervenções para estabilização da zona costeira adjacente ao Museu da Indústria Baleeira, em S. Roque do Pico.
- 7.7 Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha**
- 7.7.1 Cooperação institucional, promoção e educação ambiental marinha e ciência cidadã
Atividades de cooperação institucional, promoção, educação ambiental e ciência cidadã, no âmbito das valências do mar.
- 7.7.2 Programas de monitorização e medidas da Diretiva-Quadro da Estratégia Marinha e ação ambiental marinha dos parques naturais
Implementação de programas de monitorização e medidas da DQEM, bem como atividades no âmbito da ação ambiental marinha dos Parques Naturais.
- 7.7.3 Infraestruturas e equipamentos
Atualização tecnológica de instalações e equipamentos.
- 7.7.4 Projeto LIFE-IP Azores Natura - componente marinha
Execução de projeto LIFE-IP, em conjunto com a Direção Regional do Ambiente (DRA) e a Sociedade para o Estudo das Aves. Iniciativa de extensa ação de conservação marinha na RAA.



- 7.7.5 Projeto *MISTIC SEAS III*
Execução de projeto *MISTIC SEAS III*, que dá continuidade aos projetos anteriores no âmbito da implementação da Diretiva--Quadro de Estratégia Marinha.
- 7.7.6 Projeto *RAGES - Risk-based Approaches to Good Environmental Status*
Execução do projeto *RAGES (Risk-based Approaches to Good Environmental Status)*, cujo objetivo é testar metodologias para fazer avaliações ao estado ambiental (GES), através de abordagens baseadas em risco, para a implementação eficiente da DQEM, a nível regional e sub-regional.
- 7.7.7 Projeto *PLASMAR +*
Execução de projeto *PLASMAR + (Progresso do Planeamento Sustentável das Áreas Marinhas na Macaronésia)*.
- 7.7.8 Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores - águas marinhas costeiras
Execução de atividades no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores.
- 7.7.9 Projetos *MARCET II, INTERTAGUA, IMPLAMAC, OCEANLIT e SMARTBLUEF*
Execução dos projetos *INTERREG-MAC 2020, MARCET II, INTERTAGUA, IMPLAMAC, OCEANLIT e SMARTBLUEF*, que contribuirão para a continuidade dos trabalhos de conservação, ordenamento e promoção das atividades marítimas sustentáveis.
- 7.7.10 Projeto *LIFE-IP CLIMAZ*
Execução do projeto *LIFE IP CLIMAZ - Programa Regional para as Alterações Climáticas*.
- 7.7.11 Projeto *MSP-OR Advancing Maritime Spatial Planning in Outermost Regions*
Execução do projeto *MSP-OR Advancing Maritime Spatial Planning in Outermost Regions*.
- 7.7.12 Colmatação de lacunas sobre a caracterização do espaço marítimo
Intervenções relacionadas com o reforço de investimento público no apoio à transição climática, no âmbito do Programa *REACT-EU*.
- 7.7.13 Estudo hidrodinâmico das condições oceanográficas na costa norte da Ilha de São Jorge
Intervenções relacionadas com o reforço de investimento público no apoio à transição climática, no âmbito do Programa *REACT-EU*.
- 7.7.14 Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional - Açores
Intervenções relacionadas com o reforço de investimento público no apoio à transição climática, no âmbito do Programa *REACT-EU*.
- 7.7.15 Operacionalização do serviço do Parque Marinho dos Açores (PMA)
Intervenções relacionadas com o reforço de investimento público no apoio à transição climática, no âmbito do Programa *REACT-EU*.



7.8 Escola do Mar dos Açores

7.8.1 Escola do Mar

Continuação dos trabalhos e atividades associadas à instalação da Escola do Mar dos Açores, bem como o apoio à atividade letiva da Escola do Mar dos Açores.

Programa 8 – Cultura, Ciência e Transição Digital

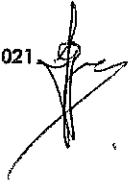
Programação financeira

Euro

Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
8 Cultura, Ciência e Transição Digital	18.691.195	16.805.074	1.886.121
8.1 Dinamização de Atividades Culturais	2.575.695	2.575.695	
8.2 Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural	4.469.184	4.469.184	
8.3 Programa de incentivos ao sistema científico e tecnológico dos Açores	6.790.677	4.904.556	1.886.121
8.4 Ações de valorização e promoção da ciência, tecnologia e inovação	258.530	258.530	
8.5 Iniciativas, projetos e infraestruturas de base tecnológica	1.334.549	1.334.549	
8.6 Construção de Parque de Ciência e Tecnologia	837.149	837.149	
8.7 Ações de Valorização e Promoção da Transição e Transformação Digital	2.210.221	2.210.221	
8.8 Iniciativas, projetos, ações e infraestruturas para a Transição e Transformação Digital no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência	215.190	215.190	

Programação material

- 8.1 Dinamização de Atividades Culturais**
- 8.1.1 Escolas de Formação
 - Apoio aos cursos de educação extraescolar no âmbito da Portaria n.º 40/2002, de 16 de maio.
- 8.1.2 Edição de obras de cariz cultural
 - Edição de obras de cariz cultural em diversos suportes e sua divulgação.
- 8.1.3 Rede de Leitura Pública



Comparticipação nas despesas de criação e construção da Rede de Bibliotecas Municipais.
Realização de atividades de promoção do livro e da leitura.

8.1.4 Banda Lira Açoriana

Realização de estágio e concerto do projeto Lira Açoriana.

8.1.5 Dinamização Cultural

Promoção e dinamização de eventos na RAA em diversas áreas culturais, promovidos pelos serviços centrais e externos.

8.1.6 Arte Contemporânea dos Açores - ArtCa

Financiamento de intervenções ao nível da arte contemporânea com o objetivo de favorecer a sua criação e difusão.

8.1.7 Apoios a atividades de relevante interesse cultural

Apoios a conceder a atividades consideradas de relevante interesse cultural no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2006/A, de 8 de agosto.

8.1.8 Programa de apoios às sociedades recreativas e filarmónicas

Apoios a conceder às sociedades recreativas e filarmónicas no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2014/A, de 14 de fevereiro.

8.1.9 Audiovisual

Desenvolvimento da estratégia do audiovisual e multimédia nas áreas de formação, divulgação e promoção.

8.2 Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural

8.2.1 Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural

Apoios para intervenção de conservação e restauro em bens móveis ao abrigo do Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2015/A, de 29 de outubro; aquisição de bens de valor cultural; aquisição de materiais e equipamentos no âmbito dos trabalhos a realizar pelos técnicos de conservação e restauro da DRC/DPMIA; ações para proteção e conservação de bens arquivísticos públicos.

8.2.2 Inventário do Património Artístico e Cultural

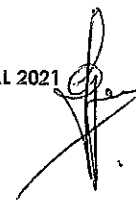
Inventário, tratamento e estudo do património arquitetónico e artístico da Região.

8.2.3 Imóveis e Conjuntos Classificados

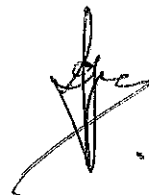
Apoios ao abrigo do Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2015/A, de 29 de outubro; apoios ao abrigo do Decreto Regulamentar Regional n.º 25/2015/A, de 30 de outubro; revisão da Lista dos Imóveis e Conjuntos Classificados na RAA; Prémio de arquitetura Paulo Gouveia.



- 8.2.4 Investigação Arqueológica
Intervenções de proteção, investigação, referenciação e estudo do património arqueológico regional.
- 8.2.5 Museus, Bibliotecas e Arquivos
Reabilitações em edifícios afetos à DRC. Aquisição de Serviços diversos.
- 8.2.6 Salvaguarda do Património Baleeiro
Recuperação, conservação e valorização do património baleeiro da RAA, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 13/98/A, de 4 de agosto, na sua redação atual.
- 8.2.7 Divulgação e Sensibilização do Património Cultural
Ações de promoção, divulgação e sensibilização do património cultural da Região.
- 8.2.8 Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos
Aquisição de conteúdos para enriquecimento dos fundos das Bibliotecas Públicas e Arquivos.
- 8.2.9 Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para Entidades Culturais
Apoios ao abrigo do Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2015/A, de 28 de outubro.
- 8.2.10 Execução do Protocolo com a Diocese de Angra
Apoio à reconstrução das igrejas e estruturas pastorais das ilhas do Faial e Pico danificadas pelo sismo de 9 de julho de 1998.
- 8.2.11 Tecnologias da Informação e da comunicação no acesso à Cultura
Promover o acesso em linha à informação e ao conhecimento documental dos Açores, no quadro de referências de eficiência e qualidade, através dos museus e das bibliotecas públicas e arquivos regionais.
- 8.2.12 Assistência técnica e fecho financeiro
Pagamento da fiscalização durante o período das garantias das empreitadas. Execução de obras que necessitam de intervenção urgente e acionamento das respetivas garantias bancárias.
- 8.2.13 Património arqueológico subaquático
Construção/instalação de módulos de interpretação e *briefing*.
- 8.2.14 Eco-museu do Corvo – Aquisição das casas da memória e dos teares
Aquisição de Casas Partilhadas para Futura Extensão e Complementação do Núcleo do Ecomuseu do Corvo.
- 8.2.15 Criação de um Atlas do Património Arquitetónico e Cultural



- Criação de um Atlas do Património Arquitectónico e Cultural.
- 8.2.16 Recuperação e Restauro do Órgão de Tubos da Igreja Matriz de Santa Cruz das Flores
 Recuperação e Restauro do Órgão de Tubos da Igreja Matriz de Santa Cruz das Flores.
- 8.2.17 Candidatura a Capital Europeia da Cultura
 Apoio à candidatura da Câmara Municipal de Ponta Delgada e dos Açores a Capital Europeia da Cultura 2027.
- 8.2.18 Museu Francisco Lacerda
 Construção do novo edifício do Museu Francisco de Lacerda e respetiva musealização do espaço.
- 8.2.19 Reabilitação do património histórico de Santa Maria
 Reabilitação do património histórico de Santa Maria.
- 8.2.20 Igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra do Heroísmo
 Recuperação do imóvel da Igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra do Heroísmo.
- 8.2.21 Requalificação da Igreja Matriz da Ribeira Grande
 Requalificação da Igreja Matriz da Ribeira Grande.
- 8.2.22 Restauro das Locomotivas a Vapor do Porto de Ponta Delgada
 Restauro da locomotiva a Vapor *Black Howton* do ano de 1880 e Restauro da Locomotiva a Vapor *Falcon Engine & Car* do ano de 1888.
- 8.3 Programa de Incentivos ao Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA)**
- 8.3.1 Infraestruturas, projetos e atividades no âmbito das entidades do SCTA
 Apoio às entidades de investigação e de difusão da cultura científica e tecnológica que integram o SCTA, bem como aos projetos e atividades por elas desenvolvidos, tendo em vista a consolidação de uma rede de referência, sustentada e de excelência na área da ciência, nos Açores.
- 8.3.2 Inovação, capacitação científica e implementação de projetos de Investigação em contexto empresarial
 Apoio a projetos de ID&I em contexto empresarial, visando o desenvolvimento e a incorporação de novas capacidades e competências nas empresas, de forma a promover a transferência do conhecimento para o mercado e apoiar a conversão de ideias em inovação, através da implementação de processos, serviços ou sistemas inovadores, ou de novos produtos, ou, ainda, a melhoria dos existentes.



- 8.3.3 **Internacionalização da investigação regional**
Apoio a iniciativas transversais de cooperação científica e tecnológica internacional e o apoio à participação em programas de I&D financiados pela União Europeia e aos potenciais beneficiários na preparação de candidaturas, bem como o apoio à integração em organizações, comissões e redes científicas internacionais. Visa-se, assim, consolidar áreas científicas e tecnológicas estratégicas para a Região, apoiando iniciativas de cooperação transnacional de investigação e desenvolvimento tecnológico.
- 8.3.4 **Produção, formação e divulgação científica e tecnológica**
Apoio a ações de produção, formação e divulgação científica e tecnológica promovidas pelas entidades do SCTA.
- 8.3.5 **Contratação de Investigadores para o SCTA**
Contratação definitiva de investigadores pelos centros de investigação regionais, de forma a garantir e assegurar a estabilidade das equipas de investigação já existentes.
- 8.3.6 **Desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores**
Comparticipação no acréscimo de encargos resultante da tripolaridade da Universidade dos Açores.
- 8.3.7 **Transferências para o Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia (FRCT)**
Transferência de verbas para a execução do plano de atividades do FRCT, nomeadamente a concessão de bolsas de investigação, programas de integração de recursos altamente qualificados em meio empresarial, execução de projetos internacionais, capacitação, eventos de I&I, protocolos de cooperação e integração em redes.
- 8.4 Ações de valorização e promoção da ciência, tecnologia e inovação**
- 8.4.1 **Eventos de promoção da ciência, tecnologia e inovação**
Encargos com a organização de iniciativas de promoção de ciência, tecnologia e inovação.
- 8.4.2 **Iniciativas de gestão, operacionalização e monitorização do sistema científico e tecnológico**
Desenvolvimento de iniciativas transversais de coordenação e dinamização da RIS3, da ID&I empresarial, bem como pelo apoio à integração em organizações, comissões e redes científicas.
- 8.4.3 **Centro de Divulgação "Museu de História Natural dos Açores" em Ponta Delgada**
Criação do Centro de Divulgação "Museu de História Natural dos Açores", cumprindo objetivos de literacia e emprego científicos nas áreas da Ciência, Cultura, Turismo e Economia.



8.4.4 Rede Regional dos Laboratórios COVID-19

Criação, equipamentos, funcionamento e recursos humanos dos Laboratórios COVID-19 no Faial, Terceira e São Miguel, operacionalizados pela Universidade dos Açores e pelo Hospital da Horta.

8.5 Iniciativas, projetos e infraestruturas de base tecnológica

8.5.1 Ações promotoras de ecossistemas tecnológicos e digitais

Desenvolvimento de projetos digitais integrados e promotores de ecossistemas tecnológicos.

8.5.2 Implementação de infraestruturas tecnológicas

Gestão dos projetos desenvolvidos no âmbito das competências da Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço, nos termos definidos na Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 4/2021, de 8 de janeiro, e em linha com as políticas definidas no Programa do XIII Governo Regional dos Açores para a área aeroespacial na RAA. Aqui se inclui a criação da Entidade Espacial Regional, definida nos termos previstos no Decreto Legislativo Regional n.º 9/2019/A, de 9 de maio, que assegurará a criação, implementação e coordenação da Estratégia Regional para o Espaço. Incluem-se, ainda, os encargos resultantes do contrato-programa assinado com a Associação RAEGE Açores, cujo objetivo integra, entre outros, a gestão das infraestruturas da Rede RAEGE na RAA; as ações com vista ao desenvolvimento do projeto do *SpacePort* em Santa Maria, que se encontra na fase de adjudicação da concessão, nomeadamente a conclusão e respetiva assinatura do contrato de concessão no âmbito do procedimento jurídico de Diálogo Concorrencial, bem como as ações necessárias à disponibilização dos elementos a fornecer pela RAA ao futuro concessionário e a dinamização de um *Engine Test Site* a instalar na ilha de Santa Maria. Inclui, ainda, a participação da RAA no *AirCentre*, *CoLab* e Agência Espacial Portuguesa. Refere-se, também, o desenvolvimento de projeto em parceria com a NASA e a UAç. Atividades no âmbito do *Copernicus Relay*.

8.5.3 Projeto RAEGE - Flores

Desenvolvimento de projetos digitais integrados e promotores de ecossistemas tecnológicos.

Desenvolvimento de projeto de arquitetura e engenharia para execução da Estação Geodésica da ilha das Flores. Desenvolvimento de estudo para solução técnica a adotar para o radiotelescópio e o respetivo processo administrativo para aquisição do mesmo. Aquisição de equipamentos e primeira fase da empreitada de construção das infraestruturas gerais, tais como, ramal ou energia elétrica, telecomunicações e acessos, respetiva fiscalização e coordenação de empreitada.

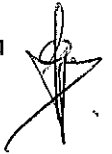
8.6 Parque de Ciência e Tecnologia da ilha Terceira

8.6.1 Parque de Ciência e Tecnologia da ilha Terceira



Equipamento do Laboratório de Inovação em Produtos Láteos e do Mobiliário Técnico do Parque de Ciência e Tecnologia da ilha Terceira.

- 8.7 Ações de Valorização e Promoção da Transição e Transformação Digital**
- 8.7.1 Atividades de promoção e implementação da Transição e Transformação Digital
- Dotar a Direção Regional da Ciência e Transição Digital de condições de investimento para criar atividades que promovam e implementem a Transição e Transformação Digital em todo o espectro da sociedade da Região Autónoma dos Açores, que se traduz na criação de projetos específicos, que deem resposta aos problemas das empresas, comunidade científica e sociedade em geral. Promovam a Transição e Transformação Digital na RAA, e incentivem à implementação de tecnologias digitais em todo o espectro socioeconómico.
- 8.7.2 Iniciativas de gestão, operacionalização e monitorização da Transição e Transformação Digital
- Dotar as equipas envolvidas da capacitação, formação, ferramentas administrativas, informáticas, recursos humanos e condições de participação em eventos/ações/medidas que estejam diretamente relacionadas com a Transformação e Transição Digital.
- 8.7.3 Autonomia Digital Açores
- Conclusão da implementação do primeiro repositório de conteúdos digitais dos Açores, para preservação e salvaguarda da memória histórica da Região, baseado em princípios de interoperabilidade organizacional, processual, técnica e semântica, e na escalabilidade dos seus diferentes componentes.
- 8.8 Iniciativas, projetos, ações e infraestruturas para a Transição e Transformação Digital no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência**
- 8.8.1 Sistema de incentivo para a Transição e Transformação Digital
- Incentivos para projetos como o Vale PME Digital Açores, Vale SIAC, Voucher Comércio Local no Digital, Voucher Confiança Online e o projeto Distinção Empresa Digital Açores.
- 8.8.2 APR + Serviços mais ágeis
- Criação e disponibilização de ferramentas e serviços de uso transversal que permitem estabelecer uma relação digital, sem descurar a segurança e a privacidade dos dados e informação, incrementando a qualidade e a celeridade das respostas, incentivando o uso das tecnologias digitais e *open source*.
- 8.8.3 APR + Proativa
- A Administração Pública Regional pretende ser um "agente facilitador" na dinamização social e económica da Região, criando novos instrumentos e ferramentas, baseadas em novas



tecnologias digitais (ex.: Inteligência Artificial), não só para auxiliar a comunidade regional, mas também para a própria Administração Pública Regional.



Programa 9 – Ambiente, Alterações Climáticas e Território

Programação financeira

Euro

Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
9 Ambiente, Alterações Climáticas e Território	15.737.342	15.637.342	100.000
9.1 Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental	4.857.445	4.857.445	
9.2 Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas	2.186.233	2.186.233	
9.3 Conservação da Natureza e Biodiversidade	4.501.859	4.501.859	
9.4 Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica	2.424.631	2.324.631	100.000
9.5 Ordenamento e Gestão do Território	1.705.132	1.705.132	
9.6 Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	62.042	62.042	

Programação material

9.1 Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental

9.1.1 Vigilância ambiental

Vigilância ambiental.

9.1.2 Cidadania ambiental ativa

Apoio às atividades das Organizações Não Governamentais de Ambiente, Prémios «Espírito Verde» e Linha SOS Ambiente / Na Minha Ilha.

9.1.3 Eco Freguesia, freguesia limpa

Apoios às atividades das autarquias no âmbito o programa Eco Freguesia, freguesia limpa.

9.1.4 Rede Regional de Ecotecas e Centros Ambientais

Rede Regional de Centros Ambientais, incluindo centros de interpretação e de visitação; Rede Regional de Ecotecas.

9.1.5 Renovação da exposição do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos



- Reformulação das exposições e substituição de equipamentos do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos.
- 9.1.6 Reinstalação do Serviço de Ambiente do Corvo
Reinstalação do Serviço de Ambiente do Corvo.
- 9.1.7 Infraestrutura de Dados Espaciais dos Açores (IDE.A)
Implementação, manutenção evolutiva e atualização da Infraestrutura de Dados Espaciais dos Açores (IDE.A), bem como o desenvolvimento/manutenção de outras componentes associadas à mesma (Plataforma Online GEOPROCESSOS; Sistema de Metadados dos Açores (SMA); Gestor de Metadados dos Açores (GeMA)), e a aquisição de formação técnica especializada nas tecnologias QGIS e GeoServer em utilização na IDE.A.; apoio técnico na área dos SIG (transita da anterior Ação "Sistema Regional de Informação Geográfica").
- 9.1.8 Sistemas e infraestruturas de Informação e Comunicação
Gestão das infraestruturas informática e de comunicações; manutenção, atualização e desenvolvimento das plataformas informáticas existentes.
- 9.1.9 Licenciamento Único Ambiental Açores
Desenvolvimento e manutenção preventiva e evolutiva da plataforma para o Licenciamento Único Ambiental nos Açores (LUAaz).
- 9.1.10 Projeto LIFE VIDALIA - LIFE17 NAT/PT/000510
Componente do Beneficiário Coordenador (SRAAC); desenvolvimento do projeto LIFE VIDALIA - Valorização e Inovação Dirigidos à Azorina e Lotus nas Ilhas Açorianas.
- 9.1.11 Projeto LIFE AZORES NATURA - LIFE17 IPE/PT/000010
Componente do Beneficiário Coordenador (SRAAC). Desenvolvimento do Projeto LIFE IP Azores Natura – Proteção ativa e gestão integrada da Rede Natura 2000 nos Açores, destinado a implementar estratégias de conservação de *habitats* e espécies e de valorização da componente social e do potencial económico dos sítios da Rede Natura 2000 nos Açores.
- 9.1.12 Projeto LIFE BEETLES - LIFE18 NAT/PT/000864
Componente do Beneficiário Coordenador (SRAAC). Desenvolvimento do projeto LIFE BEETLES, visando a atenuação das ameaças ambientais e ecológicas para espécies protegidas, nas ilhas Terceira, Pico e Flores.
- 9.1.13 Projeto LIFE IP CLIMAZ - LIFE19 IPC/PT/000004 - Ambiente
Componente do Beneficiário Coordenador do Projeto LIFE CLIMAZ - Programa Regional de Mudanças Climáticas nos Açores (SRAAC).
- 9.1.14 Estudos e Projetos a Programas Comunitários

Despesas inerentes à EM LIFE Açores, assim como candidaturas a projetos comunitários.

9.1.15 Inspeção Regional do Ambiente (IRA)

Inspeção Ambiental.

9.2 Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas

9.2.1 Avaliação e Licenciamento Ambiental

Aplicação do regime jurídico da avaliação e licenciamento ambiental (inclui processo de consulta pública e ações de acompanhamento das instalações/projetos).

9.2.2 Rede de monitorização e plataforma de informação da qualidade do ar

Rede de estações de monitorização da qualidade do ar e do portal da qualidade do ar dos Açores. Ainda, através da candidatura ao PO Açores 2020 - Plataforma *online* da qualidade do ar dos Açores, aquisição de dois analisadores de partículas (a medição simultânea e contínua de PM10, PM4, PM2,5 e PM1, PMTotal e distribuição de tamanho) para complementar a rede e dados existentes e aquisição de novo abrigo para a estação de monitorização da qualidade do ar situada na freguesia da Ribeirinha, concelho da Horta, de forma a adaptar-se à inclusão de mais um analisador de partículas.

9.2.3 Monitorização e controlo da infestação por térmitas

Gestão do Sistema de Certificação de Infestação por Térmitas (SCIT); monitorização regular da infestação por térmitas da madeira seca nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Faial e Pico; projetos de erradicação e controlo das térmitas subterrâneas na Praia da Vitória e na Horta.

9.2.4 PLANCLIMAC - Alterações Climáticas

Desenvolvimento do projeto PLANCLIMAC - Alterações Climáticas.

9.2.5 Instalações e equipamento dos Centros de Processamento de Resíduos

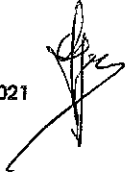
Melhoria das instalações e equipamento dos Centros de Processamento de Resíduos.

9.2.6 Operação dos Centros de Processamento e boas práticas de gestão de resíduos

Encargos com as concessões dos Centros de Processamento de Resíduos e com a compensação financeira ao transporte inter-ilhas de refugo.

9.2.7 Apoio à recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis

Cedência de contentores específicos, ao desenvolvimento de projetos piloto de recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis.



- 9.2.8 Sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas nos Açores - EEA Grants
 Projeto sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas nos Açores - EEA Grants - Ação criada no decorrer de 2020.
- 9.2.9 Proteção Radiológica
 Concretização de protocolo/contrato para apoio técnico especializado à DRA no âmbito do regime jurídico da proteção radiológica. Concretização do Plano Regional para o Radão. Monitorização ambiental da radioatividade.
- 9.2.10 Programa Regional para as Alterações Climáticas
 Avaliação intercalar do Programa Regional para as Alterações Climáticas - relatório intercalar de avaliação ambiental estratégica.
- 9.2.11 Alteração do PEPGRA
 Processo de consulta e discussão pública - execução de material de informação e divulgação, publicitação. Processo de AAE da revisão do PEPGRA.
- 9.2.12 Execução da revisão do regime geral de prevenção e gestão de resíduos
 Execução de assessoria jurídica para a execução da revisão do regime geral de prevenção e gestão de resíduos.
- 9.3 Conservação da Natureza e Biodiversidade**
- 9.3.1 Monitorização e gestão do património natural e da biodiversidade
 Monitorização e gestão do património natural e da biodiversidade.
- 9.3.2 Parques Naturais de Ilha, Reservas da Biosfera, Geoparque e Paleoparque
 Implementação das medidas que constam dos Planos de Gestão das Áreas Terrestres do PNI e dos Planos de Ação das RB.
- 9.3.3 Apoios à manutenção de paisagens tradicionais em áreas classificadas
 Apoios à reabilitação da paisagem tradicional da cultura da vinha em currais na ilha do Pico e à manutenção de paisagens; sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha, em currais e em socalcos, e de pomares de espécies tradicionais, situadas em áreas de paisagem protegida e em fajãs costeiras, integradas nos parques naturais de ilha, e em reservas da biosfera.
- 9.3.4 Recuperação de trilhos e infraestruturas de apoio da Fajã de Santo Cristo
 Recuperação dos trilhos tradicionais e instalação de uma zona de apoio, acolhimento e descanso para visitantes na Fajã da Caldeira de Santo Cristo, em São Jorge.



- 9.3.5 Rede de observação e centros de reabilitação de aves selvagens
Rede de Observação de Aves dos Açores (ROA) e Centros de Reabilitação de Aves Selvagens (CERAS). Construção de circuito interpretativo da plataforma costeira das Lajes do Pico.
- 9.3.6 Projeto LIFE VIDALIA - LIFE17 NAT/PT/000510
Desenvolvimento do projeto LIFE VIDALIA - Valorização e Inovação Dirigidos à Azorina e Lotus nas Ilhas Açorianas.
- 9.3.7 Projeto LIFE AZORES NATURA - LIFE17 IPE/PT/000010
Desenvolvimento do projeto LIFE IP Azores Natura – Proteção ativa e gestão integrada da Rede Natura 2000 nos Açores, destinado a implementar estratégias de conservação de *habitats* e espécies e de valorização da componente social e do potencial económico dos sítios da Rede Natura 2000 nos Açores.
- 9.3.8 Projeto LIFE BEETLES - LIFE18 NAT/PT/000864
Desenvolvimento do projeto LIFE BEETLES, visando a atenuação das ameaças ambientais e ecológicas para espécies protegidas, nas ilhas Terceira, Pico e Flores.
- 9.3.9 Requalificação dos percursos pedestres da Caldeira da Serra de Santa Bárbara -Terceira
Requalificação dos percursos pedestres e miradouros na Serra de Santa Bárbara, ilha Terceira.
- 9.3.10 Requalificação do miradouro e do trilho da Lagoa do Fogo - São Miguel
Requalificação do miradouro e do trilho da Lagoa do Fogo, na ilha de São Miguel.
- 9.3.11 Controlo de infestante e plantação de endémicas
Campanha de controlo da infestante cana-roca (*Hedychiunz gardnerianum*) e posterior plantação de endémicas nas zonas adjacentes às estradas regionais da ilha das Flores.
- 9.4 Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica**
- 9.4.1 Monitorização e manutenção da rede hidrográfica
Desenvolvimento de ações de monitorização, limpeza e manutenção da rede hidrográfica, com recurso à estrutura operativa da Administração Pública Regional.
- 9.4.2 Rede de monitorização do ciclo hidrológico
Monitorização do ciclo hidrológico e limnográfico das águas superficiais. Instalação e manutenção da rede quantitativa das águas subterrâneas.



- 9.4.3 Monitorização qualitativa das massas de água interiores e de transição
 Monitorização qualitativa das massas de água interiores e de transição para cumprimento da Diretiva Quadro da Água/Lei da Água.
- 9.4.4 Monitorização do estado trófico das lagoas
 Realização de amostragens físico-químicas das massas de água das lagoas de São Miguel, Pico, Flores e Corvo. Sistema de arejamento da Lagoa das Furnas; equipamento e funcionamento do Laboratório dos Recursos Hídricos.
- 9.4.5 Controlo da biomassa e dos níveis de nutrientes nas lagoas
 Implementação da unidade industrial de tratamento da água da Lagoa das Furnas.
- 9.4.6 Projeto MITIMAC Água
 HIDROBAL - Avaliação e espacialização do balanço hídrico e caracterização da interação entre as águas de superfície e subterrâneas. ECOAGUA - Definição metodológica e aplicações para a caracterização da interação entre as águas subterrâneas e os ecossistemas em ilhas vulcânicas.
- 9.4.7 Instrumentos de planeamento de recursos hídricos
 Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores; Plano de Gestão de Riscos de Inundações dos Açores; Plano de Gestão de Secas e Escassez; execução de medidas previstas nos planos.
- 9.4.8 Requalificação da rede hidrográfica
 Intervenções regulares programadas em função do processo de avaliação do estado da rede hidrográfica - Relatório do Estado das Ribeiras dos Açores.
- 9.5 Ordenamento e Gestão do Território**
- 9.5.1 Implementação do Sistema de Gestão Territorial
 Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores; adaptação do Regime Jurídico da Reserva Ecológica à Região Autónoma dos Açores e ao acompanhamento da elaboração; revisão e alteração dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores.
- 9.5.2 Avaliação de instrumentos de Gestão Territorial
 Avaliação do Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores; avaliação dos Planos de Ordenamento das Orlas Costeiras das Ilhas de Santa Maria, Graciosa, Pico, Faial, Flores e Corvo; avaliação do Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas do Caiado, do Capitão, do Paul, do Peixinho e da Rosada.



9.5.3 Revisão e alteração de Instrumentos de Gestão Territorial

Revisão do Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores; alteração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeiras das Ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo; conclusão da alteração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira das Ilhas de São Jorge, Terceira e São Miguel.

9.5.4 Implementação de Instrumentos de Gestão Territorial

Implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas e de outros Instrumentos de Gestão Territorial.

9.5.5 Prevenção de Riscos Naturais

Implementação do Projeto *Azmonirisk.I* - Monitorização das Zonas de Risco dos Açores e desenvolvimento do Projeto *Azmonirisk.II* - Alargamento da Monitorização das Zonas de Risco dos Açores, monitorização das instabilidades geomorfológicas identificadas na ilha de Santa Maria, atualização da cartografia de Riscos de Movimentos de Vertente e elaboração de cartografia de Riscos de Galgamentos e Inundações Costeiras [Ilha - escala 1:25.000] e de cartografia de Pormenor para Riscos de Galgamentos e Inundações Costeiras [Sedes de Concelho - escala 1:2.000].

9.5.6 Portal do Ordenamento do Território dos Açores

Desenvolvimento do Sistema Regional de Informação Territorial [plataforma WEBSIG para consulta dos IGT e SARUP], das Bases de Dados Georreferenciada da Reserva Ecológica e do Registo de Ocorrências [Perigos Geológicos, Meteorológicos e Outros] e atualização das Bases de Dados Georreferenciadas do Litoral e das Lagoas, bem como a implementação do Manual de Indicadores para a Monitorização do Território.

9.5.7 Projeto LIFE CLIMAZ - Território

Desenvolvimento do Projeto LIFE CLIMAZ - Programa Regional de Mudanças Climáticas nos Açores - Território.

9.5.8 Informação geodésica, produção cartográfica

Atualização de informação cartográfica de base, com a aquisição de fotografia aérea tradicional complementada com fotografia aérea obtida com drones fotogramétricos. Consolidação do SIRGIC, através de aquisição de novos equipamentos para capacitar técnicos nos diferentes grupos da RAA; continuação dos trabalhos relativos ao Cadastro Geométrico de propriedade rústica na ilha de Miguel, trabalhos realizados da Rede de Estações Permanentes da RAA; consolidação da rede de nivelamento geométrico e criação de plataforma com a informação geodésica regional; capacitação técnica com *software* e renovação de equipamentos de topografia e fotogrametria aérea.



9.5.9 Rede de estações permanentes GNSS

Ampliação da Rede de Estações Permanentes da Região Autónoma dos Açores - Instalação de novas estações, manutenção/renovação de equipamento. Manutenção e suporte para *firmware* e *software* da Rede de Estações Permanentes da Região Autónoma dos Açores - contrato de licenciamento relativo ao *software* do servidor e dos equipamentos que constituem a rede, assim como os equipamentos de campo (contrato trianual feito em 2020, que vigora até 2023).

9.5.10 Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral (SiRGIC)

Aquisição e manutenção de equipamento de apoio a trabalho de campo, nomeadamente GPS de dupla frequência RTK, no âmbito da implementação do Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral (SiRGIC); manutenção e atualização da plataforma SiRGIC; atualização das imagens de base e integração com a plataforma da Autoridade Tributária.

9.6 Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo

9.6.1 Recuperação do Porto Pim e Vulcão dos Capelinhos

Recuperação de equipamentos em Porto Pim e intervenção na zona do Vulcão dos Capelinhos, decorrentes dos efeitos da intempérie Lorenzo.

Programa 10 – Transportes, Turismo e Energia

Programação financeira

Euro

Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
10 Transportes, Turismo e Energia	324.434.124	260.838.053	63.596.071
10.1 Eficiência Energética e Energias Renováveis	627.623	627.623	
10.2 Serviços Energéticos	4.656.658	4.656.658	
10.3 Mobilidade Elétrica	464.500	464.500	
10.4 Política Energética	251.220	251.220	
10.5 Promoção e Desenvolvimento Turístico	22.258.693	10.580.064	11.678.629
10.6 Sustentabilidade do Destino Turístico	2.515.226	2.515.226	
10.7 Qualificação do Destino	4.001.694	4.001.694	
10.8 Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários	65.018.018	13.100.576	51.917.442
10.9 Gestão dos Aeródromos Regionais	3.500.000	3.500.000	
10.10 Serviços Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-Ilhas	177.923.323	177.923.323	
10.11 Dinamização dos Transportes	691.536	691.536	
10.12 Coesão Territorial - Transportes	6.525.633	6.525.633	
10.13 Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	36.000.000	36.000.000	

Programação material

10.1 Eficiência Energética e Energias Renováveis

10.1.1 Eficiência Mais

Promoção da eficiência energética na sociedade em geral e nos vários setores de atividade, com vista à racionalização do consumo de energia e redução de custos energéticos.



Desenvolvimento de programas digitais educativos que levem a uma maior consciencialização do uso racional da energia e no seu impacto no combate às alterações climáticas. A aposta nas gerações do futuro é crucial, para que estes assumam o desígnio da liderança no processo de transição energética enquanto agentes ativos e de mudança, com efeito multiplicador em toda a sociedade.

10.1.2 Produção e Armazenamento de Energia Limpa

Programa de Incentivos à Produção e Armazenamento de Energia a partir de fontes renováveis, com vista a incentivar a aquisição de equipamentos de produção de energia elétrica e calorífica, essencialmente destinados ao autoconsumo, por parte das famílias, das empresas, das cooperativas, das associações sem fins lucrativos e das IPSS.

10.2 Serviços Energéticos

10.2.1 Combustíveis, eletricidade e ascensores

Aposta na segurança e qualidade do abastecimento de energia, bem como na inovação dos serviços energéticos a providenciar ao cidadão.

10.2.2 Modernização e desmaterialização de Serviços

Modernização e inovação dos sistemas administrativos e operativos com vista a facilitar a interação com o cidadão, através da desburocratização de processos.

10.2.3 Eletrificação da Fajã da Caldeira do Santo Cristo e Fajãs Adjacentes

Eletrificação da fajã da Caldeira do Santo Cristo em São Jorge e fajã adjacente.

10.3 Mobilidade Elétrica

10.3.1 Mobilidade Elétrica, Inteligente e Sustentável

Implementação do Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores (PMEA), enquanto opção estratégica da política ambiental e energética, tendo em consideração o seu importante papel na conquista dos objetivos do desenvolvimento sustentável, bem como na descarbonização da economia, na mitigação dos efeitos das alterações climáticas e na melhoria da eficiência energética. Potenciar os Açores no contexto dos espaços insulares europeus como um verdadeiro *Living Lab* de soluções para a mobilidade elétrica.

10.3.2 Plano para Mobilidade Elétrica nos Açores, Ações de Sensibilização e Divulgação

Ações de sensibilização, formação, informação e promoção da mobilidade elétrica nos Açores junto de todos os açorianos, famílias e empresas, através de campanhas de informação e educação pública, a desenvolver em todas as ilhas.



10.4 Política Energética

10.4.1 Projetos Europeus

Participação e desenvolvimento de candidaturas e projetos inovadores baseados em programas-quadro da UE com o objetivo de concretizar a transição energética nos Açores e reforçar o capital humano da RAA.

10.4.2 Combate à Pobreza Energética

Desenvolver mecanismos de combate à pobreza energética em edifícios de habitação (social) energeticamente eficientes e com mecanismos de incentivo e ações de sensibilização direcionadas às famílias mais carenciadas, promovendo um uso racional de energia e a redução com encargos energéticos.

10.5 Promoção e Desenvolvimento Turístico

10.5.1 Promoção do Destino

Contratação de serviços no âmbito da promoção turística nos mercados externos. Realização de viagens educacionais à Região com objetivo de incrementar a divulgação do destino e a respetiva comercialização. Assegurar a edição e aquisição de materiais de divulgação turística. Participação institucional em ações de promoção do destino.

10.5.2 Incentivos à Promoção

Atribuição de apoios financeiros ao abrigo dos diplomas em vigor com diversas entidades que desenvolvem planos de ação no âmbito da promoção turística. Desenvolvimento de eventos e ações com impacto na promoção turística da Região.

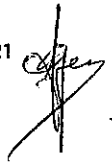
10.5.3 Eventos Desportivos de Promoção do Destino

Apoio ao desporto e a eventos desportivos que promovam o destino Açores no mercado nacional e internacional.

10.6 Sustentabilidade do Destino Turístico

10.6.1 Desenvolvimento da Política de Turismo

Desenvolvimento da estratégia para a sustentabilidade do destino turístico Açores. Desenvolvimento de programas com vista à dinamização das empresas do setor do Turismo. Continuação de uma política de prevenção contra a disseminação do vírus SARS- CoV-2.



- 10.6.2 **Desenvolvimento do Turismo Sénior e acessível**
 Desenvolvimento dos programas "Meus Açores, Meus Amores", destinado ao turismo sénior, e "Açores para Todos", destinado ao turismo inclusivo, que abrangem deslocações para todas as ilhas.
- 10.6.3 **Organização de Eventos com Repercussão na Promoção**
 Organização de diversos eventos na Região com o objetivo de promover o aumento de fluxos turísticos em época baixa.
- 10.7 Qualificação do Destino**
- 10.7.1 **Qualificação dos Serviços Turísticos**
 Requalificação das estruturas afetas aos serviços de informação turística da Região: arquitetura, *software*, conteúdos e outros.
- 10.7.2 **Valorização do Destino Turístico**
 Desenvolvimento de ações de relações públicas por ocasião da realização de eventos turísticos de grande notoriedade. Dinamização de projetos de qualificação do destino e de sensibilização dos açorianos para a importância do turismo. Construção das infraestruturas de apoio às empresas de animação marítimo-turísticas na Horta e desenvolvimento do projeto "Casa dos Botes" nas Lajes do Pico.
- 10.7.3 **Incentivos à Animação no Destino**
 Concessão de apoios financeiros através de diplomas em vigor para a realização de ações e eventos no âmbito da animação turística.
- 10.7.4 **Qualificação do Turismo Natureza - Trilhos, Mar e Ar**
 Estruturação dos produtos e recursos turísticos através da valorização e aumento da oferta existente, procurando intervir em aspetos que tornem o destino mais apelativo, diferenciador e competitivo. Preparação de plano estratégico para a gestão dos trilhos e abertura de trilho acessível para pessoas com mobilidade reduzida. Desenvolvimento da rede de percursos cicláveis.
- 10.7.5 **Qualificação dos Recursos Termiais**
 Desenvolvimento de ações com vista à dinamização e qualificação dos recursos termiais.
- 10.7.6 **Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento Regional - Turismo (SITRAA)**
 Pagamento de juros no âmbito do SITRAA.



10.8 Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários

10.8.1 Porto e Marina de Ponta Delgada

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se o reperfilamento do cais -10m (ZH), repavimentação do terraplano portuário e beneficiação das redes técnicas nele integradas e dragagem da bacia portuária do porto de Ponta Delgada.

10.8.2 Porto da Praia da Vitória

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se a melhoria da operacionalidade e segurança do porto, o terminal marítimo de passageiros e a requalificação das oficinas, do armazém e do edifício das operações portuárias.

10.8.3 Porto, Marina e Baía de Angra do Heroísmo

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se a construção da rampa para navios ro-ro e ferry, e trabalhos complementares de adaptação da infraestrutura à operação de transporte marítimo de passageiros e viaturas.

10.8.4 Porto, Marina e Baía da Horta

Apoio aos investimentos a realizar no porto e na marina, destacando-se a requalificação do porto comercial, a instalação de cabeços de amarração na ponte-cais do porto e intervenções em diversos edifícios.

10.8.5 Porto de S. Roque

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se o novo terminal de passageiros, visando melhores condições de operacionalidade e de eficácia no embarque e desembarque de passageiros e veículos, cumprindo também os requisitos de segurança da operação na área portuária.

10.8.6 Porto e Núcleo de Recreio Náutico de Velas

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se a avaliação da ampliação do porto de recreio de Velas.

10.8.7 Porto da Calheta de São Jorge

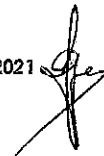
Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se a dragagem do porto.

10.8.8 Porto das Poças das Flores

Requalificação do porto das Poças para melhoria das condições de operacionalidade e segurança da infraestrutura.

10.8.9 Porto da Casa no Corvo

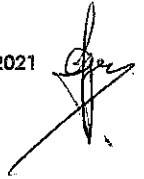
Iluminação do porto da Casa.



- 10.8.10 Aquisição de Diversos Equipamentos e Outras Obras nos Portos e Marinas
Aquisição de equipamentos diversos visando, nomeadamente, a melhoria da operação portuária.
- 10.8.11 Aeroporto da Ilha do Pico
Apoio aos investimentos a realizar no aeródromo visando a melhoria da sua operacionalidade e segurança, destacando-se a aquisição de viatura de combate a incêndios e do AVAc para a aerogare.
- 10.8.12 Aeródromo da Ilha de São Jorge
Apoio aos investimentos a realizar no aeródromo visando a melhoria da sua operacionalidade e segurança, destacando-se a aquisição de viatura de combate a incêndios e a empreitada de execução do *grooving* da pista.
- 10.8.13 Aeródromo da Ilha da Graciosa
Apoio aos investimentos a realizar no aeródromo visando a melhoria da sua operacionalidade e segurança, destacando-se a empreitada de ampliação e alargamento da pista; aquisição de viatura de combate a incêndios e a requalificação e ampliação da aerogare.
- 10.8.14 Aeródromo da Ilha das Flores
Apoio aos investimentos a realizar na aerogare, destacando-se a empreitada de ampliação do parque de estacionamento das viaturas.
- 10.8.15 Aeródromo da Ilha do Corvo
Apoio aos investimentos a realizar no aeródromo visando a melhoria da sua operacionalidade e segurança, destacando-se a ampliação da aerogare e construção do edifício para o serviço SSLCI e do abrigo para as novas viaturas de bombeiros (garagem e arrecadação).
- 10.8.16 Porto da Madalena
Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se os trabalhos para regularização do saco do porto velho para resolução da putrefação de algas.
- 10.8.17 Porto e Marina de Vila do Porto
Apoio aos investimentos a realizar no porto e marina, destacando-se o projeto para o reforço do manto de proteção do molhe da marina, consolidação da falésia e dragagens no porto.
- 10.8.18 Porto da Graciosa
Apoio aos investimentos a realizar no porto e marina, destacando-se o estudo de reordenamento do porto e gare de passageiros e dragagens no porto.



- 10.8.19 Museu da aviação
Criação do Museu da Aviação dos Açores.
- 10.8.20 Projeto para a construção do Núcleo de Recreio Náutico na Calheta
Início da execução do projeto de construção do Núcleo de Recreio Náutico na Calheta, ilha de S. Jorge.
- 10.8.21 Projeto para construção de gare marítima no porto da Casa, ilha do Corvo
Projeto para construção de gare marítima no porto da Casa, ilha do Corvo.
- 10.8.22 Aquisição de porta-contentores *Sidelbader* para carga e descarga autónoma de contentores
Aquisição de porta-contentores *Sidelbader* para carga e descarga autónoma de contentores.
- 10.8.23 Cais de Cruzeiros da Praia da Vitória
Elaboração de um projeto para a construção de um cais de cruzeiros na baía da Praia da Vitória, ilha Terceira.
- 10.9 Gestão dos Aeródromos Regionais**
- 10.9.1 Concessão da exploração dos aeródromos da Região Autónoma dos Açores
Concessão da gestão e exploração dos aeródromos regionais.
- 10.10 Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-Ilhas**
- 10.10.1 Restruturação e concessão do transporte aéreo de passageiros, carga e correio inter-ilhas
Investimentos no âmbito do plano de reestruturação e concessão do transporte aéreo de passageiros, carga e correio inter-ilhas.
- 10.10.2 Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e Viaturas Inter-Ilhas
Fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas na Região Autónoma dos Açores.
- 10.11 Dinamização dos Transportes**
- 10.11.1 Desenvolvimento de sistemas de apoio à monitorização nos portos dos Açores
Otimização da rede de boias ondógrafo, concretizando a sua integração no sistema de gestão e monitorização dos portos dos Açores.



10.11.2 Plano Transportes dos Açores

Apoio a ações, projetos, formações e seminários relacionados com a divulgação e promoção dos transportes.

10.11.3 Apoio aos Portos - COVID-19

Apoio à empresa Portos dos Açores, S.A., destinado a compensar a perda de receitas decorrentes das medidas extraordinárias tomadas por esta, designadamente a isenção do pagamento de taxas nos portos, com vista a combater os efeitos desfavoráveis, causados na atividade económica e na vida das empresas pela pandemia COVID-19.

10.11.4 Estudo do novo porto de mercadorias de Ponta Delgada

Estudo sobre o novo porto de mercadorias do porto de Ponta Delgada.

10.11.5 Estudo de ordenamento da baía e proteção da orla marítima do Cais do Pico

Estudo de ordenamento da baía e proteção da orla marítima do Cais do Pico.

10.12 Coesão Territorial - Transportes

10.12.1 Promoção da Coesão Territorial - Transportes

Transferências para o FRACDE - Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, para o desenvolvimento de ações destinadas a promover a coesão económica entre as ilhas da Região, assumindo particular destaque o apoio ao regular abastecimento de bens essenciais às populações das diversas ilhas, nomeadamente combustíveis, açúcar, farinha e cimento e o transporte de carga gerada na Região com destino ao Corvo e a outras ilhas.

Compensação das medidas extraordinárias no âmbito da COVID-19, designadamente de redução/isenção de taxas nas aerogares da RAA.

10.12.2 Apoio ao tráfego local

Concessão de apoios financeiros nos domínios dos transportes destinados à realização de projetos de desenvolvimento da frota do tráfego local que presta serviços de transporte marítimo de mercadorias na RAA.

10.13 Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo

10.13.1 Intempérie Lorenzo - Apoio à recuperação das infraestruturas e equipamentos portuários e transporte de mercadorias

Apoio à recuperação da infraestrutura e equipamentos portuários e transporte de mercadorias na sequência do furacão Lorenzo.

Programa 11 – Juventude, Emprego, Comércio e Indústria

Programação financeira

Euro

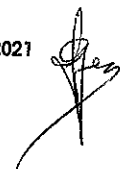
Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
11 Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	114.474.647	52.100.578	62.374.069
11.1 Juventude	1.500.465	1.500.465	
11.2 Qualificação Profissional e Emprego	106.374.382	44.000.313	62.374.069
11.3 Comércio e Indústria	3.420.000	3.420.000	
11.4 Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	732.800	732.800	
11.5 Gestão e Promoção da Marca Açores	2.150.000	2.150.000	
11.6 Apoio ao Consumidor	100.000	100.000	
11.7 AJEmCIA - Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato	197.000	197.000	

Programação material

11.1 Juventude

11.1.1 Cidadania e Formação dos Jovens

No âmbito da promoção da Cidadania, promover-se-ão projetos de desenvolvimento de competências de intervenção cívica e política, tais como o Parlamento dos Jovens e outros projetos de diálogo estruturado com agentes políticos. Ainda, apostar-se-á em iniciativas de combate à discriminação e violência e promover-se-ão ações de inclusão e integração sociais. A certificação das competências socioculturais e de cidadania resultante da participação nas atividades promovidas pela Direção Regional da Juventude (DRJ) será um desígnio para o quadriénio, com a criação do "Certificado de Competências de Educação Não Formal". Haverá o reforço do projeto "Educação Empreendedora - O caminho do sucesso", como projeto de formação para o empreendedorismo e inovação, inserido no contexto escolar. A formação dos jovens em áreas emergentes do conhecimento será



operacionalizada na "Academia J". Por fim, promover-se-á o "Galardão Freguesia Jovem", através de contratos ARAAL com as freguesias da Região.

11.1.2 Mobilidade dos Jovens

Enfoque à mobilidade juvenil, como forma de os jovens criarem um portefólio de competências socioculturais através do contato com novas realidades e com sociedades diversificadas. Neste âmbito, será reforçada a ligação com as comunidades portuguesas da Diáspora, com a majoração de apoios ao contato e intercâmbio com a comunidade luso-descendente; criação de projeto de mobilidade regional direcionada para a promoção de estágios socioprofissionais para jovens com mais de 18 anos que queiram ter uma experiência de ocupação de tempos livres no verão em outra Ilha dos Açores; projeto de intervenção local, através da valorização, recuperação e renovação do património imaterial das localidades.

11.1.3 Associativismo e voluntariado

Alteração da regulamentação do Sistema de Incentivo ao Associativismo Jovem, adaptando-o à nova realidade e desafios das Associações Juvenis. No âmbito do associativismo, de forma a potenciar o espírito de empreendedorismo e inovação e a intervenção local das associações de jovens, será reforçado o apoio aos planos de atividades, aos planos de formação e às infraestruturas e equipamentos. Encontro Regional de Associações de Juventude, em parceria com as associações. No âmbito do voluntariado, dar-se-á continuidade à parceria com a Região Autónoma da Madeira no desenvolvimento da Academia do Jovem Voluntário, que consiste numa experiência recíproca de voluntariado dos jovens.

11.1.4 Empreendedorismo, empregabilidade e ocupação de tempos livres

Criação de um ecossistema favorável à iniciativa e ao empreendedorismo através de várias iniciativas: um concurso de ideias, "IdeiaAçores" que é a fase final do "Educação Empreendedora - O Caminho do Sucesso"; um encontro regional de empreendedores jovens, designado de "Azores Summit"; um concurso regional e mostra de empreendedorismo jovem destinado aos jovens do ensino secundário/profissional e do ensino superior; a criação do Gabinete do Jovem Empreendedor. O Programa "Jovens +" existente irá ser reformulado de forma a ser mais abrangente no seu raio de ação. Dentro do Programa de Ocupação de Tempos Livres, dar-se-á continuidade ao OTL, apesar de ser intenção a sua reformulação, bem como o programa "Entra em Campo" que continuará, mas será alvo de renovação e reestruturação.

11.1.5 Transição Dígital e Ambiental

Formação e capacitação digital dos nossos jovens e a transição ambiental e o desenvolvimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, criação de dois programas

distintos: as "Academias Digitais" que terão como objetivo o apoio à organização de projetos de criação de espaços formativos e de apoio nas diversas áreas das tecnologias de informação e comunicação; na área ambiental será criado um programa de apoio à intervenção ambiental e ecológica local, visando desenvolver os objetivos de desenvolvimento sustentável.

11.1.6 Indústrias criativas e culturais: incentivo à criatividade

De forma a impulsionar a apetência artística, cultural e criativa dos nossos jovens criar-se-á um programa de apoio ao desenvolvimento e divulgação de projetos criativos nas mais variadas áreas de criação, designado "CriAcores - Jovens Criadores Açorianos". Apoiar-se-á eventos de reconhecido valor cultural, destinados maioritariamente a jovens que contribuam para a promoção da Região, mediante contratos de financiamento devidamente regulamentados e fundamentados. Far-se-á uma aposta no programa "Põe-te em Cena", mas proceder-se-á à sua revisão e reformulação.

11.1.7 Conferências/Fóruns e Seminários

Realização de conferências, fóruns e seminários com temática subjacente à juventude, em parceria com o Conselho de Juventude dos Açores e com as associações de jovens.

11.1.8 InfoJovem

Criação de um Plano de Comunicação e *Marketing*, para a divulgação, informação e promoção das atividades da Direção Regional da Juventude (DRJ) e das associações de jovens. Neste sentido, será reforçada a formação de pessoal e o reforço dos meios digitais. Será criado ainda um Gabinete de Apoio aos Programas Nacionais e Europeus de Juventude. Será mantida e reforçada a difusão da rede *Eurodesk*.

11.1.9 Pousadas da Juventude

Potenciar e rentabilizar a rede de pousadas da juventude dos Açores e de maximizar parcerias e partilha de recursos no desenvolvimento de atividades de ocupação de tempos livres dos jovens, de promoção de hábitos de vida saudável e da criatividade dos jovens.

11.1.10 Requalificação do Serviço de Atendimento ao Jovem e Serviços da DRJ

Conclusão da empreitada de requalificação das instalações do Serviço de Atendimento ao Jovem e serviços da DRJ, na Rua de Lisboa, já contratualizados. Prevê-se algumas obras de beneficiação de espaços interiores e de aquisição de mobiliário, material e equipamento. Do montante global, parte corresponde a um compromisso assumido transferido do ano de 2020 e que consiste na última tranche de pagamento da empreitada de construção.

11.1.11 Cartão Interjovem



Estabelecer um conjunto de parcerias que venham potenciar, ainda mais, a mobilidade e experiências socioculturais dos jovens através do Cartão Interjovem, bem como mais benefícios económicos junto das entidades parceiras.

11.1.12 Observatório da Juventude

Celebração de um acordo com a Universidade dos Açores, através da Fundação Gaspar Frutuoso, para manter o Observatório da Juventude dos Açores de forma a colaborar com a tutela da Juventude na organização de estudos e conferências, análise de dados e a emissão de pareceres reflexivos sobre a juventude dos Açores.

11.2 Qualificação Profissional e Emprego

11.2.1 Formação Profissional

Ações de formação profissional para ativos (empregados e desempregados), formação profissional inicial (cursos profissionais, PROFIJ e CET), Qualifica+, formação *lay-off* e projeto de Qualificação de Adultos ao abrigo do IRR.

11.2.2 Programas de Estágios Profissionais

Programas de Estágios profissionais nos Açores (Estagiar L, T e U, INOVAR, EPIC e Reativar+), na Europa (Eurodisseia) e equipa do estagiar.

11.2.3 Programas de Emprego

Programas de fomento, manutenção e criação de emprego. Programas de inserção socioprofissional, dirigido a público fragilizado. Medidas extraordinárias COVID-19.

11.2.4 Adequação Tecnológica dos Serviços

Reequipamento em diferentes instalações da DRQPE, banda larga, manutenção das bases de dados e obras edifícios DRQPE.

11.2.5 Estudos, Projetos e Cooperação

Estudos e projetos nas áreas de atuação da DRQPE, em parceria, sobretudo, com entidades externas. Realização das IV Jornadas de Direito do Trabalho.

11.2.6 Assistência Técnica PO Açores FSE

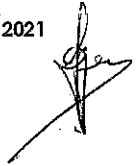
Assistência técnica ao Programa Operacional Açores 2020/FSE.

11.2.7 Fórum Regional da Qualificação Profissional

Realização de um fórum com o objetivo de perspetivar a médio/longo prazo as linhas estratégicas para a formação na Região, com a participação de escolas profissionais, responsáveis pela educação, CESA, autarquias e outros agentes da educação, formação, emprego e economia.



- 11.2.8 **Formação Tecnológica**
Desenvolvimento de ações de formação tecnológica, nomeadamente nas áreas das Tecnologias da Informação e Comunicação.
- 11.3 **Comércio e Indústria**
 - 11.3.1 **Programas de apoio às empresas**
Apoios atribuídos no âmbito da medida Acesso aos Mercados do Sistema de Incentivos Competir + e Programa de Apoio à Restauração e Hotelaria, para a Aquisição de Produtos Açorianos com o selo "Marca Açores".
 - 11.3.2 **Qualidade e Inovação**
Desenvolvimento do Programa Qualidade e Inovação. Ações de apoio e acompanhamento das ações de verificação metrológica. Licenciamento de equipamentos sob pressão e sistemas. Celebração de protocolos com entidades visando ações de divulgação e promoção da qualidade, destacando-se o INOVA - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, o IPQ - Instituto Português da Qualidade e a APQ - Associação Portuguesa para a Qualidade.
 - 11.3.3 **Dinamização da atividade económica**
Desenvolvimento de parcerias com associações empresariais e outras entidades visando o incremento da competitividade empresarial. Apoio ao Plano de Feiras e ações coletivas de apoio à internacionalização das empresas açorianas. Dinamização de campanhas de comércio tradicional. Operacionalização de diversos programas de apoio ao setor do comércio e da indústria.
- 11.4 **Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais**
 - 11.4.1 **Competitividade e inovação das empresas artesanais nos Açores**
Ações de transmissão do saber fazer artesanal e ações de capacitação de natureza setorial e transversal, junto das empresas artesanais e públicos. Inclui projetos que visam reforçar a capacidade empresarial para a criação de novos produtos baseados nos recursos naturais, através da inovação.
 - 11.4.2 **Azores NewCraft- Internacionalização**
Ações de promoção de âmbito internacional do artesanato dos Açores, como a participação do CADA e das empresas artesanais, em eventos da especialidade, criando condições para que as microempresas artesanais através da inovação e da diferenciação, marquem a diferença nos mercados internacionais e contribuam para a sua competitividade.
 - 11.4.3 **Craf & Art - Capacitar Pela Inovação**



Ações de desenvolvimento de competências de empreendedorismo e inovação, que permitam às empresas artesanais uma maior diversificação e diferenciação de produtos, potenciando a utilização das matérias-primas locais e ações de afirmação em novos circuitos de mercado.

11.4.4 **Azores Craftlab- Incubadora de Artesanato**

Projeto de incubação de empresas ligadas ao setor artesanal de forma a promover um maior empreendedorismo qualificado e criativo, fomentando a inovação e a criatividade na produção artesanal. Destina-se ao aluguer de espaços e demais encargos, bem como a ações de capacitação e promoção das empresas incubadas.

11.4.5 **Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato**

Apoio financeiro a projetos de formação, de dinamização do setor artesanal, de investimento nas empresas artesanais e de qualificação e inovação do produto artesanal.

11.4.6 **ModaMac**

Ações de desenvolvimento de competências de empreendedorismo e inovação, que permitam às empresas artesanais ligadas ao setor da moda uma maior diversificação e diferenciação de produtos e afirmação em novos circuitos de mercado. Criação de *cluster* de moda entre os parceiros e ações de intercâmbio.

11.4.7 **Açores Artesanal**

Realização de uma série de mercados de artesanato a nível regional, criando condições para uma melhoria significativa na comercialização dos produtos artesanais da Região e na circulação de bens na economia artesanal.

11.4.8 **Promoção e comercialização do Artesanato dos Açores**

Ações de promoção e comercialização do artesanato dos Açores de âmbito regional e nacional com destaque para as produções certificadas do artesanato dos Açores e as produções inovadoras associadas aos produtos endógenos. As ações apresentam a componente física e virtual.

11.4.9 **Medida Excepcional de Incentivo à Manutenção da atividade**

Apoio financeiro extraordinário à manutenção da atividade das empresas artesanais para fazer face à perda de liquidez, resultante da pandemia.

11.5 **Gestão e Promoção da Marca Açores**

11.5.1 **Promoção e valorização dos produtos açorianos**

Implementação de ações com vista à promoção e valorização dos produtos açorianos e criação de uma marca agregadora de valor "Marca Açores", que se apresenta com uma



natureza transversal a toda a produção regional, capaz de induzir valor acrescentado, aumentar a visibilidade dos produtos e impulsionar a expansão nos mercados interno e externo.

11.5.2 Promoção da Certificação da "Marca Açores"

Promover e facilitar o processo de adesão ao selo "Marca Açores". Rever a estratégia referente à "Marca Açores" reforçando o seu posicionamento no mercado, com mais valias para os produtos genuinamente açorianos e diferenciadores, com ganhos significativos para as empresas.

11.5.3 Apoio à estruturação comercial da "Marca Açores"

Apoiar o desenvolvimento de projetos de promoção da "Marca Açores" por via de plataformas logísticas e digitais apropriadas, tendo em vista alavancar o processo de internacionalização dos produtos açorianos.

11.6 Apoio ao Consumidor

11.6.1 Promover os direitos do consumidor

Promover e apoiar iniciativas de informação e formação dos consumidores. Apoiar as associações de consumidores.

11.6.2 Promover a resolução de conflitos de consumo

Promover o acesso dos consumidores aos mecanismos de resolução de conflitos. Acompanhar o desenvolvimento do Centro de Informação, Mediação e Arbitragem da Região dos Açores.

11.7 AJEmCIA- Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato

11.7.1 Ações de Formação

Desenvolver uma política de proximidade junto das empresas e dos cidadãos, de forma desconcentrada ao nível de todas as ilhas, em ações de divulgação e informação de todos os mecanismos de apoio e outra informação nas áreas da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato, bem como em outras áreas de intervenção, de forma articulada com os respetivos departamentos governamentais.

11.7.2 Ações de divulgação

Promover ou colaborar em ações de divulgação junto dos empresários e dos cidadãos, de forma desconcentrada ao nível de todas as ilhas dos Açores, em ações de divulgação e informação de todos os mecanismos de apoio e outra informação nas áreas da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato, bem como em outras áreas de intervenção, de forma articulada com os respetivos departamentos governamentais.



Programa 12 – Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações

Programação financeira

Euro

Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
12 Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	94.790.630	94.101.430	689.200
12.1 Construção de estradas regionais	24.846.640	24.846.640	
12.2 Reabilitação de estradas regionais	9.178.493	9.178.493	
12.3 Construção, ampliação e remodelação de edifícios públicos	3.195.264	3.195.264	
12.4 Integração paisagística de zonas adjacentes às ER	641.386	641.386	
12.5 Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	3.891.645	3.891.645	
12.6 Execução Plano de recuperação e resiliência	3.511.200	3.511.200	
12.7 Sistema de transportes terrestres e segurança rodoviária	3.769.481	3.080.281	689.200
12.8 Sistemas de Informação e Infraestruturas de Suporte	8.738.736	8.738.736	
12.9 Cibersegurança e Segurança da Informação	58.660	58.660	
12.10 Redes Públicas e Tecnologias de Comunicação	202.604	202.604	
12.11 Laboratório Regional de Engenharia Civil	1.154.847	1.154.847	
12.12 Cooperação com Diversas Entidades	3.745.553	3.745.553	
12.13 Sensibilização e Divulgação	30.000	30.000	
12.14 Saúde e Segurança no Trabalho	69.600	69.600	
12.15 SRE – Construções Escolares	16.089.113	16.089.113	
12.16 SRE – Reparação das Instalações da S.R.E.	425.220	425.220	
12.17 SRSD – Instalações Desportivas	300.000	300.000	
12.18 SRSD – Ampliação e Remodelação de Infraestruturas	1.060.000	1.060.000	
12.19 SRSD – Beneficiação de Infraestruturas	2.543.000	2.543.000	
12.20 SRADR – Infraestruturas de Apoio ao Setor Produtivo	970.000	970.000	
12.21 SRMP - Infraestruturas de Apoio às Pescas	313.246	313.246	
12.22 SRMP – Gestão e Requalificação da Orla Costeira	2.789.046	2.789.046	
12.23 SRCCTD – Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia	1.050.000	1.050.000	
12.24 SRCCTD – Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural	2.954.306	2.954.306	

Euro

Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
12.25 SRAAC- Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental	50.000	50.000	
12.26 SRAAC - Conservação da Natureza e Biodiversidade	624.000	624.000	
12.27 SRAAC - Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica	2.588.590	2.588.590	

Programação material

12.1 Construção de Estradas Regionais

12.1.1 SCUT

Execução do contrato de concessão rodoviária em São Miguel.

12.1.2 Melhoria da Acessibilidade das Furnas - Povoação

Projeto de execução da 2.ª Fase. Execução da empreitada e expropriações - 2.ª Fase.

12.1.3 Revisão do projeto do traçado da segunda fase da variante à cidade da Horta

Revisão do projeto do traçado da segunda fase da variante à cidade da Horta.

12.2 Reabilitação de Estradas Regionais

12.2.1 Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais - Santa Maria

Execução de diversas intervenções de beneficiação e pavimentação na rede viária regional da ilha de Santa Maria.

12.2.2 Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais - São Miguel

Conclusão da Interseção da Estrada Regional 1-1ª com a Rua Nova do Foral - Água de Pau. Execução de diversas intervenções de beneficiação e pavimentação na rede viária regional da ilha de São Miguel.

12.2.3 Reabilitação de Estradas Regionais na RAA

Avaliações e expropriações. Processos litigiosos - Tribunais.

12.2.4 Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais - Terceira



Conclusão da empreitada de alargamento e drenagem da Estrada Regional 1-ª nas Quatro Ribeiras. Execução de diversas intervenções de beneficiação e pavimentação na rede viária regional da ilha Terceira.

- 12.2.5 Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais - São Jorge
 Execução de diversas intervenções de beneficiação e pavimentação na rede viária regional da ilha de São Jorge.
- 12.2.6 Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais - Graciosa
 Requalificação do Largo 1.º de Dezembro na freguesia da Luz. Execução de diversas intervenções de beneficiação e pavimentação na rede viária regional da ilha Graciosa.
- 12.2.7 Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais - Pico
 Execução da repavimentação e colocação de sinalização na Estrada Regional 1-2ª entre Lajes e Arrife. Execução de diversas intervenções de beneficiação e pavimentação na rede viária regional da ilha do Pico.
- 12.2.8 Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais - Faial
 Execução da empreitada de beneficiação da Estrada Regional 1-1.ª entre a Ribeira do Cabo e o Largo Jaime de Melo. Execução de diversas intervenções de beneficiação e pavimentação na rede viária regional da ilha do Faial.
- 12.2.9 Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais - Corvo
 Execução de diversas intervenções de beneficiação e pavimentação na rede viária regional da ilha do Corvo.
- 12.2.10 Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais - Flores
 Execução da empreitada de reabilitação da Estrada Regional 1-2.ª, troço entre Feital (Fazenda) e a Ribeira Funda.
- 12.2.11 Requalificação da Rede Viária Regional
 Aquisição de agregados.
- 12.2.12 Qualificação do Parque de Máquinas
 Aquisição de combustíveis.
- 12.2.13 Calamidades em Estradas Regionais
 Reparação dos danos no ramal da Estrada Regional 1-2.ª - Acesso à Fajã do Ouvidor.
- 12.2.14 Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres da ilha de São Miguel



Execução da empreitada de consolidação dos taludes da Estrada Regional 2-2.ª entre as Furnas e Ribeira Quente - 2.ª fase.

12.2.15 Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres da Ilha Terceira

Execução da empreitada construção do ramal da Estrada Regional 6-2.ª em São Carlos - Angra do Heroísmo.

12.2.16 Modernização de Máquinas e Viaturas

Aquisição de viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias. Aquisição de viaturas pesadas de mercadorias. Aquisição de diversos equipamentos e máquinas industriais.

12.2.17 Sinalização horizontal e vertical em Estradas Regionais

Conclusão da empreitada de pintura termoplástica em São Miguel.

12.2.18 Beneficiação e pavimentação da Estrada Regional nº 2-2.ª da ilha do Faial, que liga o Cabouco à Ribeira Funda

Início dos procedimentos para o projeto de beneficiação e pavimentação da Estrada Regional n.º 2-2.ª da Ilha do Faial, que liga o Cabouco à Ribeira Funda.

12.3 Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos

12.3.1 Requalificação de Espaços Públicos

Beneficiação e manutenção das instalações da Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações (SROPC) das Delegações de ilha da SROPC, do Palácio de Santana, do Palácio da Conceição e de outros edifícios públicos. Gestão de resíduos de construção, implementação de medidas de gestão ambiental e de medidas de autoproteção em edifícios públicos.

12.3.2 Parques Empresariais Tecnológicos

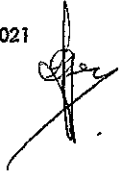
Reabilitação dos fogos de habitação do Bairro Beira-Mar, lote 1; reabilitação do Bairro Nascer do Sol e empreitada de reabilitação da Escola Americana.

12.4 Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER

12.4.1 Espaços Públicos

Requalificação do Monumento à Autonomia, do Parque Século XXI, do Jardim dos Maroiços, na ilha do Pico, do Memorial da Batalha da Ladeira Velha. Valorização paisagística e científica de espaços de contemplação e lazer.

12.4.2 Integração Paisagística da Rede Viária Regional



Integração paisagística e urbanística da rede viária regional, incluindo o desenvolvimento de pontos turísticos.

12.5 Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo

12.5.1 Recuperação da Rede Viária Regional - Lorenzo

Conclusão das obras de recuperação do acesso ao Monte da Guia – Faial.

12.5.2 SRE - Reparação das coberturas da ES Manuel de Arriaga

Conclusão da intervenção efetuada na cobertura da escola na sequência da intempérie Lorenzo.

12.5.3 SRSD - Recuperação da Cobertura do Pavilhão Desportivo e de Vedação de Espaços Desportivos Exteriores do Complexo Desportivo Manuel de Arriaga

Recuperação da Cobertura do Pavilhão Desportivo e de Vedação de Espaços Desportivos Exteriores do Complexo Desportivo Manuel de Arriaga.

12.5.4 SRMP - Intempérie Lorenzo - Recuperação de infraestruturas de pesca

Recuperação dos danos causados pelo furacão em portos de pesca, designadamente, na recuperação de pavimentos, muros de suporte, juntas do terraplano, deslocamento de blocos antififeres, gruas, molhes.

12.5.5 SRMP - Intempérie Lorenzo - Recuperação de infraestruturas de proteção marítima

Recuperação dos danos causados pelo furacão Lorenzo em infraestruturas marítimas, designadamente, muros de proteção, galgamentos, enrocamentos.

12.5.6 SRAAC - Intervenção no complexo de infraestruturas de Porto Pim

Intervenção no complexo de infraestruturas de Porto Pim.

12.6 Execução do Plano de Recuperação e Resiliência


12.6.1 Circuitos Logísticos Terrestres - São Miguel

Melhoria da acessibilidade das Furnas - Povoação - 1.º Lanço (Variante às Furnas), incluindo expropriações. Variante à vila das Capelas, incluindo expropriações. Variante à freguesia de São Roque - Ponta Delgada. Variante ao Portal do Vento - Sete Cidades.

12.6.2 Circuitos Logísticos Terrestres – Terceira

Promoção das condições de acessibilidade, mobilidade e segurança rodoviária - Ligação entre a Via Vitorino Nemésio e a Circular de Angra do Heroísmo.

12.6.3 Circuitos Logísticos Terrestres – São Jorge



Promoção das condições de acessibilidade, mobilidade e segurança rodoviária - Ligação entre o norte e o sul da ilha (Transversal).

12.7 Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária

12.7.1 Prestação de serviços de transporte regular de passageiros

Passes sociais. Campanha de prevenção rodoviária. Apoios financeiros no âmbito da COVID-19. Transporte regular coletivo de passageiros. Implementação de sistema informático de contraordenações. Apoio à manutenção da central de rádio - Táxis de P. Delgada.

12.7.2 Plano integrado de transportes

Estudos sobre o sistema de bilhética integrada. Serviços de assessoria económico-financeira. Gestão do portal dos transportes.

12.7.3 Apoio à atividade de táxi no âmbito da pandemia COVID-19

Apoio à atividade de táxi no âmbito da pandemia COVID-19.

12.8 Sistemas de Informação e Infraestruturas de Suporte

12.8.1 Desenvolvimento dos Sistemas de Informação

Ações de desenvolvimento focadas na integração, eficiência e desempenho dos sistemas de informação em exploração no Governo Regional; aquisição e gestão do licenciamento de *software*; implementação de políticas de gestão e de aquisição de *software*; aquisição de infraestruturas de computação e de armazenamento de dados; suporte e manutenção de sistemas de informação e de infraestruturas; Projeto Mobile.GOV (PRR).

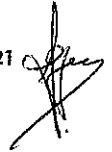
12.8.2 Melhoria dos Sistemas Informáticos, Suporte ao Utilizador e Qualidade

Aquisição e melhoria da infraestrutura de suporte da rede informática da DRC, SROPC, DROPTT e PGR e dos equipamentos terminais que a constituem; aquisição de consumíveis de informática. Aquisição e exploração de soluções e infraestruturas de Apoio ao Utilizador e de *Helpdesk*.

12.8.3 Azores Cloud

Modernização e centralização dos sistemas de computação e de armazenamento de dados do Governo Regional com incremento de segurança, de redundância e da sua resiliência, através da implementação de uma infraestrutura tecnológica de dois *Datacenters* em geografias distintas da RAA.

12.8.4 Redes de Dados e de Comunicações



Otimização e exploração da rede de comunicações de voz, dados e *Internet* do Governo Regional; melhoria das condições de cobertura do acesso sem fios à rede do Governo Regional; gestão das comunicações móveis do Governo Regional. Aquisição de equipamentos de comunicações. Desenvolvimento, suporte e manutenção da Rede SIPCOM da DROPTT.

12.9 Cibersegurança e Segurança da Informação

12.9.1 Infraestrutura de segurança informática e da segurança da informação

Aquisição e implementação de soluções e de infraestruturas de segurança informática, da informação e das comunicações da Rede do Governo Regional; implementação de políticas de segurança no âmbito do perímetro da rede e da informação do Governo Regional.

12.9.2 Cibersegurança e Privacidade

Desenvolvimento de ações de sensibilização, divulgação e formação no âmbito da cibersegurança, no contexto da Administração Pública Regional, setor empresarial da RAA e restante população em geral. Implementação RGPD.

12.10 Redes Públicas e Tecnologias de Comunicação

12.10.1 Infraestruturas de acesso *Internet*

Incremento da cobertura das redes públicas de acesso à *Internet* (gratuito) na RAA.

12.10.2 *Alert4you*

Melhoria e desenvolvimento do sistema de alertas e avisos à população *Alert4You*.

12.10.3 Monitorização do setor das telecomunicações e dos serviços postais

Acompanhamento da atividade dos operadores económicos do setor das comunicações, da sua oferta tecnológica e comercial nos Açores. Acompanhamento da implementação da tecnologia 5G. Acompanhamento da atividade e iniciativas do Regulador e Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM). Acompanhamento do processo de substituição da rede CAM, de cabos submarinos de fibra ótica que asseguram, de forma redundante, a comunicação dos Açores com o resto do mundo.

12.11 Laboratório Regional de Engenharia Civil

12.11.1 ID&I - Engenharia Civil

Desenvolvimento de novos projetos de investigação; desenvolvimento e inovação; aquisição de equipamentos para as unidades laboratoriais (metrologia, materiais de construção,



geotecnia, prospeção, estruturas sísmicas e misturas betuminosas); promoção da divulgação e difusão do conhecimento científico e tecnológico.

12.11.2 Infraestruturas e Equipamentos

Requalificação e valorização das infraestruturas e equipamentos afetos ao LREC; renovação da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade do LREC; renovação do sistema de acreditação de ensaios; estudos e pareceres; ensaios de comparação interlaboratorial, calibrações de equipamentos.

12.11.3 MICNEI - Minimização de Impactos de Catástrofes Naturais em Edificado e Infraestruturas

O projeto tem como objetivos: A1 - Desenvolvimento de orientações e formulário de determinação das necessidades de alojamento e danos no edificado; A2 - Determinação dos sistemas de contenção provisórios adequados às situações correntes de dano; e A3 - Desenvolvimento de um manual de reforço de edifícios em alvenaria.

12.11.4 LREC + Sustentável

Tornar o edifício do LREC mais sustentável ("verde"). Projeto piloto a desenvolver num edifício da Região Autónoma dos Açores para ser aplicado em outros edifícios da Região. O principal objetivo do projeto é tornar o edifício do LREC mais sustentável: água, reduzir os consumos, as perdas e os desperdícios e recorrer a origens alternativas; eficiência energética, pretende-se recorrer a energias renováveis e utilizar, de modo eficiente, todos os recursos disponíveis; gestão de resíduos, promover, por um lado, um eficiente sistema de separação e recolha de resíduos para reciclar, e por outro, reduzir o consumo de recursos.

12.11.5 PICA - Plataforma Indústria Criativa dos Açores

Tem como objetivo envolver diversos intervenientes com competências ao nível do *design* industrial, *design* de produto, *design* conceptual, engenharia de materiais, mas não exclusivamente, e aplicar os conhecimentos destas áreas no desenvolvimento de novos produtos a partir de materiais endógenos dos Açores, com o objetivo final de serem utilizados sobretudo, mas não exclusivamente, em unidades turísticas de diferentes tipologias, como sejam o alojamento local, em hotel, residencial ou rural.

12.11.6 Eco Compósitos Inteligentes

Este projeto tem como principal objetivo o desenvolvimento de Eco Compósitos reforçados com materiais fibrosos de origem natural, com propriedades de inteligência térmica, para estruturas de alvenaria e aplicação no setor do turismo.

12.11.7 LREC Renovável

Implementação de medidas de eficiência energética e sistemas de produção de energia renovável, bem como de apoio à mobilidade elétrica.



12.11.8 *ReBuild17*

O projeto pretende contribuir decisivamente para o desenvolvimento da circularidade de cadeias de valor, através da criação de uma plataforma para a valorização de resíduos originados no setor da construção civil, em que participem os vários *stakeholders* associados ao setor.

12.11.9 *SAFE HARBOUR*

O projeto *SAFE HARBOUR* – Monitorização de infraestruturas portuárias, estruturas de proteção costeira e arribas adjacentes - tem como objetivo a implementação de um sistema de monitorização de três casos de estudo em três ilhas distintas (S. Maria, S. Miguel e S. Jorge) com determinadas especificidades, de modo a permitir que este sistema possa vir a ser aplicado em qualquer outra estrutura portuária ou de proteção costeira ou arriba. Para além disso, pretende-se que esta monitorização se prolongue para além da duração do projeto, com uma periodicidade mínima anual.

12.12 Cooperação com Diversas Entidades

12.12.1 Contratos de Cooperação com diversas Entidades

Apoio a diversas entidades de interesse coletivo.

12.12.2 Contratos ARAAL

Contratos ARAAL a celebrar com as Autarquias, no âmbito das competências deste departamento governamental.

12.12.3 Cooperação com Entidades Públicas

Lançamentos de concursos de obras públicas de outras entidades.

12.13 Sensibilização e Divulgação

12.13.1 Campanhas de Sensibilização e Divulgação

Campanhas de informação, sensibilização e divulgação junto das populações.

12.14 Saúde e Segurança no Trabalho

12.14.1 Saúde e Segurança no Trabalho

Vestuário, calçado e equipamento de proteção individual; serviços de psicologia, e medicina no trabalho; equipamento para gabinete médico; formação para efetuar trabalhos em altura e manuseamento de equipamento motorizado e manual; inspeções periódicas e ensaios de equipamento de trabalho.



12.15 SRE - Construções Escolares

12.15.1 Reparação da EBI da Horta

Empreitada da 2.ª fase da grande reparação da escola com vista à remodelação de dois edifícios existentes e à construção de dois novos edifícios, formando um espaço homogéneo e contínuo sem barreiras arquitetónicas para os alunos do 1.º e 2.º ciclo.

12.15.2 Requalificação das instalações da EBI de Capelas

Construção do edifício sede da EBI de Capelas, constituído atualmente por edifícios dispersos, com coberturas de amianto, sem ligações cobertas entre eles e num avançado estado de degradação.

12.15.3 Requalificação das instalações para o 2.º e 3.º ciclos da EBI de Rabo de Peixe

Construção do edifício principal da EBI de Rabo de Peixe, constituído atualmente por edifícios dispersos, com coberturas de amianto, sem ligações cobertas entre eles e num avançado estado de degradação.

12.15.4 Construção de novas instalações para EBI de Arrifes

Construção do edifício sede da EBI de Arrifes, constituído atualmente por edifícios dispersos, com coberturas de amianto, sem ligações cobertas entre eles e num avançado estado de degradação.

12.15.5 Requalificação das instalações da EBI da Lagoa

Conclusão da intervenção de substituição das coberturas contendo amianto, iniciada em 2020.

12.15.6 Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental

Elaboração do projeto de recuperação do edifício e conservação e restauro dos tetos do Palácio da Fonte Bela.

12.15.7 Reparação da ES Vitorino Nemésio

Conclusão dos trabalhos da empreitada de substituição da rede elétrica e impermeabilização da cobertura da sala de alunos e pinturas; início dos trabalhos da 2.ª fase da intervenção, nomeadamente na pintura exterior do edifício e restante substituição da rede elétrica.

12.15.8 Reparação da ES Jerónimo Emiliano de Andrade

Intervenção na escola para colmatar deficiências no edifício, nomeadamente: cobertura do edifício principal (bloco A), substituição de canalizações e rede elétrica da escola.

12.15.9 Reparação da EBS das Flores

Conclusão das intervenções realizadas no edifício sede da escola. Reparações a efetuar na escola do 1.º ciclo.



- 12.15.10 Reparação da EBS de Povoação
Intervenção na cozinha, substituição na cobertura do edifício principal, intervenção na rede de águas residuais domésticas e pavimento do campo de jogos exterior.
- 12.15.11 Reparação da ES de Lagoa
Elaboração do projeto para colmatar deficiências no edifício, através da ligação das duas alas do edifício principal.
- 12.15.12 Reparação EBS Santa Maria
Intervenção no ginásio da escola.
- 12.15.13 Reparação da EBI Angra do Heroísmo
Intervenção no complexo desportivo e nos balneários/vestiários de apoio à cozinha.
- 12.15.14 Reparação da EBS de S. Roque do Pico
Conclusão da intervenção para resolução de problemas de infiltrações em coberturas e vãos e reparação de vedações e pintura do edifício.
- 12.15.15 Reparação do Conservatório Regional de Ponta Delgada
Início do projeto de requalificação do edifício.
- 12.15.16 Reparação da EBS da Graciosa
Reabilitação da viga do edifício polivalente e elaboração de projeto de reparação de diversas patologias na escola.
- 12.15.17 Reparação da EBS das Laranjeiras
Reparação de fissuração de elementos pré-moldados em betão, substituição de vãos, infiltrações, etc.
- 12.15.18 Reparação da EBI Ponta Garça
Elaboração de projeto e intervenção para a correção de diversas patologias do edifício, com especial ênfase nas infiltrações.
- 12.15.19 EBS Mouzinho da Silveira
Elaboração de projeto para construção de um refeitório na escola.
- 12.15.20 Intervenções diversas em infraestruturas escolares
Intervenções diversas em infraestruturas escolares.
- 12.15.21 Reparação da EBS da Calheta



Intervenção no ginásio da escola para colmatar deficiências no edifício, nomeadamente: resolução de problemas de humidade.

- 12.15.22 Projeto de remodelação no Bloco E da EBS de Santa Maria para adaptação a sala polivalente
Projeto de remodelação no Bloco E da EBS de Santa Maria para adaptação a sala polivalente.

- 12.15.23 Reabilitação do Edifício da Escola Básica do Topo
Reabilitação do Edifício da Escola Básica do Topo.

12.16 SRE - Reparação das instalações da S.R.E.

- 12.16.1 Intervenção nos Paços da Junta Geral
Revisão da elaboração do projeto para intervenção no edifício dos Paços da Junta Geral.

- 12.16.2 Intervenção no Palácio Bettencourt
Intervenção no edifício para alojar provisoriamente os serviços da S.R.E, enquanto decorrem as obras no edifício dos Paços da Junta Geral.

- 12.16.3 Intervenção no edifício da DSFE
Elaboração do projeto para novo procedimento de conclusão da intervenção no edifício onde funcionará parte dos serviços da S.R.E.

12.17 SRSD - Instalações Desportivas

- 12.17.1 Modernização das instalações desportivas do Parque Desportivo Regional
Modernização e rentabilização das instalações desportivas oficiais integradas no Parque Desportivo Regional. Inclui fechos de obras e períodos de garantias.

12.18 SRSD - Ampliação e Remodelação de Infraestruturas

- 12.18.1 Intervenções no Hospital da Horta
Diversas intervenções no Hospital da Horta, onde se inclui a substituição da rede de águas e incêndios.

- 12.18.2 Empreitada de Modernização e Remodelação do Hospital de Ponta Delgada
A empreitada insere-se no plano de reestruturação dos serviços do Hospital, com a adequação do seu plano funcional às novas necessidades e ordenamento dos serviços, dando uma melhor resposta às necessidades da população.

- 12.18.3 Construção do Laboratório SEEMBO



Projeto de execução para início de construção do Laboratório SEEMBO (Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular), na ilha Terceira.

12.18.4 Construção da Unidade de Saúde da Maia

Levantamento do existente e Estudos Técnicos Preparatórios para Avaliação da Eficiência e Eficácia do novo projeto de construção da Unidade de Saúde da Maia.

12.18.5 Construção da Unidade de Saúde de S. Roque e Livramento

Aquisição de terreno e realização do projeto de construção da Unidade de Saúde de S. Roque e Livramento.

12.18.6 Construção do novo bloco do Centro de Saúde de Velas

Início de projeto de ampliação das instalações do Centro de Saúde de Velas.

12.19 SRSD - Beneficiação de Infraestruturas

12.19.1 Beneficiação de Infraestruturas das Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais

Diversas intervenções nos edifícios do SRS, numa perspetiva de prevenção e manutenção.

12.19.2 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores

A ação dá continuidade e conclusão à intervenção de beneficiação do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores.

12.19.3 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Lajes do Pico

A ação dá continuidade à intervenção de beneficiação do Centro de Saúde das Lajes do Pico.

12.19.4 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde de Velas

A ação dá continuidade à intervenção de beneficiação do Centro de Saúde de Velas.

12.19.5 Projeto de requalificação da unidade de saúde de ilha do Corvo

Projeto de requalificação da unidade de saúde de ilha do Corvo.

12.19.6 Requalificação do Centro de Saúde do Nordeste

Requalificação do Centro de Saúde do Nordeste.

12.20 SRADR - Infraestruturas Públicas de Apoio ao Setor Produtivo

12.20.1 Infraestruturas públicas de apoio ao setor produtivo



Infraestruturas públicas de apoio ao setor produtivo.

12.21 SRMP - Infraestruturas de Apoio às Pescas

12.21.1 Melhoria das condições operacionais do porto de pesca das Poças

Elaboração do projeto de execução; empreitada de construção civil e prestação de serviços de planeamento, coordenação e fiscalização.

12.21.2 Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca dos Carneiros

Elaboração do projeto de execução; empreitada de construção civil e prestação de serviços de planeamento, coordenação e fiscalização.

12.21.3 Construção de infraestruturas de apoio no porto de pesca de S. Mateus da Calheta, Ilha Terceira

Aquisição de terreno e elaboração de projeto de execução para construção de uma infraestrutura de apoio para os armadores do porto de pesca de S. Mateus da Calheta, Ilha Terceira.

12.21.4 Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca do Topo

Projeto de assinalamento marítimo. Projeto de acesso marítimo ao porto do Topo. Projeto de execução das redes técnicas. Aquisição de uma grua de alagem e varagem com capacidade para 10 toneladas.

12.22 SRMP - Gestão e Requalificação da Orla Costeira

12.22.1 Resposta a intempéries e outras situações extraordinárias

Resposta a danos na orla costeira causados por intempéries e fenómenos de erosão costeira e execução de intervenções extraordinárias de requalificação da orla costeira.

12.22.2 Proteção da orla costeira junto ao Caminho Municipal Adjacente ao Campo de Jogos e Santa Catarina - Calheta, São Jorge

Empreitada de proteção e infraestruturização do caminho municipal adjacente ao campo de jogos de Santa Catarina.

12.22.3 Proteção e estabilização costeira do Porto de St.ª Iria - S. Miguel

Projeto da empreitada de proteção e estabilização costeira do Porto de St.ª Iria.

12.22.4 Reforço da proteção costeira na zona das Calhetas, Ribeira Grande, S. Miguel

Execução do reforço da proteção costeira na zona das Calhetas, São Miguel.

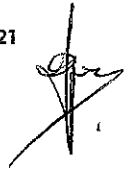
12.22.5 Proteção costeira na Fajã João Dias em S. Jorge



- Proteção costeira de fajã.
- 12.22.6 Estabilização da falésia adjacente à Vila do Corvo
Execução das intervenções de estabilização da falésia adjacente à Vila do Corvo.
- 12.22.7 Estabilização e requalificação da orla costeira adjacente à vila de Santa Cruz das Flores
Execução das intervenções de estabilização e requalificação da orla costeira adjacente à vila de Santa Cruz das Flores.
- 12.22.8 Estabilização e reabilitação do Porto Afonso
Execução das intervenções de estabilização e reabilitação do Porto Afonso, na ilha Graciosa.
- 12.22.9 Estabilização do caminho de S. Vicente, Porto Martins, Terceira
Execução das intervenções de estabilização do caminho de S. Vicente, Porto Martins, Terceira.
- 12.22.10 Reforço da proteção costeira da zona adjacente ao restaurante "Amigos" - S. Jorge
Execução das intervenções de reforço da proteção costeira da zona adjacente ao restaurante "Amigos" - S. Jorge.
- 12.22.11 Estabilização da zona costeira da Laracha, Santa Maria
Execução das intervenções de estabilização da zona costeira da Laracha, Santa Maria.
- 12.22.12 Estabilização da orla costeira dos Mosteiros, São Miguel
Execução das intervenções de estabilização da orla costeira dos Mosteiros, São Miguel.
- 12.22.13 Reforço da proteção costeira do Cais do Galego
Execução das intervenções de reforço da proteção costeira do Cais do Galego, na ilha do Pico.
- 12.22.14 Proteção e estabilização da zona costeira na Fajã das Pontas, São Jorge
Execução das intervenções de proteção e estabilização da zona costeira na Fajã das Pontas, São Jorge.
- 12.22.15 Requalificação de zonas costeiras e balneares
Requalificação de zonas costeiras e balneares.
- 12.22.16 Reabilitação costeira da zona do reduto da patrulha e Castelo de São Sebastião, na Horta
Reabilitação costeira da zona do reduto da patrulha e Castelo de São Sebastião, na Horta.
- 12.22.17 Proteção da orla costeira e reabilitação urbanística da Praia Formosa
Projeto para a proteção da orla costeira e para a requalificação urbanística da marginal da Praia Formosa, onde se inclui o Forte de São João Baptista.



- 12.22.18 Projeto para a reconversão do Portinho da Baía de São Lourenço
Projeto com vista à reconversão do Portinho da Baía de São Lourenço, na ilha de Santa Maria, como porto alternativo ao de Vila do Porto.
- 12.22.19 Proteção da orla costeira do Degredo de Santa Cruz da Graciosa
Elaboração de projeto para a proteção da orla costeira da zona do Degredo, em Santa Cruz da Graciosa.
- 12.22.20 Avaliação técnica definitiva com vista à consolidação dos taludes da vertente da Ponta da Fajã
Avaliação técnica definitiva para a estabilização da vertente da Ponta da Fajã, freguesia da Fajã Grande, concelho das Lajes das Flores.
- 12.23 SRCCTD - Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia**
- 12.23.1 Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel
Execução da empreitada e fiscalização do lote 32 do Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel, bem como o respetivo apetrechamento.
- 12.24 SRCCTD - Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural**
- 12.24.1 Museu da Construção Naval em Santo Amaro - Pico
Projeto e construção de edifício-sede e requalificação e adaptação dos armazéns de construção naval.
- 12.24.2 *Trinity House - Join cable station*: núcleo das comunicações - Museu da Horta
Reabilitação, adaptação e museografia das antigas instalações.
- 12.24.3 Eco-museu do Corvo – Casa da Vigia
Construção, reabilitação e museografia. Promover uma oferta museográfica integrada e regional, de forte componente turístico-cultural, contribuindo para a divulgação da oferta cultural entre os diversos organismos da Cultura aos residentes e a quem nos visita.
- 12.24.4 Museu Carlos Machado: Núcleo St. André Reservas Visitáveis e Área Expositiva de Curta Duração
Criação de sala de exposição e de reservas para os três núcleos do Museu Carlos Machado.
- 12.24.5 Requalificação da Igreja da Graça
Requalificação da Igreja da Graça - Academia das Artes.
- 12.24.6 Requalificação da Casa da Vida Associativa



Requalificação da Casa da Vida Associativa - Ponta Delgada.

12.24.7 Conclusão das Obras de Requalificação da Casa Manuel de Arriaga

Conclusão das Obras de Requalificação da Casa Manuel de Arriaga.

12.24.8 Centro Interpretativo da Base das Lajes

Centro Interpretativo da Base das Lajes.

12.25 SRAAC - Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental

12.25.1 Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão -Terceira

Construção do Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão, na ilha Terceira.

12.26 SRAAC - Conservação da Natureza e Biodiversidade

12.26.1 Circuito Interpretativo da Ponta da Ferraria

Criação de um circuito interpretativo do monumento natural da Ponta da Ferraria e beneficiação e controlo do acesso à piscina natural.

12.26.2 Intervenção no ordenamento paisagístico da zona da mata da Lagoa do Congro

Reclassificação da Área Protegida para Gestão de *Habitats* ou *Espécies* da Lagoa do Congro como Monumento Natural. Estabelecimento de um corredor ecológico [área de *continuum naturale*] através dos leitos e margens das linhas de água, com ligação da área protegida da lagoa do Congro ao Pico Dona Guiomar e à área protegida da Serra de Água de Pau, e uma pequena área de *continuum naturale* a sul da cratera, coincidente com os terrenos da RAA não abrangidos pela delimitação atual da área protegida. Requalificação dos trilhos e criação de percursos interpretativos. Criação de um miradouro, a beneficiação do pequeno cais da lagoa e a requalificação da mata/jardim, com a criação do Parque Botânico da Lagoa do Congro.

12.26.3 Requalificação do Pólo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial

Avaliação e concretização das potencialidades do Pólo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial.

12.27 SRAAC - Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica

12.27.1 Requalificação da rede hidrográfica

Intervenções regulares programadas em função do processo de avaliação do estado da rede hidrográfica - Relatório do Estado das Ribeiras dos Açores.



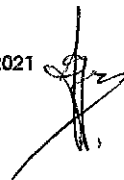
- 12.27.2 Estabilização da Grota da Lagoinha e ribeiras da zona Sudoeste da Ilha Terceira
Estabilização da Grota da Lagoinha e ribeiras da zona Sudoeste da Ilha Terceira.
- 12.27.3 Construção de vala para recolha e desvio de caudais de grotas no troço entre a ribeira do Dilúvio e a ribeira da Prainha, em São Caetano
Construção de vala para recolha e desvio de caudais de grotas no troço entre a ribeira do Dilúvio e a ribeira da Prainha, em São Caetano.
- 12.27.4 Intervenção e planificação dos caudais das ribeiras na ilha Terceira
Empreitada de requalificação da Ribeira da Vinha Brava; empreitada de construção de bacias de retenção de caudais sólidos de grande dimensão nas ribeiras da zona sudoeste da ilha Terceira; minimização dos riscos hidrológicos na Grota da Lagoinha, Angra do Heroísmo.

VI OS PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS DISPONÍVEIS PARA A REGIÃO

PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020

No âmbito do processo de programação regional e de acesso aos fundos comunitários durante o período 2014-2020, o Governo Regional dos Açores enunciou as seguintes grandes prioridades estratégicas para o ciclo 2014-2020 (Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 44/2013, de 13 de maio), em articulação com as prioridades estratégicas para a política de coesão europeia:

- Promoção de produção económica competitiva, preservando e consolidando as atividades baseadas nos recursos disponíveis e nas vantagens adquiridas, no progressivo robustecimento de uma fileira económica ligada ao mar, apostando-se complementarmente na inovação, na diversificação e em novos produtos e serviços de natureza transacionável, numa perspetiva de prosperidade e sustentabilidade das empresas e dos negócios geradores de empregabilidade efetiva e significativa do fator trabalho;
- Desenvolvimento de estratégias de alargamento efetivo dos níveis de escolaridade e de formação dos jovens, reduzindo substancialmente o abandono escolar precoce, tendo por horizonte as metas fixadas a nível da Europa comunitária;



- Reforço das medidas de coesão social, conjugando a empregabilidade como uma estratégia sólida de inclusão social, promovendo em complemento a igualdade de oportunidades em termos gerais, a reabilitação e a reinserção social, a reconversão profissional, a conciliação entre a vida social e profissional e a valorização da saúde como fator de produtividade e de bem-estar;
- Promoção da sustentabilidade ambiental, observando as linhas de orientação e as metas comunitárias, em articulação estreita com o desenvolvimento de políticas orientadas para a competitividade dos territórios, modernização das redes e das infraestruturas estratégicas, numa articulação funcional entre os espaços urbanos e os de natureza rural, num quadro de efetiva coesão territorial;
- Aprofundamento da eficiência e da qualidade dos sistemas sociais e coletivos, da proximidade do cidadão com a administração pública e da minimização dos custos de contexto e ainda de uma maior capacitação profissional e técnica dos agentes.

OS AÇORES 2020

O que se designa por Açores 2020 corresponde à afetação à Região Autónoma dos Açores de dotações financeiras de fundos europeus, estruturais e de investimento no âmbito do período de programação 2014-2020, no quadro dos princípios e das prioridades de política regional, alinhadas com as orientações da União Europeia para este período, designadas de Estratégia 2020.

Os Açores 2020 reparte-se por cinco fundos europeus, estruturais e de investimento (FEEI), a saber:

- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER),
- Fundo de Coesão (FC);
- Fundo Social Europeu (FSE);
- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER);
- Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

Os FEEI financiam as candidaturas aprovadas em programas operacionais, alguns dos quais podem ser geridos diretamente na Região, como é o caso do:

- PO AÇORES 2020 (financiado pelos fundos FEDER e FSE);
- PO de Desenvolvimento Rural – Prorural + (financiado pelo FEADER).

Existem também programas operacionais temáticos de âmbito nacional, em que mediante protocolos de delegação de competências, os serviços técnicos regionais asseguram tarefas de gestão, para que os promotores regionais de candidaturas possam aceder:



- PO Competitividade e Internacionalização – Compete 2020 (intervenções em portos comerciais dos Açores, financiado pelo FC);
- PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – POSEUR (financiamento da central de valorização de resíduos em S. Miguel, financiado pelo FC);
- PO Inclusão Social e Emprego (financiamento da Iniciativa Emprego Jovem, financiado pelo FSE);
- PO MAR 2020 (intervenções regionais no domínio dos assuntos do mar e das pescas, financiadas pelo FEAMP).

Finalmente, há um programa de cooperação territorial europeu, em que os promotores regionais, em articulação com parceiros de outras regiões, podem apresentar as suas candidaturas:

- PO INTERREG Madeira – Açores – Canárias (intervenções em domínios diversos em articulação com parceiros da Madeira e das Canárias, incluindo a possibilidade de participação de parceiros da Mauritânia, Senegal e Cabo Verde, financiado pelo FEDER).



INVESTIMENTO ELEGÍVEL A COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

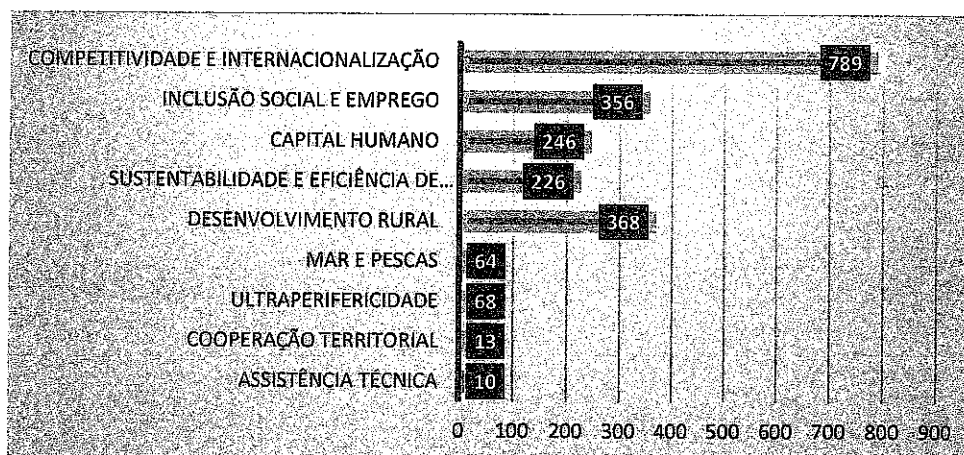
Desde projetos de pequena expressão financeira até alguns investimentos de dezenas de milhões de euros, abarcando iniciativas dos principais setores de atividade económica e social, no atual período de programação comunitária observa-se uma resposta muito significativa dos agentes regionais à possibilidade de cofinanciamento comunitário ao investimento realizado na Região.

A partir do arranque do atual período de programação 2014-2020, que apenas se efetivou a nível nacional a partir de 2015, até ao final de 2020, perto de 18 mil projetos de investimento em todas as áreas de elegibilidade pelos FEEI foram aprovados, representando uma despesa de investimento de mais de 2,1 mil milhões de euros.

Tomando os grandes domínios adotados neste período para a categorização do investimento, apenas com uma variante em que aos apoios do programa operacional orientado para os assuntos do mar e pescas adicionou-se os montantes do investimento relacionado em outros programas (portos comerciais) verifica-se no grafismo seguinte que é no domínio das empresas e do investimento privado que a expressão do investimento aprovado é mais significativa.

Investimento Elegível Aprovado

(milhões de Euros)



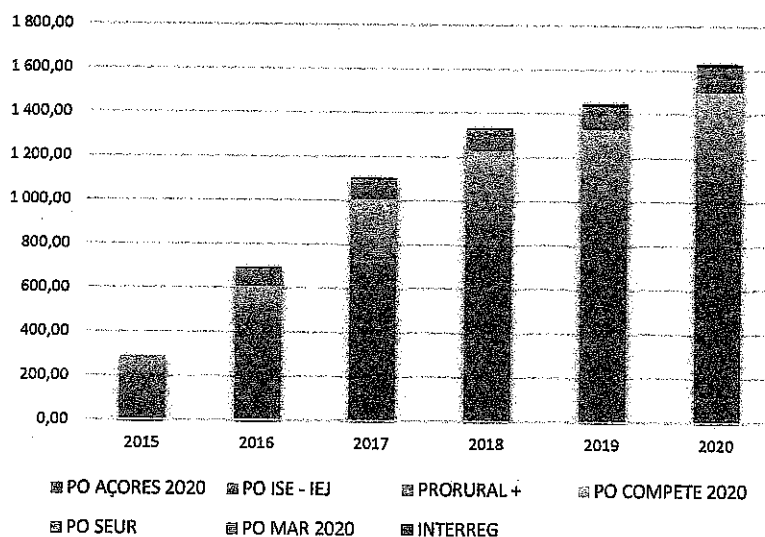
PROCURA DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO E O VOLUME DE COMPROMISSOS E DE CONTRATUALIZAÇÃO

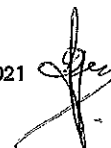
Nos diferentes programas operacionais que os beneficiários finais da Região podem aceder, o volume de compromissos de financiamento comunitário assumido no conjunto das operações aprovadas e contratualizadas, à data de 31 de dezembro de 2020, representava perto de 1,63 mil milhões de euros.

Os programas em vigor neste período geridos diretamente na Região, o PO AÇORES 2020 e o PRORURAL+, acolhem cerca de 84% da procura dos FEEL.

A restante programação, com gestão externa ou indireta, embora com montantes bastante menores, não deixa de ter importância, por representar segmentos de elegibilidade específicos com procura também por parte dos agentes regionais.

Fundo Comunitário Aprovado por Programa
(milhões de euros)



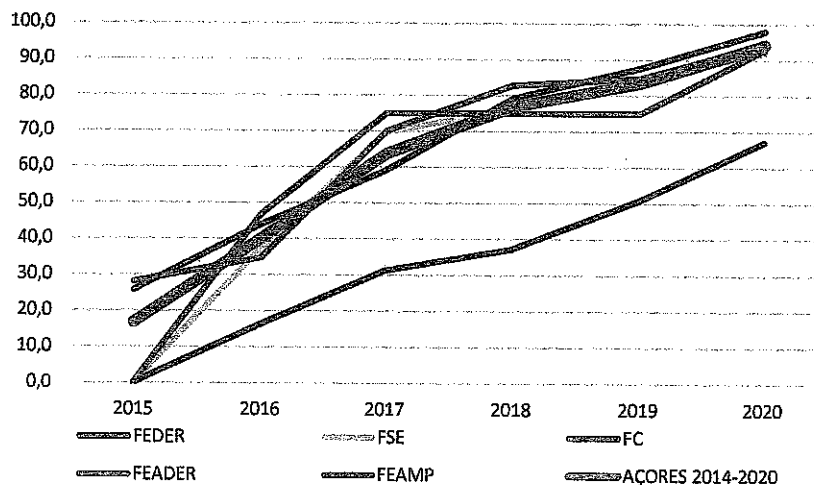


SITUAÇÃO ATUAL DE DINÂMICA EQUILIBRADA NA EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE COMPROMISSO

No final do ano de 2020, a taxa de compromisso dos fundos europeus estruturais e de investimento por parte dos agentes regionais atingiu, em termos médios, os 84%. De outro modo, os cerca de 1,63 mil milhões de euros de financiamento comunitário contratualizado com beneficiários regionais significam aquela percentagem de absorção das dotações disponíveis para todo o período.

Nem todos os programas e os respetivos fundos comunitários iniciaram a sua execução no mesmo momento, havendo situações específicas, como seja o fundo europeu relativo aos assuntos do mar e das pescas, cujo programa operacional, de âmbito nacional, por razões externas, entrou em execução alguns meses mais tarde que os demais. Porém, em termos gerais, na Região, observa-se um certo equilíbrio nas dinâmicas da procura dos fundos europeus estruturais e de investimento.

Evolução das Taxas de Compromisso dos Fundos Comunitários (%)



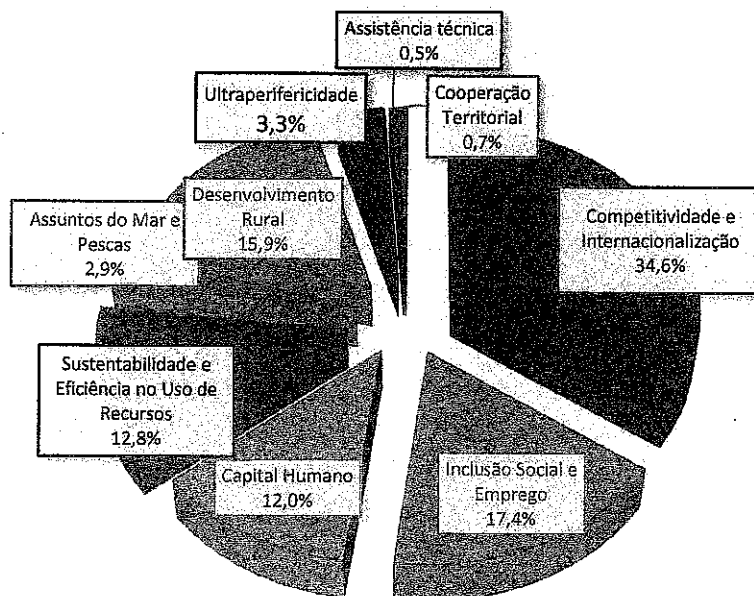
A ECONOMIA E O EMPREGO A ABSORVER PARTE SIGNIFICATIVA DOS FUNDOS COMPROMETIDOS

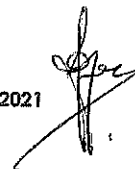
Conforme já revelado no âmbito dos montantes e respetiva afetação por principais domínios do investimento elegível aprovado, necessariamente haverá uma relação quase direta com a respetiva magnitude do financiamento comunitário aprovado.

Haverá que considerar que os investimentos privados no âmbito industrial, comércio e de serviços, por gerarem receitas dentro do contexto próprio de regras de concorrência, apresentam taxas de comparticipação menores que os investimentos com uma natureza de bem público.

Em termos gerais, os financiamentos comunitários orientados para os sistemas de incentivos e outros apoios às empresas, o desenvolvimento rural, o emprego e a inclusão social afetam mais de 2/3 do montante global de fundos comunitários comprometidos.

Repartição dos Fundos aprovados por domínio





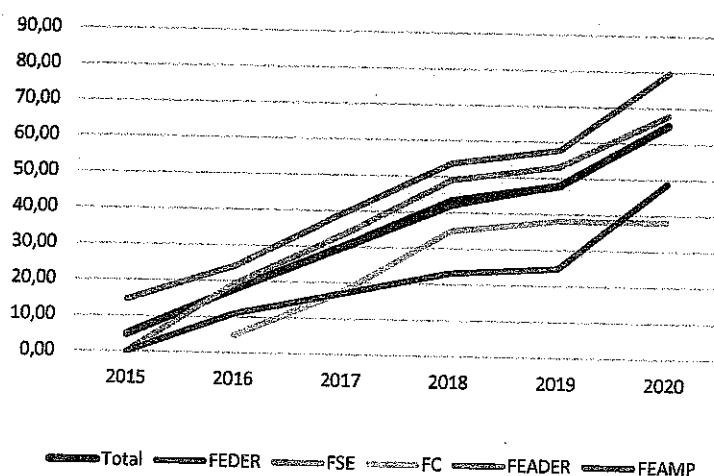
A EXECUÇÃO FINANCEIRA DO AÇORES 2020

Em dezembro de 2020 apurou-se, no conjunto dos programas, uma despesa efetivamente realizada e paga que justificou financiamentos comunitários na ordem dos 1,1 mil milhões de euros.

A dinâmica da execução ao longo dos últimos trimestres é tributária das já citadas diferenças entre programas/fundos em termos de arranque da execução.

A média geral da taxa de execução dos fundos é influenciada pelo nível de execução dos fundos que integram os principais programas, o PO AÇORES 2020 (FEDER + FSE) e o PRORURAL+ (FEADER), programas que evidenciam um ritmo constante de realização de despesa elegível.

Evolução da Taxa de Execução do AÇORES 2020 (%)



Em termos comparativos, utilizando o mesmo critério de aferição da execução dos fundos, a taxa média apurada nos Açores, 64,95%, é superior à taxa equivalente apurada no conjunto dos PO Temáticos (60%), PO Regionais do Continente (41%) e Portugal 2020 na sua totalidade (57%).

No final de 2020, o volume de fundos comunitários pagos a beneficiários finais com candidaturas aprovadas nos diversos programas operacionais deste período de programação 2014-2020 attingia o montante de 1 107 milhões de euros.

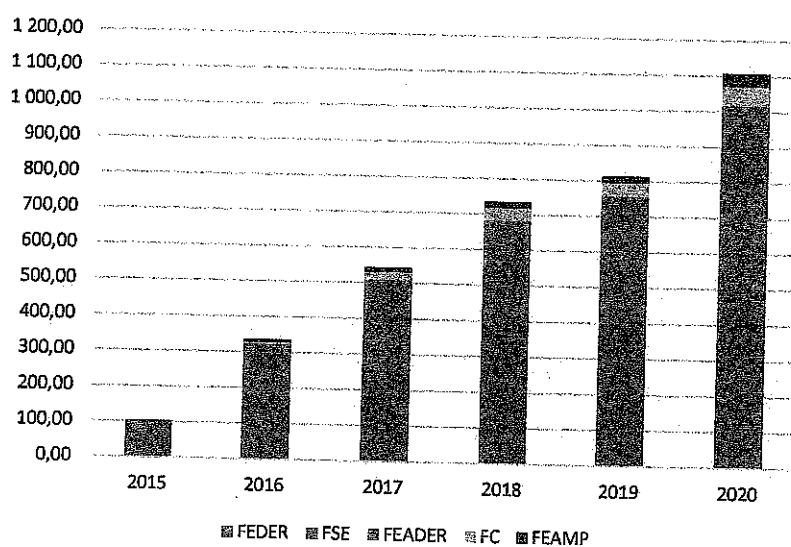
Naturalmente, o nível de pagamentos aos promotores dos projetos aprovados está associado ao nível de execução financeira desses projetos. O montante de pagamentos é ligeiramente superior ao montante de faturação efetivamente paga e validada pelos serviços técnicos da gestão dos



programas, por via de alguns adiantamentos por conta de faturação apresentada por liquidar, regularizados em prazos acordados.

Ao nível dos fundos, é o FEDER, o FSE e o FEADER que têm maior contributo no volume de pagamentos efetuados neste período.

Fundo Comunitário Pago
(milhões de euros, montantes acumulados)





OS PRINCIPAIS PROGRAMAS OPERACIONAIS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS



O PO Açores 2020 é um programa participado pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE, para o período de programação 2014-2020, com execução na Região Autónoma dos Açores, tendo sido aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão C (2014) 10176, de 18 de dezembro.

O Programa foi preparado pelo Governo Regional dos Açores, sintetizando um conjunto muito amplo de consultas e contribuições de uma grande diversidade de agentes regionais, expressando as principais propostas em matéria de política regional de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das principais linhas de orientação da Estratégia Europeia 2020 e do Acordo de Parceria nacional.

A visão estratégica associada a este Programa Operacional assenta na ambição dos Açores ao afirmar-se como uma região europeia relevante, sustentando-se em quatro grandes linhas de orientação estratégica:

- Uma região aberta e inovadora na utilização dos recursos endógenos, materiais e imateriais, com um nível de produção económica que lhe permita ascender a um patamar superior no contexto regional europeu, em que a economia assente numa base económica de exportação, dinâmica, integrada e diversificada, ultrapassando os constrangimentos do limitado mercado interno;
- Um território relevante nos fluxos de bens e pessoas, no contexto do sistema logístico e de transporte marítimo entre a Europa e o continente americano, complementada com uma utilização plena das redes e infraestruturas de transmissão de dados, minimizando a condição ultraperiférica e a dispersão do território regional;
- Uma sociedade inclusiva e equilibrada, geradora de oportunidades de participação, de aprendizagem ao longo da vida, de acesso ao emprego e de plena realização das crianças e jovens, dos idosos e das famílias;
- Uma paisagem, um ambiente e uma vivência distintiva, suportados em espaços urbanos qualificados, num património natural e cultural diferenciado e reconhecido



internacionalmente, com respostas eficazes na proteção da biodiversidade e dos ecossistemas e na adaptação às alterações climáticas.

Concentrando o PO Açores 2020 a quase totalidade das intervenções com cofinanciamento pelos dois fundos estruturais – FEDER e FSE - no arquipélago, o leque de objetivos temáticos e das prioridades de investimento selecionadas é amplo e diversificado, contemplando as diversas vertentes das políticas públicas orientadas para o crescimento económico inteligente, do fomento do emprego, da inclusão social e da sustentabilidade ambiental, permitindo aos agentes locais acederem a recursos financeiros que viabilizarão os seus projetos de desenvolvimento nas diferentes áreas de intervenção e setores da economia e da sociedade. Destaca-se ainda o apoio específico do Fundo Estrutural FEDER de que a Região beneficia, mercê da sua condição de Região Ultraperiférica, conforme reconhecido no artigo 349.º do TFUE para o financiamento de obrigações de serviço público de transporte de passageiros entre as ilhas dos Açores.

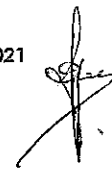
O programa operacional dispõe de um envelope financeiro de cerca de 1 137 milhões de euros, em que 794 milhões de euros estão afetos a intervenções financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e 344 milhões de euros para o Fundo Social Europeu. Com esta repartição é sinalizada de forma muito clara que as políticas ativas de emprego, de formação e de qualificação têm uma prioridade nas políticas públicas, traduzindo-se, em termos financeiros e em comparação com o período de programação 2007-2013, num reforço de 154 milhões de euros da dotação que se atribui ao fundo que financia estas políticas, o Fundo Social Europeu.

Está estruturado em 13 eixos prioritários e em 40 prioridades de investimento, enquadradas nos grandes temas da estratégia 2020 (Crescimento Inteligente, Crescimento Sustentável e Crescimento Inclusivo).

Em termos acumulados, até 31 de dezembro de 2020, registou-se a aprovação de 2 354 candidaturas, a que corresponde um custo total elegível de 1 461 milhões de euros e um financiamento de fundo estrutural de 1 091 milhões de euros, apresentando uma taxa de compromisso de 95,96%.

A execução financeira a 31 de dezembro de 2020 atingiu os 965 milhões de euros, o que corresponde a um apoio comunitário de 719 milhões de euros, representando uma taxa de execução de 63,19%.

Fazendo a desagregação por fundo, regista-se uma taxa de compromisso da componente FEDER de 97,86% e da componente FSE de 91,55% e uma taxa de execução da componente FEDER de 61,36% e da componente FSE de 67,43%.



Ponto de Situação a 31-12-2020

Unidade: Euros

PO/Fundo/Exo	Aprovação			Execução		Pagamentos
	Nº	Custo Total Elegível	FUNDO	Custo Total Elegível	FUNDO	FUNDO
TOTAL	2.354	1.461.331.493	1.091.486.387	964.658.791	718.779.707	724.063.393
FEDER	2.052	1.091.075.869	776.769.106	691.974.323	486.997.909	486.936.000
FSE	302	370.255.624	314.717.281	272.684.468	231.781.798	237.127.392
1 Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - FEDER	68	22.781.093	19.169.449	13.186.770	11.120.157	11.129.578
2. Melhorar o acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação, bem como a sua Utilização e Qualidade - FEDER	33	22.736.563	19.326.079	6.322.757	5.374.343	5.376.941
3 Competitividade das Empresas Regionais - FEDER	1.659	586.393.036	349.765.006	310.544.891	163.316.946	163.982.373
4 Economia de Baixo Carbono - FEDER	25	48.386.335	40.744.595	2.961.225	2.421.094	2.144.699
5 Alterações climáticas e prevenção e gestão de risco - FEDER	63	49.586.989	42.148.940	37.344.123	31.742.504	31.665.741
6 Ambiente e eficiência dos recursos - FEDER	102	87.579.172	73.044.259	62.428.443	52.714.667	52.096.812
7 Transportes sustentáveis e principais redes de infraestruturas - FEDER	27	28.741.202	24.430.021	27.134.317	23.064.169	23.051.746
8 Emprego e Mobilidade Laboral - FSE	58	112.362.833	95.508.408	70.617.879	60.025.197	61.719.137
9 Inclusão Social e Combate à Pobreza	55	181.343.230	154.141.745	164.827.005	140.102.954	139.913.775
FEDER	51	76.397.357	64.937.753	70.855.514	60.227.186	60.412.353
FSE	4	104.945.873	89.203.992	93.971.491	79.875.768	79.501.422
10 Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida	251	245.811.435	208.939.720	194.049.693	164.942.239	169.025.913
FEDER	12	92.943.577	79.002.040	108.092.410	73.063.691	73.122.608
FSE	239	152.867.859	129.937.680	85.957.283	91.878.548	95.903.305
11 Capacidade Institucional e Administração Pública Eficiente - FSE	1	79.060	67.201	2.688	2.285	3.528
12 Alocação Específica para a Ultraperiferia - FEDER	3	67.647.059	57.500.000	67.647.059	57.500.000	57.500.000
13 Assistência Técnica - FEDER	9	7.883.486	6.700.963	7.591.941	6.453.150	6.453.150

PRORURAL+

O Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL+), enquadra-se no Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, que estabelece as regras do apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

O PRORURAL+ reflete a estratégia da Região para a agricultura e para o desenvolvimento rural, pretendendo ser um instrumento financeiro que contribui para o aumento da autossuficiência do setor agroalimentar e para a estruturação de canais comerciais que permitam a exportação de produtos especializados para o mercado externo. Este programa está alinhado com as Prioridades da União em matéria de desenvolvimento rural, nomeadamente:

- Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais;
- Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura, em todas as regiões, e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas;
- Promover a organização das cadeias alimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação e à comercialização de produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura;
- Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas ligados à agricultura e à silvicultura;
- Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal;
- Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais.

A intervenção do programa assenta em três vertentes que se pretendem complementares:

Competitividade do complexo agroflorestal - aumentar a capacidade do setor agroflorestal de gerar valor acrescentado, contribuindo para a diminuição do respetivo défice externo - através da reestruturação e desenvolvimento das fileiras do setor agroalimentar, do aumento da qualidade, da inovação e da visibilidade externa, tendo como dimensões de suporte a melhoria das infraestruturas de apoio às atividades agrícola e florestal, assim como o reforço do conhecimento e do potencial humano e a utilização continuada das terras agrícolas;

Sustentabilidade ambiental - promover os sistemas agrícolas e florestais com capacidade de melhor preservar os recursos naturais – através do estímulo à gestão sustentável das explorações agrícolas e florestais e da promoção de sistemas agrícolas e florestais com maior capacidade de retenção de carbono, tendo como dimensão transversal a atenuação das alterações climáticas;

Dinâmica dos territórios rurais - promover a revitalização económica e social das zonas rurais – através da promoção da diversificação da economia e do emprego, da promoção da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento de competências ao nível local, tendo como dimensão transversal a melhoria do aproveitamento dos recursos naturais, patrimoniais e humanos dos territórios rurais.

O PRORURAL+ foi aprovado a 13 de fevereiro de 2015, pela Decisão de Execução C (2015) 850 da Comissão, com uma dotação de 340,4 milhões de euros de despesa pública, a que corresponde uma contribuição FEADER de cerca de 295,3 milhões de euros.

Ponto de Situação a 31-12-2020

Unidade: Euros

Projetos aprovados (n.º)	Investimento Elegível aprovado	Fundo aprovado	Investimento Elegível executado	Fundo executado	Pagamentos
12 758	369.444.111,79	278.237.018,13	n.d.	235.075.166,51	269.997.234,51

n.d. – não disponível

**COMPETE
2020**

Para o período de programação 2014-2020, a Região beneficia de um financiamento do Fundo de Coesão, integrado no Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização (POCI), especificamente no Eixo IV - Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas, exclusivamente, para as intervenções no sistema portuário da Região Autónoma dos Açores integradas nas prioridades de investimento 7.1 - Apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais, mediante o investimento na RTE-T e 7.3 - Desenvolvimento e melhoria de sistemas de transportes ecológicos (incluindo de baixo ruído) e de baixo teor de carbono, incluindo vias navegáveis e transportes marítimos interiores, portos, ligações multimodais e infraestruturas aeroportuárias, a fim de promover a mobilidade regional e local sustentável.



As candidaturas aprovadas são:

- Prolongamento do Porto de Velas - Ilha de São Jorge;
- Construção de Rampa Ro-Ro e Dragagens do Porto da Calheta – Ilha de São Jorge;
- Requalificação das infraestruturas no Grupo Ocidental para movimentação de Carga e Passageiros;
- Requalificação do Porto de Ponta Delgada – Ilha de São Miguel;
- Adaptação do Porto das Pipas à operação de *ferries*;
- Construção de uma infraestrutura com melhores condições de operacionalidade e de eficácia no embarque e desembarque de passageiros e veículos, cumprindo também os requisitos de segurança na operação na área portuária no Porto de São Roque do Pico;
- Requalificação dos Sistemas de Segurança e de Acessibilidade do Porto da Praia da Vitória - Ilha Terceira.

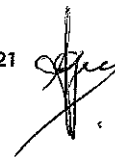
Ponto de Situação a 31-12-2020

Projetos aprovados (n.º)	Investimento Elegível aprovado	Fundo aprovado	Investimento Elegível executado	Fundo executado	Unidade: Euros
					Pagamentos
7	125.402.307,82	106.611.971,27	57.457.355,34	48.838.752,03	48.838.752,03



Para o período de programação 2014-2020, a Região beneficia também de um financiamento do Fundo de Coesão, integrado no Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), no Eixo Prioritário 3 –Proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos, objetivo específico 1. Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem.

No sentido de colmatar as atuais carências do sistema de gestão de resíduos do Grupo Oriental de ilhas do arquipélago, e em especial da Ilha de São Miguel, e de encontrar uma solução de futuro para longo prazo, será desenvolvido um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos



Urbanos suportado por uma visão de sustentabilidade económica, social e ambiental denominado por "Ecoparque da Ilha de São Miguel".

Atendendo a que o custo total elegível deste projeto é superior a 50 milhões de euros, o mesmo constitui um Grande Projeto, nos termos do artigo 100.º do Regulamento (CE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, sendo que a decisão de aprovação é proferida pela Comissão Europeia, nos termos do artigo 102.º do citado regulamento comunitário.

Ponto de Situação a 31-12-2020

Projetos aprovados (n.º)	Investimento Elegível aprovado	Fundo aprovado	Investimento Elegível executado	Fundo executado	Unidade: Euros
					Pagamentos
1	77.635.337,47	65.990.036,85	6.921.215,01	6.062.494,13	6.062.494,13



Para o período de programação 2014-2020, a Região beneficia de um financiamento do Fundo de Coesão, integrado no Programa Operacional Temático de Inclusão Social e Emprego (POISE), especificamente no Eixo II – Iniciativa de Emprego Jovem.

A Iniciativa Emprego Jovem (IEJ) tem como objetivo apresentar uma oferta de qualidade de emprego, educação, formação ou estágio aos jovens entre os 15 e os 29 anos, não integrados no mercado de trabalho, nem em qualquer sistema de educação e formação (NEET), nos quatro meses subsequentes ao início de um ciclo de desemprego ou inatividade. A criação da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) foi acordada em 2013, como resposta aos níveis excecionalmente elevados de desemprego jovem na UE, a fim de prestar apoio específico aos jovens sem emprego, que não frequentem programas de estágio ou sistemas de ensino ou de formação e que residam em regiões com taxas de desemprego jovem superiores a 25 %, em 2012.

Ponto de Situação a 31-12-2020

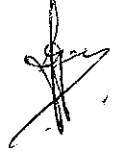
Unidade: Euros

Projetos aprovados (n.º)	Investimento Elegível aprovado	Fundo aprovado	Investimento Elegível executado	Fundo executado	Pagamentos
8	27.588.546,54	25.381.462,82	20.019.190,34	18.417.072,43	19.733.623,88



Os apoios do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) são operacionalizados na Região através de um programa operacional de âmbito nacional designado por MAR 2020, que tem por objetivo a implementação das medidas de apoio enquadradas no FEAMP no âmbito das seguintes Prioridades da União Europeia:

- Prioridade 1- Promover uma pesca ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento;
- Prioridade 2- Promover uma aquicultura ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento;
- Prioridade 3- Fomentar a execução da PCP;



Prioridade 4- Aumentar o emprego e a coesão territorial;

Prioridade 5- Promover a comercialização e a transformação dos produtos da pesca e da aquicultura;

Prioridade 6 - Fomentar a execução da Política Marítima Integrada.

A dotação indicativa do FEAMP alocada aos Açores para o período de programação 2014-2020 totaliza 73,8 milhões de euros, correspondendo a cerca de 19% da verba alocada a Portugal. Desta verba, 34,1 milhões já têm alocação pré-definida e referem-se a medidas específicas que, até 2014, tinham linhas de financiamento autónomas. Aquela verba destina-se, maioritariamente, ao financiamento do regime de compensação dos custos suplementares suportados pelos operadores dos Açores nas atividades de pesca, cultura, transformação e comercialização de certos produtos da pesca e da aquicultura (regime vulgarmente designado por POSEI-PESCAS), com uma dotação de 30,7 milhões de euros, que corresponde a um aumento de 51% face ao período de programação 2007-2013.

Deste modo, destinar-se-ão ao financiamento das medidas comparáveis com o período de programação 2007-2013 (PROPESCAS) cerca de 39,7 milhões de euros para apoio ao desenvolvimento sustentável das pescas, ao desenvolvimento sustentável da aquicultura, ao desenvolvimento sustentável das zonas de pesca, a medidas de comercialização e transformação de produtos da pesca e aquicultura e à assistência técnica ao programa.

Os Açores poderão ainda beneficiar do apoio para medidas relativas à Política Marítima Integrada e ao controlo e execução da Política Comum de Pescas, cuja gestão será centralizada a nível nacional (não existindo, assim, verbas pré-alocadas por região), tendo, designadamente, em atenção as competências exercidas regionalmente naqueles âmbitos e as operações que estão a ser planeadas a nível nacional e regional. Também neste caso, e até 2014, estas medidas tinham linhas de financiamento autónomas.

A operacionalização do MAR 2020 foi consideravelmente atrasada pela aprovação tardia da regulamentação comunitária e do Programa Operacional. No primeiro semestre de 2016 procedeu-se, a nível nacional e regional, à definição dos critérios de seleção das operações (passo essencial para a regulamentação dos regimes de apoio) e respetiva aprovação pelo Comité de Acompanhamento do MAR 2020 e à publicação de regulamentação definidora de diversos procedimentos de gestão.

Ponto de Situação a 31-12-2020

Unidade: Euros

Projetos aprovados (n.º)	Investimento Elegível aprovado	Fundo aprovado	Investimento Elegível executado	Fundo executado	Pagamentos
--------------------------	--------------------------------	----------------	---------------------------------	-----------------	------------

2.704	63.828.341,33	49.956.703,11	39.503.329,70	35.983.095,85	35.983.095,85
-------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------



INTERREG V A - MAC (Madeira – Açores - Canárias) 2014-2020

O Programa de Cooperação INTERREG V A Espanha-Portugal MAC, para o período de programação 2014-2020, foi aprovado, pela Comissão Europeia, a 3 de junho de 2015 e conta com um orçamento de 130 milhões de euros (85% financiado pelo FEDER, dos quais 11,6 milhões de euros destinam-se a beneficiários localizados na Região Autónoma dos Açores. A 17 de outubro de 2017, a CE aprovou um aumento do financiamento do Programa que passa a contar com um orçamento total de cerca de 149 milhões de euros (126,5 milhões de euros FEDER).

Neste Programa, participam também os países terceiros de Cabo Verde, Senegal e Mauritânia, com o objetivo de aumentar o espaço natural de influência socioeconómica e cultural e as possibilidades de cooperação entre as Regiões.

O Programa prevê o desenvolvimento de operações nas seguintes temáticas: valorização do conhecimento e da inovação, bem como a sua capacidade de integração em redes de conhecimento, melhoria da competitividade das PME, adaptação às alterações climáticas e a prevenção de riscos, proteção do meio ambiente e a eficiência de recursos e a capacidade institucional e eficiência da administração pública.

No ano de 2016, foi lançada a 1.ª convocatória para apresentação de projetos que decorreu de 1 de fevereiro a 31 de março, tendo sido posto a concurso metade da dotação FEDER disponível no Programa.

A 8 de novembro de 2016 foi realizado o 1.º Comité de Gestão do Programa com o intuito de analisar e aprovar os projetos apresentados pelas entidades sedeadas no espaço de cooperação, resultando para os Açores a participação em 35 projetos nos cinco eixos prioritários com um FEDER aprovado de 6 milhões de euros.

Durante o ano 2018, foi lançada a 2.ª convocatória para apresentação de projetos, que decorreu até 31 de outubro, tendo sido aprovados os projetos em junho de 2019. Nesta convocatória, verificou-se a participação de entidades açorianas em 42 projetos aprovados, distribuídos pelos cinco eixos prioritários e com um montante FEDER aprovado de 5,8 milhões de euros.

Ponto de Situação a 31-12-2020

Unidade: Euros

Projetos aprovados (n.º)	investimento aprovado	Fundo aprovado	investimento Elegível executado	Fundo executado	Pagamentos
77	13.875.848,11	11.794.470,89	4.329.613,01	3.680.171,05	2.550.876,04


REACT-EU

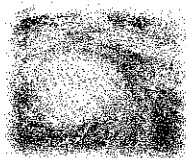
O REACT-EU *Recovery Assistance for Cohesion and the Territories of Europe*, em português designado por Assistência de Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa) é uma iniciativa que dá continuidade e alarga as medidas de resposta a situações de crise constantes da Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus (CRII) e da Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus+ (CRII+). Contribuirá para uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia e foi instituída pelo Regulamento (UE) n.º 2020/2221 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de dezembro, alterando o Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro.

O pacote REACT-EU será disponibilizado ao FEDER e ao FSE, 2014-2020, bem como ao FEAD. Estes fundos adicionais serão disponibilizados em 2021-2022, a partir do instrumento *Next Generation EU* e já em 2020, através de uma revisão específica do atual quadro financeiro.

Esta iniciativa proporcionará um financiamento adicional aos setores mais importantes da economia e que são cruciais para estabelecer a base para uma recuperação sólida. No caso do FEDER, os recursos adicionais devem ser utilizados principalmente para apoiar o investimento em produtos e serviços de saúde, apoio ao fundo de maneiio ou apoio ao investimento das PME, a investimentos que contribuam para a transição para uma economia digital e verde, a investimentos nas infraestruturas de prestação de serviços básicos aos cidadãos e nas medidas económicas nas regiões mais dependentes dos setores mais afetados pela crise.

Para o FSE, os recursos adicionais devem ser utilizados principalmente para apoiar a manutenção do emprego, apoiar a criação de novos empregos, em particular para pessoas em situações mais vulneráveis, medidas de emprego jovem, educação e formação, desenvolvimento de competências, em particular para apoiar a dupla transição verde e digital e para melhorar o acesso aos serviços sociais de interesse geral, inclusive para crianças.

Através deste novo instrumento financeiro REACT-EU, a RAA dispõe de um reforço de 118 milhões de euros, a preços correntes, encontrando-se em preparação a reprogramação do PO Açores 2020 (programação REACT-EU).



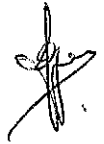
**FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA –
FURACÃO LORENZO**

O Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) foi criado na sequência das cheias devastadoras que assolaram a Europa Central no Verão de 2002, enquanto meio de expressão da solidariedade europeia para com a população das regiões da UE afetadas por grandes catástrofes naturais através do financiamento de operações de emergência e de recuperação.

Na sequência da passagem do furacão *Lorenzo* pela Região Autónoma dos Açores, em outubro de 2019, que causou elevados danos e prejuízos, em novembro desse ano o Estado Português solicitou à Comissão Europeia uma contribuição financeira do FSUE com vista ao financiamento de operações de emergência e de recuperação destinadas a restabelecer o funcionamento das infraestruturas e equipamentos no domínio dos transportes, e que foi aprovada pela Comissão Europeia através da Decisão n.º C (2020) 4713, de 7 de julho, correspondendo a um cofinanciamento de 8 212 697 euros, já transferido para a Região, em julho de 2020.

A contribuição financeira concedida ao abrigo do FSUE a um Estado-Membro é executada no âmbito de um procedimento de gestão partilhada, tendo a Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais (DRPFE) sido designada como organismo responsável pela coordenação do FSUE na Região, assegurando a gestão e o controlo das operações de emergência e de recuperação apoiadas por este fundo.

A candidatura apresentada pelo beneficiário do FSUE - Portos dos Açores S.A. (intervenção para proteção de emergência ao terraplano portuário e cais -5m (zm) do porto das Lajes das Flores, no âmbito dos prejuízos decorrentes do furacão *Lorenzo*), no valor de 18 626 874 euros, foi aprovada pela DRPFE, em dezembro de 2020.

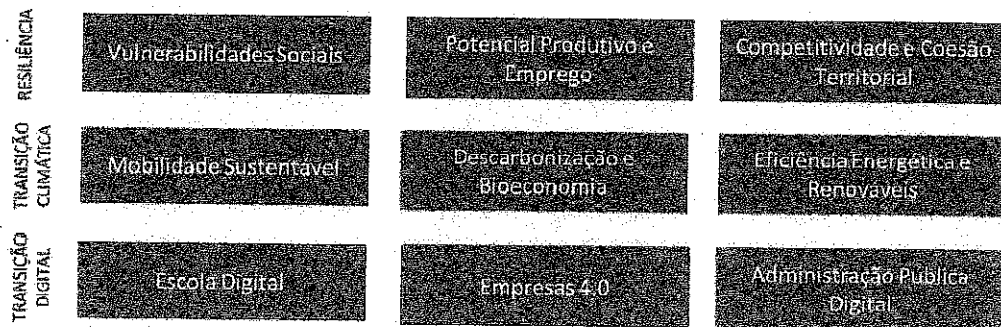


PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA 2021-2026

O Plano de Recuperação e Resiliência nacional (PRR) será financiado pelo Mecanismo Europeu de Recuperação e Resiliência, disponível no âmbito do *Next Generation EU*, que tem como propósito apoiar a concretização de investimentos e reformas que capacitem as economias dos Estados-Membros, tornando-as mais resilientes e mais bem preparadas para o futuro.

A conceção do PRR sustentou-se nas estratégias e políticas nacionais e regionais, inserindo-se no quadro de resposta europeia e alinhando-se com a prioridade europeia conferida às transições climática e digital.

Assim, o PRR estrutura-se em três dimensões – a resiliência, a transição climática e a transição digital –, que por sua vez se desenvolvem em nove roteiros para a retoma do crescimento sustentável e inclusivo.



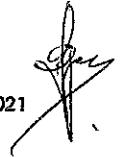
A dimensão da Resiliência pretende estimular uma retoma consequente, inclusiva e duradoura face a um severo choque exógeno, com bases robustas que preparem o país e as regiões para choques futuros. Engloba investimentos em três prioridades refletidas nos roteiros referentes às Vulnerabilidades Sociais, Potencial Produtivo e Emprego;

A dimensão da Transição Climática desenvolve-se essencialmente ao nível da mitigação, visando reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) para a atmosfera. Contempla investimentos em três prioridades incluídas nos roteiros relativos à Mobilidade Sustentável, Descarbonização e Bioeconomia, e Eficiência Energéticas e Renováveis;

A dimensão da Transição Digital reconhece que existem constrangimentos a ultrapassar nesta área, designadamente quanto à capacitação para a digitalização, e para assegurar uma aceleração da transição para uma economia e sociedade mais digitalizadas. Concentra, assim, investimentos em três prioridades traduzidas nos roteiros da Escola Digital, Empresas 4.0 e Administração Pública Digital.



O PRR inclui onze investimentos da RAA, num investimento global que ascende a 580 milhões de euros, inseridos nas três dimensões mencionadas, abrangendo os roteiros das Vulnerabilidades Sociais, Potencial Produtivo e Emprego, Competitividade e Coesão Territorial, Eficiência Energética e Renováveis, Escola Digital e Administração Pública Digital.



PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2021-2027

A pandemia da COVID-19 teve como consequência atrasar os trabalhos preparatórios para o próximo período de programação. As instituições da União Europeia, bem como as nacionais em cada Estado-Membro, foram condicionadas pelas emergências decorrentes das consequências da pandemia, em termos da preparação de respostas políticas, económicas e financeiras. Apesar do quadro global de apoios estar estabilizado, a sua materialização em programas operacionais ainda não está concretizada.

O novo quadro da política de coesão propõe cinco objetivos principais que irão nortear os investimentos da União Europeia, em 2021-2027, e que integram vários objetivos específicos:

1. Uma Europa mais inteligente

- 1.1. Reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas;
- 1.2. Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e os governos;
- 1.3. Reforçar o crescimento e a competitividade das PME;
- 1.4. Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo.

2. Uma Europa mais verde, hipocarbónica e resiliente

- 2.1. Promover medidas de eficiência energética;
- 2.2. Promover as energias renováveis;
- 2.3. Desenvolver sistemas, redes e formas de armazenamento energéticos inteligentes a nível local;
- 2.4. Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a resiliência a catástrofes;
- 2.5. Promover a gestão sustentável da água;
- 2.6. Promover a transição para uma economia circular;
- 2.7. Reforçar a biodiversidade, as infraestruturas verdes no ambiente urbano e reduzir a poluição.

3. Uma Europa mais conectada

- 3.1. Reforçar a conectividade digital;

- 3.2. Desenvolver uma RTE-T sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura e intermodal;
- 3.3. Desenvolver uma mobilidade nacional, regional e local sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal incluindo melhorando o acesso à RTE-T e a mobilidade transfronteiras;
- 3.4. Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável.

4. Uma Europa mais social

- 4.1. Reforçar a eficácia dos mercados de trabalho e do acesso a empregos de qualidade, através do desenvolvimento da inovação social e das infraestruturas;
- 4.2. Melhorar o acesso a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas;
- 4.3. Aumentar a integração socioeconómica de comunidades marginalizadas, dos migrantes e dos grupos desfavorecidos, através de medidas integradas, incluindo habitação e serviços sociais;
- 4.4. Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde através do desenvolvimento de infraestruturas incluindo cuidados de saúde primários.

5. Uma Europa mais próxima dos cidadãos

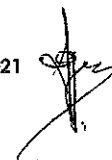
- 5.1. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado, o património cultural e a segurança nas zonas urbanas.

No caso da programação operacional, os financiamentos deverão concentrar-se no primeiro e no segundo objetivo, com um peso relativo no total entre 65% a 85% dos recursos do FEDER e do Fundo de Coesão.

O método de alocação dos fundos está ancorado fortemente no nível do PIB per capita, medido em paridades de poder de compra. Porém, novos critérios serão também tidos em conta (desemprego jovem, baixa escolaridade, mudança climática e acolhimento e integração de migrantes) com o objetivo de refletir a realidade territorial. As Regiões Ultraperiféricas continuarão a beneficiar de um apoio específico.

A política europeia de coesão continuará a abranger todas as regiões, com base em três categorias - menos desenvolvidas, em transição e mais desenvolvidas.

A dimensão urbana da política de coesão é reforçada com 6% do FEDER dedicado ao desenvolvimento urbano sustentável e um novo programa de criação de redes e capacitação para as autoridades urbanas, a Iniciativa Urbana Europeia.



A Comissão Europeia, após debate interno e promoção de alguns estudos, adota uma estratégia de maior simplificação na aplicação da legislação e regulamentação aplicável, com regras menos complexas e mais claras.

O novo quadro comunitário oferecerá menos burocracia, introduzindo novas formas de participação de despesas, através dos designados "custos simplificados". Um único documento com regras aplicáveis abrangerá os sete fundos da UE ("gestão compartilhada").

As auditorias e o controlo externo serão adequados em função do nível de risco, com propostas mais aligeiradas para programas com "bom histórico". É proposto também maior dependência dos sistemas nacionais de controlo e auditoria e a aplicação do princípio da "auditoria única", para evitar duplicação de verificações.

Ao nível da gestão está prevista uma revisão intercalar dos programas, a qual determinará a possibilidade de alteração nos últimos dois anos do período de financiamento, com base nas prioridades emergentes, no desempenho dos programas e nas mais recentes recomendações específicas.

Dentro de certos limites, a transferência de recursos será possível dentro dos programas sem a necessidade de uma aprovação formal da Comissão. Uma disposição específica facilita a mobilização de financiamento da EU, desde o primeiro dia, em caso de desastre natural.

A cooperação inter-regional e transfronteiriça será facilitada pela nova possibilidade de uma região usar partes de sua própria alocação para financiar projetos em qualquer lugar da Europa em conjunto com outras regiões.

Todos os programas terão de evidenciar uma estrutura de indicadores para aferir o respetivo desempenho, com apresentação de metas quantificáveis.

O novo quadro comunitário introduz uma análise anual do desempenho, sob a forma de um diálogo entre as autoridades de gestão dos programas operacionais e os serviços da Comissão Europeia.

Para uma maior transparência e para que os cidadãos possam acompanhar os progressos alcançados, os Estados-Membros terão de comunicar todos os dados de implementação a cada dois meses e uma Plataforma de Dados Abertos da Coesão será atualizada automaticamente.

A Comissão Europeia volta a insistir na utilização de instrumentos financeiros, para o próximo período, argumentando que estes têm um efeito de alavancagem e estão mais próximos do mercado.

É dada maior ênfase à necessidade de comunicar melhor os resultados positivos da política de coesão.



A Comissão Europeia irá solicitar a todos os Estados-Membros e autoridades regionais e locais com intervenção e/ou benefício dos fundos comunitários um maior esforço de comunicação para melhorar a visibilidade da política de coesão. Simultaneamente, a comunicação sobre projetos financiados pela UE é simplificada, com uma marca única que abrange todos os diferentes fundos da UE, um portal único com todos os fundos disponíveis para as empresas e uma base de dados de projetos única gerida pela Comissão.



ANEXOS

- ◆ Desagregação por Objetivo
- ◆ Desagregação por Entidade Executora
- ◆ Desagregação por Ilha

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Executora

Euro

Entidade	Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL	953 785 041	732 375 489	221 409 552
PGR	1 550 000	1 550 000	
VPG	62 757 073	62 757 073	
SRFPAP	74 793 190	58 372 290	16 420 900
SRE	21 690 515	21 265 515	425 000
SRSD	61 475 686	61 475 686	
SRADR	121 140 973	60 222 782	60 918 191
SRMP	42 249 666	27 249 666	15 000 000
SRCCTD	18 691 195	16 805 074	1 886 121
SRAAC	15 737 342	15 637 342	100 000
SRTTE	324 434 124	260 838 053	63 596 071
SRJQPE	114 474 647	52 100 578	62 374 069
SROPC	94 790 630	94 101 430	689 200

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Executora

Unid.: euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL				1 550 000	1 550 000	0
1	INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E COOPERAÇÃO EXTERNA			1 550 000	1 550 000	0
1	1	Apoio aos Media		1 077 500	1 077 500	0
1	1	1	Programa de Apoio à Comunicação Social	850 000	850 000	0
1	1	2	Plataforma Eletrónica de Comunicação com o Cidadão	100 000	100 000	0
1	1	3	Financiamento de obrigações de serviço público de notícias e de televisão	127 500	127 500	0
1	2	Jornal Oficial		50 000	50 000	0
1	2	1	Acesso a base de dados jurídicos	50 000	50 000	0
1	3	Coordenação da Atividade Governativa		72 500	72 500	0
1	3	1	Relações com entidades governamentais externas e com outras entidades	72 500	72 500	0
1	4	Relações com o atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores		136 650	136 650	0
1	4	1	Centralidade Atlântica	20 000	20 000	0
1	4	2	Formação e mobilidade regional e internacional	64 650	64 650	0
1	4	3	HEXAGONE	20 000	20 000	0
1	4	4	Ilhas de Inovação	12 000	12 000	0
1	4	5	INTEGRA	20 000	20 000	0
1	5	Os Açores no Espaço Europeu		213 350	213 350	0
1	5	1	Relações transnacionais, inter-regionais e com as instituições europeias	137 350	137 350	0
1	5	2	Açores na Europa	71 000	71 000	0
1	5	3	Promoção dos Valores e Cidadania Europeia	5 000	5 000	0
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL				62 757 073	62 757 073	0
2	SOLIDARIEDADE, IGUALDADE, HABITAÇÃO, PODER LOCAL E COMUNIDADES			62 757 073	62 757 073	0
2	1	Apoio à Infância e Juventude		3 325 296	3 325 296	0
2	1	1	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude	839 658	839 658	0
2	1	2	Defesa e Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens	100 000	100 000	0
2	1	3	Reabilitação e requalificação de creches e Centro de Atividades de Tempos Livres	175 412	175 412	0
2	1	4	Rede de Amas	60 100	60 100	0
2	1	5	Construção da Creche em Santo António - Associação para o Desenvolvimento, em Ponta Delgada (São Miguel)	150 000	150 000	0
2	1	6	Obras de beneficiação do infantário "O Carrocel" - Associação dos Funcionários da Administração Regional da Ilha Terceira, em Angra do Heroísmo	844 000	844 000	0
2	1	7	Ampliação da Creche da Maia - Casa do Povo da Maia, na Ribeira Grande (São Miguel)	155 500	155 500	0
2	1	8	Adaptação de edifício e aquisição de terreno para apoio à creche Coriscólandia - Kairos em Ponta Delgada (São Miguel)	70 000	70 000	0
2	1	9	Construção de Centro de Atividades de Tempos Livres na Candelária - Associação de Juventude da Candelária em Ponta Delgada (São Miguel)	20 000	20 000	0
2	1	10	Substituição da cobertura do edifício e pintura interior da creche "A Pequenada" - Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (São Miguel)	55 504	55 504	0

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
2	1	11	Adaptação de edifício para Centro de Atividades de Tempos Livres de Santa Maria - Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto (Santa Maria)	530 122	530 122	0
2	1	12	Requalificação da Creche o Girassol - Centro de Bem Estar Social da Paróquia de Santa Cruz das Flores (Flores)	25 000	25 000	0
2	1	13	Reforço das respostas da rede de creches e CATL entre as freguesias de S. Bartolomeu e Altares	300 000	300 000	0
2	1	14	Adaptação de estruturas existentes para criação de Pontos de Apoio ao Estudo	0	0	0
2	2	Apoio à Família, Comunidade e Serviços		7 584 477	7 584 477	0
2	2	1	Apoio especializado ao desenvolvimento e requalificação da rede de equipamentos sociais e programas sociais dos Açores	60 000	60 000	0
2	2	2	CEDO - Complemento Especial para o Doente Oncológico	850 000	850 000	0
2	2	3	Apoios para combate à pandemia Covid-19	4 000 000	4 000 000	0
2	2	4	Requalificação da casas dos doentes deslocados nos Açores	50 000	50 000	0
2	2	5	Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios e equipamentos de apoio à Comunidade e dos Serviços da Segurança Social	505 452	505 452	0
2	2	6	Criação do Centro de Acolhimento da Horta - Santa Casa da Misericórdia da Horta (Faial)	40 025	40 025	0
2	2	7	Modernização do parque de viaturas das IPSS e Misericórdias	1 200 000	1 200 000	0
2	2	8	Construção do Centro Intergeracional de Santo Antão - Centro Paroquial e Social de Santo Antão na Calheta (São Jorge)	75 000	75 000	0
2	2	9	Construção do Edifício Intergeracional da Feteira da Horta - 2ª Fase - Casa do Povo da Feteira na Horta (Faial)	504 000	504 000	0
2	2	10	Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo - 2ª Fase - Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo (São Miguel)	70 000	70 000	0
2	2	11	Criação do Centro de Acolhimento Temporário na Urzelina - Instituto de Santa Catarina (São Jorge)	200 000	200 000	0
2	2	12	Reabilitação do infântário "Arco-Íris" da SCM das Lajes do Pico	30 000	30 000	0
2	3	Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais		6 356 737	6 356 737	0
2	3	1	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência	1 588 737	1 588 737	0
2	3	2	Construção do Centro de Atividades de Tempos Livres Inclusivo e de Centro de Dia Especializado - Lajes das Flores	45 000	45 000	0
2	3	3	Adaptação de Edifício a Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial - Santa Casa da Misericórdia da Horta (Faial)	25 000	25 000	0
2	3	4	Criação do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade - Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (Terceira)	235 000	235 000	0
2	3	5	Reabilitação de edifício para Centro de Apoio à Deficiência - Aurora Social em Ponta Delgada (São Miguel)	1 403 000	1 403 000	0
2	3	6	Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel	2 600 000	2 600 000	0
2	3	7	Construção do Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais na Lagoa - 1ª Fase - Santa Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa (São Miguel)	215 000	215 000	0
2	3	8	Construção do Centro de Atividades Ocupacionais da Zona Norte de Ponta Delgada - Associação de Desenvolvimento e Promoção de Santa Bárbara em Ponta Delgada (São Miguel)	60 000	60 000	0
2	3	9	Construção do Centro de Atividades Ocupacionais no Pico - Santa Casa da Misericórdia da Madalena (Pico)	25 000	25 000	0
2	3	10	Adaptação de Imóvel a Lar Residencial em Santa Maria - Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto	160 000	160 000	0
2	4	Apoio a Idosos		4 161 635	4 161 635	0
2	4	1	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos	648 875	648 875	0
2	4	2	Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa	118 000	118 000	0
2	4	3	Rede de Cuidados Continuados dos Açores	1 100 000	1 100 000	0
2	4	4	Idosos em casa "Novos Idosos"	719 760	719 760	0
2	4	5	Criação da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (São Miguel)	600 000	600 000	0



Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
2	4	6	Remodelação e ampliação do Lar de Idosos da Praia da Graciosa - Santa Casa da Misericórdia da Praia da Graciosa (Graciosa)	35 000	35 000	0
2	4	7	Ampliação e requalificação da Casa de Repouso João Inácio de Sousa, nas Velas (São Jorge)	300 000	300 000	0
2	4	8	Construção do Centro de Convívio de Castelo Branco - Casa do Povo de Castelo Branco (Faial)	25 000	25 000	0
2	4	9	Ampliação do Centro de Dia da Conceição - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial	5 000	5 000	0
2	4	10	Reabilitação da Estrutura Residencial para Idosos - Santa Casa da Misericórdia do Nordeste (São Miguel)	50 000	50 000	0
2	4	11	Ampliação do Centro de Alojamento temporário da Madalena - Santa Casa da Misericórdia da Madalena (Pico)	100 000	100 000	0
2	4	12	Reconstrução e Ampliação de ERPI para Criação de valência de Centro de Alojamento Temporário em São Roque do Pico - Santa Casa da Misericórdia de São Roque do Pico	300 000	300 000	0
2	4	13	Reabilitação e adaptação à função do centro social e paroquial de Nossa senhora da Luz - Graciosa	35 000	35 000	0
2	4	14	Projeto de construção da estrutura residencial para idosos na freguesia das Furnas	50 000	50 000	0
2	4	15	Projeto instalação de valência de cuidados continuados no Lar D. Pedro V, Praia da Vitória	75 000	75 000	0
2	5	Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza		12 533 719	12 533 719	0
2	5	1	Projetos de intervenção social de carácter inovador e experimental	290 000	290 000	0
2	5	2	Campanhas de sensibilização para a promoção da inclusão de minorias sujeitas a discriminações múltiplas	62 000	62 000	0
2	5	3	Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de crianças e jovens	272 235	272 235	0
2	5	4	Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de idosos	140 000	140 000	0
2	5	5	Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade	220 000	220 000	0
2	5	6	Projetos de intervenção social vocacionados para a reabilitação e promoção da inclusão de públicos em situação de grave exclusão social	401 375	401 375	0
2	5	7	Criação de estruturas multidisciplinares com intervenção técnica especializada	360 182	360 182	0
2	5	8	Apoio técnico e capacitação das IPSS	204 000	204 000	0
2	5	9	Fundo Regional de Ação Social	7 700 000	7 700 000	0
2	5	10	Medidas de combate à pobreza	758 927	758 927	0
2	5	11	Garantir a igualdade de oportunidades a jovens de famílias carenciadas, na permanência no ensino superior - Propinas	85 000	85 000	0
2	5	12	COMPAMID	2 020 000	2 020 000	0
2	5	13	Sénior Ativo	20 000	20 000	0
2	6	Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional		9 871 986	9 871 986	0
2	6	1	Promoção e apoio à habitação própria e a custos controlados	216 011	216 011	0
2	6	2	Operações urbanísticas e reabilitação de Infraestruturas habitacionais	1 104 280	1 104 280	0
2	6	3	Reabilitação do parque habitacional da Região	2 139 874	2 139 874	0
2	6	4	Programa "Casa Renovada, Casa Habitada" e combate à infestação por térmitas	5 169 246	5 169 246	0
2	6	5	Salvaguarda habitacional em zonas de risco	300 000	300 000	0
2	6	6	Operações de inserção e reintegração social	292 575	292 575	0
2	6	7	Empreitada de conclusão Infraestruturas de Trás-os-Montes, Ribeira Grande	300 000	300 000	0
2	6	8	Recuperação de habitações nos bairros do Aeroporto - Ilha de Santa Maria	350 000	350 000	0
2	7	Arrendamento Acessível e Cooperação		10 395 930	10 395 930	0



Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
2	7	1	Incentivo e apoio ao arrendamento	3 298 294	3 298 294	0
2	7	2	Construção/arrendamento de fogos para arrendamento/subarrendamento apoiado	3 122 128	3 122 128	0
2	7	3	Cooperação com autarquias - acordos de colaboração IHRU/RAA/municípios	3 656 383	3 656 383	0
2	7	4	Condomínios e seguros	319 125	319 125	0
2	8	Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica		381 328	381 328	0
2	8	1	Reabilitação, conservação e manutenção de instalações	275 010	275 010	0
2	8	2	Adequação e Adaptação Tecnológica dos Serviços	106 318	106 318	0
2	9	Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo		2 233 000	2 233 000	0
2	9	1	Apoio à reabilitação em habitações danificadas pela intempérie	65 559	65 559	0
2	9	2	Intempérie Lorenzo - Apoio à recuperação de Infraestruturas e equipamentos municipais	2 167 441	2 167 441	0
2	10	Cooperação com os Municípios		1 177 459	1 177 459	0
2	10	1	Cooperação Técnica com os Municípios	60 120	60 120	0
2	10	2	Cooperação Financeira com os Municípios	1 085 338	1 085 338	0
2	10	3	Eleições	32 001	32 001	0
2	11	Cooperação com as Freguesias		680 100	680 100	0
2	11	1	Cooperação Técnica com as Freguesias	35 100	35 100	0
2	11	2	Cooperação Financeira com as Freguesias	620 000	620 000	0
2	11	3	Colaboração técnica e financeira com a Associação de Freguesias dos Açores (ANAFRE Açores)	25 000	25 000	0
2	12	Emigrado e Regressado		63 020	63 020	0
2	12	1	Inclusão e Intervenção Social	2 720	2 720	0
2	12	2	Cooperação	53 800	53 800	0
2	12	3	Participação Ativa na Diáspora	5 000	5 000	0
2	12	4	Iniciativas de Promoção da Integração	1 500	1 500	0
2	13	Identidade Cultural e Açorianidade		171 550	171 550	0
2	13	1	Juventude e Açorianidade	1 500	1 500	0
2	13	2	Resgate, Preservação e Divulgação da Identidade Cultural Açoriana	36 000	36 000	0
2	13	3	Cooperação	100 550	100 550	0
2	13	4	Relacionamento Açores/ Comunidades/ Açores/ Açores e Afirmação da Açorianidade	33 500	33 500	0
2	13	5	Promoção dos Açores e Sua Diáspora no Mundo	0	0	0
2	14	Imigrado e Interculturalidade		120 430	120 430	0
2	14	1	Integração e Educação Intercultural	10 000	10 000	0
2	14	2	Cooperação	28 500	28 500	0
2	14	3	Iniciativas de Promoção da Integração, Diversidade e Interculturalidade	2 888	2 888	0
2	14	4	Regions for Migrants and Refugees Integration	79 042	79 042	0
2	15	Aerogare Civil das Lajes		3 700 406	3 700 406	0

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
2	15	1	Conservação, manutenção e apetrechamento	2 545 000	2 545 000	0
2	15	2	Construção do Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes	1 155 406	1 155 406	0
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				74 793 190	58 372 290	16 420 900
3	COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			74 793 190	58 372 290	16 420 900
3	1	Competitividade Empresarial		65 175 000	50 175 000	15 000 000
3	1	1	Sistemas de Incentivos à competitividade empresarial	45 000 000	45 000 000	0
3	1	2	Fomento do empreendedorismo	150 000	150 000	0
3	1	3	Instrumentos Financeiros	2 000 000	2 000 000	0
3	1	4	Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário	25 000	25 000	0
3	1	5	Recapitalização das empresas	15 000 000	0	15 000 000
3	1	6	Linha COVID 19-Fundo Contragarantia	3 000 000	3 000 000	0
3	2	Emprego e Qualificação Profissional		50 000	50 000	0
3	2	1	Formação Profissional (CEFAPA)	50 000	50 000	0
3	3	Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional		608 451	608 451	0
3	3	1	Modernização e Reforma da Administração Pública Regional	100 000	100 000	0
3	3	2	Sistema Integrado de Gestão da Administração Regional dos Açores	150 000	150 000	0
3	3	3	Promoção da Qualidade nos Serviços da Administração Pública Regional	25 000	25 000	0
3	3	4	Desmaterialização de processos	50 000	50 000	0
3	3	5	Rede Integrada de Gestão de Processos na Administração Pública - Açores/Cabo Verde 2020 (RIGPAP-ACV) - Projeto MAC2-S.11A-357	133 451	133 451	0
3	3	6	Central de serviços partilhados da Ilha de Santa Maria	100 000	100 000	0
3	3	7	Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência	50 000	50 000	0
3	3	8	APR + Acessível, Inclusiva e Aberta	0	0	0
3	3	9	APR + Apta para o futuro	0	0	0
3	4	Eficiência no Serviço Público ao Cidadão		2 520 900	1 100 000	1 420 900
3	4	1	Rede Integrada de Apoio ao Cidadão	2 520 900	1 100 000	1 420 900
3	5	Serviços Sociais		173 400	173 400	0
3	5	1	Serviços de apoio aos funcionários públicos	173 400	173 400	0
3	6	Estatística		115 439	115 439	0
3	6	1	Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística Oficial	50 000	50 000	0
3	6	2	ECOMAC MAC/5.1a/004	41 939	41 939	0
3	6	3	MEDECOAZUL MAC 2/5.11a/232	10 000	10 000	0
3	6	4	Estatísticas Oficiais para uma Cidadania Inclusiva	13 500	13 500	0
3	7	Planeamento e Finanças		6 150 000	6 150 000	0
3	7	1	Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais	275 000	275 000	0
3	7	2	Património Regional	400 000	400 000	0

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
3	7	3	Reestruturação do Sector Público Regional	25 000	25 000	0
3	7	4	Coesão Regional	3 200 000	3 200 000	0
3	7	5	Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores	1 200 000	1 200 000	0
3	7	6	Novo Regime de Administração Financeira	1 050 000	1 050 000	0
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO				21 690 515	21 265 515	425 000
4	EDUCAÇÃO			21 690 515	21 265 515	425 000
4	1	Construções Escolares		745 000	320 000	425 000
4	1	1	Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da R.A.A.	200 000	200 000	0
4	1	2	Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º ciclo (DLR 32/2002/A, de 8 agosto)	430 000	5 000	425 000
4	1	3	Assistência técnica e fecho financeiro	115 000	115 000	0
4	2	Equipamentos Escolares		988 040	988 040	0
4	2	1	Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário	838 040	838 040	0
4	2	2	Quilosques eletrónicos escolares	150 000	150 000	0
4	3	Apoio Social		9 320 000	9 320 000	0
4	3	1	Apoio Social	9 200 000	9 200 000	0
4	3	2	Atribuição de produtos de apoio para alunos portadores de deficiência	120 000	120 000	0
4	4	Apoio às Instituições de Ensino Privado e formação		3 750 000	3 750 000	0
4	4	1	Apoiar as instituições de ensino privado	3 500 000	3 500 000	0
4	4	2	Formação do Pessoal Docente e Não Docente	250 000	250 000	0
4	5	Escolas Digitais		2 742 253	2 742 253	0
4	5	1	Projectos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação	347 017	347 017	0
4	5	2	Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias	193 236	193 236	0
4	5	3	Escolas digitais	2 202 000	2 202 000	0
4	6	Projetos pedagógicos		3 876 622	3 876 622	0
4	6	1	Prosucesso - Avaliação externa	40 000	40 000	0
4	6	2	Projetos Educativos	136 622	136 622	0
4	6	3	Prémio de Mérito de Ingresso no Ensino Superior	250 000	250 000	0
4	6	4	Programas ocupacionais	3 150 000	3 150 000	0
4	6	5	Promoção do sucesso educativo e combate ao abandono escolar precoce	300 000	300 000	0
4	7	Atividade Física Desportiva		268 600	268 600	0
4	7	1	Desporto Escolar Açores	268 600	268 600	0
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE E DESPORTO				61 475 686	61 475 686	0
5	SAÚDE, DESPORTO E PROTEÇÃO CIVIL			61 475 686	61 475 686	0
5	1	Parcerias Público-Privadas		12 634 975	12 634 975	0
5	1	1	Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R	12 634 975	12 634 975	0

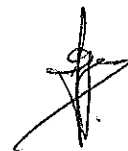
Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
5	2	Apetrechamento e Modernização		1 828 405	1 828 405	0
5	2	1	Equipamentos para Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais	1 828 405	1 828 405	0
5	3	Apoios e Acordos		994 350	994 350	0
5	3	1	Apoios e protocolos com instituições	245 600	245 600	0
5	3	2	Concessão e Gestão do Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores	513 750	513 750	0
5	3	3	Criação do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade	235 000	235 000	0
5	4	Projetos na Saúde		463 000	463 000	0
5	4	1	Plano Regional da Saúde	62 500	62 500	0
5	4	2	Sistema de Qualidade na Saúde	35 500	35 500	0
5	4	3	Política de promoção da saúde e prevenção da doença - Plano Nutrição das Escolas - Alimentação Saudável	20 000	20 000	0
5	4	4	Saúde Mental - Estratégia e Implementação	50 000	50 000	0
5	4	5	Estratégia Regional para a prevenção e controlo do cancro	175 000	175 000	0
5	4	6	Programa de Literacia em Saúde	20 000	20 000	0
5	4	7	Acessibilidades - Deslocação de Doentes	50 000	50 000	0
5	4	8	Rede de Cuidados Paliativos	25 000	25 000	0
5	4	9	Plano de Desenvolvimento de Unidades de Geriatria	25 000	25 000	0
5	5	Recursos Humanos - Investimento e Planeamento		275 000	275 000	0
5	5	1	Capacitar o Serviço Regional de Saúde de Recursos Humanos - Fixação profissionais de Saúde	250 000	250 000	0
5	5	2	Estratégia e Plano para Implementar o Enfermeiro de Família na RAA	25 000	25 000	0
5	6	Tecnologias na Saúde		3 100 000	3 100 000	0
5	6	1	Tecnologias na Saúde	2 600 000	2 600 000	0
5	6	2	Telesaúde (Teleconsulta e telemonitorização)	500 000	500 000	0
5	7	Capacitação do sistema de Saúde		18 500 000	18 500 000	0
5	7	1	Retoma e recuperação da atividade	2 400 000	2 400 000	0
5	7	2	Reforço da capacidade instalada	300 000	300 000	0
5	7	3	Medidas de Combate à Covid-19	14 800 000	14 800 000	0
5	7	4	Vale Saúde	250 000	250 000	0
5	7	5	CIRURGE	750 000	750 000	0
5	8	Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências		1 240 438	1 240 438	0
5	8	1	Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências	1 140 438	1 140 438	0
5	8	2	Requalificação do edifício para a comunidade terapêutica da Vila de Rabo de Peixe	100 000	100 000	0
5	9	Desporto Crianças e Jovens *		2 079 945	2 079 945	0
5	9	1	Promoção da Literacia Motora	272 710	272 710	0
5	9	2	Atividade física para jovens	81 235	81 235	0

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				959 785 041	732 375 489	221 409 552
5	9	3	Escalões de formação	1 583 000	1 583 000	0
5	9	4	Processos especiais de formação dos jovens participantes	143 000	143 000	0
5	10	Atividade Desportiva		5 148 000	5 148 000	0
5	10	1	Atividade associativa	2 308 000	2 308 000	0
5	10	2	Participação competitiva de clubes	2 380 500	2 380 500	0
5	10	3	Alto rendimento	269 500	269 500	0
5	10	4	Programa de apoio extraordinário aos clubes desportivos	190 000	190 000	0
5	11	Atividade Física		126 109	126 109	0
5	11	1	Retoma da atividade física para adultos e cidadãos portadores de deficiência	126 109	126 109	0
5	12	Instalações Desportivas		1 475 000	1 475 000	0
5	12	1	Gestão e funcionamento do parque desportivo regional	950 000	950 000	0
5	12	2	Acesso generalizado às instalações desportivas escolares e outras integradas por protocolos no parque desportivo regional	345 000	345 000	0
5	12	3	Reabilitação do Parque Desportivo Regional	50 000	50 000	0
5	12	4	Reabilitação do estádio de S. Miguel	100 000	100 000	0
5	12	5	Construção de um campo de Padel na Horta, ilha do Faial	30 000	30 000	0
5	13	Iniciativas Transversais às Diferentes Áreas do Desporto		82 000	82 000	0
5	13	1	Promoção do desporto e da atividade física	64 000	64 000	0
5	13	2	Formação técnica	5 000	5 000	0
5	13	3	Modernização	13 000	13 000	0
5	13	4	Digitalização e Simplificação	0	0	0
5	14	Equipamentos e Comunicações		1 599 402	1 599 402	0
5	14	1	Viaturas de Emergência	214 020	214 020	0
5	14	2	Viaturas dos Corpos Bombeiros	75 000	75 000	0
5	14	3	Equipamentos para Serviço Regional Proteção Civil	25 000	25 000	0
5	14	4	Equipamentos para as AHBV	50 000	50 000	0
5	14	5	Radíocomunicações do SRPCBA	534 282	534 282	0
5	14	6	Veículos Tanques de Intervenção Tática	701 100	701 100	0
5	15	Infraestruturas do SRPCBA		5 128 269	5 128 269	0
5	15	1	Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV	30 000	30 000	0
5	15	2	Centro de Formação de Proteção Civil	20 000	20 000	0
5	15	3	Construção do Quartel da AHBV da Povoação	1 901 446	1 901 446	0
5	15	4	Construção do Quartel da AHBV do Faial	2 975 856	2 975 856	0
5	15	5	Ampliação do Quartel da AHBV das Lajes do Pico	90 967	90 967	0
5	15	6	Ampliação da Secção Destacada dos Altares	80 000	80 000	0
5	15	7	Novo Quartel da AHBV do Nordeste	30 000	30 000	0

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
5	16	Protocolos e Apoios		6 640 793	6 640 793	0
5	16	1	CIVISA	300 000	300 000	0
5	16	2	Apoios Transportes Terrestres de Emergência	4 702 793	4 702 793	0
5	16	3	Linha Saude Açores	130 000	130 000	0
5	16	4	Apoios	42 000	42 000	0
5	16	5	Suporte Imediato da Vida	566 000	566 000	0
5	16	6	Pandemia COVID-19	900 000	900 000	0
5	16	7	Fundo de Emergência	0	0	0
5	17	Formação		160 000	160 000	0
5	17	1	Formação Profissionais da SRPCBA	5 000	5 000	0
5	17	2	Formação Profissionais dos Corpos de Bombeiros	100 000	100 000	0
5	17	3	Formação à População	10 000	10 000	0
5	17	4	Sensibilização	45 000	45 000	0
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL				121 140 973	60 222 782	60 918 191
6	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL			121 140 973	60 222 782	60 918 191
6	1	Investigação, Inovação, Capacitação e Competitividade		63 624 230	38 761 167	24 863 063
6	1	1	Inovação e Qualificação das Explorações Agrícolas	14 025 142	6 271 433	7 753 709
6	1	2	Medidas de apoio às produções locais	16 400 000	13 000 000	3 400 000
6	1	3	Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas e Reposição do seu Potencial Produtivo	1 130 871	1 130 871	0
6	1	4	Reforma Antecipada	1 857 500	370 800	1 487 500
6	1	5	Incentivo ao Associativismo	5 000 000	5 000 000	0
6	1	6	Capacitação dos Agricultores e Promoção da Literacia em Produção e Consumo Sustentáveis	18 762	18 762	0
6	1	7	Formação Profissional, Demonstração, Aconselhamento e Divulgação Agrária	2 200 000	2 200 000	0
6	1	8	Inovação e Digitalização da Agricultura dos Açores	12 508	12 508	0
6	1	9	Infraestruturas de apoio para a transição digital	125 994	125 994	0
6	1	10	Fileira do leite e Formação de Preços	26 500	26 500	0
6	1	11	Dinamização dos Mercados	6 500 000	6 500 000	0
6	1	12	Inovação e Qualificação da Indústria Agro-alimentar	14 378 652	2 156 798	12 221 854
6	1	13	Infraestrutura de apoio à segurança alimentar e saúde animal	338 500	338 500	0
6	1	14	Acreditação, Certificação e Gestão dos Produtos de Qualidade dos Açores	509 173	509 173	0
6	1	15	Operacionalização de políticas de desenvolvimento agrícola e rural	903 817	903 817	0
6	1	16	Potenciar o Setor Vitivinícola	40 811	40 811	0
6	1	17	Medidas de apoio ao programa do jovem agricultor	106 000	106 000	0
6	1	18	Ação de Marketing direcionado - Queijo de São Jorge	20 000	20 000	0
6	1	19	Estudo de mercado para a Diversificação da Produção Agrícola	10 000	10 000	0

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
6	1	20	Investigação para a Valorização dos Produtos Agroindustriais	20 000	20 000	0
6	2	Desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alterações climáticas		39 654 029	10 994 884	28 659 145
6	2	1	Agroruralidade por Ilha	5 300	5 300	0
6	2	2	Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica	12 418 487	1 947 773	10 470 714
6	2	3	Segurança Alimentar e Sanidade Animal	2 046 648	2 046 648	0
6	2	4	Melhoramento Genético e Bem-Estar Animal	610 981	610 981	0
6	2	5	Bem-estar de animais de companhia e errantes	334 177	334 177	0
6	2	6	Sanidade Vegetal e Proteção Culturas	468 914	388 914	80 000
6	2	7	SustentÁgro – Transição Ecológica da Agricultura	265 000	265 000	0
6	2	8	GeoBio Ocidental	5 300	5 300	0
6	2	9	Economia Circular na Agricultura	53 000	53 000	0
6	2	10	Agricultura familiar dos Açores	53 000	53 000	0
6	2	11	Apoio ao rendimento e resiliência da atividade agrícola	14 277 534	2 441 600	11 835 734
6	2	12	Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária	4 958 441	743 766	4 214 675
6	2	13	Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural	2 496 369	438 347	2 058 022
6	2	14	Fomento Florestal	476 863	476 863	0
6	2	15	Promoção do Uso Múltiplo da Floresta	570 263	570 263	0
6	2	16	Life IP Climaz	123 882	123 882	0
6	2	17	Divulgação, promoção e apoio à decisão	112 597	112 597	0
6	2	18	Apoio à Recuperação de Colheitas Agrícolas e Produção Pecuária- Furacão Lorenzo	97 275	97 275	0
6	2	19	Acompanhamento das intervenções Comunitárias	260 198	260 198	0
6	2	20	Apoio à construção de um centro de treino animal para a AFAMA - Associação Faialense dos Amigos dos Animais	20 000	20 000	0
6	3	Infraestruturas públicas de apoio ao sector produtivo		17 862 714	10 466 731	7 395 983
6	3	1	Abastecimento de água, caminhos e eletrificação agrícola	10 175 585	4 041 020	6 134 566
6	3	2	Reestruturação Fundiária	238 500	238 500	0
6	3	3	Investimento na Fileira da Carne Açores	2 463 628	1 699 011	764 617
6	3	4	Construção do novo Matadouro de São Jorge	690 000	193 200	496 800
6	3	5	Caminhos e infraestruturas de base para apoio ao sector florestal e rural	3 980 000	3 980 000	0
6	3	6	Infraestruturas colectivas de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural	200 000	200 000	0
6	3	7	Valorização de infraestruturas de Interesse patrimonial e cultural	50 000	50 000	0
6	3	8	Captação e armazenamento de água na Serra das Velhas	15 000	15 000	0
6	3	9	Parques de retém nas freguesias de Norte Grande, Norte Pequeno e Santo Antão	50 000	50 000	0
6	3	10	Construção do Novo Edifício do SERCLASM	0	0	0
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PISCAS				42 249 666	27 249 666	15 000 000
7	PISCAS, AQUICULTURA E ASSUNTOS DO MAR			42 249 666	27 249 666	15 000 000

Entidade/Programa/Projeto/Ação			Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL			953 785 041	732 375 489	221 409 552
7	1	Controlo, Inspeção e Gestão	3 712 412	3 712 412	0
7	1	1 Controlo e Inspeção	170 000	170 000	0
7	1	2 Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: capacidade inspetiva, formação e sensibilização	30 000	30 000	0
7	1	3 Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: acompanhamento, vigilância e gestão eletrónica	163 072	163 072	0
7	1	4 Gestão Sustentável das Pescas e da Aquicultura	1 244 621	1 244 621	0
7	1	5 Comunicação e Ações Coletivas	20 000	20 000	0
7	1	6 Projetos PLASMAR e OCEANLIT	24 551	24 551	0
7	1	7 Programa Nacional de Recolha de Dados	490 768	490 768	0
7	1	8 Cluster do Mar dos Açores	1 569 400	1 569 400	0
7	2	Infraestruturas de Apoio às Pescas	9 960 464	9 960 464	0
7	2	1 Portos da Região	8 876 580	8 876 580	0
7	2	2 Fecho da empreitada do porto de pesca do Topo	313 754	313 754	0
7	2	3 Melhoria das condições operacionais e de segurança do núcleo da pesca do porto da Madalena	511 130	511 130	0
7	2	4 Construção do Entrepasto Frigorífico de Ponta Delgada	59 000	59 000	0
7	2	5 Aquisição de grua para o porto das poças	80 000	80 000	0
7	2	6 Aquisição de grua para o porto de pesca do Calhau, Piedade	65 000	65 000	0
7	2	7 Reabilitação de equipamentos do porto de pescas de Vila Franca do Campo	30 000	30 000	0
7	2	8 Construção de novo entreposto frigorífico no porto de São Mateus da Calheta	25 000	25 000	0
7	3	FROTA e Recursos Humanos	4 082 195	4 082 195	0
7	3	1 Regime de Apoio à Frota de Pesca Local e Costeira	865 000	865 000	0
7	3	2 Regime de Apoio à Motorização das Embarcações de Pesca Local	40 000	40 000	0
7	3	3 Regime de Apoio à Redução dos Custos na Atividade da Pesca	10 000	10 000	0
7	3	4 Regime de Apoio à Segurança no Trabalho a Bordo das Embarcações de Pesca Local e Costeira	213 920	213 920	0
7	3	5 FUNDOPESCA E Regime Excepcional COVID 19	1 388 000	1 388 000	0
7	3	6 Formação e promoção do capital humano	883 300	883 300	0
7	3	7 Estruturas e Equipamentos	681 975	681 975	0
7	4	Produtos da Pesca e da Aquicultura	2 904 325	2 904 325	0
7	4	1 Apoio a profissionais da pesca e organizações setoriais	910 000	910 000	0
7	4	2 Produção, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura	1 900 000	1 900 000	0
7	4	3 Inovação na aquicultura	84 325	84 325	0
7	4	4 Valorização dos subprodutos da pesca	10 000	10 000	0
7	5	Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020	16 210 000	1 210 000	15 000 000
7	5	1 Apoio ao Investimento no âmbito dos Pojetos Mar 2020	16 210 000	1 210 000	15 000 000
7	6	Gestão e Requalificação da Orla Costeira	1 806 748	1 806 748	0
7	6	1 Gestão e requalificação das zonas costeiras	271 706	271 706	0



Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
7	6	2	Gestão de zonas balneares	195 864	195 864	0
7	6	3	Projeto ABACO	56 740	56 740	0
7	6	4	Intervenções de Estabilização e Requalificação da orla costeira	893 000	893 000	0
7	6	5	Proteção e estabilização da zona costeira da Barra, Santa Cruz da Graciosa	49 912	49 912	0
7	6	6	Requalificação costeira da Fajã S. João, S. Jorge	5 746	5 746	0
7	6	7	Reforço e reabilitação costeira da zona do porto S. Vicente Ferreira, S. Miguel	4 886	4 886	0
7	6	8	Proteção e estabilização costeira da falésia dos Fenais e Ventosa, Graciosa	185 282	185 282	0
7	6	9	Estabilização de taludes no Porto de Vila Nova, Terceira	762	762	0
7	6	10	Estabilização costeira adjacente ao museu de Indústria baleeira, S. Roque do Pico	142 850	142 850	0
7	7	Monitorização, promoção, fiscalização e ação ambiental marinha		2 366 062	2 366 062	0
7	7	1	Cooperação institucional, promoção e educação ambiental marinha e ciência cidadã	30 000	30 000	0
7	7	2	Programas de monitorização e medidas da DQEM e ação ambiental marinha dos parques naturais	262 765	262 765	0
7	7	3	Infraestruturas e equipamentos	33 442	33 442	0
7	7	4	Projeto LIFE-IP Azores Natura - componente marinha	774 266	774 266	0
7	7	5	Projeto MISTIC SEAS III	71 685	71 685	0
7	7	6	Projeto RAGES - Risk-based Approaches to Good Environmental Status	46 335	46 335	0
7	7	7	Projeto PLASMAR +	85 924	85 924	0
7	7	8	Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores - águas marinhas costeiras	25 000	25 000	0
7	7	9	Projetos MARCET II, INTERTAGUA, IMPLAMAC, OCEANUT E SMARTBLUEF	297 022	297 022	0
7	7	10	Projeto LIFE-IP CLIMAZ	64 277	64 277	0
7	7	11	Projeto MSP-OR Advancing Maritime Spatial Planning In Outermost Regions	31 000	31 000	0
7	7	12	Colmatação de lacunas sobre a caracterização do espaço marítimo	340 000	340 000	0
7	7	13	Estudo hidrodinâmico das condições oceanográficas na costa norte da ilha de São Jorge	100 000	100 000	0
7	7	14	Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional - Açores	25 000	25 000	0
7	7	15	Operacionalização do serviço do Parque Marinho dos Açores (PMA)	179 346	179 346	0
7	8	Escola do Mar dos Açores		1 207 460	1 207 460	0
7	8	1	Escola do Mar	1 207 460	1 207 460	0
SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL				18 691 195	16 805 074	1 886 121
8	CULTURA, CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL			18 691 195	16 805 074	1 886 121
8	1	Dinamização de Atividades Culturais		2 575 695	2 575 695	0
8	1	1	Escolas de Formação	122 195	122 195	0
8	1	2	Edição de obras de cariz cultural	26 000	26 000	0
8	1	3	Rede de Lettura Pública	59 000	59 000	0
8	1	4	Banda Lira Açoriana	90 000	90 000	0
8	1	5	Dinamização Cultural	1 072 500	1 072 500	0

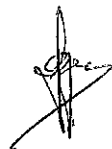
Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
8	1	6	Arte Contemporânea dos Açores - ArTca	206 000	206 000	0
8	1	7	Apoios a atividades de relevante interesse cultural	800 000	800 000	0
8	1	8	Programa de apoios às sociedades recreativas e filarmónicas	175 000	175 000	0
8	1	9	Audiovisual	25 000	25 000	0
8	2	Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural		4 469 184	4 469 184	0
8	2	1	Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural	245 257	245 257	0
8	2	2	Inventário do Património Artístico e Cultural	42 990	42 990	0
8	2	3	Imóveis e Conjuntos Classificados	150 000	150 000	0
8	2	4	Investigação Arqueológica	36 860	36 860	0
8	2	5	Museus, Bibliotecas e Arquivos	2 110 875	2 110 875	0
8	2	6	Salvaguarda do Património Baileiro	90 000	90 000	0
8	2	7	Divulgação e Sensibilização do Património Cultural	80 000	80 000	0
8	2	8	Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos	35 000	35 000	0
8	2	9	Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para Entidades Culturais	100 000	100 000	0
8	2	10	Execução do Protocolo com a Diocese de Angra	500 000	500 000	0
8	2	11	Tecnologias da Informação e da comunicação no acesso à Cultura	10 000	10 000	0
8	2	12	Assistência técnica e fecho financeiro	30 000	30 000	0
8	2	13	Património arqueológico subaquático	45 000	45 000	0
8	2	14	Eco-museu do Corvo – Aquisição das casas da memória e dos teares	80 000	80 000	0
8	2	15	Criação de um Atlas do Património Arquitectónico e Cultural	30 000	30 000	0
8	2	16	Recuperação e Restauro do Orgão de Tubos da Igreja Matriz de Santa Cruz das Flores	73 202	73 202	0
8	2	17	Candidatura a Capital Europeia da Cultura	50 000	50 000	0
8	2	18	Museu Francisco Lacerda	200 000	200 000	0
8	2	19	Reabilitação do património histórico de Santa Maria	180 000	180 000	0
8	2	20	Igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra do Heroísmo	200 000	200 000	0
8	2	21	Requalificação da Igreja Matriz da Ribeira Grande	100 000	100 000	0
8	2	22	Restauro das locomotivas a vapor do porto de Ponta Delgada	80 000	80 000	0
8	2	23	Museografia do Museu do Pico	0	0	0
8	2	24	Grants Cultura - De Fenais a Fenais: Cultura Matriz do Desenvolvimento Local	0	0	0
8	3	Programa de Incentivos ao sistema científico e tecnológico dos Açores		6 790 677	4 904 556	1 886 121
8	3	1	Infraestruturas, projetos e atividades no âmbito das entidades do SCTA	3 536 264	3 536 264	0
8	3	2	Inovação, capacitação científica e implementação de projetos de investigação em contexto empresarial	60 000	60 000	0
8	3	3	Internacionalização da investigação regional	187 243	187 243	0
8	3	4	Produção, formação e divulgação científica e tecnológica	120 000	120 000	0
8	3	5	Contratação Definitiva de Investigadores para o SCTA	130 054	130 054	0

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				959 785 041	732 375 489	221 409 552
8	3	6	Desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores	500 000	500 000	0
8	3	7	Transferências para o Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia	2 257 116	370 995	1 886 121
8	4	Ações de valorização e promoção da ciência, tecnologia e inovação		258 530	258 530	0
8	4	1	Eventos de promoção da ciência, tecnologia e inovação	35 000	35 000	0
8	4	2	Iniciativas de gestão, operacionalização e monitorização do sistema científico e tecnológico	20 000	20 000	0
8	4	3	Centro de Divulgação "Museu da História Natural dos Açores" em Ponta Delgada	50 000	50 000	0
8	4	4	Rede regional dos laboratórios COVID-19	153 530	153 530	0
8	5	Iniciativas, projetos e infraestruturas de base tecnológica		1 334 549	1 334 549	0
8	5	1	Ações promotoras de ecossistemas tecnológicos e digitais	37 000	37 000	0
8	5	2	Implementação de infraestruturas tecnológicas	1 117 549	1 117 549	0
8	5	3	Projeto RAEGE - ilha das Flores	180 000	180 000	0
8	6	Construção de parques de Ciência e Tecnologia		837 149	837 149	0
8	6	1	Parque de ciência e tecnologia da Ilha Terceira	837 149	837 149	0
8	7	Ações de Valorização e Promoção da Transição e Transformação Digital		2 210 221	2 210 221	0
8	7	1	Atividades de promoção e implementação da Transição e Transformação Digital	924 560	924 560	0
8	7	2	Iniciativas de gestão, operacionalização e monitorização da Transição e Transformação Digital	297 950	297 950	0
8	7	3	Autonomia Digital dos Açores	987 711	987 711	0
8	8	Iniciativas, projetos, ações e Infraestruturas para a Transição e Transformação Digital no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência		215 190	215 190	0
8	8	1	Sistema de Incentivo para a Transição e Transformação Digital	27 000	27 000	0
8	8	2	APR + Serviços mais ágeis	135 300	135 300	0
8	8	3	APR + Proativa	52 890	52 890	0
8	8	4	OCDE - Azores Public Administration and Society Digital Review	0	0	0
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS				15 737 342	15 637 342	100 000
9	AMBIENTE, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E TERRITÓRIO			15 737 342	15 637 342	100 000
9	1	Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental		4 857 445	4 857 445	0
9	1	1	Vigilância ambiental	660 000	660 000	0
9	1	2	Cidadania ambiental ativa	150 000	150 000	0
9	1	3	Eco-Freguesia, freguesia limpa	500 000	500 000	0
9	1	4	Rede Regional de Ecotecas e Centros Ambientais	1 190 000	1 190 000	0
9	1	5	Renovação da exposição do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos	112 333	112 333	0
9	1	6	Reinstalação do Serviço de Ambiente do Corvo	237 554	237 554	0
9	1	7	Infraestrutura de Dados Espaciais dos Açores (IDE.A)	56 414	56 414	0
9	1	8	Sistemas e Infraestruturas de Informação e Comunicação	253 184	253 184	0
9	1	9	Licenciamento Único Ambiental Açores	77 880	77 880	0
9	1	10	Projeto LIFE AZORES NATURA - LIFE17 IPE/PT/000010	573 980	573 980	0

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
9	1	11	Projeto LIFE BEETLES - LIFE18 NAT/PT/000854	170 425	170 425	0
9	1	12	Projeto LIFE IP CLIMAZ - LIFE19 IPC/PT/000004 - Ambiente	653 558	653 558	0
9	1	13	Projeto LIFE VIDALIA - LIFE17 NAT/PT/000510	184 153	184 153	0
9	1	14	Estudos e Projetos a programas comunitários	27 964	27 964	0
9	1	15	Inspecção Regional do Ambiente (IRA)	10 000	10 000	0
9	1	16	Projeto LIFE SNAILS	0	0	0
9	2	Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas		2 186 233	2 186 233	0
9	2	1	Avaliação e Licenciamento Ambiental	15 000	15 000	0
9	2	2	Rede de monitorização e plataforma de informação da qualidade do ar	293 140	293 140	0
9	2	3	Monitorização e controlo da infestação por térmitas	30 241	30 241	0
9	2	4	PLANCLIMAC - Alterações Climáticas	182 334	182 334	0
9	2	5	Instalações e equipamento dos centros de processamento de resíduos	88 695	88 695	0
9	2	6	Operação dos centros de processamento e boas práticas de gestão de resíduos	350 000	350 000	0
9	2	7	Apoio à recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis	41 182	41 182	0
9	2	8	Sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas nos Açores - EEA Grants	1 000 129	1 000 129	0
9	2	9	Proteção Radiológica	67 958	67 958	0
9	2	10	Programa Regional para as Alterações Climáticas	30 000	30 000	0
9	2	11	Alteração do PEPGRA	47 554	47 554	0
9	2	12	Execução da revisão do regime geral de prevenção e gestão de resíduos	40 000	40 000	0
9	2	13	Reestruturação dos CPR para a realização do processo de compostagem da recolha seletiva de orgânicos	0	0	0
9	2	14	Elaboração do Roteiro de Economia Circular Regional	0	0	0
9	2	15	Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores	0	0	0
9	2	16	Melhoria do Conhecimento da Localização e Estado de Conservação dos Solos Orgânicos e Turfeiras e Monitorização do Stock de Carbono	0	0	0
9	2	17	Resiliência de zonas costeiras frágeis ao impacto das alterações climáticas: as fajãs das Lajes do Pico (Pico) e da Lagoa de Santo Cristo (São Jorge - casos de estudo)	0	0	0
9	2	18	Projeto LIFE SNAILS	0	0	0
9	3	Conservação da Natureza e biodiversidade		4 501 859	4 501 859	0
9	3	1	Monitorização e gestão do património natural e da biodiversidade	300 000	300 000	0
9	3	2	Parques Naturais de Ilha, Reservas da Biosfera, Geoparque e Paleoparque	50 000	50 000	0
9	3	3	Apoios à manutenção de paisagens tradicionais em áreas classificadas	1 800 000	1 800 000	0
9	3	4	Recuperação de trilhos e infraestruturas de apoio da Fajã de Santo Cristo	83 125	83 125	0
9	3	5	Rede de observação e centros de reabilitação de aves selvagens	120 000	120 000	0
9	3	6	Projeto LIFE VIDALIA - LIFE17 NAT/PT/000510	268 082	268 082	0
9	3	7	Projeto LIFE AZORES NATURA - LIFE17 IPE/PT/000010	964 819	964 819	0
9	3	8	Projeto LIFE BEETLES - LIFE18 NAT/PT/000864	314 912	314 912	0
9	3	9	Requalificação dos percursos pedestres da Caldeira da Serra de Santa Bárbara -Terceira	533 368	533 368	0

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
9	3	10	Requalificação do miradouro e do trilho da lagoa do Fogo - São Miguel	31 553	31 553	0
9	3	11	Controlo de infestante e plantação de endémicas	36 000	36 000	0
9	3	12	Implementação da Convenção CITES nos Açores	0	0	0
9	3	13	Regime de apoio à manutenção e recuperação da biodiversidade	0	0	0
9	3	14	Regime jurídico de classificação do arvoredo de Interesse público	0	0	0
9	4	Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica		2 424 631	2 324 631	100 000
9	4	1	Monitorização e manutenção da rede hidrográfica	900 000	900 000	0
9	4	2	Rede de monitorização do ciclo hidrológico	156 461	156 461	0
9	4	3	Monitorização qualitativa das massas de água interiores e de transição	250 000	250 000	0
9	4	4	Monitorização do estado trófico das lagoas	71 240	71 240	0
9	4	5	Controlo da biomassa e dos níveis de nutrientes nas lagoas	117 399	17 399	100 000
9	4	6	Projeto MITIMAC Água	123 153	123 153	0
9	4	7	Instrumentos de planeamento de recursos hídricos	250 000	250 000	0
9	4	8	Requalificação da rede hidrográfica	556 378	556 378	0
9	5	Ordenamento e Gestão do Território		1 705 132	1 705 132	0
9	5	1	Implementação do Sistema de Gestão Territorial	70 000	70 000	0
9	5	2	Avaliação de instrumentos de Gestão Territorial	50 000	50 000	0
9	5	3	Revisão e alteração de Instrumentos de Gestão Territorial	104 533	104 533	0
9	5	4	Implementação de Instrumentos de Gestão Territorial	250 000	250 000	0
9	5	5	Prevenção de Riscos Naturais	763 684	763 684	0
9	5	6	Portal do Ordenamento do Território dos Açores	25 000	25 000	0
9	5	7	Projeto LIFE CLIMAZ - Território	171 494	171 494	0
9	5	8	Informação geodésica, produção cartográfica	150 000	150 000	0
9	5	9	Rede de estações permanentes GNSS	15 000	15 000	0
9	5	10	Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral (SIRGIC)	105 421	105 421	0
9	5	11	Desenvolvimento de condicionantes do Território	0	0	0
9	5	12	Valorização da Paisagem	0	0	0
9	6	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo		62 042	62 042	0
9	6	1	Recuperação do Porto Pim e Vulcão dos Capelinhos	62 042	62 042	0
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA				324 434 124	260 838 053	63 596 071
10	TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA			324 434 124	260 838 053	63 596 071
10	1	Eficiência Energética e energias renováveis		627 623	627 623	0
10	1	1	Eficiência Mais	30 000	30 000	0
10	1	2	Produção e Armazenamento de Energia Limpa	597 623	597 623	0

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
10	2	Serviços Energéticos		4 656 658	4 656 658	0
10	2	1	Combustíveis, eletricidade e ascensores	3 938 453	3 938 453	0
10	2	2	Modernização e desmaterialização de Serviços	90 000	90 000	0
10	2	9	Eletrificação da Fajã da Caldeira do Santo Cristo	628 205	628 205	0
10	3	Mobilidade Elétrica		464 500	464 500	0
10	3	1	Mobilidade Elétrica, Inteligente e Sustentável	326 000	326 000	0
10	3	2	Plano para Mobilidade Elétrica nos Açores, Ações de Sensibilização e Divulgação	138 500	138 500	0
10	4	Política Energética		251 220	251 220	0
10	4	1	Projetos Europeus	211 220	211 220	0
10	4	2	Combate à Pobreza Energética	40 000	40 000	0
10	5	Promoção e Desenvolvimento Turístico		22 258 693	10 580 064	11 678 629
10	5	1	Promoção do Destino	1 033 129	1 033 129	0
10	5	2	Incentivos à Promoção	18 235 557	6 556 928	11 678 629
10	5	9	Eventos Desportivos de Promoção do Destino	2 990 007	2 990 007	0
10	6	Sustentabilidade do Destino Turístico		2 515 226	2 515 226	0
10	6	1	Desenvolvimento da Política de Turismo	2 382 770	2 382 770	0
10	6	2	Desenvolvimento do Turismo Sénior e acessível	117 456	117 456	0
10	6	3	Organização de Eventos com Repercussão na Promoção	15 000	15 000	0
10	7	Qualificação do Destino		4 001 694	4 001 694	0
10	7	1	Qualificação dos Serviços Turísticos	981 208	981 208	0
10	7	2	Valorização do Destino Turístico	1 631 167	1 631 167	0
10	7	3	Incentivos à Animação no Destino	669 000	669 000	0
10	7	4	Qualificação do Turismo Natureza - Trilhos, Mar e Ar	464 819	464 819	0
10	7	5	Qualificação dos Recursos Termais	210 500	210 500	0
10	7	6	Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento Regional - Turismo	45 000	45 000	0
10	8	Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários		65 018 018	13 100 576	51 917 442
10	8	1	Porto e Marina de Ponta Delgada	23 504 000	2 163 904	21 340 096
10	8	2	Porto da Praia da Vitória	2 048 001	491 981	1 556 020
10	8	3	Porto, Marina e Baía de Angra do Heroísmo	8 000 000	564 806	7 435 194
10	8	4	Porto, Marina e Baía da Horta	503 000	468 000	35 000
10	8	5	Porto de São Roque	2 948 975	507 174	1 841 801
10	8	6	Porto e Núcleo de Recreio Náutico das Velas	40 000	40 000	0
10	8	7	Porto de Calheta de São Jorge	303 700	20 000	283 700
10	8	8	Porto das Poças nas Flores	1 523 510	100 000	1 423 510
10	8	9	Porto da Casa no Corvo	20 000	20 000	0



Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
10	8	10	Aquisição de Diversos Equipamentos e Outras Obras nos Portos e Marinas	8 878 902	1 331 835	7 547 067
10	8	11	Aeroporto da Ilha do Pico	2 589 589	2 385 589	204 000
10	8	12	Aeródromo da Ilha de São Jorge	1 651 754	1 651 754	0
10	8	13	Aeródromo da Ilha da Graciosa	8 706 820	2 123 766	6 583 054
10	8	14	Aeródromo da Ilha das Flores	26 000	26 000	0
10	8	15	Aeródromo da Ilha do Corvo	4 185 320	552 320	3 633 000
10	8	16	Porto da Madalena	195 000	175 000	20 000
10	8	17	Porto e Marina de Vila do Porto	53 469	38 469	15 000
10	8	18	Porto da Graciosa	149 978	149 978	0
10	8	19	Museu de Aviação	60 000	60 000	0
10	8	20	Projeto para a construção do Núcleo de Recreio Náutico na Calheta	30 000	30 000	0
10	8	21	Projeto para a construção da gara marítima no Porto da Casa, Ilha do Corvo	10 000	10 000	0
10	8	22	Aquisição de porta-contentores "Sideloader" para carga e descarga autónoma de contentores	90 000	90 000	0
10	8	23	Cais de Cruzeiros da Praia da Vitória	100 000	100 000	0
10	8	24	Porto e Núcleo de Recreio Náutico das Lajes do Pico	0	0	0
10	8	25	Porto das Lajes das Flores	0	0	0
10	9	Gestão dos Aeródromos Regionais		3 500 000	3 500 000	0
10	9	1	Concessão da Exploração dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores	3 500 000	3 500 000	0
10	10	Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-ilhas		177 923 323	177 923 323	0
10	10	1	Reestruturação e concessão do Transporte Aéreo de Passageiros, Carga e Correio Interilhas	165 700 000	165 700 000	0
10	10	2	Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e Viaturas Interilhas	12 223 323	12 223 323	0
10	10	3	Aquisição de Navios para o Transporte de Passageiros e Viaturas Interilhas	0	0	0
10	11	Dinamização dos Transportes		691 536	691 536	0
10	11	1	Desenvolvimento de Sistemas de Apoio à Monitorização nos Portos dos Açores	100 000	100 000	0
10	11	2	Plano Transportes dos Açores	136 536	136 536	0
10	11	3	Apoio aos portos - COVID-19	435 000	435 000	0
10	11	4	Estudo novo porto de mercadorias Ponta Delgada	10 000	10 000	0
10	11	5	Estudo ordenamento da baía e proteção da orla marítima do cais do Pico	10 000	10 000	0
10	12	Coesão Territorial - Transportes		6 525 633	6 525 633	0
10	12	1	Promoção da Coesão Territorial - Transportes	6 300 000	6 300 000	0
10	12	2	Apoio ao tráfego local	225 633	225 633	0
10	13	Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo		36 000 000	36 000 000	0
10	13	1	Intempérie Lorenzo - Apoio à recuperação da infraestrutura e equipamentos portuários e transporte de mercadorias	36 000 000	36 000 000	0
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO				114 474 647	52 100 578	62 374 069
11	JUVENTUDE, EMPREGO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA			114 474 647	52 100 578	62 374 069

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
11	1	Juventude		1 500 465	1 500 465	0
11	1	1	Cidadania e Formação dos Jovens	280 000	280 000	0
11	1	2	Mobilidade dos Jovens	250 000	250 000	0
11	1	3	Associativismo e voluntariado	174 000	174 000	0
11	1	4	Empreendedorismo, empregabilidade e ocupação de tempos livres	350 000	350 000	0
11	1	5	Transição Digital e Ambiental	50 000	50 000	0
11	1	6	Indústrias criativas e culturais: incentivo à criatividade	50 000	50 000	0
11	1	7	Conferências/Fóruns e Seminários	30 000	30 000	0
11	1	8	InfoJovem	30 000	30 000	0
11	1	9	Pousadas da Juventude	141 465	141 465	0
11	1	10	Requalificação do Serviço de Atendimento ao Jovem e Serviços da Direção Regional da Juventude	30 000	30 000	0
11	1	11	Cartão Interjovem	95 000	95 000	0
11	1	12	Observatório da Juventude	20 000	20 000	0
11	2	Qualificação Profissional e Emprego		106 374 382	44 000 313	62 374 069
11	2	1	Formação Profissional	25 248 531	7 269 986	17 978 545
11	2	2	Programas de Estágios Profissionais	19 718 020	10 073 529	9 644 491
11	2	3	Programas de Emprego	60 272 831	25 521 798	34 751 033
11	2	4	Adequação Tecnológica dos Serviços	365 000	365 000	0
11	2	5	Estudos, Projetos e Cooperação	150 000	150 000	0
11	2	6	Assistência Técnica PO Açores FSE	50 000	50 000	0
11	2	7	Fórum Regional da Qualificação Profissional	50 000	50 000	0
11	2	8	Formação Tecnológica	520 000	520 000	0
11	3	Comércio e Indústria		3 420 000	3 420 000	0
11	3	1	Programas de apoio às empresas	3 000 000	3 000 000	0
11	3	2	Qualidade e Inovação	70 000	70 000	0
11	3	3	Dinamização da atividade económica	350 000	350 000	0
11	4	Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais		732 800	732 800	0
11	4	1	Competitividade e inovação das empresas artesanais nos Açores	85 000	85 000	0
11	4	2	Açores NewCraft- Internacionalização	137 000	137 000	0
11	4	3	Craf & Art - Capacitar Pela Inovação	10 000	10 000	0
11	4	4	Açores Craftlab - Incubadora de Artesanato	80 000	80 000	0
11	4	5	Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato	150 000	150 000	0
11	4	6	ModaMac	20 000	20 000	0
11	4	7	Açores Artesanal	100 800	100 800	0
11	4	8	Promoção e comercialização do Artesanato dos Açores	100 000	100 000	0



Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
11	4	9	Medida Excepcional de Incentivo à Manutenção da atividade	50 000	50 000	0
11	5	Gestão e Promoção da Marca Açores		2 150 000	2 150 000	0
11	5	1	Promoção e valorização dos produtos açorianos	1 450 000	1 450 000	0
11	5	2	Promoção da Certificação da Marca Açores	350 000	350 000	0
11	5	3	Apoio à estruturação comercial da Marca Açores	350 000	350 000	0
11	6	Apoio ao Consumidor		100 000	100 000	0
11	6	1	Promover os direitos do consumidor	95 000	95 000	0
11	6	2	Promover a resolução de conflitos de consumo	5 000	5 000	0
11	7	AIEmCIA - Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato		197 000	197 000	0
11	7	1	Ações de Formação	150 000	150 000	0
11	7	2	Ações de divulgação	47 000	47 000	0
SECRETARIA REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES				94 790 630	94 101 430	689 200
12	OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES TERRESTRES E COMUNICAÇÕES			94 790 630	94 101 430	689 200
12	1	Construção de Estradas Regionais		24 846 640	24 846 640	0
12	1	1	SCUT	24 588 838	24 588 838	0
12	1	2	Melhoria da Acessibilidade Furnas - Povoação	187 802	187 802	0
12	1	3	Revisão do projeto do traçado da segunda fase da Variante à cidade da Horta	70 000	70 000	0
12	2	Reabilitação de Estradas Regionais		9 178 493	9 178 493	0
12	2	1	Beneficiação e Pavimentação de ER - Santa Maria	100 000	100 000	0
12	2	2	Beneficiação e Pavimentação de ER - São Miguel	511 304	511 304	0
12	2	3	Reabilitação de ER na RAA	50 000	50 000	0
12	2	4	Beneficiação e Pavimentação de ER - Terceira	163 408	163 408	0
12	2	5	Beneficiação e Pavimentação de ER - São Jorge	118 900	118 900	0
12	2	6	Beneficiação e Pavimentação de ER - Graciosa	239 527	239 527	0
12	2	7	Beneficiação e Pavimentação de ER - Pico	158 010	158 010	0
12	2	8	Beneficiação e Pavimentação de ER - Faial	1 434 902	1 434 902	0
12	2	9	Beneficiação e Pavimentação de ER - Corvo	26 904	26 904	0
12	2	10	Beneficiação e Pavimentação de ER - Flores	176 399	176 399	0
12	2	11	Requalificação da Rede Viária	975 000	975 000	0
12	2	12	Qualificação do Parque de Máquinas	1 085 000	1 085 000	0
12	2	13	Calamidades em Estradas Regionais	221 221	221 221	0
12	2	14	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres da Ilha de São Miguel	3 156 209	3 156 209	0
12	2	15	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres da Ilha Terceira	401 200	401 200	0
12	2	16	Modernização de Máquinas e Viaturas	150 000	150 000	0
12	2	17	Sinalização horizontal e vertical em Estradas Regionais	160 509	160 509	0

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
12	2	18	Beneficiação e pavimentação da estrada regional n.º 2-2ª, ilha do Faial	50 000	50 000	0
12	3	Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos		3 195 264	3 195 264	0
12	3	1	Requalificação de Espaços Públicos	1 425 234	1 425 234	0
12	3	2	Parques Empresariais e Tecnológicos	1 770 030	1 770 030	0
12	4	Integração paisagística de zonas adjacentes às Estradas Regionais		641 386	641 386	0
12	4	1	Espaços Públicos	73 469	73 469	0
12	4	2	Integração paisagística da rede viária regional	567 917	567 917	0
12	5	Recuperação dos efeitos das intempéries do Lorenzo		3 891 645	3 891 645	0
12	5	1	Recuperação da Rede Viária Regional - Lorenzo	161 203	161 203	0
12	5	2	SRE - Reparação das coberturas da ES Manuel de Arriaga	72 238	72 238	0
12	5	3	SRSD - Recuperação da cobertura do pavilhão desportivo e de vedação de espaços desportivos exteriores do complexo desportivo Manuel de Arriaga	58 204	58 204	0
12	5	4	SRMP - Intempéria Lorenzo - Recuperação de infraestruturas de pesca	1 000 000	1 000 000	0
12	5	5	SRMP - Intempéria Lorenzo - Recuperação de infraestruturas de proteção marítima	1 900 000	1 900 000	0
12	5	6	SRAAC - Intervenção no complexo de infraestruturas de Porto Pim	700 000	700 000	0
12	6	Execução do Plano de Recuperação e Resiliência		3 511 200	3 511 200	0
12	6	1	Circuitos Logísticos Terrestres - São Miguel	2 714 000	2 714 000	0
12	6	2	Circuitos Logísticos Terrestres - Terceira	750 000	750 000	0
12	6	3	Circuitos Logísticos Terrestres - São Jorge	47 200	47 200	0
12	6	4	Circuitos Logísticos Terrestres - Santa Maria	0	0	0
12	6	5	Circuitos Logísticos Terrestres - Graciosa	0	0	0
12	6	6	Circuitos Logísticos Terrestres - Pico	0	0	0
12	6	7	Circuitos Logísticos Terrestres - Faial	0	0	0
12	7	Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária		3 769 481	3 080 281	689 200
12	7	1	Prestação de serviços de transporte regular de passageiros	3 094 431	2 405 231	689 200
12	7	2	Plano Integrado de transportes	166 050	166 050	0
12	7	3	Apoio à atividade de táxi no âmbito da pandemia Covid-19	509 000	509 000	0
12	8	Sistemas de Informação e Infraestruturas de Suporte		8 738 736	8 738 736	0
12	8	1	Desenvolvimento dos Sistemas de Informação	1 969 201	1 969 201	0
12	8	2	Melhoria dos Sistemas Informáticos, Suporte ao utilizador e Qualidade	311 933	311 933	0
12	8	3	Azores Cloud	6 074 436	6 074 436	0
12	8	4	Redes de Dados e de Comunicações	383 166	383 166	0
12	9	Cibersegurança e Segurança da Informação		58 660	58 660	0
12	9	1	Infraestrutura de segurança informática e da segurança da Informação	15 000	15 000	0
12	9	2	Cibersegurança e Privacidade	43 660	43 660	0
12	10	Redes Públicas e Tecnologias de Comunicação		202 604	202 604	0

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
12	10	1	Infraestruturas de acesso internet	7 360	7 360	0
12	10	2	Alert4you	192 845	192 845	0
12	10	3	Monitorização do sector das telecomunicações e dos serviços postais	2 399	2 399	0
12	11	Laboratório Regional de Engenharia Civil		1 154 847	1 154 847	0
12	11	1	ID&I - Engenharia Civil	388 463	388 463	0
12	11	2	Infraestruturas e Equipamentos	149 295	149 295	0
12	11	3	MICNEI - Minimização de impactos de catástrofes naturais em edificado e infraestruturas	4 956	4 956	0
12	11	4	LREC+ Sustentável	52 330	52 330	0
12	11	5	PICA - Plataforma Indústria Criativa dos Açores	35 400	35 400	0
12	11	6	Ecocompósitos Inteligentes	56 782	56 782	0
12	11	7	LREC Renovável	8 094	8 094	0
12	11	8	ReBuild17	149 776	149 776	0
12	11	9	SAFE HARBOUR	309 751	309 751	0
12	12	Cooperação com diversas Entidades		3 745 553	3 745 553	0
12	12	1	Contratos de Cooperação com diversas Entidades	3 500 000	3 500 000	0
12	12	2	Contratos ARAAL	200 553	200 553	0
12	12	3	Cooperação com Entidades Públicas	45 000	45 000	0
12	13	Sensibilização e Divulgação		30 000	30 000	0
12	13	1	Campanhas de Sensibilização e Divulgação	30 000	30 000	0
12	14	Saúde e Segurança no Trabalho		69 600	69 600	0
12	14	1	Saúde e Segurança no Trabalho	69 600	69 600	0
12	15	SRE - Construções Escolares		16 089 113	16 089 113	0
12	15	1	Reparação da EBI da Horta	50 000	50 000	0
12	15	2	Requalificação das instalações da EBI de Capelas	4 505 424	4 505 424	0
12	15	3	Requalificação das instalações para o 2º e 3º ciclos da EBI de Rabo de Peixe	6 900 104	6 900 104	0
12	15	4	Construção de novas instalações para EBI de Arrifes	2 000 000	2 000 000	0
12	15	5	Requalificação das instalações da EBI da Lagoa	510 000	510 000	0
12	15	6	Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental	150 000	150 000	0
12	15	7	Reparação da ES Vitorino Nemésio	330 000	330 000	0
12	15	8	Reparação da ES Jerónimo Emiliano de Andrade	175 000	175 000	0
12	15	9	Reparação da EBS das Flores	50 000	50 000	0
12	15	10	Reparação da EBS de Povoação	200 000	200 000	0
12	15	11	Reparação da ES de Lagoa	50 000	50 000	0
12	15	12	Reparação EBS Santa Maria	100 000	100 000	0
12	15	13	Reparação da EBI Angra do Heroísmo	52 300	52 300	0

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
12	15	14	Reparação da EBS de S. Roque do Pico	194 129	194 129	0
12	15	15	Reparação do Conservatório Regional de Ponta Delgada	80 000	80 000	0
12	15	16	Reparação da EBS da Graciosa	47 156	47 156	0
12	15	17	Reparação da EBS das Laranjeiras	100 000	100 000	0
12	15	18	Reparação da EBI Ponta Garça	100 000	100 000	0
12	15	19	EBS Mouzinho da Silveira	150 000	150 000	0
12	15	20	Intervenções diversas em infraestruturas escolares	115 000	115 000	0
12	15	21	Reparação da EBS da Calheta	100 000	100 000	0
12	15	22	Projeto remodelação no bloco E da EBS de S. Maria para adaptação a sala polivalente	30 000	30 000	0
12	15	23	Reabilitação do Edifício da Escola Básica do Topo	100 000	100 000	0
12	15	24	Reparação da EBI dos Biscoitos	0	0	0
12	15	25	Reparação da EBI Francisco Ornelas da Câmara	0	0	0
12	15	26	Reparação da EBS das Lajes do Pico	0	0	0
12	16	SRE - Reparação das instalações da S.R.E		425 220	425 220	0
12	16	1	Intervenção nos Paços da Junta Geral	75 220	75 220	0
12	16	2	Intervenção no Palácio Bettencourt	300 000	300 000	0
12	16	3	Intervenção no edifício da DSFE	50 000	50 000	0
12	17	SRSD - Instalações Desportivas		300 000	300 000	0
12	17	1	Modernização das instalações desportivas do parque desportivo regional	300 000	300 000	0
12	17	2	Construção, Requalificação e Qualificação de Instalações	0	0	0
12	18	SRSD - Ampliação e Remodelação de Infraestruturas		1 060 000	1 060 000	0
12	18	1	Intervenções no Hospital da Horta	400 000	400 000	0
12	18	2	Empreitada de Modernização e Remodelação do Hospital de Ponta Delgada	300 000	300 000	0
12	18	3	Construção do Laboratório SEEMBO	90 000	90 000	0
12	18	4	Construção da Unidade de Saúde da Maia	20 000	20 000	0
12	18	5	Construção da Unidade de Saúde de S. Roque e Livramento	200 000	200 000	0
12	18	6	Construção do novo bloco do Centro de Saúde das Velas	50 000	50 000	0
12	19	SRSD - Beneficiação de Infraestruturas		2 543 000	2 543 000	0
12	19	1	Beneficiação de Infraestruturas das Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais	1 700 000	1 700 000	0
12	19	2	Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores	213 000	213 000	0
12	19	3	Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Lajes do Pico	250 000	250 000	0
12	19	4	Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Velas	300 000	300 000	0
12	19	5	Projeto de requalificação da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo	50 000	50 000	0
12	19	6	Requalificação do Centro de Saúde do Nordeste	30 000	30 000	0
12	20	SRADR - Infraestruturas públicas de apoio ao sector produtivo		970 000	970 000	0

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
12	20	1	infraestruturas públicas de apoio ao setor produtivo	970 000	970 000	0
12	20	2	Melhoramento das Infraestruturas do Matadouro do Pico	0	0	0
12	20	3	Melhoramento das Infraestruturas do Matadouro de São Miguel	0	0	0
12	21	SRMP - Infraestruturas de Apoio às Pescas		313 246	313 246	0
12	21	1	Melhoria das condições operacionais do porto de pesca das Poças	50 000	50 000	0
12	21	2	Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca dos Carneiros	50 000	50 000	0
12	21	3	Construção de infraestruturas de apoio no porto de pesca da S.Mateus da Calheta, Ilha Terceira	100 000	100 000	0
12	21	4	Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca do Topo	113 246	113 246	0
12	21	5	Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca da Ribeira Quente	0	0	0
12	21	6	Melhoria das condições operacionais e de segurança do núcleo de pesca do porto da Horta	0	0	0
12	22	SRMP - Gestão e Requalificação da Orla Costeira		2 789 046	2 789 046	0
12	22	1	Resposta a intempéries e outras situações extraordinárias	150 000	150 000	0
12	22	2	Proteção da Orla Costeira junto ao Caminho Municipal Adjacente ao Campo de Jogos e Santa Catarina - Calheta, São Jorge	1 260 935	1 260 935	0
12	22	9	Proteção e estabilização costeira do Porto de St.ª Iria - S. Miguel	26 267	26 267	0
12	22	4	Reforço da proteção costeira na zona das Calhetas, Rib.ª Grande, S. Miguel	275 000	275 000	0
12	22	5	Proteção costeira na Fajã João Dias, S. Jorge	6 844	6 844	0
12	22	6	Estabilização da falésia advacente à Vila do Corvo	150 000	150 000	0
12	22	7	Estabilização e requalificação da orla costeira adjacente à vila de Santa Cruz, Flores	80 000	80 000	0
12	22	8	Estabilização e reabilitação do Porto Afonso	80 000	80 000	0
12	22	9	Estabilização do caminho de S. Vicente, Porto Martins, Terceira	110 000	110 000	0
12	22	10	Reforço da proteção costeira da zona adjacente ao restaurante "Amigos" - S. Jorge	90 000	90 000	0
12	22	11	Estabilização da zona costeira da Laracha, Santa Maria	150 000	150 000	0
12	22	12	Estabilização da orla costeira dos Mosteiros, São Miguel	15 000	15 000	0
12	22	13	Reforço da proteção costeira do Cais do Galego	15 000	15 000	0
12	22	14	Proteção e estabilização da zona costeira na Fajã das Pontas	40 000	40 000	0
12	22	15	Requalificação de zonas costeiras e balneares	50 000	50 000	0
12	22	16	Reabilitação costeira da zona do Reduto da patrulha e Castelo de São Sebastião, na Horta	150 000	150 000	0
12	22	17	Proteção da orla costeira e reabilitação urbanística da Praia Formosa	20 000	20 000	0
12	22	18	Projeto para a reconversão do Portinho da Baía de São Lourenço	50 000	50 000	0
12	22	19	Proteção da orla costeira do degredo de Santa Cruz da Graciosa	20 000	20 000	0
12	22	20	Avaliação técnica definitiva com vista à consolidação dos taludes da vertente da Ponta da Fajã	50 000	50 000	0
12	23	SRCTD - Construção dos parques de ciência e tecnologia		1 050 000	1 050 000	0
12	23	1	Parque de ciência e tecnologia de São Miguel	1 050 000	1 050 000	0
12	24	SRCTD - Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural		2 954 306	2 954 306	0
12	24	1	Museu da Construção Naval em Santo Amaro - Pico	40 000	40 000	0

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL GERAL				953 785 041	732 375 489	221 409 552
12	24	2	Trinity House - Join cable station : núcleo das comunicações - Museu da Horta	50 000	50 000	0
12	24	3	Eco-museu do Corvo – Casa da Vigia	40 000	40 000	0
12	24	4	Museu Carlos Machado: Núc. St. André Reservas Visitáveis e Área Expositiva de Curta Duração	2 638 806	2 638 806	0
12	24	5	Requalificação da Igreja da Graça	75 000	75 000	0
12	24	6	Requalificação da Casa da Vida Associativa	45 500	45 500	0
12	24	7	Conclusão das Obras de Requalificação da Casa Manuel de Arriaga	15 000	15 000	0
12	24	8	Centro Interpretativo da Base das Lajes	50 000	50 000	0
12	24	9	Museu da Horta	0	0	0
12	24	10	Musealização da Torre do Aeroporto de Santa Maria	0	0	0
12	24	11	Museu de Santa Maria: Quonset - Hut	0	0	0
12	24	12	Palácio Bettencourt	0	0	0
12	24	13	Requalificação da Zona Envolvente do Farol dos Rosais	0	0	0
12	25	SRAAC - Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental		50 000	50 000	0
12	25	1	Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão -Terceira	50 000	50 000	0
12	26	SRAAC - Conservação da Natureza e biodiversidade		624 000	624 000	0
12	26	1	Circuito Interpretativo da Ponta da Ferraria	529 000	529 000	0
12	26	2	Intervenção ordenamento paisagístico na zona da mata da Lagoa do Congro	50 000	50 000	0
12	26	3	Requalificação do Póio de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial	45 000	45 000	0
12	27	SRAAC - Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica		2 588 590	2 588 590	0
12	27	1	Requalificação da rede hidrográfica	642 660	642 660	0
12	27	2	Estabilização de Grotta da Lagoinha e ribeiras da zona Sudoeste da Ilha Terceira	100 000	100 000	0
12	27	3	Construção de vala para recolha e desvio de caudais de grotas no troço entre a ribeira do Dilúvio e a ribeira da Praia, em São Caetano	967 853	967 853	0
12	27	4	Intervenção e planificação dos caudais das ribeiras na Ilha Terceira	878 077	878 077	0

Investimento Público 2021
Desagregação Especial

Objetivo/Programa/Projeto

Euro

	TOTAL	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIG	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
POLÍTICAS PARA A COESÃO SOCIAL E PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	8 870 369	121 641 599	71 273 079	4 781 521	13 597 583	14 856 185	22 318 134	4 890 971	1 983 194	11 990 000	276 264 675	953 756 041
2 SOLIDARIEDADE, IGUALDADE, HABILITAÇÃO, PODER LOCAL E COMUNIDADES	2 212 816	23 494 464	13 206 736	1 300 568	3 067 472	3 392 565	2 410 935	1 037 038	155 395	4 398 699	54 676 667	12 533 719
2.1 Apoio à Infância e Juventude	590 358	774 514	1 329 412	252 791	740 992	538 252	1 104 770	322 367	69 796	161 100	3 325 295	7 594 477
2.2 Apoio à Família, Comunidade e Serviços	260 964	2 435 016	1 584 921	926 380	157 555	25 000	217 000	45 000	473 544	78 436	3 282 211	9 871 965
2.3 Apoio aos Indivíduos com Necessidades Especiais	160 000	5 016 802	860 098	70 000	300 000	400 000	217 000	101 734	52 259	6 100	10 395 930	381 328
2.4 Apoio a Idosos		1 793 777	660 098	70 000	300 000	400 000	217 000	146 092	3 189	1 063	65 558	21 690 615
2.5 Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza	368 621	3 548 189	2 159 948	356 287	699 276	886 225	751 990	115 678	6 100	3 282 211	12 533 719	9 871 965
2.6 Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional	824 404	3 748 554	2 702 889	555 925	866 461	950 240	141 620	146 092	52 259	6 100	10 395 930	381 328
2.7 Arrendamento Acessível e Cooperação	84 289	5 902 488	3 791 624	61 865	215 523	141 620	146 092	146 092	52 259	6 100	10 395 930	381 328
2.8 Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica	4 189	275 124	51 264	3 890	5 753	6 316	30 740	30 740	3 189	1 063	65 558	21 690 615
2.9 Requalificação dos Espaços da Intervenção Local												
4 EDUCAÇÃO	215 411	9 890 348	7 793 697	345 607	911 773	900 049	1 168 406	313 835	51 186	87 186	21 690 615	745 000
4.1 Construção de Escolas	889	211 489	517 726	889	6 229	4 249	2 195	889	444	444	745 000	898 040
4.2 Equipamentos Escolares	3 500	261 500	634 587	3 500	81 953	9 000	9 500	3 500	1 000	1 000	9 320 000	3 750 000
4.3 Apoio Social	165 200	4 799 385	1 997 736	181 434	525 202	643 810	731 462	257 826	18 143	18 143	9 320 000	3 750 000
4.4 Apoio às Instituições de Ensino Privado e Formação	1 980	2 486 718	780 418	56 555	126 201	98 911	183 834	20 130	16 253	16 253	2 742 253	3 876 822
4.5 Escolas Digitais			2 742 253									
4.6 Projetos Pedagógicos	43 842	2 222 257	852 375	108 429	192 188	174 279	241 416	31 490	15 346	15 346	3 876 822	2 742 253
4.7 Atividade Física Desportiva			268 600									
6 SAÚDE, DEPORTO E PROTEÇÃO CIVIL	1 113 937	21 722 783	23 093 242	787 203	1 292 600	2 226 443	6 886 711	696 824	99 752	3 857 191	61 475 686	268 500
6.1 Parcerias Público-Privadas			12 634 975									
6.2 Aproximamento e Modernização	57 700	415 500	657 890	75 915	16 000	16 000	538 500	35 000	16 000	16 000	12 534 975	1 828 405
6.3 Apoios e Acomodos	5 687	138 706	290 860	4 273	8 437	13 792	14 707	3 686	470	470	513 790	994 350
6.4 Projetos na Saúde	2 269	55 346	22 289	1 705	3 365	5 303	6 868	1 465	191	191	365 000	463 000
6.5 Recursos Humanos - Investimento e Planeamento											275 000	275 000
6.6 Tecnologias na Saúde	102 424	992 138	651 329	99 138	162 308	199 126	215 192	141 203	25 833	25 833	3 100 000	3 100 000
6.7 Capacitação do Sistema de Saúde	366 011	10 185 089	4 591 694	277 287	550 911	897 969	1 349 690	241 303	31 106	31 106	16 500 000	16 500 000
6.8 Promoção de Estilos de Vida Saudáveis e Prevenção/Tratamento e Reabilitação dos Comportamentos Aditivos e Dependências	44 925	522 023	241 830	43 485	71 193	87 343	94 390	61 996	14 331	14 331	1 240 438	1 240 438
6.9 Desporto Ciência e Jovens	87 390	1 046 862	453 473	31 828	60 813	185 295	166 971	39 433	4 880	4 880	3 000	2 079 945
6.10 Atividade Desportiva	187 849	1 789 386	1 606 065	149 382	156 125	300 049	658 053	70 891	140	140	220 000	5 148 000
6.11 Atividade Física	3 108	78 000	25 000	2 000	7 000	5 000	6 000					126 109

Investimento Público 2021
Desagregação Especial

Objetivo/Programa/Projeto

Euro

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PGC	FAI	FLO	COR	NIDE	RAA
5.12	Instalações Desportivas	53 000	749 000	257 000	8 000	57 000	81 000	200 000	20 000	50 000	1 475 000
5.13	Iniciativas Transversais às Diferentes Áreas do Desporto	14 406	15 729	15 129	1 153	4 816	8 306	5 294	1 429	15 050	82 000
5.14	Equipamentos e Comunicações	83 361	837 210	427 231	9 507	19 956	30 832	32 463	8 212	150 000	1 599 402
5.15	Infraestruturas do SRCEJA		1 931 446	100 000		90 967	2 975 856			30 000	5 128 269
5.16	Protocolos e Apoios	105 806	2 976 398	1 218 498	83 690	174 774	305 461	323 727	72 284	1 372 000	6 640 793
5.17	Formação										
8	CULTURA, CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL	958 488	1 196 136	1 167 610	80 488	331 774	221 666	184 709	167 842	271 646	2 454 520
8.1	Dinamização de Atividades Culturais	695 394	185 000	10 000				10 000		170 673	1 504 698
8.2	Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural	263 154	1 011 136	1 147 610	80 488	331 774	221 666	174 709	167 842	100 973	2 575 696
11	JUVENTUDE, EMPREGO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA	4 265 792	47 102 611	24 580 942	2 135 047	7 423 505	7 424 431	10 625 969	2 127 124	1 065 215	1 124 600
11.1	Juventude	56 127	510 032	302 884	30 259	56 750	57 375	47 281	22 386	12 921	404 600
11.2	Qualificação Profissional e Emprego	4 209 575	46 592 579	24 278 058	2 104 788	7 366 756	7 366 756	10 578 688	2 104 788	1 052 384	720 000
12	OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES TERRESTRES E COMUNICAÇÕES	204 016	18 135 256	1 440 792	132 518	693 331	1 342 402	528 308	240 000	115 000	23 802 061
12.5	Recuperação dos Efeitos da Intemperia Lorenço										
12.15	SRE - Construções Escolares	130 000	14 595 526	557 300	47 166	200 000	194 126	80 000	60 000	150 000	130 442
12.16	SRE - Reparação das Instalações da S.R.F.			425 220						115 000	16 089 113
12.17	SRSO - Instalações Desportivas		45 000	30 000							425 220
12.18	SRSO - Ampliação e Remodelação de Infraestruturas		520 000	90 000		50 000		225 000			300 000
12.19	SRSO - Beneficiário de Infraestruturas	74 016	215 422	288 272	85 962	420 458	459 202	471 960	478 308	50 000	1 060 000
12.24	SRSO - Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural		2 759 306	50 000				400 000		40 000	2 543 000
UM FUTURO MAIS DIGITAL E ECOLÓGICO NO SEIO DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO											
3	COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2 588 860	28 411 061	19 999 744	2 113 361	2 599 277	4 233 240	3 908 576	2 435 930	648 968	1 236 993
3.1	Competitividade Empresarial	2 588 860	28 411 061	19 999 744	2 113 361	2 599 277	4 233 240	3 908 576	2 435 930	648 968	1 236 993
6	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	2 937 079	42 134 126	20 786 664	4 843 866	11 119 802	16 905 218	8 595 991	3 866 532	657 049	10 294 847
6.1	Investigação, Inovação, Capacitação e Competitividade	589 632	25 692 133	13 696 260	3 423 126	2 933 736	6 133 108	4 387 134	1 034 171	161 912	5 583 018
6.2	Oceanografia sustentável, biodiversidade e alterações climáticas	1 725 054	8 872 538	5 999 773	1 055 976	6 701 605	8 376 971	3 323 142	2 202 032	452 058	1 544 960
6.3	Infraestruturas públicas de apoio ao setor produtivo	622 393	7 579 454	1 690 531	364 764	1 484 561	1 385 139	885 615	630 329	43 079	3 186 849
7	PECSAS, AQUICULTURA E ASSUNTOS DO MAR	1 990 324	12 301 525	4 961 095	738 939	972 809	1 981 235	2 206 722	482 266	88 118	8 719 853
7.1	Controlo, Inspeção e Gestão	49 029	460 576	263 822	47 456	77 697	95 322	1 598 127	67 694	12 396	1 050 321
7.2	Infraestruturas de Apoio às Pessoas	364 768	4 487 957	1 468 773	261 810	485 308	1 567 990	462 455	306 618	57 863	627 522
7.3	FORÇA e Recursos Humanos	124 948	1 261 019	541 993	85 957	122 195	160 524	70 531	74 404	2 980	1 647 624
7.4	Produtos da Pesca e da Aquicultura	42 446	306 960	387 263	42 814	287 609	48 561	38 190	33 652	14 899	4 082 195
7.5	Regimes de Apoio e Assistência Técnica do MAR 2020	1 409 133	5 805 013	2 309 144	300 840	119 438	4 839 959				1 701 951
											2 904 325
											16 210 000

Investimento Público 2021
Desagregação Especial



Objetivo/Programa/Projeto

	SMA	SMG	TER	GRA	S/O	PIG	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
7.7										2.366.062	2.366.062
7.8							1.207.480				1.207.480

Euro

Investimento Público 2021
Desagregação Espacial

Euro

Objetivo/Programa/Projeto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIG	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
8 CULTURA, CIÊNCIA E TRANSMISSÃO DIGITAL	636 266	2 049 765	1 598 060	82 907				180 000		6 683 304	11 846 316
8.3 Programa de Incentivos ao sistema científico e tecnológico dos Açores	11 667	1 994 365	766 410			6 925	260 979	6 780 979		3 780 341	6 780 977
8.4 Ações de Valorização e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação		55 400					148 130	258 530		55 000	258 530
8.5 Iniciativas, Projetos e Infraestruturas de Base Tecnológica	624 599		4 491	82 907				180 000		442 552	1 324 549
8.6 Construção das Parques de Ciência e Tecnologia			837 149								837 149
8.7 Ações de Valorização e Promoção da Transição e Transformação Digital										2 210 221	2 210 221
8.8 Iniciativas, projetos, ações e Infraestruturas para a Transição e Transformação Digital no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência										215 190	215 190
9 AMBIENTE, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E TERRITÓRIO	181 593	2 101 364	1 464 743	162 729	376 517	604 292	682 116	301 808	279 848	9 682 344	15 737 342
9.1 Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental	60 109	612 366	331 725	55 980	103 395	136 125	245 228	93 738	252 024	2 986 779	4 657 445
9.2 Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas	39 398	370 101	212 077	38 135	62 434	76 597	82 777	54 316	9 937	1 240 461	2 188 233
9.3 Conservação da Natureza e Biodiversidade	92 086	658 638	915 058	68 634	204 808	205 629	148 979	133 756	17 885	2 026 386	4 501 856
9.4 Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica		269 878				165 841	43 082			1 645 679	2 424 631
9.5 Ordenamento e Gestão do Território		150 270	5 883		5 880	20 000		20 000		1 503 099	1 705 132
9.6 Recuperação dos Ecossistemas de Interesse Local							62 042				62 042
10 TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA	124 256	3 037 880	1 219 604	93 100	811 330	302 026	321 273	80 268	10 267		6 000 001
10.1 Eficiência Energética e Energias Renováveis	14 517	354 936	142 494	10 678	21 386	35 288	37 636	9 378	1 200		627 623
10.2 Serviços Energéticos	93 181	2 278 187	914 613	69 819	765 636	226 496	240 832	60 195	7 699		4 665 689
10.3 Mobilidade Elétrica	10 745	262 686	105 460	8 060	15 834	26 116	27 780	6 841	889		4 664 500
10.4 Política Energética	5 811	142 071	67 037	4 363	8 564	14 125	15 025	3 754	480		251 220
11 LIVERTUDE, EMPREGO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA	92 072	2 677 600	980 000	61 383	161 107	307 000	216 678	82 716	6 178	2 156 167	6 699 800
11.3 Comércio e Indústria	36 000	1 800 000	630 000	18 000	102 000	225 000	135 000	54 000		420 000	3 420 000
11.4 Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	26 000	52 600	30 000	7 500	12 500	9 500	4 000	8 000	1 000	582 800	732 800
11.5 Gestão e Promoção da Marca Açores	31 072	725 000	290 000	25 883	46 607	72 500	77 678	20 715	5 178	855 357	2 150 000
11.6 Apoio ao Consumidor										100 000	100 000
11.7 Aferência - Apoio à Invenção, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato										197 000	197 000
12 OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES TERRESTRES E COMUNICAÇÕES	22 437	2 403 799	1 396 285	16 812	33 068	2 103 652	1 029 266	64 494	1 954	224 970	7 296 836
12.5 Recuperação dos Eixos da Intermodalidade Lorenço			46 981			776 542	876 477				1 700 000
12.20 SIAAR - Infraestruturas públicas de apoio ao setor produtivo	22 437	548 558	220 227	16 812	33 068	54 537	58 013	14 494	1 824		970 000
12.21 SIAAP - Infraestruturas de Apoio às Pescas		50 000	100 000			113 246		50 000			313 246
12.23 SPECTO - Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia		1 050 000									1 050 000
12.25 SPOAC - Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental			50 000								50 000
12.26 SPOAC - Conservação da Natureza e Biodiversidade		679 000					45 000				624 000
12.27 SIAAC - Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica		176 241	978 077			1 169 527	49 775			224 970	2 588 590
UMA GOVERNAÇÃO AO SERVIÇO DAS PESSOAS, PRÓXIMA E TRANSPARENTE	1 360 580	43 347 112	9 939 166	1 383 006	2 048 709	3 064 326	4 319 677	1 710 946	419 107	6 673 924	74 146 867

Investimento Público 2021
Desagregação Espacial

Objetivo/Programa/Projeto

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIG	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
1	INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E COOPERAÇÃO EXTERNA										
1.1	24 000	684 000	276 000	24 000	38 000	66 001	72 000	12 000	5 999		1 200 000
	Apelo aos Meios	21 560	614 175	247 825	21 560	32 825	59 263	64 650	10 775	5 387	1 077 500
1.2	1 000	28 500	11 500	1 000	1 500	2 750	3 000	500	260		50 000
	Jornal Oficial	1 450	41 325	16 675	1 450	2 175	4 350	725	362		72 500
1.3	45 079	423 461	645 960	43 633	289 224	895 984	684 018	135 150	11 370	772 221	4 026 000
2	SOLIDARIEDADE, IGUALDADE, HABILITAÇÃO, PODER LOCAL E COMUNIDADES										
2.9	45 079	423 461	600 000	43 633	199 738	808 344	499 306	73 003	11 370	92 121	2 167 441
	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	423 461	245 960	43 633	71 436	67 640	94 712	62 147	11 370	92 121	1 177 459
2.10		423 461									680 100
	Cooperação com os Municípios	423 461									680 100
2.11											50 000
	Cooperação com as Freguesias										50 000
3	COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA										
3.2	473 720	2 546 326	2 086 490	358 363	490 612	609 094	679 657	426 013	216 228	1 793 837	9 618 180
	Emprego e Qualificação Profissional	473 720	2 546 326	2 086 490	358 363	490 612	679 657	426 013	216 228	1 793 837	9 618 180
3.3	100 000	10 000	40 000							50 000	50 000
	Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional	100 000	10 000	40 000						50 000	50 000
3.4	151 300	656 400	756 200	161 300	161 300	181 600	191 800	141 200	121 000	458 451	608 451
	Eficiência no Serviço Público ao Cidadão	151 300	656 400	756 200	161 300	181 600	191 800	141 200	121 000	458 451	608 451
3.5											173 400
	Serviços Sociais										173 400
3.6		8 200	99 039	5 000			3 200				116 439
	Estadística	8 200	99 039	5 000			3 200				116 439
3.7	222 420	1 872 726	1 191 211	192 053	339 312	417 494	484 757	283 813	94 228	1 051 986	6 150 000
	Planeamento e Finanças	222 420	1 872 726	1 191 211	192 053	417 494	484 757	283 813	94 228	1 051 986	6 150 000
12	OPRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES TERRESTRES E COMUNICAÇÕES										
12.1	817 791	39 893 326	6 730 886	937 022	1 269 873	1 493 250	2 874 402	1 138 782	186 510	4 067 866	59 303 667
	Construção de Estradas Regionais	817 791	39 893 326	6 730 886	937 022	1 493 250	2 874 402	1 138 782	186 510	4 067 866	59 303 667
12.2	185 000	4 937 613	804 608	324 627	213 800	253 010	1 574 902	266 389	26 904	581 730	9 178 493
	Reabilitação de Estradas Regionais	185 000	4 937 613	804 608	324 627	213 800	253 010	266 389	26 904	581 730	9 178 493
12.3	56 144	527 412	2 072 250	54 344	88 972	109 154	117 961	77 403	14 163	77 461	3 196 264
	Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	56 144	527 412	2 072 250	54 344	88 972	117 961	77 403	14 163	77 461	3 196 264
12.4										641 386	641 386
	Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER									641 386	641 386
12.5										161 203	161 203
	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo									161 203	161 203
12.6		2 714 000	750 000		47 200						3 511 200
	Encargo do Plano de Recuperação e Resiliência	2 714 000	750 000		47 200						3 511 200
12.7	124 899	1 311 154	656 173	117 991	193 174	236 993	256 115	168 056	30 746	677 180	3 769 491
	Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	124 899	1 311 154	656 173	117 991	236 993	256 115	168 056	30 746	677 180	3 769 491
12.8	316 853	2 978 573	1 705 661	306 705	502 135	616 038	665 742	436 842	79 921	1 132 295	8 738 736
	Sistema de Informação e Infraestruturas de Suporte	316 853	2 978 573	1 705 661	306 705	616 038	665 742	436 842	79 921	1 132 295	8 738 736
12.9										58 860	58 860
	Cibersegurança e Segurança de Informação									58 860	58 860
12.10										202 504	202 504
	Redes Públicas e Tecnologias de Comunicação									202 504	202 504
12.11		1 154 847								435 776	1 154 847
	Laboratório Regional de Engenharia Civil	1 154 847								435 776	1 154 847
12.12		137 875	742 174	133 455	218 492	268 055	289 892	190 082	34 776	435 776	3 745 583
	Cooperação com Diversas Entidades	137 875	742 174	133 455	218 492	268 055	289 892	190 082	34 776	435 776	3 745 583
12.13										30 000	30 000
	Sensibilização e Divulgação									30 000	30 000
12.14										69 600	69 600
	Saúde e Segurança no Trabalho									69 600	69 600
	AFFIRMAR OS AÇORES NO MUNDO										
1	INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E COOPERAÇÃO EXTERNA										
1.4	16 610 326	97 370 228	70 060 110	22 039 962	24 359 622	26 067 360	24 737 234	30 205 678	7 799 096	12 091 618	329 336 323
	Relações com o exterior e Territórios de Interesse Estratégico para os Açores	16 610 326	97 370 228	70 060 110	22 039 962	26 067 360	24 737 234	30 205 678	7 799 096	12 091 618	329 336 323
										350 000	350 000
										136 650	136 650

Euro

Investimento Público 2021
Desagregação Espacial

Objetivo/Programa/Projeto

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
1.5	De Apoio ao Espaço Europeu									213 350	213 350
2	SOLIDARIEDADE, IGUALDADE, HABITAÇÃO, PODER LOCAL E COMUNIDADES		3 700 406							385 000	4 055 406
2.12	Emigração e Regresso									63 020	63 020
2.13	Identidade Cultural e Agrícola									171 550	171 550
2.14	Indigena e Intercomunalidade									120 430	120 430
2.15	Aeroportos e Aeroportos		3 700 406								3 700 406
7	PISCAS, AGRICULTURA E ASSUNTOS DO MAR	4 886	762	235 194	5 746	178 190				1 383 970	1 806 748
7.6	Gestão e Requalificação da Orla Costeira	4 886	762	235 194	5 746	178 190				1 383 970	1 806 748
10	TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA	15 316 479	96 206 933	65 846 048	21 632 311	24 730 656	24 428 978	29 972 691	7 630 217	9 844 324	318 434 123
10.5	Promoção e Desenvolvimento Turístico	794 792	9 810 785	4 468 392	702 076	1 158 544	1 702 623	1 008 073	182 249	991 096	22 258 893
10.6	Sustentabilidade do Destino Turístico	44 785	1 722 240	325 671	18 542	141 466	160 529	42 877	2 575	10 000	2 515 226
10.7	Qualificação do Destino	47 622	1 089 531	185 145	149 542	80 436	1 282 002	24 380	1 466	1 133 819	4 001 894
10.8	Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários	53 489	29 639 182	10 641 139	8 695 798	6 065 550	638 726	1 549 510	4 305 320	462 904	65 018 078
10.9	Gestão dos Aeroportos Regionais				2 785 520						
10.10	Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-ilhas	11 655 810	49 147 581	45 631 301	1 220 000	700 000			50 000	150 000	3 500 000
10.11	Dinamização dos Transportes		10 000		17 702 402						
10.12	Gestão Territorial - Transportes	168 633	2 606 140	1 287 740	243 751	183 963	812 503	168 633	92 330	410 052	6 525 633
10.13	Recuperação das Felhas da Intempérie Lorenzo	2 610 668	2 175 474	3 306 720	224 509	3 534 274	562 499	18 687 672	13 053	4 885 231	36 000 000
12	OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES TERRESTRES E COMUNICAÇÕES	294 847	1 164 409	612 894	172 447	1 616 389	307 266	233 187	188 878	168 224	4 889 046
12.5	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	74 847	703 101	402 894	72 447	118 810	157 266	103 187	18 878	103 265	1 900 000
12.22	SNMP - Gestão e Requalificação da Orla Costeira	220 000	461 308	110 000	100 000	1 397 779	150 000	130 000	150 000	64 959	2 789 046

Euro

Investimento Público 2021
Desagregação por Objetivo



Unid.: euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL		953 785 041	732 375 489	221 409 552
POLÍTICAS PARA A COESÃO SOCIAL E PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES				
2	SOLIDARIEDADE, IGUALDADE, HABITAÇÃO, PODER LOCAL E COMUNIDADES	276 264 675	213 465 606	62 799 069
2	Apoio à Infância e Juventude	3 325 296	3 325 296	0
2	1 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e Juventude	839 658	839 658	0
2	2 Defesa e Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens	100 000	100 000	0
2	3 Reabilitação e requalificação de creches e Centro de Atividades de Tempos Livres	175 412	175 412	0
2	4 Rede de Amas	60 100	60 100	0
2	5 Construção de Creche em Santo António - Associação para o Desenvolvimento, em Ponta Delgada (São Miguel)	150 000	150 000	0
2	6 Obras de beneficiação do Infantário "O Carrocel" - Associação dos Funcionários da Administração Regional da Ilha Terceira, em Angra do Heroísmo	844 000	844 000	0
2	7 Ampliação da Creche da Maia - Casa do Povo da Maia, na Ribeira Grande (São Miguel)	155 500	155 500	0
2	8 Adaptação de edifício e aquisição de terreno para apoio à creche Cortiscolandia - Kairós em Ponta Delgada (São Miguel)	70 000	70 000	0
2	9 Construção de Centro de Atividades de Tempos Livres na Candelária - Associação de Juventude da Candelária em Ponta Delgada (São Miguel)	20 000	20 000	0
2	10 Substituição da cobertura do edifício e pintura interior da creche "A Pequenada" - Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (São Miguel)	55 504	55 504	0
2	11 Adaptação de edifício para Centro de Atividades de Tempos Livres de Santa Maria - Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto (Santa Maria)	530 122	530 122	0
2	12 Requalificação da Creche o Girassol - Centro de Bem Estar Social da Paróquia de Santa Cruz das Flores (Flores)	25 000	25 000	0
2	13 Reforço das respostas da rede de creches e CATL entre as freguesias de S. Bartolomeu e Altares	300 000	300 000	0

2	1	14	Adaptação de estruturas existentes para criação de Pontos de Apoio ao Estudo	0	0	0	0
2	2	Apoio à Família, Comunidade e Serviços					
2	2	1	Apoio especializado ao desenvolvimento e requalificação da rede de equipamentos sociais e programas sociais dos Açores	7 584 477	7 584 477	0	0
2	2	2	CEDO - Complemento Especial para o Doente Oncológico	60 000	60 000	0	0
2	2	3	Apoios para combater à pandemia Covid-19	850 000	850 000	0	0
2	2	4	Requalificação da casas dos doentes deslocados nos Açores	4 000 000	4 000 000	0	0
2	2	5	Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios e equipamentos de apoio à Comunidade e dos Serviços da Segurança Social	50 000	50 000	0	0
2	2	6	Criação do Centro de Acolhimento da Horta - Santa Casa da Misericórdia da Horta (Faial)	505 452	505 452	0	0
2	2	7	Modernização do parque de viaturas das IPSS e Misericórdias	40 025	40 025	0	0
2	2	8	Construção do Centro Intergeneracional de Santo Antão - Centro Paroquial e Social de Santo Antão na Calheta (São Jorge)	1 200 000	1 200 000	0	0
2	2	9	Construção do Edifício Intergeneracional da Feteira da Horta - 2ª Fase - Casa do Povo da Feteira na Horta (Faial)	75 000	75 000	0	0
2	2	10	Construção do Centro Intergeneracional de Vila Franca do Campo - 2ª Fase - Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo (São Miguel)	504 000	504 000	0	0
2	2	11	Criação do Centro de Acolhimento Temporário na Urzelina - Instituto de Santa Catarina (São Jorge)	70 000	70 000	0	0
2	2	12	Reabilitação do infantário "Arco-Iris" da SCM das Lajes do Pico	200 000	200 000	0	0
2	3	Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais		30 000	30 000	0	0
2	3	1	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência	6 356 737	6 356 737	0	0
2	3	2	Construção do Centro de Atividades de Tempos Livres Inclusivo e de Centro de Dia Especializado - Lajes das Flores	1 588 737	1 588 737	0	0
2	3	3	Adaptação de Edifício a Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial - Santa Casa da Misericórdia da Horta (Faial)	45 000	45 000	0	0
2	3	4	Criação do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade - Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (Terceira)	25 000	25 000	0	0
2	3	5	Reabilitação de edifício para Centro de Apoio à Deficiência - Aurora Social em Ponta Delgada (São Miguel)	235 000	235 000	0	0
2	3	6	Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel	1 403 000	1 403 000	0	0
2	3	7	Construção do Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais na Lagoa - 1ª Fase - Santa Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa (São Miguel)	2 600 000	2 600 000	0	0
2	3	8	Construção de Centros de Atividades Ocupacionais na Zona Urbana de Ponta Delgada - Associação de Desenvolvimento e Promoção de Santa Bárbara em Ponta Delgada (São Miguel)	215 000	215 000	0	0
2	3	8	Associação de Desenvolvimento e Promoção de Santa Bárbara em Ponta Delgada (São Miguel)	60 000	60 000	0	0

2	3	9	Construção do Centro de Atividades Ocupacionais no Pico - Santa Casa da Misericórdia da Madalena (Pico)	25 000	25 000	0
2	3	10	Adaptação de imóvel a Lar Residencial em Santa Maria - Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto	160 000	160 000	0
2	4	Apoio a Idosos		4 161 635	4 161 635	0
2	4	1	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos	648 875	648 875	0
2	4	2	Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa	118 000	118 000	0
2	4	3	Rede de Cuidados Continuados dos Açores	1 100 000	1 100 000	0
2	4	4	Idosos em casa "Novos Idosos"	719 760	719 760	0
2	4	5	Criação da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (São Miguel)	600 000	600 000	0
2	4	6	Remodelação e ampliação do Lar de Idosos da Praia da Graciosa - Santa Casa da Misericórdia da Praia da Graciosa (Graciosa)	35 000	35 000	0
2	4	7	Ampliação e requalificação da Casa de Repouso João Inácio de Sousa, nas Velas (São Jorge)	300 000	300 000	0
2	4	8	Construção do Centro de Convívio de Castelo Branco - Casa do Povo de Castelo Branco (Faial)	25 000	25 000	0
2	4	9	Ampliação do Centro de Dia da Conceição - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial	5 000	5 000	0
2	4	10	Reabilitação da Estrutura Residencial para Idosos - Santa Casa da Misericórdia do Nordeste (São Miguel)	50 000	50 000	0
2	4	11	Ampliação do Centro de Alojamento temporário da Madalena - Santa Casa da Misericórdia da Madalena (Pico)	100 000	100 000	0
2	4	12	Reconstrução e Ampliação de ERPI para Criação de valência de Centro de Alojamento Temporário em São Roque do Pico - Santa Casa da Misericórdia de São Roque do Pico	300 000	300 000	0
2	4	13	Reabilitação e adaptação à função do centro social e paroquial de Nossa senhora da Luz - Graciosa	35 000	35 000	0
2	4	14	Projeto de construção da estrutura residencial para idosos na freguesia das Furnas	50 000	50 000	0
2	4	15	Projeto instalação de valência de cuidados continuados no Lar D. Pedro V, Praia da Vitória	75 000	75 000	0
2	5	Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza		12 533 719	12 533 719	0
2	5	1	Projetos de intervenção social de caráter inovador e experimental	290 000	290 000	0
2	5	2	Campanhas de sensibilização para a promoção da inclusão de minorias sujeitas a discriminações múltiplas	62 000	62 000	0
2	5	3	Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de crianças e jovens	272 235	272 235	0
2	5	4	Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de idosos	140 000	140 000	0

2	5	5	Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade	220 000	220 000	0
2	5	6	Projetos de intervenção social vocacionados para a reabilitação e promoção da inclusão de públicos em situação de grave exclusão social	401 375	401 375	0
2	5	7	Criação de estruturas multidisciplinares com intervenção técnica especializada	360 182	360 182	0
2	5	8	Apoio técnico e capacitação das IPSS	204 000	204 000	0
2	5	9	Fundo Regional de Ação Social	7 700 000	7 700 000	0
2	5	10	Medidas de combate à pobreza	758 927	758 927	0
2	5	11	Garantir a igualdade de oportunidades a jovens de famílias carenciadas, na permanência no ensino superior - Propinas	85 000	85 000	0
2	5	12	COMPAMID	2 020 000	2 020 000	0
2	5	13	Sénior Ativo	20 000	20 000	0
2	6	6	Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional	9 871 986	9 871 986	0
2	6	1	Promoção e apoio à habitação própria e a custos controlados	216 011	216 011	0
2	6	2	Operações urbanísticas e reabilitação de infraestruturas habitacionais	1 104 280	1 104 280	0
2	6	3	Reabilitação do parque habitacional da Região	2 139 874	2 139 874	0
2	6	4	Programa "Casa Renovada, Casa Habitada" e combate à infestação por térmitas	5 169 246	5 169 246	0
2	6	5	Salvaguarda habitacional em zonas de risco	300 000	300 000	0
2	6	6	Operações de inserção e reintegração social	292 575	292 575	0
2	6	7	Empreitada de conclusão Infraestruturas de Trás-os-Mosteiros, Ribeira Grande	300 000	300 000	0
2	6	8	Recuperação de habitações nos bairros do Aeroporto - Ilha de Santa Maria	350 000	350 000	0
2	7	7	Arrendamento Acessível e Cooperação	10 395 930	10 395 930	0
2	7	1	Incentivo e apoio ao arrendamento	3 298 294	3 298 294	0
2	7	2	Construção/arrendamento de fogos para arrendamento/subarrendamento apoiado	3 122 128	3 122 128	0
2	7	3	Cooperação com autarquias - acordos de colaboração IHRU/RAA/municípios	3 656 383	3 656 383	0
2	7	4	Condomínios e seguros	319 125	319 125	0

2	8	Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica		381 328		381 328		0
2	8	1	Reabilitação, conservação e manutenção de instalações	275 010		275 010		0
2	8	2	Adequação e Adaptação Tecnológica dos Serviços	106 318		106 318		0
2	9	Recuperação dos efeitos da Intemperie Lorenzo		65 559		65 559		0
2	9	1	Apoio à reabilitação em habitações danificadas pela Intemperie	65 559		65 559		0
4	EDUCAÇÃO			21 690 515		21 265 515		425 000
4	1	Construções Escolares		745 000		320 000		425 000
4	1	1	Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da R.A.A.	200 000		200 000		0
4	1	2	Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º ciclo (DLR 32/2002/A, de 8 agosto)	430 000		5 000		425 000
4	1	3	Assistência técnica e fecho financeiro	115 000		115 000		0
4	2	Equipamentos Escolares		988 040		988 040		0
4	2	1	Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário	838 040		838 040		0
4	2	2	Quilosques eletrónicos escolares	150 000		150 000		0
4	3	Apoio Social		9 320 000		9 320 000		0
4	3	1	Apoio Social	9 200 000		9 200 000		0
4	3	2	Atribuição de produtos de apoio para alunos portadores de deficiência	120 000		120 000		0
4	4	Apoio às instituições de Ensino Privado e formação		3 750 000		3 750 000		0
4	4	1	Apoiar as instituições de ensino privado	3 500 000		3 500 000		0
4	4	2	Formação do Pessoal Docente e Não Docente	250 000		250 000		0
4	5	Escolas Digitais		2 742 253		2 742 253		0
4	5	1	Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação	347 017		347 017		0
4	5	2	Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias	193 236		193 236		0
4	5	3	Escolas digitais	2 202 000		2 202 000		0

4	6	Projetos pedagógicos		3 876 622	3 876 622	0
4	6	1	Processo - Avaliação externa	40 000	40 000	0
4	6	2	Projetos Educativos	136 622	136 622	0
4	6	3	Prémio de Mérito de Ingresso no Ensino Superior	250 000	250 000	0
4	6	4	Programas ocupacionais	3 150 000	3 150 000	0
4	6	5	Promoção do sucesso educativo e combate ao abandono escolar precoce	300 000	300 000	0
4	7	Atividade Física Desportiva		268 600	268 600	0
4	7	1	Desporto Escolar Açores	268 600	268 600	0
5	SAÚDE, DESPORTO E PROTEÇÃO CIVIL			61 475 686	61 475 686	0
5	1	Parcerias Públicas Privadas		12 634 975	12 634 975	0
5	1	1	Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R	12 634 975	12 634 975	0
5	2	Apetrechamento e Modernização		1 828 405	1 828 405	0
5	2	1	Equipamentos para Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais	1 828 405	1 828 405	0
5	3	Apoios e Acordos		994 350	994 350	0
5	3	1	Apoios e protocolos com instituições	245 600	245 600	0
5	3	2	Concessão e Gestão do Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores	513 750	513 750	0
5	3	3	Criação do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade	235 000	235 000	0
5	4	Projetos na Saúde		463 000	463 000	0
5	4	1	Plano Regional da Saúde	62 500	62 500	0
5	4	2	Sistema de Qualidade na Saúde	35 500	35 500	0
5	4	3	Política de promoção da saúde e prevenção da doença - Plano Nutrição das Escolas - Alimentação Saudável	20 000	20 000	0
5	4	4	Saúde Mental - Estratégia e Implementação	50 000	50 000	0
5	4	5	Estratégia Regional para a prevenção e Controlo do Cancro	175 000	175 000	0

5	4	6	Programa de Literacia em Saúde		20 000	20 000	0
5	4	7	Accessibilidades - Deslocação de Doentes		50 000	50 000	0
5	4	8	Rede de Cuidados Palliativos		25 000	25 000	0
5	4	9	Plano de Desenvolvimento de Unidades de Geriatria		25 000	25 000	0
5	5		Recursos Humanos - Investimento e Planeamento		275 000	275 000	0
5	5	1	Capacitar o Serviço Regional de Saúde de Recursos Humanos - Fixação profissionais de Saúde		250 000	250 000	0
5	5	2	Estratégia e Plano para Implementar o Enfermeiro de Família na RAA		25 000	25 000	0
5	6		Tecnologias na Saúde		3 100 000	3 100 000	0
5	6	1	Tecnologias na Saúde		2 600 000	2 600 000	0
5	6	2	Tele saúde (Teleconsulta e telemonitorização)		500 000	500 000	0
5	7		Capacitação do sistema de Saúde		18 500 000	18 500 000	0
5	7	1	Retorna e recuperação da atividade		2 400 000	2 400 000	0
5	7	2	Reforço da capacidade instalada		300 000	300 000	0
5	7	3	Medidas de Combate à Covid-19		14 800 000	14 800 000	0
5	7	4	Vale Saúde		250 000	250 000	0
5	7	5	CIRURGE		750 000	750 000	0
5	8		Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/Tratamento e Reinsersão dos Comportamentos Aditivos e Dependências		1 240 438	1 240 438	0
5	8	1	Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/Tratamento e Reinsersão dos Comportamentos Aditivos e Dependências		1 140 438	1 140 438	0
5	8	2	Requalificação do edifício para a comunidade terapêutica da Vila de Rabo de Peixe		100 000	100 000	0
5	9		Desporto Crianças e Jovens		2 079 945	2 079 945	0
5	9	1	Promoção da Literacia Motora		272 710	272 710	0
5	9	2	Atividade física para jovens		81 235	81 235	0
5	9	3	Escalões de formação		1 583 000	1 583 000	0

5	9	4	Processos especiais de formação dos jovens participantes	143 000	143 000	0
5	10	Atividade Desportiva		5 148 000	5 148 000	0
5	10	1	Atividade associativa	2 308 000	2 308 000	0
5	10	2	Participação competitiva de clubes	2 380 500	2 380 500	0
5	10	3	Alto rendimento	269 500	269 500	0
5	10	4	Programa de apoio extraordinário aos clubes desportivos	190 000	190 000	0
5	11	Atividade Física		126 109	126 109	0
5	11	1	Retorna da atividade física para adultos e cidadãos portadores de deficiência	126 109	126 109	0
5	12	Instalações Desportivas		1 475 000	1 475 000	0
5	12	1	Gestão e funcionamento do parque desportivo regional	950 000	950 000	0
5	12	2	Acesso generalizado às instalações desportivas escolares e outras integradas por protocolos no parque desportivo regional	345 000	345 000	0
5	12	3	Reabilitação do Parque Desportivo Regional	50 000	50 000	0
5	12	4	Reabilitação do estádio de S. Miguel	100 000	100 000	0
5	12	5	Construção de um campo de Padel na Horta, ilha do Faial	30 000	30 000	0
5	13	Iniciativas Transversais às Diferentes Áreas do Desporto		82 000	82 000	0
5	13	1	Promoção do desporto e da atividade física	64 000	64 000	0
5	13	2	Formação técnica	5 000	5 000	0
5	13	3	Modernização	13 000	13 000	0
5	13	4	Digitalização e Simplificação	0	0	0
5	14	Equipamentos e Comunicações		1 599 402	1 599 402	0
5	14	1	Vaturas de Emergência	214 020	214 020	0
5	14	2	Vaturas dos Corpos Bombeiros	75 000	75 000	0
5	14	3	Equipamentos para Serviço Regional Proteção Civil	25 000	25 000	0

5	14	4	Equipamentos para as AHBV	50 000	50 000	0
5	14	5	Radiocomunicações do SRPCBA	534 282	534 282	0
5	14	6	Veículos Tanques de Intervenção Tática	701 100	701 100	0
5	15	Infraestruturas do SRPCBA		5 128 269	5 128 269	0
5	15	1	Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV	30 000	30 000	0
5	15	2	Centro de Formação de Protecção Civil	20 000	20 000	0
5	15	3	Construção do Quartel da AHBV da Povoação	1 901 446	1 901 446	0
5	15	4	Construção do Quartel da AHBV do Faial	2 975 856	2 975 856	0
5	15	5	Ampliação do Quartel da AHBV das Lajes do Pico	90 967	90 967	0
5	15	6	Ampliação da Secção Destacada dos Altares	80 000	80 000	0
5	15	7	Novo Quartel da AHBV do Nordeste	30 000	30 000	0
5	16	Protocolos e Apoios		6 640 793	6 640 793	0
5	16	1	CVISA	300 000	300 000	0
5	16	2	Apoios Transportes Terrestres de Emergência	4 702 793	4 702 793	0
5	16	3	Linha Saúde Açores	130 000	130 000	0
5	16	4	Apoios	42 000	42 000	0
5	16	5	Suporte Imediato de Vida	566 000	566 000	0
5	16	6	Pandemia COVID-19	900 000	900 000	0
5	16	7	Fundo de Emergência	0	0	0
5	17	Formação		160 000	160 000	0
5	17	1	Formação Profissionais da SRPCBA	5 000	5 000	0
5	17	2	Formação Profissionais dos Corpos de Bombeiros	100 000	100 000	0
5	17	3	Formação à População	10 000	10 000	0

5	17	4	Sensibilização	45 000	45 000	0
8	CULTURA, CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL			7 044 879	7 044 879	0
8	1	Dinamização de Atividades Culturais		2 575 695	2 575 695	0
8	1	1	Escolas de Formação	122 195	122 195	0
8	1	2	Edição de obras de cariz cultural	26 000	26 000	0
8	1	3	Rede de Leitura Pública	59 000	59 000	0
8	1	4	Banda Lira Açoriana	90 000	90 000	0
8	1	5	Dinamização Cultural	1 072 500	1 072 500	0
8	1	6	Arte Contemporânea dos Açores - ARTca	206 000	206 000	0
8	1	7	Apoios a atividades de relevante interesse cultural	800 000	800 000	0
8	1	8	Programa de apoios às sociedades recreativas e filarmónicas	175 000	175 000	0
8	1	9	Audiovisual	25 000	25 000	0
8	2	Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural		4 469 184	4 469 184	0
8	2	1	Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural	245 257	245 257	0
8	2	2	Inventário do Património Artístico e Cultural	42 990	42 990	0
8	2	3	Imóveis e Conjuntos Classificados	150 000	150 000	0
8	2	4	Investigação Arqueológica	36 860	36 860	0
8	2	5	Museus, Bibliotecas e Arquivos	2 110 875	2 110 875	0
8	2	6	Salvaguarda do Património Boleiro	90 000	90 000	0
8	2	7	Divulgação e Sensibilização do Património Cultural	80 000	80 000	0
8	2	8	Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos	35 000	35 000	0
8	2	9	Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para Entidades Culturais	100 000	100 000	0
8	2	10	Execução do Protocolo com a Diocese de Angra	500 000	500 000	0

8	2	11	Tecnologias da Informação e da comunicação no acesso à Cultura	10 000	10 000	0
8	2	12	Assistência técnica e fecho financeiro	30 000	30 000	0
8	2	13	Património arqueológico subaquático	45 000	45 000	0
8	2	14	Eco-museu do Corvo – Aquisição das casas da memória e dos teares	80 000	80 000	0
8	2	15	Criação de um Atlas do Património Arquitetónico e Cultural	30 000	30 000	0
8	2	16	Recuperação e Restauro do Orgão de Tubos da Igreja Matriz de Santa Cruz das Flores	73 202	73 202	0
8	2	17	Candidatura a Capital Europeia da Cultura	50 000	50 000	0
8	2	18	Museu Francisco Lacerda	200 000	200 000	0
8	2	19	Reabilitação do património histórico de Santa Maria	180 000	180 000	0
8	2	20	Igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra do Heroísmo	200 000	200 000	0
8	2	21	Requalificação da Igreja Matriz da Ribeira Grande	100 000	100 000	0
8	2	22	Restauro das locomotivas a vapor do porto de Ponta Delgada	80 000	80 000	0
8	2	23	Museografia do Museu do Pico	0	0	0
8	2	24	Grants Cultura - De Fenais a Fenais: Cultura Matriz do Desenvolvimento Local	0	0	0
11	JUVENTUDE, EMPREGO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA			107 874 847	45 500 778	62 374 069
11	1	Juventude		1 500 465	1 500 465	0
11	1	1	Cidadania e Formação dos Jovens	280 000	280 000	0
11	1	2	Mobilidade dos jovens	250 000	250 000	0
11	1	3	Associativismo e voluntariado	174 000	174 000	0
11	1	4	Empreendedorismo, empregabilidade e ocupação de tempos livres	350 000	350 000	0
11	1	5	Transição Digital e Ambiental	50 000	50 000	0
11	1	6	Indústrias criativas e culturais: Incentivo à criatividade	50 000	50 000	0
11	1	7	Conferências/Fóruns e Seminários	30 000	30 000	0

11	1	8	InfoJovem	30 000	30 000	0
11	1	9	Pousadas da Juventude	141 465	141 465	0
11	1	10	Requalificação do Serviço de Atendimento ao Jovem e Serviços da Direção Regional da Juventude	30 000	30 000	0
11	1	11	Cartão InterJovem	95 000	95 000	0
11	1	12	Observatório da Juventude	20 000	20 000	0
11	2	Qualificação Profissional e Emprego	106 374 382	44 000 313	62 374 069	
11	2	1	Formação Profissional	25 248 531	7 269 986	17 978 545
11	2	2	Programas de Estágios Profissionais	19 718 020	10 073 529	9 644 491
11	2	3	Programas de Emprego	60 272 831	25 521 798	34 751 033
11	2	4	Adequação Tecnológica dos Serviços	365 000	365 000	0
11	2	5	Estudos, Projetos e Cooperação	150 000	150 000	0
11	2	6	Assistência Técnica PO Açores FSE	50 000	50 000	0
11	2	7	Fórum Regional da Qualificação Profissional	50 000	50 000	0
11	2	8	Formação Tecnológica	520 000	520 000	0
12	OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES TERRESTRES E COMUNICAÇÕES			23 502 081	23 502 081	0
12	5	Recuperação dos efeitos das Intempéries do Lorenzo		130 442	130 442	0
12	5	2	SRE - Reparação das coberturas da ES Manuel de Arriaga	72 238	72 238	0
12	5	3	SRSDD - Recuperação da cobertura do pavilhão desportivo e de vedação de espaços desportivos exteriores do complexo desportivo Manuel de Arriaga	58 204	58 204	0
12	15	SRE - Construções Escolares		16 089 113	16 089 113	0
12	15	1	Reparação da EBI da Horta	50 000	50 000	0
12	15	2	Requalificação das instalações da EBI de Capelas	4 505 424	4 505 424	0
12	15	3	Requalificação das instalações para o 2º e 3º ciclos da EBI de Rabo de Peixe	6 900 104	6 900 104	0
12	15	4	Construção de novas instalações para EBI de Arrifes	2 000 000	2 000 000	0

12	15	5	Requalificação das instalações da EBI da Lagoa	510 000	510 000	0
12	15	6	Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental	150 000	150 000	0
12	15	7	Reparação da ES Vitorino Nemésio	330 000	330 000	0
12	15	8	Reparação da ES Jerónimo Emiliano de Andrade	175 000	175 000	0
12	15	9	Reparação da EBS das Flores	50 000	50 000	0
12	15	10	Reparação da EBS de Povoação	200 000	200 000	0
12	15	11	Reparação da ES de Lagoa	50 000	50 000	0
12	15	12	Reparação EBS Santa Maria	100 000	100 000	0
12	15	13	Reparação da EBI Angra do Heroísmo	52 300	52 300	0
12	15	14	Reparação da EBS de S. Roque do Pico	194 129	194 129	0
12	15	15	Reparação do Conservatório Regional de Ponta Delgada	80 000	80 000	0
12	15	16	Reparação da EBS da Graciosa	47 156	47 156	0
12	15	17	Reparação da EBS das Laranjeiras	100 000	100 000	0
12	15	18	Reparação da EBI Ponta Garça	100 000	100 000	0
12	15	19	EBS Mouzinho da Silveira	150 000	150 000	0
12	15	20	Intervenções diversas em infraestruturas escolares	115 000	115 000	0
12	15	21	Reparação da EBS da Calheta	100 000	100 000	0
12	15	22	Projeto remodelação no bloco E da EBS de S. Maria para adaptação a sala polivalente	30 000	30 000	0
12	15	23	Reabilitação do Edifício da Escola Básica do Topo	100 000	100 000	0
12	15	24	Reparação da EBI dos Biscoitos	0	0	0
12	15	25	Reparação da EBI Francisco Ornelas da Câmara	0	0	0
12	15	26	Reparação da EBS das Lajes do Pico	0	0	0
12	16	SRE -	Reparação das instalações da S.R.E	425 220	425 220	0

12	16	1	Intervenção nos Paços da Junta Geral	75 220	75 220	0
12	16	2	Intervenção no Palácio Bettencourt	300 000	300 000	0
12	16	3	Intervenção no edifício da DSFE	50 000	50 000	0
12	17	SRSDD - Instalações Desportivas		300 000	300 000	0
12	17	1	Modernização das instalações desportivas do parque desportivo regional	300 000	300 000	0
12	17	2	Construção, Requalificação e Qualificação de Instalações	0	0	0
12	18	SRSDD - Ampliação e Remodelação de Infraestruturas		1 060 000	1 060 000	0
12	18	1	Intervenções no Hospital da Horta	400 000	400 000	0
12	18	2	Empreitada de Modernização e Remodelação do Hospital de Ponta Delgada	300 000	300 000	0
12	18	3	Construção do Laboratório SEMBO	90 000	90 000	0
12	18	4	Construção da Unidade de Saúde da Maia	20 000	20 000	0
12	18	5	Construção da Unidade de Saúde de S. Roque e Livramento	200 000	200 000	0
12	18	6	Construção do novo bloco do Centro de Saúde das Velas	50 000	50 000	0
12	19	SRSDD - Beneficiação de Infraestruturas		2 543 000	2 543 000	0
12	19	1	Beneficiação de Infraestruturas das Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais	1 700 000	1 700 000	0
12	19	2	Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores	213 000	213 000	0
12	19	3	Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Lajes do Pico	250 000	250 000	0
12	19	4	Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Velas	300 000	300 000	0
12	19	5	Projeto de requalificação da unidade de saúde de ilha do Corvo	50 000	50 000	0
12	19	6	Requalificação do Centro de Saúde do Nordeste	30 000	30 000	0
12	24	SRCCTD - Defesa e Valorização do Património Arqueológico e Cultural		2 954 306	2 954 306	0
12	24	1	Museu da Construção Naval em Santo Amaro - Pico	40 000	40 000	0
12	24	2	Trinity House - Join cable station : núcleo das comunicações - Museu da Horta	50 000	50 000	0

12	24	3	Eco-museu do Convo – Casa da Vigia	40 000	40 000	0
12	24	4	Museu Carlos Machado: Núc. St. André Reservas Visitáveis e Área Expositiva de Curta Duração	2 638 806	2 638 806	0
12	24	5	Requalificação da Igreja da Graça	75 000	75 000	0
12	24	6	Requalificação da Casa da Vida Associativa	45 500	45 500	0
12	24	7	Conclusão das Obras de Requalificação da Casa Manuel de Arriaga	15 000	15 000	0
12	24	8	Centro Interpretativo da Base das Lajes	50 000	50 000	0
12	24	9	Museu da Horta	0	0	0
12	24	10	Musealização da Torre do Aeroporto de Santa Maria	0	0	0
12	24	11	Museu de Santa Maria: Quonset - Hrt	0	0	0
12	24	12	Palácio Bettencourt	0	0	0
12	24	13	Requalificação da Zona Envolvente do Farol dos Rosais	0	0	0

UM FUTURO MAIS DIGITAL E ECOLÓGICO NO SEIO DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

3	COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			65 175 000	50 175 000	15 000 000
3	1	Competitividade Empresarial		65 175 000	50 175 000	15 000 000
3	1	1	Sistemas de incentivos à competitividade empresarial	45 000 000	45 000 000	0
3	1	2	Fomento do empreendedorismo	150 000	150 000	0
3	1	3	Instrumentos Financeiros	2 000 000	2 000 000	0
3	1	4	Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário	25 000	25 000	0
3	1	5	Recapitalização das empresas	15 000 000	0	15 000 000
3	1	6	Linha COVID 19-Fundo Contragarantia	3 000 000	3 000 000	0
6	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL			121 140 973	60 222 782	60 918 191
6	1	Investigação, Inovação, Capacitação e Competitividade		63 624 230	38 761 167	24 863 063

6	1	1	Inovação e Qualificação das Explorações Agrícolas	14 025 142	6 271 433	7 753 709
6	1	2	Medidas de apoio às produções locais	16 400 000	13 000 000	3 400 000
6	1	3	Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas e Reposição do seu Potencial Produtivo	1 130 871	1 130 871	0
6	1	4	Reforma Antecipada	1 857 500	370 000	1 487 500
6	1	5	Incentivo ao Associativismo	5 000 000	5 000 000	0
6	1	6	Capacitação dos Agricultores e Promoção da Literacia em Produção e Consumo Sustentáveis	18 762	18 762	0
6	1	7	Formação Profissional, Demonstração, Aconselhamento e Divulgação Agrária	2 200 000	2 200 000	0
6	1	8	Inovação e Digitalização da Agricultura dos Açores	12 508	12 508	0
6	1	9	Infraestruturas de apoio para a transição digital	125 994	125 994	0
6	1	10	Fileira do leite e Formação de Preços	26 500	26 500	0
6	1	11	Dinamização dos Mercados	6 500 000	6 500 000	0
6	1	12	Inovação e Qualificação da Indústria Agro-alimentar	14 378 652	2 156 798	12 221 854
6	1	13	Infraestrutura de apoio à segurança alimentar e saúde animal	338 500	338 500	0
6	1	14	Acreditação, Certificação e Gestão dos Produtos de Qualidade dos Açores	509 173	509 173	0
6	1	15	Operacionalização de políticas de desenvolvimento agrícola e rural	903 817	903 817	0
6	1	16	Potenciar o Setor Vitivinícola	40 811	40 811	0
6	1	17	Medidas de apoio ao programa do jovem agricultor	106 000	106 000	0
6	1	18	Ação de Marketing direcionado - Queijo de São Jorge	20 000	20 000	0
6	1	19	Estudo de mercado para a Diversificação da Produção Agrícola	10 000	10 000	0
6	1	20	Investigação para a Valorização dos Produtos Agroindustriais	20 000	20 000	0
6	2	2	Desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alterações climáticas	39 654 029	10 994 884	28 659 145
6	2	1	Agroruralidade por Ilha	5 300	5 300	0
6	2	2	Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica	12 418 487	1 947 773	10 470 714

6	2	3	Segurança Alimentar e Sanidade Animal	2 046 648	2 046 648	0
6	2	4	Melhoramento Genético e Bem-Estar Animal	610 981	610 981	0
6	2	5	Bem-estar de animais de companhia e errantes	334 177	334 177	0
6	2	6	Sanidade Vegetal e Proteção Culturais	468 914	388 914	80 000
6	2	7	Sustentavgro - Transição Ecológica da Agricultura	265 000	265 000	0
6	2	8	Geobio Ocidental	5 300	5 300	0
6	2	9	Economia Circular na Agricultura	53 000	53 000	0
6	2	10	Agricultura familiar dos Açores	53 000	53 000	0
6	2	11	Apoio ao rendimento e resiliência da atividade agrícola	14 277 334	2 441 600	11 835 734
6	2	12	Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária	4 958 441	743 766	4 214 675
6	2	13	Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural	2 496 369	438 347	2 058 022
6	2	14	Fomento Florestal	476 863	476 863	0
6	2	15	Promção do Uso Múltiplo da Floresta	570 263	570 263	0
6	2	16	Life IP Climaz	123 882	123 882	0
6	2	17	Divulgação, promoção e apoio à decisão	112 597	112 597	0
6	2	18	Apoio à Recuperação de Colheitas Agrícolas e Produção Pecuária- Função Lorenzo	97 275	97 275	0
6	2	19	Acompanhamento das intervenções Comunitárias	260 198	260 198	0
6	2	20	Apoio à construção de um centro de treino animal para a AFAMA - Associação Falalense dos Amigos dos Animais	20 000	20 000	0
6	3	Infraestruturas públicas de apoio ao sector produtivo		17 862 714	10 466 731	7 395 983
6	3	1	Abastecimento de água, caminhos e eletrificação agrícola	10 175 586	4 041 020	6 134 566
6	3	2	Reestruturação Fundiária	238 500	238 500	0
6	3	3	Investimento na Filreira da Carne Açores	2 463 628	1 699 011	764 617
6	3	4	Construção do novo Matadouro de São Jorge	690 000	193 200	496 800

6	3	5	Caminhos e Infraestruturas de base para apoio ao sector florestal e rural	3 980 000	3 980 000	0
6	3	6	Infraestruturas colectivas de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural	200 000	200 000	0
6	3	7	Valorização de infraestruturas de interesse patrimonial e cultural	50 000	50 000	0
6	3	8	Captação e armazenamento de água na Serra das Velhas	15 000	15 000	0
6	3	9	Parques de retém nas freguesias de Norte Grande, Norte Pequeno e Santo Antão	50 000	50 000	0
6	3	10	Construção do Novo Edifício do SERCLASM	0	0	0
7	PESÇAS, AQUICULTURA E ASSUNTOS DO MAR			40 442 918	25 442 918	15 000 000
7	1	Controlo, Inspeção e Gestão		3 712 412	3 712 412	0
7	1	1	Controlo e Inspeção	170 000	170 000	0
7	1	2	Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: capacidade inspetiva, formação e sensibilização	30 000	30 000	0
7	1	3	Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: acompanhamento, vigilância e gestão eletrónica	163 072	163 072	0
7	1	4	Gestão Sustentável das Pescas e da Aquicultura	1 244 621	1 244 621	0
7	1	5	Comunicação e Ações Coletivas	20 000	20 000	0
7	1	6	Projetos PLASMAR e OCEANLIT	24 551	24 551	0
7	1	7	Programa Nacional de Recolha de Dados	490 768	490 768	0
7	1	8	Cluster do Mar dos Açores	1 569 400	1 569 400	0
7	2	Infraestruturas de Apoio às Pescas		9 960 464	9 960 464	0
7	2	1	Portos da Região	8 876 580	8 876 580	0
7	2	2	Fecho da empreitada do porto de pesca do Topo	313 754	313 754	0
7	2	3	Melhoria das condições operacionais e de segurança do núcleo de pesca do porto da Madalena	511 130	511 130	0
7	2	4	Construção do Entrepasto Frigorífico de Ponta Delgada	59 000	59 000	0
7	2	5	Aquisição de grua para o porto das poças	80 000	80 000	0
7	2	6	Aquisição de grua para o porto de pesca do Calhau, Piedade	65 000	65 000	0

7	2	7	Reabilitação de equipamentos do porto de pescas de Vila Franca do Campo	30 000	30 000	0
7	2	8	Construção de novo entreposto frigorífico no porto de São Mateus da Calheta	25 000	25 000	0
7	3	FROTA e Recursos Humanos		4 082 195	4 082 195	0
7	3	1	Regime de Apoio à Frota de Pesca Local e Costeira	865 000	865 000	0
7	3	2	Regime de Apoio à Motorização das Embarcações de Pesca Local	40 000	40 000	0
7	3	3	Regime de Apoio à Redução dos Custos na Atividade da Pesca	10 000	10 000	0
7	3	4	Regime de Apoio à Segurança no Trabalho a Bordo das Embarcações de Pesca Local e Costeira	213 920	213 920	0
7	3	5	FUNDOPESCA e Regime Excepcional COVID 19	1 388 000	1 388 000	0
7	3	6	Formação e promoção do capital humano	883 300	883 300	0
7	3	7	Estruturas e Equipamentos	681 975	681 975	0
7	4	Produtos da Pesca e da Aquicultura		2 904 325	2 904 325	0
7	4	1	Apoio a profissionais da pesca e organizações setoriais	910 000	910 000	0
7	4	2	Produção, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura	1 900 000	1 900 000	0
7	4	3	Inovação na aquicultura	84 325	84 325	0
7	4	4	Valorização dos subprodutos da pesca	10 000	10 000	0
7	5	Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020		16 210 000	1 210 000	15 000 000
7	5	1	Apoio ao investimento no âmbito dos Projetos Mar 2020	16 210 000	1 210 000	15 000 000
7	7	Monitorização, promoção, fiscalização e ação ambiental marinha		2 366 062	2 366 062	0
7	7	1	Cooperação Institucional, promoção e educação ambiental marinha e ciência cidadã	30 000	30 000	0
7	7	2	Programas de monitorização e medidas da DQEM e ação ambiental marinha dos parques naturais	262 765	262 765	0
7	7	3	Infraestruturas e equipamentos	33 442	33 442	0
7	7	4	Projeto LIFE-IP Azores Natura - componente marinha	774 266	774 266	0
7	7	5	Projeto MISTIC SEAS III	71 685	71 685	0

7	7	6	Projeto RAGES - Risk-based Approaches to Good Environmental Status	46 335	46 335	0
7	7	7	Projeto PLASMAR +	85 924	85 924	0
7	7	8	Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores - águas marinhas costeiras	25 000	25 000	0
7	7	9	Projetos MARCET II, INTERTAGUA, IMPLAMAÇ, OCEANLIT E SMARTBLUEF	297 022	297 022	0
7	7	10	Projeto LIFE-IP CLIMAZ	64 277	64 277	0
7	7	11	Projeto MSP-OR Advancing Maritime Spatial Planning in Outermost Regions	31 000	31 000	0
7	7	12	Colmatação de lacunas sobre a caracterização do espaço marítimo	340 000	340 000	0
7	7	13	Estudo hidrodinâmico das condições oceanográficas na costa norte da ilha de São Jorge	100 000	100 000	0
7	7	14	Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional - Açores	25 000	25 000	0
7	7	15	Operacionalização do serviço do Parque Marinho dos Açores (PMA)	179 346	179 346	0
7	8	8	Escola do Mar dos Açores	1 207 460	1 207 460	0
7	8	1	Escola do Mar	1 207 460	1 207 460	0
8	CULTURA, CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL			11 646 316	9 760 195	1 886 121
8	3	Programa de Incentivos ao sistema científico e tecnológico dos Açores		6 790 677	4 904 556	1 886 121
8	3	1	Infraestruturas, projetos e atividades no âmbito das entidades do SCTA	3 536 264	3 536 264	0
8	3	2	Inovação, capacitação científica e implementação de projetos de investigação em contexto empresarial	60 000	60 000	0
8	3	3	Internacionalização da investigação regional	187 243	187 243	0
8	3	4	Produção, formação e divulgação científica e tecnológica	120 000	120 000	0
8	3	5	Contratação Definitiva de Investigadores para o SCTA	130 054	130 054	0
8	3	6	Desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores	500 000	500 000	0
8	3	7	Transferências para o Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia	2 257 116	370 995	1 886 121
8	4	Ações de valorização e promoção da ciência, tecnologia e inovação		258 530	258 530	0
8	4	1	Eventos de promoção da ciência, tecnologia e inovação	35 000	35 000	0

8	4	2	Iniciativas de gestão, operacionalização e monitorização do sistema científico e tecnológico	20 000	20 000	0
8	4	3	Centro de Divulgação "Museu de História Natural dos Açores" em Ponta Delgada	50 000	50 000	0
8	4	4	Rede regional dos laboratórios COVID-19	153 530	153 530	0
8	5	5	Iniciativas, projetos e infraestruturas de base tecnológica	1 334 549	1 334 549	0
8	5	1	Ações promotoras de ecossistemas tecnológicos e digitais	37 000	37 000	0
8	5	2	Implementação de infraestruturas tecnológicas	1 117 549	1 117 549	0
8	5	3	Projeto RAEGE - Ilha das Flores	180 000	180 000	0
8	6	6	Construção de parques de Ciência e Tecnologia	837 149	837 149	0
8	6	1	Parque de ciência e tecnologia da Ilha Terceira	837 149	837 149	0
8	7	7	Ações de Valorização e Promoção da Transição e Transformação Digital	2 210 221	2 210 221	0
8	7	1	Atividades de promoção e implementação da Transição e Transformação Digital	924 560	924 560	0
8	7	2	Iniciativas de gestão, operacionalização e monitorização da Transição e Transformação Digital	297 950	297 950	0
8	7	3	Autonomia Digital dos Açores	987 711	987 711	0
8	8	8	Iniciativas, projetos, ações e infraestruturas para a Transição e Transformação Digital no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência	215 190	215 190	0
8	8	1	Sistema de incentivo para a Transição e Transformação Digital	27 000	27 000	0
8	8	2	APR + Serviços mais ágeis	135 300	135 300	0
8	8	3	APR + Proativa	52 890	52 890	0
8	8	4	OCDE - Azores Public Administration and Society Digital Review	0	0	0
9			AMBIENTE, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E TERRITÓRIO			
9	1	1	Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental	15 737 342	15 637 342	100 000
9	1	1	Vigilância ambiental	4 857 445	4 857 445	0
9	1	2	Cidadania ambiental ativa	660 000	660 000	0
9	1	3	Eco-Freguesia, freguesia limpa	150 000	150 000	0
9	1	3	Eco-Freguesia, freguesia limpa	500 000	500 000	0

9	1	4	Rede Regional de Ecolecas e Centros Ambientais	1 190 000	1 190 000	0	0
9	1	5	Renovação da exposição do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos	112 333	112 333	0	0
9	1	6	Reinstalação do Serviço de Ambiente do Corvo	237 554	237 554	0	0
9	1	7	Infraestrutura de Dados Espaciais dos Açores (IDEA)	56 414	56 414	0	0
9	1	8	Sistemas e Infraestruturas de Informação e Comunicação	253 184	253 184	0	0
9	1	9	Licenciamento Único Ambiental Açores	77 880	77 880	0	0
9	1	10	Projeto LIFE VIDALLA - LIFE17 NAT/PT/000510	184 153	184 153	0	0
9	1	11	Projeto LIFE AZORES NATURA - LIFE17 IPE/PT/000010	573 980	573 980	0	0
9	1	12	Projeto LIFE BEETLES - LIFE18 NAT/PT/000864	170 425	170 425	0	0
9	1	13	Projeto LIFE IP CLIMAZ - LIFE19 IPC/PT/000004 - Ambiente	653 558	653 558	0	0
9	1	14	Estudos e Projetos a programas comunitários	27 964	27 964	0	0
9	1	15	Inspeção Regional do Ambiente (IRA)	10 000	10 000	0	0
9	1	16	Projeto LIFE SNAILS	0	0	0	0
9	2	Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas		2 186 233	2 186 233	0	0
9	2	1	Avaliação e Licenciamento Ambiental	15 000	15 000	0	0
9	2	2	Rede de monitorização e plataforma de informação da qualidade do ar	293 140	293 140	0	0
9	2	3	Monitorização e controlo da infestação por térmitas	30 241	30 241	0	0
9	2	4	PLANCLIMAC - Alterações Climáticas	182 334	182 334	0	0
9	2	5	Instalações e equipamento dos centros de processamento de resíduos	88 695	88 695	0	0
9	2	6	Operação dos centros de processamento e boas práticas de gestão de resíduos	350 000	350 000	0	0
9	2	7	Apoio à recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis	41 182	41 182	0	0
9	2	8	Sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas nos Açores - EEA Grants	1 000 129	1 000 129	0	0
9	2	9	Proteção Radiológica	67 958	67 958	0	0

9	2	10	Programa Regional para as Alterações Climáticas	30 000	30 000	0	0
9	2	11	Alteração do PEPGRA	47 554	47 554	0	0
9	2	12	Execução da revisão do regime geral de prevenção e gestão de resíduos	40 000	40 000	0	0
9	2	13	Restituição dos CPR para a realização do processo de compostagem da recolha seletiva de orgânicos	0	0	0	0
9	2	14	Elaboração do Roteiro de Economia Circular Regional	0	0	0	0
9	2	15	Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores	0	0	0	0
9	2	16	Melhoria do Conhecimento da Localização e Estado de Conservação dos Solos Orgânicos e Turfeiras e Monitorização do Stock de Carbono	0	0	0	0
9	2	17	Resiliência de zonas costeiras frágeis ao impacto das alterações climáticas: as fajãs das Lajes do Pico (Pico) e da Lagoa de Santo Cristo (São Jorge – casos de estudo)	0	0	0	0
9	2	18	Projeto LIFE SMALLS	0	0	0	0
9	3		Conservação da Natureza e biodiversidade	4 501 859	4 501 859	0	0
9	3	1	Monitorização e gestão do património natural e da biodiversidade	300 000	300 000	0	0
9	3	2	Parques Naturais de Ilha, Reservas da Biosfera, Geoparque e Paleoparque	50 000	50 000	0	0
9	3	3	Apoios à manutenção de paisagens tradicionais em áreas classificadas	1 800 000	1 800 000	0	0
9	3	4	Recuperação de trilhos e infraestruturas de apoio da Fajã de Santo Cristo	83 125	83 125	0	0
9	3	5	Rede de observação e centros de reabilitação de aves selvagens	120 000	120 000	0	0
9	3	6	Projeto LIFE VIDALLA - LIFE17 NAT/PT/000510	268 082	268 082	0	0
9	3	7	Projeto LIFE AZORES NATURA - LIFE17 IPE/PT/000010	964 819	964 819	0	0
9	3	8	Projeto LIFE BEETLES - LIFE18 NAT/PT/000864	314 912	314 912	0	0
9	3	9	Requalificação dos percursos pedestres da Caldeira da Serra de Santa Bárbara - Terceira	533 368	533 368	0	0
9	3	10	Requalificação do miradouro e do trilho da lagoa do Fogo - São Miguel	31 553	31 553	0	0
9	3	11	Controlo de infestante e plantação de endémicas.	36 000	36 000	0	0
9	3	12	Implementação da Convenção CITES nos Açores	0	0	0	0
9	3	13	Regime de apoio à manutenção e recuperação da biodiversidade	0	0	0	0

9	3	14	Regime jurídico de classificação do arvoredo de interesse público	0	0	0	0	0
9	4	Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica		2 424 631	2 324 631	100 000	0	0
9	4	1	Monitorização e manutenção da rede hidrográfica	900 000	900 000	0	0	0
9	4	2	Rede de monitorização do ciclo hidrológico	156 461	156 461	0	0	0
9	4	3	Monitorização qualitativa das massas de água interiores e de transição	250 000	250 000	0	0	0
9	4	4	Monitorização do estado trófico das lagoas	71 240	71 240	0	0	0
9	4	5	Controlo da biomassa e dos níveis de nutrientes nas lagoas	117 399	17 399	100 000	0	0
9	4	6	Projeto MITIMAC Água	123 153	123 153	0	0	0
9	4	7	Instrumentos de planeamento de recursos hídricos	250 000	250 000	0	0	0
9	4	8	Requalificação da rede hidrográfica	556 378	556 378	0	0	0
9	5	Ordenamento e Gestão do Território		1 705 132	1 705 132	0	0	0
9	5	1	Implementação do Sistema de Gestão Territorial	70 000	70 000	0	0	0
9	5	2	Avaliação de Instrumentos de Gestão Territorial	50 000	50 000	0	0	0
9	5	3	Revisão e alteração de Instrumentos de Gestão Territorial	104 533	104 533	0	0	0
9	5	4	Implementação de Instrumentos de Gestão Territorial	250 000	250 000	0	0	0
9	5	5	Prevenção de Riscos Naturais	763 684	763 684	0	0	0
9	5	6	Portal do Ordenamento do Território dos Açores	25 000	25 000	0	0	0
9	5	7	Projeto LIFE CLIMAZ - Território	171 494	171 494	0	0	0
9	5	8	Informação geodésica, produção cartográfica	150 000	150 000	0	0	0
9	5	9	Rede de estações permanentes GNSS	15 000	15 000	0	0	0
9	5	10	Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral (SIRGIC)	105 421	105 421	0	0	0
9	5	11	Desenvolvimento de condicionantes do Território	0	0	0	0	0
9	5	12	Valorização da Paisagem	0	0	0	0	0

9	6	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo		62 042	62 042	0
9	6	1	Recuperação do Porto Pim e Vuicão dos Capelinhos	62 042	62 042	0
10	TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA			6 000 001	6 000 001	0
10	1	Eficiência Energética e energias renováveis		627 623	627 623	0
10	1	1	Eficiência Mais	30 000	30 000	0
10	1	2	Produção e Armazenamento de Energia Limpa	597 623	597 623	0
10	2	Serviços Energéticos		4 656 658	4 656 658	0
10	2	1	Combustíveis, eletricidade e ascensores	3 938 453	3 938 453	0
10	2	2	Modernização e desmaterialização de Serviços	90 000	90 000	0
10	2	3	Eletificação da Fajã da Caldeira do Santo Cristo	628 205	628 205	0
10	3	Mobilidade Elétrica		464 500	464 500	0
10	3	1	Mobilidade Elétrica, Inteligente e Sustentável	326 000	326 000	0
10	3	2	Plano para Mobilidade Elétrica nos Açores, Ações de Sensibilização e Divulgação	138 500	138 500	0
10	4	Política Energética		251 220	251 220	0
10	4	1	Projetos Europeus	211 220	211 220	0
10	4	2	Combate à Pobreza Energética	40 000	40 000	0
11	JUVENTUDE, EMPREGO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA			6 599 800	6 599 800	0
11	3	Comércio e Indústria		3 420 000	3 420 000	0
11	3	1	Programas de apoio às empresas	3 000 000	3 000 000	0
11	3	2	Qualidade e Inovação	70 000	70 000	0
11	3	3	Dinamização da atividade económica	350 000	350 000	0
11	4	Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais		732 800	732 800	0
11	4	1	Competitividade e inovação das empresas artesanais nos Açores	85 000	85 000	0

11	4	2	Azores NewCraft - Internacionalização	137 000	137 000	0
11	4	3	Craf & Art - Capacitar Pela Inovação	10 000	10 000	0
11	4	4	Azores Craftlab - Incubadora de Artesanato	80 000	80 000	0
11	4	5	Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato	150 000	150 000	0
11	4	6	ModaMac	20 000	20 000	0
11	4	7	Açores Artesanal	100 800	100 800	0
11	4	8	Promoção e comercialização do Artesanato dos Açores	100 000	100 000	0
11	4	9	Medida Excepcional de Incentivo à Manutenção da atividade	50 000	50 000	0
11	5	5	Gestão e Promoção da Marca Açores	2 150 000	2 150 000	0
11	5	1	Promoção e valorização dos produtos açorianos	1 450 000	1 450 000	0
11	5	2	Promoção da Certificação da Marca Açores	350 000	350 000	0
11	5	3	Apoio à estruturação comercial da Marca Açores	350 000	350 000	0
11	6	6	Apoio ao Consumidor	100 000	100 000	0
11	6	1	Promover os direitos do consumidor	95 000	95 000	0
11	6	2	Promover a resolução de conflitos de consumo	5 000	5 000	0
11	7	7	AJEMCIA - Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato	197 000	197 000	0
11	7	1	Ações de Formação	150 000	150 000	0
11	7	2	Ações de divulgação	47 000	47 000	0
12	5	5	OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES TERRESTRES E COMUNICAÇÕES	7 295 836	7 295 836	0
12	5	5	Recuperação dos efeitos das Intempéries do Lorenzo	1 700 000	1 700 000	0
12	5	4	SRMP - Intempérie Lorenzo - Recuperação de infraestruturas de pesca	1 000 000	1 000 000	0
12	5	6	SRAAC - Intervenção no complexo de infraestruturas de Porto Pim	700 000	700 000	0
12	20	20	SRADR - Infraestruturas públicas de apoio ao sector produtivo	970 000	970 000	0

12	20	1	Infraestruturas públicas de apoio ao setor produtivo	970 000	0	970 000	0	0	0
12	20	2	Melhoramento das Infraestruturas do Matadouro do Pico	0	0	0	0	0	0
12	20	3	Melhoramento das Infraestruturas do Matadouro de São Miguel	0	0	0	0	0	0
12	21	SRIMP - Infraestruturas de Apoio às Pescas		313 246	313 246	313 246	0	0	0
12	21	1	Melhoria das condições operacionais do porto de pesca das Póças	50 000	50 000	50 000	0	0	0
12	21	2	Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca dos Carneiros	50 000	50 000	50 000	0	0	0
12	21	3	Construção de infraestruturas de apoio no porto de pesca da S. Mateus da Calheta, Ilha Terceira	100 000	100 000	100 000	0	0	0
12	21	4	Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca do Topo	113 246	113 246	113 246	0	0	0
12	21	5	Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca da Ribeira Quente	0	0	0	0	0	0
12	21	6	Melhoria das condições operacionais e de segurança do núcleo de pesca do porto da Horta	0	0	0	0	0	0
12	23	SRCTD - Construção dos parques de ciência e tecnologia		1 050 000	1 050 000	1 050 000	0	0	0
12	23	1	Parque de ciência e tecnologia de São Miguel	1 050 000	1 050 000	1 050 000	0	0	0
12	25	SRAAC - Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental		50 000	50 000	50 000	0	0	0
12	25	1	Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão - Terceira	50 000	50 000	50 000	0	0	0
12	26	SRAAC - Conservação da Natureza e Biodiversidade		624 000	624 000	624 000	0	0	0
12	26	1	Circuito Interpretativo da Ponta da Ferraria	529 000	529 000	529 000	0	0	0
12	26	2	Intervenção ordenamento paisagístico na zona da mata da Lagoa do Congro	50 000	50 000	50 000	0	0	0
12	26	3	Requalificação do Pólo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial	45 000	45 000	45 000	0	0	0
12	27	SRAAC - Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica		2 588 590	2 588 590	2 588 590	0	0	0
12	27	1	Requalificação da rede hidrográfica	642 660	642 660	642 660	0	0	0
12	27	2	Estabilização da Grota da Lagoinha e ribeiras da zona Sudoeste da Ilha Terceira	100 000	100 000	100 000	0	0	0
12	27	3	Construção de vala para recolha e desvio de caudais de grotas no troço entre a ribeira do Dilúvio e a ribeira da Prainha, em São Caetano	967 853	967 853	967 853	0	0	0
12	27	4	Intervenção e planificação dos caudais das ribeiras na ilha terceira	878 077	878 077	878 077	0	0	0

UMA GOVERNAÇÃO AO SERVIÇO DAS PESSOAS, PRÓXIMA E TRANSPARENTE

1		INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E COOPERAÇÃO EXTERNA		74 146 857	72 036 757	2 110 100
1	1	Apoio aos Media		1 200 000	1 200 000	0
1	1	1	Programa de Apoio à Comunicação Social	850 000	850 000	0
1	1	2	Plataforma Eletrónica de Comunicação com o Cidadão	100 000	100 000	0
1	1	3	Financiamento de obrigações de serviço público de notícias e de televisão	127 500	127 500	0
1	2	Jornal Oficial		50 000	50 000	0
1	2	1	Acesso a base de dados jurídicos	50 000	50 000	0
1	3	Coordenação da Atividade Governativa		72 500	72 500	0
1	3	1	Relações com entidades governamentais externas e com outras entidades	72 500	72 500	0
2	SOLIDARIEDADE, IGUALDADE, HABITAÇÃO, PODER LOCAL E COMUNIDADES			4 025 000	4 025 000	0
2	9	Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo		2 167 441	2 167 441	0
2	9	2	Intempérie Lorenzo - Apoio à recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais	2 167 441	2 167 441	0
2	10	Cooperação com os Municípios		1 177 459	1 177 459	0
2	10	1	Cooperação Técnica com os Municípios	60 120	60 120	0
2	10	2	Cooperação Financeira com os Municípios	1 085 338	1 085 338	0
2	10	3	Eleições	32 001	32 001	0
2	11	Cooperação com as Freguesias		680 100	680 100	0
2	11	1	Cooperação Técnica com as Freguesias	35 100	35 100	0
2	11	2	Cooperação Financeira com as Freguesias	620 000	620 000	0
2	11	3	Colaboração técnica e financeira com a Associação de Freguesias dos Açores (ANAFRE Açores)	25 000	25 000	0
3	COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			9 618 190	8 197 290	1 420 900
3	2	Emprego e Qualificação Profissional		50 000	50 000	0

3	2	1	Formação Profissional (CEFAPA)		50 000	50 000	0
3	3	Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional			608 451	608 451	0
3	3	1	Modernização e Reforma da Administração Pública Regional		100 000	100 000	0
3	3	2	Sistema Integrado de Gestão da Administração Regional dos Açores		150 000	150 000	0
3	3	3	Promoção da Qualidade nos Serviços da Administração Pública Regional		25 000	25 000	0
3	3	4	Desmaterialização de processos		50 000	50 000	0
3	3	5	Rede Integrada de Gestão de Processos na Administração Pública - Açores/Cabo Verde 2020 (RIGPAP-ACV) - Projeto MAC2-5.11A-357		133 451	133 451	0
3	3	6	Central de serviços partilhados da Ilha de Santa Maria		100 000	100 000	0
3	3	7	Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência		50 000	50 000	0
3	3	8	APR + Acessível, Inclusiva e Aberta		0	0	0
3	3	9	APR + Apta para o futuro		0	0	0
3	4	Eficiência no Serviço Público ao Cidadão			2 520 900	1 100 000	1 420 900
3	4	1	Rede Integrada de Apoio ao Cidadão		2 520 900	1 100 000	1 420 900
3	5	Serviços Sociais			173 400	173 400	0
3	5	1	Serviços de apoio aos funcionários públicos		173 400	173 400	0
3	6	Estatística			115 439	115 439	0
3	6	1	Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística Oficial		50 000	50 000	0
3	6	2	ECOMAC MAC/5.1a/004		41 939	41 939	0
3	6	3	MEDECOAZUL MAC 2/5.11a/232		10 000	10 000	0
3	6	4	Estatísticas Oficiais para uma Cidadania Inclusiva		13 500	13 500	0
3	7	Planeamento e Finanças			6 150 000	6 150 000	0
3	7	1	Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais		275 000	275 000	0
3	7	2	Património Regional		400 000	400 000	0

3	7	3	Reestruturação do Sector Público Regional	25 000	25 000	0
3	7	4	Coesão Regional	3 200 000	3 200 000	0
3	7	5	Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores	1 200 000	1 200 000	0
3	7	6	Novo Regime de Administração Financeira	1 050 000	1 050 000	0
12	7		OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES TERRESTRES E COMUNICAÇÕES	59 303 667	58 614 467	689 200
12	1		Construção de Estradas Regionais	24 846 640	24 846 640	0
12	1	1	SCUT	24 588 838	24 588 838	0
12	1	2	Melhoria da Acessibilidade Furnas - Povoação	187 802	187 802	0
12	1	3	Revisão do projeto do traçado da segunda fase da Variante à cidade da Horta	70 000	70 000	0
12	2		Reabilitação de Estradas Regionais	9 178 493	9 178 493	0
12	2	1	Beneficiação e Pavimentação de ER - Santa Maria	100 000	100 000	0
12	2	2	Beneficiação e Pavimentação de ER - São Miguel	511 304	511 304	0
12	2	3	Reabilitação de ER na RAA	50 000	50 000	0
12	2	4	Beneficiação e Pavimentação de ER - Terceira	163 408	163 408	0
12	2	5	Beneficiação e Pavimentação de ER - São Jorge	118 900	118 900	0
12	2	6	Beneficiação e Pavimentação de ER - Graciosa	239 527	239 527	0
12	2	7	Beneficiação e Pavimentação de ER - Pico	158 010	158 010	0
12	2	8	Beneficiação e Pavimentação de ER - Faial	1 434 902	1 434 902	0
12	2	9	Beneficiação e Pavimentação de ER - Corvo	26 904	26 904	0
12	2	10	Beneficiação e Pavimentação de ER - Flores	176 399	176 399	0
12	2	11	Requalificação da Rede Viária	975 000	975 000	0
12	2	12	Qualificação do Parque de Máquinas	1 085 000	1 085 000	0
12	2	13	Calamidades em Estradas Regionais	221 221	221 221	0

12	2	14	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres da Ilha de São Miguel	3 156 209	3 156 209	0
12	2	15	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres da Ilha Terceira	401 200	401 200	0
12	2	16	Modernização de Máquinas e Viaturas	150 000	150 000	0
12	2	17	Sinalização horizontal e vertical em Estradas Regionais	160 509	160 509	0
12	2	18	Beneficiação e pavimentação da estrada regional n.º 2-2ª, Ilha do Faial	50 000	50 000	0
12	3	3	Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	3 195 264	3 195 264	0
12	3	1	Requalificação de Espaços Públicos	1 425 234	1 425 234	0
12	3	2	Parques Empresariais e Tecnológicos	1 770 030	1 770 030	0
12	4	4	Integração paisagística de zonas adjacentes às Estradas Regionais	641 386	641 386	0
12	4	1	Espaços Públicos	73 469	73 469	0
12	4	2	Integração paisagística da rede viária regional	567 917	567 917	0
12	5	5	Recuperação dos efeitos das Intempéries do Lorenzo	161 203	161 203	0
12	5	1	Recuperação da Rede Viária Regional - Lorenzo	161 203	161 203	0
12	6	6	Execução do Plano de Recuperação e Resiliência	3 511 200	3 511 200	0
12	6	1	Circuitos Logísticos Terrestres - São Miguel	2 714 000	2 714 000	0
12	6	2	Circuitos Logísticos Terrestres - Terceira	750 000	750 000	0
12	6	3	Circuitos Logísticos Terrestres - São Jorge	47 200	47 200	0
12	6	4	Circuitos Logísticos Terrestres - Santa Maria	0	0	0
12	6	5	Circuitos Logísticos Terrestres - Graciosa	0	0	0
12	6	6	Circuitos Logísticos Terrestres - Pico	0	0	0
12	6	7	Circuitos Logísticos Terrestres - Faial	0	0	0
12	7	7	Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	3 769 481	3 080 281	689 200
12	7	1	Prestação de serviços de transporte regular de passageiros	3 094 431	2 405 231	689 200

12	7	2	Plano integrado de transportes		166 050	166 050	0
12	7	3	Apoio à atividade de táxi no âmbito da pandemia Covid-19		509 000	509 000	0
12	8	Sistemas de Informação e Infraestruturas de Suporte			8 738 736	8 738 736	0
12	8	1	Desenvolvimento dos Sistemas de Informação		1 969 201	1 969 201	0
12	8	2	Melhoria dos Sistemas Informáticos, Suporte ao utilizador e Qualidade		311 933	311 933	0
12	8	3	Azores Cloud		6 074 436	6 074 436	0
12	8	4	Redes de Dados e de Comunicações		383 166	383 166	0
12	9	Cibersegurança e Segurança da Informação			58 660	58 660	0
12	9	1	Infraestrutura de segurança informática e da segurança da Informação		15 000	15 000	0
12	9	2	Cibersegurança e Privacidade		43 660	43 660	0
12	10	Redes Públicas e Tecnologias de Comunicação			202 604	202 604	0
12	10	1	Infraestruturas de acesso à Internet		7 360	7 360	0
12	10	2	Alert4you		192 845	192 845	0
12	10	3	Monitorização do sector das telecomunicações e dos serviços postais		2 399	2 399	0
12	11	Laboratório Regional de Engenharia Civil			1 154 847	1 154 847	0
12	11	1	ID&I - Engenharia Civil		388 463	388 463	0
12	11	2	Infraestruturas e Equipamentos		149 295	149 295	0
12	11	3	MICNEI - Minimização de Impactos de catástrofes naturais em edificado e Infraestruturas		4 956	4 956	0
12	11	4	LREC + Sustentável		52 330	52 330	0
12	11	5	PICA - Plataforma Indústria Criativa dos Açores		35 400	35 400	0
12	11	6	Ecocompósitos Inteligentes		56 782	56 782	0
12	11	7	LREC Renovável		8 094	8 094	0
12	11	8	Rebuild17		149 776	149 776	0

12	11	9	SAFE HARBOUR		309 751	309 751	0
12	12	Cooperação com diversas Entidades			3 745 553	3 745 553	0
12	12	1	Contratos de Cooperação com diversas Entidades		3 500 000	3 500 000	0
12	12	2	Contratos ARAAL		200 553	200 553	0
12	12	3	Cooperação com Entidades Públicas		45 000	45 000	0
12	13	Sensibilização e Divulgação			30 000	30 000	0
12	13	1	Campanhas de Sensibilização e Divulgação		30 000	30 000	0
12	14	Saúde e Segurança no Trabalho			69 600	69 600	0
12	14	1	Saúde e Segurança no Trabalho		69 600	69 600	0
AFIRMAR OS AÇORES NO MUNDO					329 335 323	265 739 252	63 596 071
1	INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E COOPERAÇÃO EXTERNA				350 000	350 000	0
1	4	Relações com o atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores			136 650	136 650	0
1	4	1	Centralidade Atlântica		20 000	20 000	0
1	4	2	Formação e mobilidade regional e internacional		64 650	64 650	0
1	4	3	HEXAGONE		20 000	20 000	0
1	4	4	Ilhas de Inovação		12 000	12 000	0
1	4	5	INTEGRA		20 000	20 000	0
1	5	Os Açores no Espaço Europeu			213 350	213 350	0
1	5	1	Relações transnacionais, inter-regionais e com as instituições europeias		137 350	137 350	0
1	5	2	Açores na Europa		71 000	71 000	0
1	5	3	Promoção dos Valores e Cidadania Europeia		5 000	5 000	0
2	SOLIDARIEDADE, IGUALDADE, HABITAÇÃO, PODER LOCAL E COMUNIDADES				4 055 406	4 055 406	0
2	12	Emigrado e Regressado			63 020	63 020	0

2	12	1	Inclusão e Intervenção Social	2 720	2 720	0
2	12	2	Cooperação	53 800	53 800	0
2	12	3	Participação Ativa na Diáspora	5 000	5 000	0
2	12	4	Iniciativas de Promoção da Integração	1 500	1 500	0
2	13	Identidade Cultural e Açorianidade		171 550	171 550	0
2	13	1	Juventude e Açorianidade	1 500	1 500	0
2	13	2	Resgate, Preservação e Divulgação da Identidade Cultural Açoriana	36 000	36 000	0
2	13	3	Cooperação	100 550	100 550	0
2	13	4	Relacionamento Açores/ Comunidades/ Açores/ Açores e Afirmação da Açorianidade	33 500	33 500	0
2	13	5	Promoção dos Açores e Sua Diáspora no Mundo	0	0	0
2	14	Imigrado e Interculturalidade		120 430	120 430	0
2	14	1	Integração e Educação Intercultural	10 000	10 000	0
2	14	2	Cooperação	28 500	28 500	0
2	14	3	Iniciativas de Promoção da Integração, Diversidade e Interculturalidade	2 888	2 888	0
2	14	4	Regions for Migrants and Refugees Integration	79 042	79 042	0
2	15	Aerogare Civil das Lajes		3 700 406	3 700 406	0
2	15	1	Conservação, manutenção e apetrechamento	2 545 000	2 545 000	0
2	15	2	Construção do Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes	1 155 406	1 155 406	0
7	PESCAS, AQUICULTURA E ASSUNTOS DO MAR			1 806 748	1 806 748	0
7	6	Gestão e Requalificação da Orla Costeira		1 806 748	1 806 748	0
7	6	1	Gestão e requalificação das zonas costeiras	271 706	271 706	0
7	6	2	Gestão de zonas balneares	195 864	195 864	0
7	6	3	Projeto ABACO	56 740	56 740	0

7	6	4	Intervenções de Estabilização e Requalificação da orla costeira	893 000	893 000	0
7	6	5	Proteção e estabilização da zona costeira da Barra, Santa Cruz da Graciosa	49 912	49 912	0
7	6	6	Requalificação costeira da Fajã S. João, S. Jorge	5 746	5 746	0
7	6	7	Reforço e reabilitação costeira da zona do porto S. Vicente Ferreira, S. Miguel	4 886	4 886	0
7	6	8	Proteção e estabilização costeira da falésia dos Fenais e Ventosa, Graciosa	185 282	185 282	0
7	6	9	Estabilização de taludes no Porto de Vila Nova, Terceira	762	762	0
7	6	10	Estabilização costeira adjacente ao museu da Indústria baleeira, S. Roque do Pico	142 850	142 850	0
10			TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA	318 434 123	254 838 052	63 596 071
10	5		Promoção e Desenvolvimento Turístico	22 258 693	10 580 064	11 678 629
10	5	1	Promoção do Destino	1 033 129	1 033 129	0
10	5	2	Incentivos à Promoção	18 235 557	6 556 928	11 678 629
10	5	3	Eventos Desportivos de Promoção do Destino	2 990 007	2 990 007	0
10	6		Sustentabilidade do Destino Turístico	2 515 226	2 515 226	0
10	6	1	Desenvolvimento da Política de Turismo	2 382 770	2 382 770	0
10	6	2	Desenvolvimento do Turismo Sénior e acessível	117 456	117 456	0
10	6	3	Organização de Eventos com Repercussão na Promoção	15 000	15 000	0
10	7		Qualificação do Destino	4 001 694	4 001 694	0
10	7	1	Qualificação dos Serviços Turísticos	981 208	981 208	0
10	7	2	Valorização do Destino Turístico	1 631 167	1 631 167	0
10	7	3	Incentivos à Animação no Destino	669 000	669 000	0
10	7	4	Qualificação do Turismo Natureza - Trilhos, Mar e Ar	464 819	464 819	0
10	7	5	Qualificação dos Recursos Termais	210 500	210 500	0
10	7	6	Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento Regional - Turismo	45 000	45 000	0

10	8	Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários		65 018 018	13 100 576	51 917 442
10	8	1 Porto e Marina de Ponta Delgada		23 504 000	2 163 904	21 340 096
10	8	2 Porto da Praia da Vitória		2 048 001	491 981	1 556 020
10	8	3 Porto, Marina e Baía de Angra do Heroísmo		8 000 000	564 806	7 435 194
10	8	4 Porto, Marina e Baía da Horta		503 000	468 000	35 000
10	8	5 Porto de São Roque		2 348 975	507 174	1 841 801
10	8	6 Porto e Núcleo de Recreio Náutico das Velas		40 000	40 000	0
10	8	7 Porto de Calheta de São Jorge		303 700	20 000	283 700
10	8	8 Porto das Póças nas Flores		1 523 510	100 000	1 423 510
10	8	9 Porto da Casa no Corvo		20 000	20 000	0
10	8	10 Aquisição de Diversos Equipamentos e Outras Obras nos Portos e Marinas		8 878 902	1 331 835	7 547 067
10	8	11 Aeroporto da Ilha do Pico		2 589 589	2 385 589	204 000
10	8	12 Aeródromo da Ilha de São Jorge		1 651 754	1 651 754	0
10	8	13 Aeródromo da Ilha da Graciosa		8 706 820	2 123 766	6 583 054
10	8	14 Aeródromo da Ilha das Flores		26 000	26 000	0
10	8	15 Aeródromo da Ilha do Corvo		4 185 320	552 320	3 633 000
10	8	16 Porto da Madalena		195 000	175 000	20 000
10	8	17 Porto e Marina de Vila do Porto		53 469	38 469	15 000
10	8	18 Porto da Graciosa		149 978	149 978	0
10	8	19 Museu de Aviação		60 000	60 000	0
10	8	20 Projeto para a construção do Núcleo de Recreio Náutico na Calheta		30 000	30 000	0
10	8	21 Projeto para a construção da gare marítima no Porto da Casa, Ilha do Corvo		10 000	10 000	0
10	8	22 Aquisição de porta-contentores "Sideloder" para carga e descarga autónoma de contentores		90 000	90 000	0

10	8	23	Cais de Cruzeiros da Praia da Vitória	100 000	100 000	0
10	8	24	Porto e Núcleo de Recreio Náutico das Lajes do Pico	0	0	0
10	8	25	Porto das Lajes das Flores	0	0	0
10	9	Gestão dos Aeroportos Regionais		3 500 000	3 500 000	0
10	9	1	Concessão da Exploração dos Aeroportos da Região Autónoma dos Açores	3 500 000	3 500 000	0
10	10	Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-ilhas		1 777 923 323	1 777 923 323	0
10	10	1	Reestruturação e concessão do Transporte Aéreo de Passageiros, Carga e Correio Interilhas	1 657 700 000	1 657 700 000	0
10	10	2	Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e Viaturas Interilhas	12 223 323	12 223 323	0
10	10	3	Aquisição de Navios para o Transporte de Passageiros e Viaturas Interilhas	0	0	0
10	11	Dinamização dos Transportes		691 536	691 536	0
10	11	1	Desenvolvimento de Sistemas de Apoio à Monitorização nos Portos dos Açores	100 000	100 000	0
10	11	2	Plano Transportes dos Açores	136 536	136 536	0
10	11	3	Apoio aos portos - COVID-19	435 000	435 000	0
10	11	4	Estudo novo porto de mercadorias Ponta Delgada	10 000	10 000	0
10	11	5	Estudo ordenamento da baía e proteção da orla marítima do cais do Pico	10 000	10 000	0
10	12	Coessão Territorial - Transportes		6 525 633	6 525 633	0
10	12	1	Promoção da Coessão Territorial - Transportes	6 300 000	6 300 000	0
10	12	2	Apoio ao tráfego local	225 633	225 633	0
10	13	Recuperação dos efeitos da Intempérie Lorenzo		36 000 000	36 000 000	0
10	13	1	Intempérie Lorenzo - Apoio à recuperação da infraestrutura e equipamentos portuários e transporte de mercadorias	36 000 000	36 000 000	0
12	OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES TERRESTRES E COMUNICAÇÕES			4 689 046	4 689 046	0
12	5	Recuperação dos efeitos das Intempéries do Lorenzo		1 900 000	1 900 000	0
12	5	5	SRMP - Intempérie Lorenzo - Recuperação de infraestruturas de proteção marítima	1 900 000	1 900 000	0

12	22	SRMP - Gestão e Requalificação da Orla Costeira						
12	22	1	Resposta a Intempéries e outras situações extraordinárias	2 789 046	2 789 046	0		0
12	22	2	Proteção da Orla Costeira Junto ao Caminho Municipal Adjacente ao Campo de Jogos e Santa Catarina - Calheta, São Jorge	150 000	150 000	0		0
12	22	3	Proteção e estabilização costeira do Porto de St.ª Iria - S. Miguel	1 260 935	1 260 935	0		0
12	22	4	Reforço da proteção costeira na zona das Calhetas, Rib.ª Grande, S. Miguel	26 267	26 267	0		0
12	22	5	Proteção costeira na Fajã João Dias, S. Jorge	275 000	275 000	0		0
12	22	6	Estabilização da falésia advacente à Vila do Corvo	6 844	6 844	0		0
12	22	7	Estabilização e requalificação da orla costeira adjacente à vila de Santa Cruz, Flores	150 000	150 000	0		0
12	22	8	Estabilização e reabilitação do Porto Afonso	80 000	80 000	0		0
12	22	9	Estabilização do caminho de S. Vicente, Porto Martins, Terceira	80 000	80 000	0		0
12	22	10	Reforço da proteção costeira da zona adjacente ao restaurante "Amigos" - S. Jorge	110 000	110 000	0		0
12	22	11	Estabilização da zona costeira da Larracha, Santa Maria	90 000	90 000	0		0
12	22	12	Estabilização da orla costeira dos Mosteiros, São Miguel	150 000	150 000	0		0
12	22	13	Reforço da proteção costeira do Cais do Galego	15 000	15 000	0		0
12	22	14	Proteção e estabilização da zona costeira na Fajã das Pontas	15 000	15 000	0		0
12	22	15	Requalificação de zonas costeiras e balneares	40 000	40 000	0		0
12	22	16	Reabilitação costeira da zona do Reduto da patrulha e Castelo de São Sebastião, na Horta	50 000	50 000	0		0
12	22	17	Proteção da orla costeira e reabilitação urbanística da Praia Formosa	150 000	150 000	0		0
12	22	18	Projeto para a reconversão do Portinho da Baía de São Lourenço	20 000	20 000	0		0
12	22	19	Proteção da orla costeira do degredo de Santa Cruz da Graciosa	50 000	50 000	0		0
12	22	20	Avaliação técnica definitiva com vista à consolidação dos taludes da vertente da Ponta da Fajã	20 000	20 000	0		0
12	22			50 000	50 000	0		0